



***UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL***

***Qualificação dos trabalhadores  
e estratégia de hegemonia:  
o embate de projetos classistas***

***Angela Santana do Amaral***

**Angela Santana do Amaral**

**Qualificação dos trabalhadores  
e estratégia de hegemonia:  
o embate de projetos classistas**

**Doutorado em Serviço Social  
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Novembro de 2005

*Angela Santana do Amaral*

**Qualificação dos trabalhadores  
e estratégia de hegemonia:  
o embate de projetos classistas.**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial de obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Nobuco Kameyama.

**Rio de Janeiro  
2005**

AMARAL, Angela Santana do  
Qualificação dos trabalhadores e estratégia de  
hegemonia: o embate de projetos classistas.  
Angela Santana do Amaral. Rio de Janeiro:  
UFRJ/ESS, 2005.  
325 p.  
Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro, ESS.

1. qualificação profissional	2. hegemonia
3. trabalhadores	4. cidadania
5. classes sociais	

(UFRJ/ESS). I. Título

*Angela Santana do Amaral*

**Qualificação dos trabalhadores  
e estratégia de hegemonia:  
o embate de projetos classistas.**

Tese de Doutorado submetida à comissão julgadora nomeada pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada por:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Nobuco Kameyama (Orientadora)

---

Profa. Dra. Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes

---

Prof. Dr. José Paulo Netto

---

Profa. Dra. Elaine Marlova Venzon Francisco

---

Profa. Dra. Franci Gomes Cardoso

Rio de Janeiro

2005

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um longo processo de conhecimento, de descobertas intelectuais e afetivas, de pesquisas e reflexões inquietantes. Foi realizado em meio à profunda crise da universidade brasileira, à inflexão no pensamento da esquerda e a mudanças individuais significativas, processos os quais, certamente, influenciaram na elaboração da tese.

Gostaria de registrar meus agradecimentos e carinho aos que acompanharam essa trajetória de forma mais próxima e que não foram indiferentes aos momentos sombrios e prazerosos que marcaram este percurso. De várias maneiras, partilhei, com um conjunto de sujeitos, cada passo conquistado.

- Ao companheiro Abelardo, pelo estímulo e apoio incondicionais à realização deste projeto acadêmico e de vida. E, principalmente, pelo privilégio de (re) descobrir e viver intensamente cada pedaço da nossa cidade maravilhosa, o que me fez mais feliz nesse percurso;
- À família Santana do Amaral, da qual me orgulho de fazer parte, representada pelos meus pais Ivo e Nalva, agradeço o apoio efetivo, o convívio acolhedor e o carinho de todos, sempre celebrando as minhas conquistas;
- À querida Tia Ciema, agradeço de modo muito especial, pela dedicação integral aos seus sobrinhos, durante nossa permanência no Rio de Janeiro. Sem os seus cuidados, carinho e generosidade, todo esse percurso seria mais difícil. Sua presença afetuosa me contagiou, e particularmente me possibilitou a tranquilidade necessária ao processo de construção da tese. Ademais, seu suporte efetivo ao meu cotidiano permitiu

romper com os momentos de isolamento e de solidão que são próprios de algumas fases do doutorado. Obrigada por tudo!

□ A Bete Mota, que há mais de 15 anos acompanha minha trajetória profissional e acadêmica, com instigantes provocações. No mesmo movimento em que afloraram as tensões próprias da relação orientador-orientando, pudemos exercer o respeito às idéias uma da outra, mantendo a necessária radicalidade da crítica. Meus agradecimentos por abrir caminhos ao meu crescimento profissional e formação intelectual, na certeza de que os ganhos foram maiores;

□ Aos professores Ana Elizabete Mota, José Paulo Netto, Nobuco Kameyama, Marcelo Badaró, Elaine Marlova e Franci Cardoso, integrantes da banca examinadora, pelo privilégio do debate intelectual e pelas fecundas contribuições, as quais, certamente, serão referências para o aprofundamento dos meus estudos;

□ A Edmundo Fernandes Dias, amigo, companheiro de lutas político-sindicais, intelectual de grande seriedade e exemplo de integridade. Incentivador deste trabalho, o qual sempre considerou ter um valor estratégico fundamental nesses tempos. Interlocutor permanente, a quem devo muito a capacidade de compreender a realidade de forma crítica e totalizadora, na perspectiva das classes subalternas, e a possibilidade de realizar um diálogo político com o rigor teórico necessário ao processo de construção do conhecimento. Para além desse momento da tese, tenho o privilégio de manter, com o professor e amigo Edmundo, por quase oito anos, uma convivência “ainda que normalmente rarefeita pela distância, mas forte afetiva, política e intelectualmente”. E isso é fundamental, como diz o poeta Mario Benedetti, para “quem quer defender a alegria como uma trincheira”;

□ Ao Grupo de Estudo e Pesquisas sobre o Trabalho da UFPE, sob a coordenação da professora Ana Elizabete Mota, onde iniciei minha experiência de pesquisa e fiz amigos fraternos. Agradeço aos pesquisadores e apoios técnicos César, Marcelo, Marcela, Graça, Paula Raquel, Elaine, Maysa, Ymira, Raquel, Ana Kelly, Luciana Santos e Luciana Reis, pelo incentivo permanente e apoio solidário;

□ Aos estudantes do grupo PET — Serviço Social (Programa Especial de

Treinamento), que acompanhei durante muitos anos, pela rica experiência de estudo e acompanhamento coletivo do processo de conhecimento;

□ Aos colegas do Departamento de Serviço Social, pelo apoio e liberação para realizar o doutorado;

□ Ao Grupo de Estudos vinculado ao Programa de Cooperação Acadêmica UFPE/UFRJ, que, sob a coordenação da professora Nobuco Kameyama, possibilitou fecundas discussões para o meu estudo e também uma convivência solidária e fraterna entre os seus integrantes;

□ Aos professores Roberto Leher, Lúcia Neves, Francisco Teixeira e Tarcísio Patrício, pelas contribuições ao estudo e pelas valiosas sugestões incorporadas à produção final da tese;

□ Aos colegas do doutorado em Serviço Social da UFRJ, especialmente Sara, Norma, Mônica, Marcelo, Mário, Flávia, Juarez e Magdala, agradeço pelo convívio intelectual e por compartilhar outras formas de sociabilidade;

□ Aos militantes da ANDES Autônoma e Democrática da UFPE e da UFRJ, com quem dividi novas experiências, ideais e tive o privilégio de participar da “vida inteligente” presente na Universidade brasileira, na luta pela construção de uma outra sociedade;

□ A Arthemísia, que chegando despretensiosamente se colocou inteira para contribuir com o que era indispensável à realização da tese. Pela presença constante e solidária, pela generosidade pouco comum nos dias de hoje e pelo privilégio de partilhar experiências cotidianas tão ricas, reveladoras do verdadeiro sentido da amizade, meu especial agradecimento;

□ A Roberta Uchôa, amiga que acompanhou cotidianamente minha trajetória e de modo fraterno me fez persistir em meio às inúmeras dificuldades, apostando na conclusão deste trabalho. Seu apoio afetivo, acadêmico e material foi decisivo nesse processo;

□ À amiga-irmã Lygia Leite, que desde os tempos de graduação é



referência na minha trajetória. Uma amizade pautada em um profundo respeito pelas idéias e pelas escolhas individuais. Presença afetuosa, serena e decisiva nesse meu processo que se estendeu para outras dimensões da vida e nas quais, ela teve um papel fundamental. Neste “time”, meus agradecimentos especiais também a Lúcia Pontes, uma das grandes responsáveis pela minha formação. Amizade que se manifesta em gestos e ações grandiosos, próprios daqueles que sabem “cuidar dos amigos”;

□ A César Henrique, nosso Cezinha, exemplo de uma geração jovem e compromisso intelectual engajado. Com ele, fiz profícuas interlocuções teórico-políticas, as quais se transformaram em uma sólida amizade. Sou grata, principalmente, pelo apoio que me deu em sala de aula, o qual me permitiu avançar na finalização da tese;

□ A Daniel, pela disponibilidade, solidariedade e leitura atenta e criteriosa de parte deste trabalho, qualidades fundamentais à construção do conhecimento coletivo e comprometido na universidade pública; e a Marcelo Sitcovsky, sempre solidário, responsável pela leveza dos finais de tarde e pelos instigantes temas políticos;

□ À família Oliveira da Silva, a Milton César, Auxiliadora, Edna e tantos outros “cariocas” que passaram no meu cotidiano e me acolheram com muito carinho no Rio de Janeiro, criando laços profundos de amizade;

□ A Thelma e Ofélia, grandes amigas, pela força sempre presente e pelo estímulo nos momentos de desânimo; e a Zélia, Laura, Marieta, Mirian e Janeth, pelo incentivo e pelos momentos de descontração, imprescindíveis para combinar o exaustivo trabalho de realização da tese e os prazeres da vida;

□ Às amigas Neide e Mauricéia, por acompanharem a minha trajetória intelectual desde os tempos do mestrado e pelas imensas manifestações de carinho;

□ A Policarpo, que sempre me brindou com sua companhia — no Rio de Janeiro e no Recife. Pela convivência respeitosa e amiga. Viva as diferenças!

□ À amiga Maria Augusta, querida Guga, combinação de seriedade intelectual e vida acesa, que sempre nos instiga; e a Cristina Paniago, Sérgio Lessa,

Reivan e Silvana Mara, por compartilharem de diferentes momentos do estudo e da vida, sempre me estimulando a seguir essa trajetória com firmeza;

□ A Mônica César, a irmã que escolhi no Rio de Janeiro. Pelo humor necessário à vida intelectual, pelas cumplicidades e debates cotidianos;

□ A Cleusa Santos, alegria contagiante, bálsamo para enfrentar qualquer tempo e enriquecer o cotidiano, meu carinho especial pela amizade, dignidade, solidariedade e, sobretudo, por compartilhar ideais;

□ A Norma, amiga para não perder de vista, nunca. Agradeço pelo incentivo e pela permanente disponibilidade;

□ A Sara Granemann, pelas manifestações de amizade, pelos debates intelectuais e militantes sempre fraternos, nem sempre convergentes, mas profundamente respeitosos e enriquecedores;

□ A Marta, secretária da pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, pela relação afetiva e alegre que construímos no período do doutorado;

□ A Daniela Mariz, pelo competente e cuidadoso trabalho de pesquisa e pela disponibilidade para contribuir com a realização do estudo;

□ A Helena e Wellington Brasileiro, pelo cuidadoso, árduo e competente trabalho de normalização e revisão da tese.

## RESUMO

Este trabalho discute os processos de Formação Profissional implementados pelo Estado a partir de 1990, no Brasil, com a colaboração ativa dos trabalhadores. Tais processos são compreendidos como parte da estratégia de construção da hegemonia burguesa na totalidade social e se inscrevem no movimento mais geral da dinâmica capitalista, cujas expressões são a reestruturação produtiva e as reformas gerais propostas pelas classes dominantes — com uma participação decisiva dos organismos financeiros internacionais que determinam a redefinição das relações entre Estado, sociedade e mercado.

O suposto do nosso estudo é o de que, para realizar tais reformas, o capital necessita adequar a institucionalidade vigente às suas necessidades de acumulação e valorização. Para isso, articula mecanismos econômicos e políticos que dêem sustentação às exigências de competitividade e produtividade requeridas pelas empresas.

A **qualificação profissional** aparece como uma necessidade do capital para recompor sua rentabilidade e como uma necessidade do campo do trabalho que, historicamente, defende a bandeira da universalização da educação e a compreende como estratégia de enfrentamento ao desemprego. Mas, o capital, com a mediação do Estado, empreende iniciativas que, além de subordinar as necessidades do trabalho a sua racionalidade, restringindo as possibilidades de realização da hegemonia das classes subalternas, tenta eliminar o componente do antagonismo inerente às relações sociais capitalistas.

Na realidade, o que evidenciamos é que a **qualificação profissional** é tratada, pelas classes dominantes, como uma construção ideológica que pretende criar uma outra sociabilidade do trabalho compatível com os seus projetos de classe. Sob a ótica dos trabalhadores, ela é apreendida como acesso à educação, numa perspectiva mais ampla, afeta ao exercício da cidadania.

**Palavras-chave:** qualificação profissional, hegemonia, trabalhadores, cidadania, classes sociais.

## ABSTRACT

This work discusses **professional qualification** implemented by Brazilian State since 1990, with workers' active collaboration. These processes are acknowledged as part of a strategy to build bourgeoisie's hegemony within social totality and as part of an overall movement of capitalistic dynamic. Its expressions are the productive restructure and general reforms proposed by dominant classes — with the decisive participation of international monetary organizations that determine a redefinition of relations among State, society and market.

The hypothesis of the present study is that to implement these reforms, capital needs to shape current institutional framework to its accumulation and valorization needs. Therefore, it articulates economic and political apparatus that give sustainability to competitive and productive demands required by companies.

**Professional qualification** appears, as capital needs to restore its profitability as well as workers needs that historically, backed for universal education and acknowledge it as a strategy to tackle unemployment. However, capital with State mediation enforces initiatives that beyond subordinate workers needs to its rationality, limiting the chances to build lower classes hegemony, tries to abolish the antagonism intrinsic to capitalist social relationships.

In fact, what this work shows is that **professional qualification** is dealt by dominant classes as an ideological construction to create other work sociability compatible with its class projects. From workers perspective, it is recognized as access to education and on broader perspective, have an effect on citizenship.

**Keywords:** professional qualification, hegemony, workers, citizenship, social classes.

## ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>BID</b>	—	<b>Banco Interamericano de Desenvolvimento</b>
<b>CAPES</b>	—	<b>Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior</b>
<b>CDES</b>	—	<b>Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social</b>
<b>CEPAL</b>	—	<b>Comissão Econômica para a América Latina</b>
<b>CGT</b>	—	<b>Central Geral dos Trabalhadores</b>
<b>CIOSL</b>	—	<b>Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres</b>
<b>CLT</b>	—	<b>Consolidação das Leis Trabalhistas</b>
<b>CNI</b>	—	<b>Confederação Nacional da Indústria</b>
<b>CNPq</b>	—	<b>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico</b>
<b>CODEFAT</b>	—	<b>Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador</b>
<b>CONCLAT</b>	—	<b>Conselho Nacional das Classes Trabalhadoras</b>
<b>CONCUT</b>	—	<b>Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores</b>
<b>CONIN</b>	—	<b>Conselho Nacional de Informática</b>
<b>CTCOM</b>	—	<b>Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade</b>
<b>CUT</b>	—	<b>Central Única dos Trabalhadores</b>
<b>DIEESE</b>	—	<b>Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos</b>
<b>FAT</b>	—	<b>Fundo de Amparo ao Trabalhador</b>
<b>FIESP</b>	—	<b>Federação das Indústrias do Estado de São Paulo</b>
<b>FMI</b>	—	<b>Fundo Monetário Internacional</b>
<b>GED</b>	—	<b>Gratificação de Estímulo à Docência</b>
<b>GID</b>	—	<b>Gratificação de Incentivo à Docência</b>

<b>IBGE</b>	—	<b>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</b>
<b>IEDI</b>	—	<b>Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial</b>
<b>IGP</b>	—	<b>Índice Geral de Preços</b>
<b>IPEA</b>	—	<b>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</b>
<b>OCDE</b>	—	<b>Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico</b>
<b>OIT</b>	—	<b>Organização Internacional do Trabalho</b>
<b>OMC</b>	—	<b>Organização Mundial do Comércio</b>
<b>ONG</b>	—	<b>Organização Não-governamental</b>
<b>ONU</b>	—	<b>Organização das Nações Unidas</b>
<b>PACTI</b>	—	<b>Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria</b>
<b>PBQP</b>	—	<b>Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade</b>
<b>PNBE</b>	—	<b>Pensamento Nacional das Bases Empresariais</b>
<b>PEQ</b>	—	<b>Plano Estadual de Qualificação</b>
<b>PIB</b>	—	<b>Produto Interno Bruto</b>
<b>PLANFOR</b>	—	<b>Plano Nacional de Formação do Trabalhador</b>
<b>PNBE</b>	—	<b>Pensamento Nacional das Bases Empresariais</b>
<b>PNF</b>	—	<b>Plano Nacional de Formação</b>
<b>SDS</b>	—	<b>Social Democracia Sindical</b>
<b>SEBRAE</b>	—	<b>Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas</b>
<b>SENAC</b>	—	<b>Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial</b>
<b>SENAI</b>	—	<b>Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial</b>
<b>SENAR</b>	—	<b>Serviço Nacional de Aprendizagem Rural</b>
<b>SESI</b>	—	<b>Serviço Social da Indústria</b>
<b>SINE</b>	—	<b>Sistema Nacional de Emprego</b>
<b>UNESCO</b>	—	<b>Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura</b>

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>SOBRE A CRISE E A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA .....</b>	<b>44</b>
1.1	O debate sobre as forças produtivas e sua configuração na crise capitalista contemporânea .....	54
1.2	O economicismo como estratégia da nova racionalidade capitalista.....	73
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE-MERCADO COMO PARTE DA ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA .....</b>	<b>91</b>
2.1	As necessidades capitalistas que determinaram a intervenção das agências multilaterais sobre a problemática da Educação .....	93
2.2	O protagonismo das agências multilaterais na formação dos consensos.....	112
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>AS MUDANÇAS NAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS — A EDUCAÇÃO COMO MECANISMO DE AFIRMAÇÃO DO PAPEL DIRIGENTE DO EMPRESARIADO BRASILEIRO ...</b>	<b>137</b>
3.1	As propostas do empresariado para a Formação Profissional dos trabalhadores .....	163
3.2	O projeto intelectual do empresariado .....	188
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>O PROJETO DOS TRABALHADORES PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>200</b>
4.1	A CUT diante da reestruturação capitalista: a reorientação do projeto classista para a prática cidadã.	203

<b>4.2</b>	<b>Estratégias e táticas da Central Única dos Trabalhadores frente à reorganização do Estado e do empresariado.....</b>	<b>218</b>
<b>4.2.1</b>	<b>As inflexões políticas do movimento e das lutas dos trabalhadores: o caso da CUT .....</b>	<b>228</b>
<b>4.3</b>	<b>A Força Sindical e o seu projeto de educação para os trabalhadores .....</b>	<b>266</b>
<b>4.3.1</b>	<b>A reafirmação da racionalidade dominante: o caso da Força Sindical.....</b>	<b>266</b>
<b>4.3.2</b>	<b>A Força Sindical e a Qualificação Profissional .....</b>	<b>284</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>289</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>305</b>



## INTRODUÇÃO

Nosso trabalho discute os processos de qualificação profissional dos trabalhadores, compreendidos como uma das estratégias de construção da hegemonia burguesa no Brasil, a partir da última década do século 20.

Estes processos inscrevem-se no contexto das transformações mais gerais operadas no âmbito da economia e da política no Brasil dos anos 90 do referido século, as quais se prolongam nos anos 2000, sendo resultado da ação conjunta dos governos, da direção política dos empresários e de muitos sindicatos. Vista pelos sujeitos envolvidos ora como exigência do sistema produtivo ora como política de educação, a qualificação profissional<sup>1</sup> se transforma em questão central nos argumentos desses sujeitos para realizar seus projetos classistas.

Partimos do suposto que a qualificação profissional emerge como uma proposta que, aparentemente, unifica os interesses de trabalhadores, capitalistas e Estado, apesar dos antagonismos que lhe são inerentes, e funciona como legitimadora de um pacto social erigido sob a consigna da cidadania e da democratização do Estado e sob o apelo do envolvimento da sociedade civil para fazer face à questão do desemprego.

O objetivo é analisar os mecanismos através dos quais a qualificação profissional dos trabalhadores se transforma em estratégia política engendrada pelo

---

<sup>1</sup> Estamos usando o termo "Qualificação Profissional" no sentido que foi amplamente disseminado e incorporado pelos diversos sujeitos sociais ao longo dos anos 90 do século 20 para definir suas estratégias no campo da educação. Embora seja dotado de um conteúdo ideopolítico, posto que referenciado às formas de aquisição, organização e domínio dos saberes sob determinadas formas e condições de trabalho, podemos questionar se é possível, sob o capitalismo, uma qualificação que atenda, de fato, aos interesses dos trabalhadores, numa perspectiva de educação integral e de uma formação politécnica. A qualificação, enquanto relação social, é defendida pelos educadores críticos como produtora de sociabilidades que estão associadas ao modo de ser e viver dos trabalhadores. Sob a predominância das relações capitalistas, adquire um significado pragmático, restrito e voltado às necessidades do capital.

capital, com a mediação do Estado, e passam a se constituir vetores de hegemonia das classes dominantes.

As duas últimas décadas são indicativas do dinamismo alcançado pelo capitalismo em diversos âmbitos da vida social. No entanto, o solo constitutivo desse “dinamismo” é marcado, por um lado, pela ideologia da ascendência e inevitabilidade do conjunto das relações capitalistas e, por outro, pela tentativa, estrutural e permanente, da decapitação das forças antagonistas pela captura da subjetividade das classes trabalhadoras, como veremos mais adiante. Ao lado da implantação de medidas econômico-financeiras e de ajustes macroeconômicos que visam ampliar suas necessidades de acumulação e valorização, as práticas políticas das classes também se transformaram.

O dinamismo da economia, tratado por Mézsáros (2002) como a forma pela qual o capitalismo se legitima, apesar das suas conseqüências destrutivas, não significa necessariamente mais empregos ou melhores condições de vida para os trabalhadores. Seguramente, implica na ampliação da produtividade, a qual, do ponto de vista marxiano, nada mais é do que o aumento da exploração sobre a capacidade de produzir das classes trabalhadoras.

Tais práticas políticas revelam e acentuam o caráter contraditório das relações entre burguesia e trabalhadores: ora se mostram consensuais em face dos antagonismos que historicamente as caracterizam, ora negam a direção que a burguesia tenta impor às práticas dos trabalhadores. Esse quadro nos permite pensar que, ao procurar transformar os antagonismos em consenso, a burguesia opera uma estratégia de construção de hegemonia para tentar impor uma direção social ao seu projeto de sociedade.

A conjuntura atual<sup>2</sup> é caracterizada por uma profunda crise, marcada pelo permanente movimento de contratendências ao processo de valorização do capital e pela busca incessante de alterar a sua composição orgânica. A crise orgânica é uma forma

---

<sup>2</sup> Lembremos a afirmação gramsciana sobre a duração das crises do capital, em especial das crises orgânicas. Elas podem durar até mesmo décadas. Para o autor, “esta duração excepcional significa que se revelaram (chegaram à maturidade) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las”. (2000, p.37)

superior desse processo e, para ser superada, requer um movimento de atualização que envolve, ao mesmo tempo, as forças econômicas e as práticas de organização político-sociais das classes em presença.

Esse movimento de atualização impõe um papel central ao uso da ciência e da tecnologia, ampliando o seu caráter instrumental no processo de acumulação, além de funcionar como justificativa para redução do trabalho vivo e também como forma concreta de flexibilização da produção. Na realidade, a ciência e a tecnologia são a expressão do processo de desvalorização da força de trabalho. Portanto, combinam, ao mesmo tempo, modalidades de extração da mais-valia e formas e meios de configurar a subalternidade política das classes trabalhadoras.

Os argumentos que mais chamam atenção nesses processos de transformação são exatamente aqueles que destacam as inovações tecnológicas como expressão maior dos avanços civilizatórios nas sociedades modernas. Não há, sabemos todos, nenhuma novidade na utilização de tecnologias (capital morto) na substituição de trabalhadores (capital vivo) como forma de resolução da crise. É a chamada alteração da composição orgânica do capital. Nesse sentido, essas inovações são constitutivas da reestruturação capitalista, seja porque imprimem uma maior racionalidade à produção capitalista, seja porque essa racionalidade passa a ser tratada como objeto de colaboração dos trabalhadores ao projeto capitalista. Trata-se da remota questão da colaboração de classes, onde a pretensa neutralidade técnica permite a subsunção real do trabalhador ao capital, pela eliminação aparente do antagonismo.

Em algumas passagens da sua obra, o próprio Marx (1988) já prenuncia que o avanço das forças produtivas criaria uma sociedade de abundância e as inovações tecnológicas aumentariam a riqueza social e libertariam os homens do trabalho árduo, já que este trabalho seria assumido pelas máquinas. Como tendência e, portanto, submetido ao jogo das contratendências.

De um modo geral, a chamada “sociedade das inovações” é uma realidade que não se pode desconhecer ou negar. Nem mesmo é, como insistem algumas perspectivas, uma novidade que caracterize o momento atual. Mas, a problemática das forças produtivas, trabalhadas por Marx sob a ótica da dominação do capital sobre o

processo de produção, leia-se o processo de subsunção real e todas as suas formas, também permitiu revelar que a riqueza social está longe de ser igualmente distribuída e que o fetiche da técnica dissimula as relações sociais. Daí, o ocultamento dos antagonismos de classe e das reais necessidades do capital de valorizar-se, através da revolução incessante das forças produtivas. É sempre interessante lembrar a lição gramsciana: a aparência é um elemento constitutivo do real, nunca uma mera falsa consciência dos sujeitos históricos.

A noção de inovação<sup>3</sup> na atual conjuntura parece mostrar-se um dos elementos centrais do crescimento econômico. É precisamente dessa noção que alguns autores, como Magaline (1977, p.154), afirmam derivar as atuais teorias que tratam do progresso técnico.<sup>4</sup>

Sob o ponto de vista dos trabalhadores, as questões relacionadas à produtividade, ao crescimento econômico, às inovações tecnológicas mobilizaram o sindicalismo brasileiro, reconhecidamente combativo e articulado nos anos 80 do século passado, no sentido de redefinir suas ações coletivas, repensar suas estratégias de luta e fazer opções que, a princípio, o encaminharia na direção de empreender a crítica e “combater” os efeitos perversos das mudanças decorrentes da reestruturação capitalista. Principalmente, aqueles que afetam o emprego, a jornada de trabalho, os salários, as condições de vida e de trabalho.

Em âmbito mundial, a classe capitalista, particularmente o empresariado, em sintonia com as transformações em curso, tratou rapidamente de realizar suas mudanças; nesse sentido, ajustou sua capacidade técnico-organizacional, vale dizer, a sua intervenção política no processo de produção imediata, para obter maiores ganhos

---

<sup>3</sup> A problemática da inovação, trabalhada por Schumpeter (1982) aparece como o elemento central do sucesso do empresário que objetiva auferir lucros. Aliás, os possíveis efeitos das inovações sobre o sistema econômico é que vão permitir a existência dos lucros aos capitalistas. A capacidade de realizar inovações e adaptar-se a elas conduz à “destruição criadora”, que, para o autor, é constitutiva do próprio sistema capitalista. É necessário, contudo, lembrar que Schumpeter trabalha em uma perspectiva negadora das classes, tal como estas foram definidas pela visão analítico-política marxiana e marxista. Para tal, é importante ver o seu livro, publicado no Brasil: **Imperialismo e Classes Sociais (1966)**. Se para os teóricos da economia liberal o uso de Schumpeter é correto, tal uso pelos que se reivindicam marxistas é abusivo, além de teoricamente equivocado e politicamente perigoso. Schumpeter foi um dos maiores intelectuais do capitalismo e sua teoria da inovação é uma contribuição poderosa para uma sociologia dos intelectuais orgânicos do capital.

<sup>4</sup> A abordagem sobre o progresso técnico será realizada ao longo do nosso estudo.

de produtividade e assegurar seu dinamismo em face das mutações mais gerais operadas nas economias capitalistas.

Nesse período, e mais especificamente na última década do século XX, as produções acadêmicas registram, com muito vigor, a relação entre o movimento dos trabalhadores e o do capital.<sup>5</sup> O conteúdo dessas produções, além de revelar os elementos novos presentes naquelas relações, analisa experiências desenvolvidas e identifica que as transformações no mundo da produção redirecionam os projetos do capital, do trabalho e as suas formas de intervenção prático-política nessa complexa realidade. As constatações feitas em torno da temática levaram à organização e proliferação de inúmeros centros de estudos sobre o mundo do trabalho. As universidades, em particular, são exemplares dessa iniciativa de estudar a reestruturação capitalista e as estratégias empresariais para responder aos imperativos desse processo bem como os impactos das mudanças realizadas nas práticas sociais dos trabalhadores.<sup>6</sup>

Por outro lado, também foram formados centros de estudos do trabalho vinculados ao pensamento empresarial. O eixo das discussões socializadas nas produções desses grupos<sup>7</sup> enfatiza a necessidade de acentuar o dinamismo das economias capitalistas, de obter ganhos de produtividade que superem os baixos índices de crescimento das décadas anteriores, de modernizar as relações capital-trabalho como condição para tornar única a idéia de que somente o esforço coletivo de trabalhadores e capitalistas poderia tirar o país da imensa crise em que se acha mergulhado durante mais de duas décadas.

Na realidade, o que está subjacente a essa discussão é a necessidade de colocar em prática a estratégia capitalista de organizar os mercados sem fronteiras, de

---

<sup>5</sup> Ver, especialmente, os estudos de Marco Antônio de C. Oliveira, contidos na obra **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século** (1994), de Jorge Matoso, **A desordem do trabalho** (1995) e de Carlos E. Oliveira & Jorge Matoso (Orgs.), **Crise e trabalho no Brasil** (1996).

<sup>6</sup> A esse respeito, ver a coletânea: **O mundo do trabalho, crise e mudança no final de século** (1994). Já no início da década dos 90 a CUT toma uma iniciativa ousada: a constituição da Rede Unitrabalho, em colaboração com o sistema universitário. Nos limites do texto, não cabe aqui examinar os desdobramentos dessa Rede. Todavia, é sempre bom ter em conta que isso tem um significado e agrega uma fonte de recursos nada desprezível para a pesquisa universitária, com reflexos ideológicos sobre as relações capital/trabalho.

<sup>7</sup> O empresariado produziu seus meios e consolidou estruturas internas para socializar as suas idéias em torno das necessidades de mudanças na produção. Os principais eixos temáticos do debate são: as reformas tributária, administrativa e da previdência; a adequação da legislação trabalhista e sindical aos novos paradigmas produtivos; a questão da qualidade, produtividade e competição.

modo a expandir seus lucros com a máxima liberdade possível. Sob o predomínio do capital financeiro, as atividades produtivas passam a utilizar mecanismos contemporâneos de valorização requeridos pelo atual processo de acumulação.

Claro que esse processo não pode ser tratado de forma linear. Ele se dá em um ambiente contraditório e articula respostas que envolvem capitalistas, trabalhadores e suas representações. No entanto, as evidências mostram que tanto do lado dos trabalhadores quanto dos capitalistas a idéia de um programa comum sobre o Custo Brasil, o Banco de Horas, entre outras mais, pavimentou o caminho para que as propostas do capital de “modernização” da produção fossem recebidas, pelos trabalhadores, sem uma resistência organizada capaz de impedir os efeitos destrutivos que este processo traz para a organização e condições de trabalho, as condições de vida e as práticas políticas dos trabalhadores. A própria formulação de “custo Brasil” é, por si só, sintomática. Trata-se, no fundamental, de eliminar custos para liberar a acumulação de capital em nível superior. A idéia da técnica e da ciência como processos neutros e benéficos para o conjunto dos trabalhadores se transforma numa mediação ideológica que pretende ocultar as relações de classe.

Essa afirmação é indicativa de que o que ocorreu, na realidade brasileira, foi uma incorporação negociada de mudanças: o fetiche que o processo tecnológico representou no âmbito da política viabilizou as mudanças requeridas pelo capital. As expressões mais visíveis desse processo foram as expectativas criadas em torno de uma qualificação ampliada dos trabalhadores para o manejo dos novos equipamentos, as possibilidades de conhecimento de todas as dimensões do processo de trabalho, o redimensionamento e a democratização do sistema de informações nas empresas e as novas formas de participação e decisão nos processos produtivos. Essa questão ganhou densidade na relação entre as classes, constituindo-se em uma tendência. Mas, sem que se perdesse totalmente a noção de antagonismo, muito embora esta fosse minoritária.

Com essas considerações, pode-se afirmar que a tecnologia e suas formas de concretização são forças produtivas não apenas necessárias, mas decisivas às propostas de mudanças no plano da economia. A tecnologia é uma forma concreta da racionalidade classista e não um mero desenvolvimento intelectual-prático. Em grande medida, foi este argumento da tecnologia que deu substância para que estratégia como a

qualificação profissional se tornasse um processo constitutivo de hegemonia.

Em suas relações antagônicas, as classes dão sentido à estruturação, seja das formas de produção e realização do valor (o chamado “econômico”) seja das formas historicamente contraditórias pelas quais se exerce o comando do todo social (o chamado “político, ideológico e jurídico”). Articulação feita pelos seus intelectuais que expressam as classes ou buscam dar direção e sentido a elas. Aqui o conceito de bloco histórico apresenta toda sua riqueza e nos permite compreender a totalidade social com suas múltiplas determinações. No nosso objeto isso se expressa no debate sobre como entender a qualificação e qual a relação entre o fetiche da neutralidade das técnicas e da ciência no jogo contraditório das racionalidades capitalistas.

Lembremos, ainda uma vez, as lições de Marx. O fetiche (a aparência) transforma o produzido em produtor. Transforma a mercadoria, por exemplo, em algo vivo e permite ocultar o fato de que, para além do intercâmbio real entre comprador e vendedor, existe um conjunto de relações sociais de subordinação/inclusão do trabalhador à ordem do capital. A qualificação é um fetiche exatamente porque torna natural e desejável para todos o que é do interesse particular do capital.

A tecnologia, a inovação, a qualificação não são neutras. A idéia de qualificação profissional será sempre um fetiche enquanto ela não implicar um controle do trabalhador sobre o processo de trabalho. Podemos dizer que a formulação marxiana da politecnia corresponderia a essa noção de qualificação. Sob o capitalismo, o que efetivamente existe é a polivalência, ou seja, o popular “pau para toda obra” que, evidentemente, neste momento, requer maior e melhor adestramento. Saber digitar, por exemplo, não significa maior qualificação, mas corresponde a uma necessidade real do capitalismo. Não significa que este trabalhador tenha o controle efetivo do processo de trabalho, mas que ele está acumulando novas aprendizagens. Nesse sentido, faz-se necessário todo um conjunto de processos de socialização do trabalhador, de despertar-lhe novas motivações (determinadas pelas relações capitalistas) para o trabalho.

Isso pode até causar impacto em alguns capitalistas acostumados à idéia de que os Recursos Humanos eram repressivos e usavam métodos de gestão coercitivos. Agora, embora continuem a ser repressivos e a usar tais métodos, são impelidos a fazer

o discurso da cidadania. Como muitas lideranças sindicais já, por várias vezes, afirmaram: mudou muito, antes era no chicote, agora é na negociação. Mas, as demissões e os lucros seguem a mesma lógica. Tudo isso determinado pela necessidade de imprimir condições de competitividade na economia brasileira, nos mesmos moldes que aquelas desenvolvidas nas economias dos países centrais.

É importante realçar que, nesse contexto, o esforço de tornar convergente o que antes se caracterizava como antagônico no âmbito do trabalho extrapola o espaço da fábrica e das representações dos trabalhadores. Agora, o enfrentamento se dá pela via da obtenção do consenso e sua negociação se amplia para outras esferas da sociedade.

Não é por acaso que o Banco Mundial e a OCDE passam a intervir nas políticas educacionais, entre outras, formulando um conjunto de orientações e determinações a serem seguidas pelas economias dos países em desenvolvimento. São estes organismos que, para concretizar a hegemonia dominante, indicam as prioridades de investimento e as reformas que devem ser viabilizadas para responder ao propósito da acumulação e valorização do capital.

No Brasil, as iniciativas que ampararam estas recomendações tiveram na Reforma do Estado o seu instrumento de liberalização do mercado, de modo a promover a mercantilização da vida social, inclusive da educação.

Com efeito, já nos anos 80 do século 20, algumas inflexões nas práticas políticas dos trabalhadores foram observadas. As direções sindicais, acostumadas às formulações economicistas, com baixa densidade estratégica, e acuadas pelas condições objetivas de uma economia em crise, cujo traço mais marcante era o desemprego crescente, tratavam de responder ao quadro recessivo que afastava os trabalhadores das entidades e reduzia sua capacidade de mobilização e organização para o enfrentamento da crise.

A qualificação profissional, apontada tanto no discurso do Estado quanto no dos empresários como a principal alternativa de saída para a crise do desemprego no país, aparecia permitindo e viabilizando o exercício pleno da cidadania e emergiu no cenário como uma das principais políticas na área de educação, e também como um



projeto estratégico na área do Trabalho. Com essa envergadura, transformou-se, durante todos estes anos, em um dos principais vetores de intervenção do Estado capitalista na totalidade da sociedade. Desloca-se, portanto, do campo do antagonismo para o da cidadania, sem qualificativos. Este movimento é essencial para a compreensão do que se segue.

A qualificação profissional, histórica bandeira de luta dos trabalhadores e das suas representações sindicais, agora solidamente apoiada pelos empresários que falam em reengenharia das suas empresas, foi merecedora de larga atenção por parte do Estado: grandes somas de recursos foram alocadas nesses programas, agências formadoras foram ampliadas, houve incentivo para criação de outras, convênios foram firmados para ampliar a cobertura dos cursos e órgãos do governo foram estruturados para acompanhar o processo e divulgar, maciçamente, nos institutos de comunicação, os benefícios da qualificação.

De outro lado, os sindicatos também se organizaram para participar da “cruzada” pela qualificação: montaram e ampliaram suas estruturas internas junto às centrais sindicais e nos próprios sindicatos — as chamadas Escolas de Formação — contrataram formadores, definiram os conteúdos que lhes interessavam a partir das demandas das suas bases e do mercado. Enfim, definiram a qualificação profissional como uma atividade político-estratégica da sua intervenção. Formou-se, assim, um poderoso exército de assessores que, obviamente, tem um peso nas próprias definições estratégicas do movimento sindical.

Como já nos referimos, não menos importante foi o papel da Universidade nessa questão. Através das fundações universitárias, docentes passaram a ser contratados para prestar serviços às instituições estatais, às organizações não-governamentais, aos sindicatos. Elaboraram diagnósticos da formação profissional, executaram propostas de qualificação, formularam projetos e produções para definir questões de interesse dos trabalhadores e suas demandas por qualificação.

As avaliações desse processo não são objeto da nossa investigação, mas as análises têm demonstrado que a problemática da qualificação dos trabalhadores vislumbra tendências que podem redefinir a prática política do chamado campo da

esquerda. A questão central que perseguimos foi indagar se este campo vem atuando no sentido de legitimar esse processo e ter o controle efetivo sobre o mesmo ou no sentido de não reconhecê-lo como estratégia que permita, nas atuais condições históricas, o exercício da cidadania.

O que nos interessou neste estudo foi identificar, a partir das iniciativas de qualificação, o posicionamento das agências multilaterais de financiamento, dos empresários e dos trabalhadores em relação à qualificação profissional enquanto estratégia de enfrentamento da crise e como parte da necessidade de reverter a crise de acumulação do capital. As propostas e iniciativas de qualificação são abordadas tendo como referência as tensões e contradições presentes nas práticas desses sujeitos para realizar seus projetos históricos de sociedade, vale dizer, projetos classistas. A análise da questão seguiu o curso das tendências mais gerais que se colocam no cenário do capitalismo contemporâneo, que impôs um novo papel ao Estado, à sociedade e às práticas políticas das classes trabalhadoras.

Estas práticas políticas dos trabalhadores foram sendo progressivamente transformadas, na medida em que o capital, com a participação efetiva do Estado, introduziu, na esfera da economia e da política, alterações significativas — objetivas e subjetivas — que levaram os sindicatos, suas direções e bases a enfrentar a natureza contraditória das questões relacionadas ao mundo do trabalho privilegiando práticas consensuais, ao invés da utilização de estratégias de confronto com o capital.

Ao mesmo tempo, é generalizada e tornada senso comum a idéia de que a sociedade civil se constitui o terreno privilegiado das representações e interesses gerais e o discurso da colaboração, do envolvimento, da responsabilidade de todos, ganha força; define-se um outro patamar na relação das classes com o Estado, patamar este que altera a intervenção deste Estado em relação ao conjunto das políticas públicas que ele define e executa.

Esse contexto determinou um amplo campo para a produção de consensos que se estendeu na sociedade, mediado pelo Estado e suas instituições. A sociedade civil passou a ser tratada como o lugar das negociações, das mediações entre Estado-sociedade-mercado e da resolução dos conflitos inerentes à relação capital e

trabalho. Para minimizar as contradições próprias da sociedade civil, as classes dominantes impuseram-lhe a responsabilidade de mediar as necessidades, diluindo o caráter de classe aí presente. No lugar deste, o fortalecimento de uma dimensão que reúne representações, interesses indiferenciados e práticas homogêneas.

Para formar esse consenso na sociedade, algumas questões foram determinantes. A conjuntura que mostrava um quadro de profunda crise econômica internacional torna-se elemento justificador da necessidade vital do país se integrar, rapidamente, à economia competitiva mundializada. Razão principal para que fossem empreendidos esforços coletivos de acelerar a modernização do parque industrial brasileiro. Modernização que implica não só nas mudanças tecnológicas, mas, também, numa ação decisiva junto à força de trabalho, no sentido de dotá-la de atributos que respondessem aos requerimentos do capital. E mais: para configurar o novo trabalhador coletivo.

Para tal, é necessário que ele assuma — como seu — o discurso da Qualidade Total, por exemplo, e, a partir disso, veja-se como responsável perante o consumidor e não como um trabalhador da ordem do capital. Daí, a necessidade da qualificação dos trabalhadores para lidar com o complexo sistema tecnológico estruturado sob novas bases de extração de mais-valia.

Na realidade, apesar da propalada universalização, compreendemos que a qualificação profissional significa a extensão da subordinação do trabalho ao capital. A própria idéia de modernização é esclarecedora. Modernização é sempre atualização, “aperfeiçoamento” do existente. O que significa dizer que, se o projeto é modernizar, se os trabalhadores compartilham esse programa, é evidente que o capitalismo se torna o único horizonte possível. É como se, na prática, vivenciássemos um *revival aggiornato* daquilo que Gramsci chamava Americanismo. No entanto, lembremos que ele trabalhava com a idéia da expansividade da classe burguesa, no sentido de incorporar às demais classes a sua racionalidade.

Para dar conta do seu projeto de dominação, o capital encontra na mediação da esfera pública a chave para redefinir politicamente sua intervenção. A recomposição das classes trabalhadoras é decisiva para enfrentar os obstáculos que

possam dificultar os seus projetos. O que se pretende é construir novas formas de representação dos interesses dos trabalhadores para além daquelas situadas no âmbito do sindicato. Em lugar disso, é estimulada a mobilização de forças sociais amplas, indiferenciadas, destituídas de traços conflituosos de corte classista e baseadas numa solidariedade genérica, abstrata, nas competências, na responsabilidade individual, na ideia de empreendedorismo, entre outras.

Nesse contexto, vale lembrar o protagonismo dos intelectuais do empresariado na formulação de conceitos e proposições que se identifiquem com essa estratégia de formação de consentimento. No Brasil, este segmento, através das suas organizações, teve um papel ativo junto ao Estado na formulação de políticas e representação dos seus interesses. Posicionando-se a favor das reformas propostas pelo governo FHC, até porque associado ao capital transnacional, o empresariado brasileiro apresentou suas prioridades face à necessidade de competitividade da indústria nacional no mercado internacional.<sup>8</sup>

A análise que o empresariado faz da crise e de seus desdobramentos enfoca a perspectiva de que o capitalismo contemporâneo se desenvolve prescindindo de elementos que geram alto custo para a economia de mercado, a exemplo dos encargos sociais sobre a folha de pagamento das indústrias e os direitos sociais reconhecidos na Constituição de 1988. A preocupação empresarial com o custo do trabalho aparece como um dos principais entraves ao crescimento da indústria nacional, na sua relação com a concorrência internacional.<sup>9</sup>

Um dos vetores da discussão sobre o desenvolvimento econômico foi o “custo Brasil” — reduzido, quase que totalmente, ao custo do trabalho — que deflagrou

---

<sup>8</sup> Os estudos de Ignácio Delgado (2001) mostram que os elementos fundamentais das propostas do empresariado, no período FHC, estavam centrados na reforma tributária que atendessem aos interesses de competitividade das empresas brasileiras, na eliminação de impostos em cascata, na redução dos tributos incidentes sobre a produção, na acentuação dos impostos diretos e conseqüente redução dos indiretos no sistema tributário do país.

<sup>9</sup> A análise que Ignácio Delgado (2001, p.239) faz dos documentos da CNI a respeito da estratégia de crescimento da economia brasileira pós 1994 revela que entre os fundamentos principais defendidos pelo empresariado estavam “a economia de mercado e livre competição”, a “estabilidade macroeconômica”, a “integração à economia internacional”, a “manutenção de regras estáveis”, o “respeito aos contratos”, os “investimentos em educação” e “a integração social e regional.” Justo estes fundamentos permitiriam a superação de entraves que o empresariado nacional encontrava para crescer a níveis internacionais.

um conjunto de debates sobre o desenvolvimento da economia. Estado, empresariado, trabalhadores, suas representações sindicais e intelectuais trataram de explicitar as questões que impediam o crescimento da economia diante de uma conjuntura que apontava para as necessidades de abertura comercial, de inserção do país no processo de globalização e de adequação do seu mercado de trabalho a um novo padrão nas relações entre capital e trabalho. Essa tematização<sup>10</sup> ocupa um lugar de destaque nos fóruns de discussão sobre os problemas da economia brasileira. Adquire centralidade porque, além de envolver antigos antagonistas no debate, consegue reunir trabalhadores, empresários e sociedade para formular alternativas negociadas que atendam aos interesses de todos. Sua forma mais acabada é o atual Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.<sup>11</sup>

Para o empresariado, o custo do trabalho aparece como um dos elementos da política econômica que mais interfere nas condições de competitividade e nas iniciativas de investimento na força de trabalho. Desse modo, a “opção estratégica” do governo para implementar medidas econômicas que atendam às necessidades da globalização dos mercados — a permanente negociação com a sociedade civil — coloca o tema do custo do trabalho no centro das discussões que propõem formas flexíveis de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e uma qualificação dirigida às exigências da acumulação capitalista ampliada.

Nesses termos, o custo Brasil — seja nas dimensões mais gerais da política econômica, seja nas relacionadas aos encargos sociais implicados na força de trabalho — tem sido tematizado pelo capital e pelo trabalho. O primeiro, premido pela necessidade de sobrevivência no interior da concorrência capitalista. O segundo, impelido pela conjuntura do crescente desemprego, pelas formas precárias de trabalho geradas pelo processo de reestruturação produtiva e pela compreensão de que somente

---

<sup>10</sup> O custo Brasil é tema bastante trabalhado nas instâncias empresariais. Os argumentos sobre o elevado custo do trabalho partem do suposto de que os encargos sociais chegam a atingir mais de 100% do salário. Essa interpretação é dada pelo professor José Pastore e se fundamenta na posição de que a base de comparação dos encargos não é a remuneração total do trabalhador. Os itens que são considerados encargos estão referidos a 13.º salário, dias de afastamento por doença, pagos pelas empresas, aviso prévio e despesa por rescisão contratual. Já na interpretação do DIEESE, os encargos sociais representam 25,1% dos salários. Para este órgão, esta diferença de cálculo teria sua origem na confusão existente entre os conceitos de obrigações trabalhistas e de encargos sociais.

<sup>11</sup> Sobre o CDES, ver a análise de Francisco de Oliveira, na Folha de São Paulo: “Em busca do consenso perdido”. Francisco de Oliveira, **Folha de São Paulo**, 19 fev. 2003, p.A-6.

através do crescimento econômico é possível resolver a questão do emprego nacional.

O debate sobre o custo do trabalho carece de avaliações rigorosas no sentido de indicar ou não a sua influência sobre a questão do desemprego. Isto, a rigor, não é a questão central para os capitalistas. Mas, exerce um importante papel na medida em que envolve os trabalhadores em uma discussão que é centralmente a dos capitalistas, mas que tem efeitos perversos e destrutivos sobre aqueles, porque afetam a criação dos postos de trabalho, o estatuto do trabalho, as condições e a regulação do mercado e, fundamentalmente, as condições de vida dos trabalhadores. Esta, sim, é a questão essencial para aqueles que detêm o comando do processo econômico.

Nessa linha de argumentação Husson (1999, p.78) sustenta que o custo do trabalho não é medida para se afirmar que uma baixa desse custo geraria, automaticamente, mais empregos. Para o autor, a experiência internacional, particularmente a francesa, não confirma essa posição. Conectada a essa discussão, a da qualificação profissional ganha relevo, pois, em uma conjuntura de crise global e de ausência de empregos formais, a qualificação vem se apresentando como a principal estratégia que, supostamente, dá enfrentamento ao desemprego. Não importa o tipo de emprego que se está criando ou o estatuto de trabalho que se pretende organizar. O certo é que nunca se viu, como em períodos históricos anteriores, no mundo e, sobretudo, no Brasil, iniciativas estatais de tamanha envergadura que incentivassem formas tão flexíveis de inserção de trabalhadores no mercado de trabalho.

Embora o determinante do desemprego não seja a ausência de qualificação, é preciso lembrar que esta discussão sobre a qualificação é profícua no sentido de que ela incide sobre questões mais gerais da acumulação capitalista, funcionando como catalisadora de empregos instáveis e facilitadora do surgimento de atividades terceirizadas, empreendedoras, etc. Ainda segundo Husson (1999, p.81), esta invenção de estatutos de trabalho flexíveis parece mesmo tratar-se, na realidade, de um “projeto de desconstrução da relação salarial”. Mais precisamente: um projeto de desconstrução do próprio trabalhador coletivo. O que se produziu, com a implantação de mecanismos de política econômica os mais diversos, não foi o enriquecimento do conteúdo do trabalho, mas, “entre o puro desemprego e o emprego *standard*, o que alguém chamou o ‘halo’ das situações intermediárias de emprego precário”. (Ibid.)

A nosso ver, o discurso da qualificação profissional passa a nutrir a expectativa de que a sociedade, de modo geral, está apta para o trabalho e, nesse sentido, ela é condição essencial para qualquer iniciativa de geração de emprego. Seja qual for a natureza deste. Mas, é também, e essa é a nossa compreensão, pressuposto para imprimir maior produtividade e competitividade às empresas e qualidade aos produtos e serviços. É necessário que lembremos, ainda uma vez, o significado conceitual e prático de produtividade: sob o capitalismo, esta nada mais é que ampliação do processo de valorização do capital e, portanto, maior exploração do trabalhador coletivo.

Da indústria ao “setor serviços”, a qualificação se propõe a responder a todos os requisitos necessários às exigências da dinâmica capitalista. Aqui, a dimensão do desemprego se confunde com o direito ao trabalho. É com esse entendimento que o empresariado e os intelectuais do capital formulam questões justificadoras de que o momento atual exige uma parcela de contribuição da sociedade: iminência de aumento da crise e o conseqüente aprofundamento do desemprego; falência de empresas e desindustrialização do parque industrial; inadimplência de alguns setores. Segundo os mesmos, são estes os aspectos com que todos devem se preocupar.

Como se pode perceber, é na esteira dessa discussão sobre a crise global por que passa a sociedade brasileira e as soluções para seu enfrentamento, que capitalistas, trabalhadores e instituições estatais vão organizar seu discurso e, ainda, aproximar suas propostas para responder ao quadro de recessão que invoca a parcela de colaboração de toda a sociedade, indistintamente.

No entanto, parece-nos que é a qualificação o principal vetor por onde se articulam estas iniciativas. É interessante observar como todas elas se conectam a processos de qualificação profissional: qualificação de jovens, de adultos, para pequenos empresários, para elaboração de projetos de geração de trabalho e renda, etc. É, sem dúvida alguma, o eixo que unifica projetos dos capitalistas e dos trabalhadores como estratégia de enfrentamento do desemprego e de qualquer iniciativa de sua superação. Seja como proposta de inserção à dinâmica capitalista seja como resposta à crise do capital e de suas formas institucionais.

Ciência, tecnologia e produtividade tornam-se faces do mesmo processo e se encontram enraizadas em um projeto convergente, em nível mundial, onde o capital tenta deslocar o trabalho e suas demandas para o seu campo, metamorfoseando-as em objeto de sua intervenção.

Nessa direção, as experiências de diversos países mostram como a qualificação profissional vem sendo objeto de mobilização e de possibilidade de “inclusão” do Trabalho no mercado, muito embora a racionalidade capitalista e sua exigência de produtividade máxima se fundamentem na redução do trabalho vivo. Trata-se, paradoxalmente, de qualificar para o trabalho, em uma sociedade onde se dissemina a idéia de que o trabalho não ocupa mais centralidade na vida social. O aparente paradoxo ilustra, à perfeição, o sentido das contradições classistas sob o comando do processo de valorização do capital.

Nos estudos realizados por Ciavatta (1998), essas idéias são trabalhadas tendo como referência a experiência de países como a Itália, México e Brasil. A autora faz uma investigação comparativa das propostas e execução dos processos de formação profissional, destacando a questão enquanto resposta estratégica aos problemas da globalização da economia e da reestruturação produtiva, via participação dos trabalhadores e de seus sindicatos na política de qualificação profissional e, principalmente, enquanto resposta ao problema do desemprego.

Os resultados da pesquisa da autora indicam o quão polêmico tem sido encaminhar este debate nos mencionados países, particularmente no que diz respeito à colaboração das representações sindicais com o Estado e as empresas na implantação dos programas. Não escapa à autora a análise do desenvolvimento e das condições históricas de cada país e a percepção que têm os sujeitos sociais a respeito dos objetivos da formação profissional.

No caso da Itália, os sindicatos parecem ter claro que tal processo visa à ampliação dos conhecimentos e acúmulo de informações para melhor negociarem suas condições de trabalho e defenderam seus empregos. Nesse país e no conjunto das economias capitalistas, os sindicatos se vêem diante de inúmeros problemas que vão desde a reforma da previdência, no início dos anos 90 do século passado, à redução da



taxa de sindicalizados, além dos baixos índices de educação básica frente às novas exigências do trabalho.

A despeito dessa realidade, há que se reconhecer que, na Itália, as conquistas trabalhistas, sob o ponto de vista educacional e das condições de trabalho, são fatores diferenciais que colocam a qualificação em um outro patamar de discussão<sup>12</sup>, embora os problemas presentes sejam, ainda, os de atender aos novos requerimentos do modelo econômico em curso.

No México, por exemplo, as propostas de atualização de conhecimentos para os trabalhadores empregados, as de capacitação para aqueles que estão fora do mercado de trabalho ou para aqueles que estão buscando emprego pela primeira vez constituem o alvo dos programas nesse país, os quais, inclusive, recebem subsídios do Banco Mundial para sua execução. A pretensão é de que estes sejam “projetos-pilotos” para a América Latina, no sentido de qualificar tendo em vista as mudanças na organização produtiva.

Já no Brasil, o Projeto de Educação Profissional elaborado pelo Ministério do Trabalho, em 1995, parte da premissa de que a qualificação é uma questão de “recuperação e valorização da competência profissional do trabalhador”. A cidadania aparece como um suposto desse processo, ao lado da necessidade de desempenho técnico e de formação de um perfil que atenda às necessidades do mercado de trabalho.

Cidadania e mercado, ao mesmo tempo, reduzidos a um só processo que comporta a noção de “cidadão produtivo”, ou seja, adequado às exigências de empregabilidade<sup>13</sup> — a “*nouvelle*” em tempos de desemprego estrutural — e à

---

<sup>12</sup> Segundo Ciavatta (1998, p.117), as condições históricas, econômicas e sócio-políticas da Itália são bastante distintas na relação Norte-Sul. Por essa razão, a qualificação constitui-se um direito garantido nos acordos contratuais e envolve a participação dos sujeitos envolvidos.

<sup>13</sup> O termo “empregabilidade” surgiu para designar o conjunto dos requisitos e competências necessários aos trabalhadores à obtenção de um emprego, tornando-os aptos para sua inserção no mercado de trabalho. Diz respeito à capacidade destes, através da permanente atualização, garantirem sua permanência neste mercado, a partir das exigências dos empregadores. A idéia força é a de que quanto maiores as experiências adquiridas e as aprendizagens incorporadas, maior o grau de empregabilidade desse trabalhador. A perspectiva subjacente a essa idéia é individualista e o problema do desemprego passa a ser uma questão de falta de empregabilidade do trabalhador brasileiro. Por isso, a qualificação emerge como uma resposta à questão da ausência de empregabilidade. Esse discurso da empregabilidade, amplamente utilizado pelo Estado nos seus programas de Educação Profissional dos Trabalhadores, foi disseminado entre empresários, intelectuais, universidades e trabalhadores.

flexibilidade do mercado e das condições de trabalho. Sob o argumento da cidadania, incorpora-se a necessidade do mercado. Por isso, a qualificação torna-se uma exigência do mercado, onde cada trabalhador, individualmente, se responsabiliza para preservar seu espaço no mercado de trabalho e para assegurar a sua condição de cidadão. Em outros termos, a subordinação é qualificada como culpa/inadequação.

O cidadão produtivo é qualificado pela sua condição de ter acesso a uma formação que lhe foi negada historicamente e que agora lhe é oferecida para intervir nos processos de trabalho. Essa idéia tem um alto poder de sedução, só que ela ignora que o comando de todo o processo produtivo é ditado pela racionalidade capitalista e não por um *savoir faire*. Trabalho este que, como já afirmamos, na ordem burguesa restringe — quando não os nega — os direitos de cidadania ao mínimo e deve se pautar pela máxima flexibilização do trabalho, como resposta às necessidades do mercado. Para o capital, a qualificação é uma questão de hegemonia. Para o trabalho, uma questão afeta ao acesso ao emprego e à realização da cidadania. O conceito de cidadania, vale dizer, da cidadania liberal, é resgatado e difundido com o objetivo de impedir a realização da vontade classista<sup>14</sup>.

Em linhas gerais, o que nos parece se apresentar como tendência nessas propostas de qualificação dos trabalhadores é o seu caráter integrador à racionalidade capitalista. Nesse sentido, a chamada reestruturação produtiva, na realidade, reestruturação capitalista,<sup>15</sup> tem cumprido um papel determinante na construção dessa estratégia de integração.

Difícilmente, a qualificação profissional pode viabilizar esta inserção no mercado de trabalho. No entanto, o que é interessante observar na dinâmica capitalista contemporânea é que, de algum modo, ela permite formas de inserção precárias e vai tecendo uma cultura que, contraditoriamente, afirma a centralidade do trabalho. E faz isso como iniciativa pública de inserção no mercado de trabalho, pois é o Estado quem

---

<sup>14</sup> Para Gramsci, a vontade implica em se ter um objetivo universal concreto e diz respeito à perspectiva de o proletariado se colocar em condições de se dirigir e se organizar fora do poder da burguesia.

<sup>15</sup> O fato de falarmos em reestruturação capitalista e não produtiva se deve a duas razões: a primeira, por compreendermos que nenhuma reestruturação é genérica, desprovida de sentido classista e segundo, porque não é possível reduzi-la à chamada esfera da economia, seccionada da totalidade social.

viabiliza as condições de reprodução da força de trabalho, aí incluído seu processo de qualificação, em tempos de desemprego, de negação do trabalho enquanto elemento definidor de projetos classistas e de apologia ao fim da relação de assalariamento.

São exatamente estes elementos contraditórios que revelam o fetiche da qualificação. Através da ação do Estado, que para funcionar de acordo com as exigências do capitalismo contemporâneo necessita do consenso e da colaboração ativa das classes trabalhadoras, as iniciativas de qualificação criam o ambiente material, político e ideológico sobre o qual repousa a tônica da centralidade do trabalho, a despeito do desemprego, da precarização do trabalho, da ausência da retomada do crescimento da indústria e da produtividade. Ainda assim, articulam-se inúmeras possibilidades de toda e qualquer forma de geração de postos de trabalho ser iniciativa de enfrentamento do desemprego. Em suma: qualifica-se para qualquer trabalho. Sob outro ângulo, também é necessário considerar a importância que a incorporação desses saberes adquire na vida dos trabalhadores. A questão central é saber se essa incorporação pode se tornar uma idéia-força na politização das reais necessidades do trabalho. Em outras palavras, que uso os trabalhadores vão fazer dessa qualificação? Esta foi uma das questões que orientou nossa pesquisa.

Sob o manto da qualificação, identificamos a existência de práticas muito distintas. Para o capital, ela aparece como estratégia de racionalização do trabalho e, por isso mesmo, vinculada aos indicadores de produtividade. Para os trabalhadores, constitui uma prática que tem o emprego como horizonte. Portanto, enraizada no campo do direito ao trabalho. Direito este, bom lembrar, que se distingue do trabalho realmente livre, emancipatório, autônomo que se projeta para um outro tipo de sociedade.

Assim, a qualificação profissional torna-se uma possibilidade concreta de acesso e inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho cada vez mais complexo e exigente. Mais do que isso: ela é conceituada como acesso à educação, sem o que não podemos compreender o processo de reprodução social que está subjacente às relações que são produzidas nessa dinâmica. Embora a tendência geral identificada nos processos de qualificação dos trabalhadores seja a de ocultamento dos interesses e antagonismos classistas, há que se pensar dialeticamente esse processo, no sentido de indagar a quais necessidades vêm efetivamente atendendo e que projetos, ainda que embrionários, estão

sendo construídos pelos trabalhadores, ao participar das iniciativas de qualificação?

Nosso ponto de vista é que esta questão deve ser respondida levando em conta não somente as justificativas elencadas pelos trabalhadores — aquelas que se reportam às necessidades imediatas para enfrentar as mudanças no processo produtivo ou as que tratam das possibilidades que são engendradas com o acesso à qualificação. Nosso interesse, como já afirmamos, é investigar os projetos societários que estão subjacentes às propostas de qualificação.

É verdade que as estratégias de concertação têm sido instrumentos fortemente privilegiados para integrar os trabalhadores nestas propostas. As razões para o seu êxito se encontram no discurso da preservação do emprego, da abrangência do processo de qualificação para assegurar a sobrevivência das empresas nacionais e do ideário do progresso social.

Ao tratar do movimento sindical e do seu posicionamento em relação à Qualificação Profissional, o fazemos situando os limites estruturais do sindicalismo, presentes nas determinações sócio-históricas do seu surgimento. Embora reconhecidamente importante no sentido de contestar os processos de exploração dos capitalistas contra os trabalhadores e auferir ganhos materiais e direitos em defesa destes, a organização sindical move-se em um terreno econômico-corporativo, cuja base é a relação entre proprietário dos meios de produção e força de trabalho. Mediado por esta relação, o sindicato “organiza os operários não como produtores, mas como assalariados, isto é, como criaturas do regime capitalista, da propriedade privada, como vendedores da mercadoria-trabalho. O sindicalismo une os operários segundo o instrumento do trabalho, ou segundo a matéria a transformar, isto é, o sindicalismo une os operários a partir da forma que lhes imprime o regime capitalista, o regime do individualismo econômico”. (GRAMSCI apud DIAS, 2000, p.170)

A inflexão constatada nos movimentos defensivos dos trabalhadores organizados, tanto nos sindicatos quanto nos partidos políticos de esquerda, na contemporaneidade, expressa a tendência que essas organizações assumiram, historicamente, no conjunto das lutas de classes. Ao mesmo tempo em que buscavam obter posições mais vantajosas para os trabalhadores, no campo material —

particularmente no caso dos sindicatos — essas entidades, sob inspiração da social-democracia de viés reformista, passaram a profissionalizar suas atividades e a organizar estruturas de negociação que permitiram um alto grau de burocratização e hierarquização, processos que contribuíram para integrar “o movimento operário no jogo institucional da democracia representativa”. (BIHR, 1998, p.32)

Tem-se, aí, as condições essenciais e necessárias — objetivas e subjetivas — para substituir a coerção característica das relações entre capital-trabalho pela construção do consentimento ativo dos trabalhadores.<sup>16</sup>

De movimento que nasce de uma condição objetiva da indústria — e que resultou da criação do sistema “S” — e se desloca para o interior do aparelho de Estado, vai-se afirmando uma estratégia que diz respeito à reprodução social, que implica não só o domínio de uma classe ou fração de classe, mas a direção destas na tentativa de construir hegemonia na sociedade.

A sociedade do conhecimento<sup>17</sup> aparece como sendo a nova qualidade da educação. Sociedade esta que privilegia a potencialização da ciência e da tecnologia como instrumentos centrais para a emancipação do trabalho, mas que, na verdade, desistoriciza as relações sociais enquanto relações de classe.

Nas condições históricas atuais, os intelectuais de classe se articulam ao Estado e às suas instituições e, não de forma desinteressada, agem sobre determinadas problemáticas organizando a hegemonia social de um grupo e sua dominação estatal.

Para Gramsci,

“os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia

---

<sup>16</sup> Esta discussão sobre o consentimento dos trabalhadores está devidamente refletida nos estudos de Ana Elizabete Mota (1995).

<sup>17</sup> A expressão “sociedade do conhecimento” é usada para designar a emergência de uma nova fase de desenvolvimento da sociedade capitalista. O seu principal divulgador, Daniel Bell, considera que conhecimento e informação são recursos tão estratégicos e transformadores como a combinação de energias, recursos e tecnologia mecânica, responsáveis pelas transformações da sociedade industrial. Para os teóricos que comungam com essa idéia, a informação e o conhecimento modificam a própria fonte de criação, riqueza e os fatores determinantes da produção. Trabalho e capital cedem lugar à informação e ao conhecimento. A teoria do valor trabalho é substituída pela “teoria do valor do conhecimento”.

social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo”. (2000, p.20)

É com esta noção que trabalhamos para nos aproximar e explicar os processos contemporâneos que estão presentes na sociedade brasileira e expressam um conjunto de iniciativas por parte do governo, sob a orientação dos organismos financeiros internacionais, do empresariado e das representações dos trabalhadores, abrangendo a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável — aí incluída a proposta de economia solidária como também os projetos de qualificação profissional, objeto do nosso interesse, que, a nosso ver, expressam uma estratégia de hegemonização passiva das classes trabalhadoras.

A mediação dos intelectuais — tanto do capital como do trabalho — é basilar não só para compreender o consenso em torno da questão, mas para identificar o movimento que as classes empreendem, a partir das elaborações destes intelectuais no sentido de definirem suas intervenções na realidade.

Não por acaso o trabalho das assessorias governamentais, empresariais e trabalhistas ganham relevo nesse debate. A difusão, por parte da mídia, de posicionamentos dos diversos segmentos empresariais, do governo, das agências multilaterais e dos trabalhadores são exemplares do quanto os elementos ideológicos são decisivos e atuam no sentido de mobilizar e direcionar as práticas políticas das classes. Na maioria das vezes, estes sujeitos falam em nome das classes que representam e parece-nos realizar um substitucionismo histórico, na medida em que as suas direções se vêem diante de transformações que exigem respostas ágeis, imediatas e

pragmáticas e, em grande parte, encontram-se acuadas pela debilidade teórico-política decorrente da ofensiva capitalista na totalidade social e, especialmente, na esfera da produção.

Os eixos analíticos privilegiados na nossa investigação — hegemonia, passivização e estratégia de transformismo, intelectuais, cidadania e intervenção estatal — são trabalhados, em todo o percurso do estudo, na perspectiva de conhecer o movimento que o capital realiza para tornar universal os seus interesses particulares, ao mesmo tempo em que traz para si os elementos das práticas dos trabalhadores que não modificam, na essência, o projeto de construção da sociabilidade capitalista. Reordenação econômica, reconstrução das formas mercantis e refundação do aparato estatal constituem o tripé que expressa uma atualização das formas de subsunção do trabalho ao capital e são elementos vitais para o que estamos chamando de reforma intelectual e moral da burguesia.

Com essa direção é que se realiza, a partir dos anos 90 do século passado, uma profunda Reforma do Estado que reorienta as práticas de classe, fazendo com que sejam socializados valores político-ideológicos que identificam e organizam as necessidades a partir da racionalidade do capital e de uma materialidade estruturada de tal modo que a ação dos trabalhadores passa a ser dirigida pelo movimento do capital, mediante o assentimento e o protagonismo do Estado e do empresariado.

Diante disso é que no, primeiro capítulo, enfocamos historicamente a questão da crise e do processo de reestruturação capitalista enquanto resposta do capital para reatualizar seus mecanismos de domínio sobre o trabalho. O foco da nossa análise é discutido a partir do trato teórico-político que é dado à questão das forças produtivas sob o capitalismo, identificadas, prioritariamente, com as tecnologias e inovações. A partir daí, abordamos o tema da qualificação como expressão dos processos de reestruturação capitalista que ora apontam para uma estratégia de racionalização do trabalho, ora se apresentam como política que viabiliza o acesso à educação.

A crítica a essas formulações é apresentada através do debate sobre o economicismo e seus rebatimentos nas práticas classistas. As referências a esse tema são reportadas às expressões contemporâneas do capitalismo e sua permanente tentativa

de tornar a objetividade burguesa uma subjetividade universal.

No segundo capítulo, privilegamos a análise que as agências multilaterais de financiamento — as de maior expressividade na formulação de diretrizes para a educação — fazem no sentido de construir as bases ideológicas a serem incorporadas pelos países de economia periférica, como é o caso do Brasil, no processo de reconfiguração das relações entre Estado, sociedade e mercado. Para conhecer os argumentos das agências multilaterais, analisamos alguns relatórios do Banco Mundial e outros documentos que contém as posições e recomendações do Banco para os países de economias em desenvolvimento, especialmente o “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: o estado num mundo em transformação”, de 1997, onde são feitas recomendações sobre a necessidade de reorientação do Estado e de uma maior participação da “sociedade civil” na definição das políticas públicas.

Ao mapear as diretrizes gerais dessas agências, identificamos não só as tendências que se apresentam para a educação dos trabalhadores, mas também os vetores constitutivos de hegemonia que são tecidos molecularmente, cujas referências principais se assentam no papel da sociedade civil.

Seguindo essa mesma perspectiva teórico-metodológica, o terceiro capítulo aborda o pensamento empresarial e as proposições sobre a educação dos trabalhadores, procurando demarcar os principais elementos trabalhados pelos intelectuais do capital no sentido de conformar o novo tipo de trabalhador, adequado às necessidades das empresas, premidas pelas exigências de competitividade e produtividade. O enfoque das nossas observações procura identificar como a educação/qualificação dos trabalhadores converte-se em mecanismo de afirmação do papel dirigente do empresariado brasileiro. A pesquisa foi realizada através da análise de documentos das representações empresariais mais expressivas do empresariado brasileiro, a exemplo da Revista da Indústria, editada pela Confederação Nacional da Indústria, das “Agendas de Crescimento” elaboradas pelo setor industrial representado pela CNI, em 1998 e 2002, e de artigos de opinião publicados na imprensa nacional.

Por fim, no último capítulo, são apresentados os projetos dos trabalhadores, representados nas suas Centrais Sindicais — especificamente CUT e Força



Sindical — para a formação dos trabalhadores, sua relação com o Estado, destacando-se, principalmente, as inflexões da primeira diante da estratégia de transformismo operada pelo capital, com a mediação do Estado e o deslocamento conceitual e prático-político que realizou, ao identificar Qualificação com Educação e ao tornar a cidadania como o horizonte da sua intervenção. Para identificar estes projetos, pesquisamos as publicações e documentos oficiais das referidas Centrais, como Resoluções e Teses de Congressos, Revistas publicadas pelas Secretarias de Formação, e também o documento **Questões críticas da educação brasileira**, fruto de seminário organizado em 1995, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Esse seminário, que contou com a participação das representações sindicais, empresariais, universidades e instituições governamentais trata-se de um marco na formulação da política de Educação Profissional dos trabalhadores.

Embora não tenha sido objetivo desta tese fazer a discussão sobre o papel mediador do Estado na política de qualificação dos trabalhadores, analisamos os processos reais que envolveram o Estado na formulação, implantação e difusão das idéias que conferiram o estatuto de política social à qualificação profissional. Neste sentido, trabalhamos com a perspectiva histórica que compreende o Estado a partir da dinâmica das classes em presença, e, portanto, das contradições que permitem às classes subalternas intervirem na realidade social.

A discussão apresentada nos três capítulos mostra-nos que a intervenção do Estado nas iniciativas de qualificação dos trabalhadores adquire, desde a implantação da política, uma feição neoliberal, expressa na difusão de idéias como empregabilidade, empreendedorismo, cidadania e fortalecimento da sociedade civil. E, a despeito das discussões que tratam da redução do papel do Estado no redirecionamento das políticas públicas, sustentamos que, na conjuntura atual, ele é uma mediação necessária, particularmente nos países da América Latina, onde se inclui o Brasil, para fortalecer os projetos capitalistas.

Nas considerações finais, sintetizamos as tendências que se apresentam nessa conjuntura face aos processos de construção da hegemonia burguesa, recuperando as estratégias utilizadas que tornaram possível a reorientação das necessidades e dos projetos classistas. Esta perspectiva de análise demarca a nossa opção teórico-

metodológica de compreender a totalidade social com base na “análise de situações concretas” da vida social e sobre as quais procuramos entender a conjuntura atual.

# CAPÍTULO I

## SOBRE A CRISE E A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA

O final da década de 80 e o prolongamento dos anos 90 do passado século vinte são marcados por profundas mudanças no capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista tanto da conjuntura internacional quanto da conjuntura nacional, tais mudanças exprimem o vigor de uma permanente reestruturação para enfrentamento da crise de acumulação capitalista.

Impulsionada por processos econômicos e políticos que incidem na totalidade da vida social, esta crise supõe o desenvolvimento de estratégias que visam recriar as bases de valorização e dominação ideológica do capital. Para tanto, o capital transforma a sua base material de modo a permitir um novo ordenamento das forças produtivas e, ao mesmo tempo, atualiza as práticas de organização político-social das classes em presença.

A nosso ver, trata-se de um movimento que repõe, sob novas bases, alguns elementos da racionalidade anterior, dotando-a de renovados mecanismos capazes de impor as condições para realizar-se enquanto única perspectiva histórica dessa totalidade social.

É esse aspecto político como mediação da reestruturação econômica que queremos enfatizar no nosso estudo. Dentre as inúmeras iniciativas que são implementadas para responder à crise capitalista, a qualificação profissional se apresenta, nos países desenvolvidos e, particularmente, no Brasil, com uma dupla perspectiva: como uma temática central que parece renovar o debate sobre a crise de acumulação e seu enfrentamento e, nesse sentido, tende a envolver todas as classes sociais; e, como possibilidade de que esta estratégia viabilize o aumento da produtividade do capital, sua competitividade e se constitua em alternativa ao quadro de desemprego crescente instalado no capitalismo contemporâneo.

Assim, é fundamental para o capital que a idéia da qualificação profissional possa ser tomada, de modo indiferenciado e consensual, por todas as classes sociais, como uma importante estratégia que permite apontar saídas para a crise capitalista. Apresentando o discurso sobre a massificação dos processos de qualificação profissional e sua funcionalidade para a retomada do crescimento econômico, capital e trabalho, com a mediação do Estado, transformam esse argumento em um discurso ideológico capaz de mostrar que é possível a toda a sociedade ter interesses que são comuns ou universais.

Na realidade, o que se pretende com esse argumento ideológico é construir as bases de uma hegemonia dominante, pela via da dissolução dos antagonismos classistas e da mobilização de interesses em torno de um projeto que, embora historicamente reivindicado pelo trabalho, é transformado em necessidade do capital para responder às suas exigências e incorporado pelos trabalhadores como possibilidade de acesso aos processos educacionais, ao longo dos anos, negado pelas classes dominantes.

As iniciativas de qualificação profissional passam a integrar a agenda de organismos internacionais; converte-se em objeto de ação política do Estado, dos empresários e dos sindicalistas. Tais iniciativas são identificadas como instrumentos do progresso e como parte da necessidade de reverter a crise de acumulação do capital.

O nexó entre crise e progresso que, neste momento, define uma nova configuração do Estado e das classes sociais se sustenta nos argumentos de que não há alternativa para o desemprego sem que haja um forte investimento na qualificação profissional. As idéias de progresso, empregabilidade, empreendedorismo, cidadania, perpassam todo o discurso de enfrentamento desta problemática. É neste sentido que construímos nossa argumentação para mostrar como, numa conjuntura de crise, o capital lança mão de uma política potencializadora de consensos para responder à sua crise.

Na história e na literatura recentes sobre a crise contemporânea e as respostas engendradas pelo capital a esta crise, a idéia do “progresso”<sup>1</sup> é difundida como

---

1 Segundo Wood (2003, p.129), a discussão sobre o “progresso” está associada ao Iluminismo e apresenta-se sob a forma de duas idéias distintas, mas relacionadas entre si. Uma dessas idéias diz respeito à questão do aperfeiçoamento humano, compreendido como fenômeno político-cultural, de

uma tendência que universaliza as relações capitalistas e cria as bases materiais para a reprodução das classes sociais. Portadora de uma ideologia que objetiva a perenização de tais relações, esta idéia parece-nos ser o fio condutor que sustenta um conjunto de mudanças que vêm sendo empreendidas, em nível mundial, nas esferas da economia e da política, em um permanente movimento de reestruturação da sua existência histórica. Movimento este, diga-se de passagem, onde o capital procura, incessantemente, formas inovadoras de autovalorização, utilizando-se cada vez menos do trabalho vivo, base de todo processo capitalista de acumulação.

Os argumentos sobre a crise da sociedade do trabalho e, conseqüentemente, o deslocamento da sua centralidade constituíram-se em um arsenal teórico bastante utilizado pelos intelectuais, desde o final dos passados anos 60 até os dias atuais, para explicar a crise contemporânea. No entanto, a difusão dessa análise nos meios acadêmico, intelectual, profissional não foi capaz de demonstrar a “desnecessidade” do trabalho vivo ou a sua eliminação dos processos de produção. Dito de outro modo: tais argumentos puderam exercer sua influência, principalmente entre as classes subalternas, mas não conseguiram alterar o real, onde a permanência do trabalho — em qualquer que seja sua forma — manifesta, consciente ou inconscientemente, seu antagonismo. A despeito da inserção que estas posições alcançaram, o que de fato se pôde notar foi a incorporação do trabalho vivo sob a forma de trabalho morto, cujo suporte material é a tecnologia, forma particular do trabalho intelectual.<sup>2</sup> É contra essa perspectiva de análise da crise capitalista que nos posicionamos e tentamos apreender os

---

ascensão da liberdade e da razão. A outra idéia está relacionada a um tipo de materialismo que via a história como uma evolução dos “modos de subsistência” ou o amadurecimento do último estágio, o mais perfeito, da “sociedade comercial”. Para a autora, esses dois “ramos” ou duas idéias se uniram na concepção de progresso técnico, na qual o desenvolvimento da mente humana se expressava no aperfeiçoamento das técnicas de provisão da subsistência material. Nesse sentido, progresso era resultado não somente do aperfeiçoamento dos instrumentos de produção, mas de um refinamento de uma divisão de trabalho cada vez mais complexa, entre profissões, entre cidade-campo e no próprio local de trabalho. A racionalidade característica desse quadro era acompanhada, tanto no plano político quanto no cultural, pelo declínio da superstição e também pelos avanços da liberdade. É importante ter sempre presente que essa perspectiva de progresso é uma *idéia-força* da chamada civilização ocidental e está na base das teorias da modernização como atualização/aperfeiçoamento do vigente.

<sup>2</sup> Esta é a posição assumida, entre outros autores, por Offe (1989), Kurz (1992), Gorz (2003), Habermas (1987). Para este último, os avanços do progresso científico e tecnológico indicam que a sociedade moderna pode ser organizada a partir da racionalidade da ciência e da técnica. Com isso, transforma-se toda e qualquer possibilidade de antagonismo classista que caracteriza uma dada sociedade historicamente determinada e trabalha-se no campo da conciliação dos interesses e da construção de uma esfera comunicativa, por onde passam as bases de edificação de uma nova sociedade. Nessa argumentação, o trabalho vivo é substituído pelos produtos materiais da ciência e da tecnologia, pelo acesso ao mundo das coisas, com ênfase no processo de circulação e não no da produção.

nexos entre a crise, os determinantes dessa crise e nossa problemática de estudo, a qualificação profissional.

Indicativa de um processo que revela as contradições e antagonismos que são peculiares à formação especificamente capitalista, podemos afirmar que esta crise não é nova. Ela reflete um conjunto de determinantes que vinham sendo questionados desde o período do segundo pós-guerra, determinantes estes que dizem respeito às relações estabelecidas entre as formas de o capital expropriar, em larga escala, o sobretrabalho e as lutas de classes que se desenvolvem a partir dos modos de propriedade que as relações de produção capitalista encerram.

A nosso ver, esta forma de o capital operar na realidade e de superar suas contradições internas expressa uma crise orgânica, como já afirmamos, uma crise afeta à totalidade da formação social, às relações entre economia e política; entre os movimentos tendenciais aos quais está submetida a produção material, que são os pilares da dinâmica capitalista e as relações políticas das classes sociais, elementos fundamentais à constituição do modo de produção capitalista, os quais são modificados à medida que os grupos dominantes impõem formas renovadas de intervenção na sociedade para manter, ao mesmo tempo, o seu domínio no núcleo decisivo da atividade econômica e nas formas de subalternidade política dos trabalhadores.

Na perspectiva marxista, o trato teórico-metodológico do conceito de crise, segundo vários autores (RUBIN, 1980; ALTVATER, 1987; NETTO, 1993; TUDE DE SOUZA, 1994; GRESPAN, 1999), está referido a um conjunto de contradições decorrentes do movimento do valor, contradições estas que se desenvolvem e afetam a dinâmica capitalista nas suas dimensões econômicas, sociais e políticas.

“[...] as crises nunca são exclusivamente econômicas, mas que sempre são crises sociais e políticas. Isto vale, em particular para as ‘crises gerais do mercado mundial’”. (ALTVATER, 1987, p. 83)

Para este autor, não há sentido falar de crise como um fenômeno casual, mas, sobretudo, como um processo que é inerente à acumulação capitalista. Portanto, com outras determinações que transcendem às expressões particulares ou segmentadas da realidade social. Nesse sentido, é Marx quem diz:

“As crises do mercado mundial devem ser concebidas como a concentração real e a compensação violenta de todas as contradições da economia burguesa [...]. [A crise ] é o violento restabelecimento da unidade entre [momentos] independentes e a violenta independentização de momentos que, essencialmente, são uma única coisa [...]. Todas as contradições da produção burguesa atingem coletivamente a explosão nas crises mundiais gerais; nas crises particulares (particulares segundo o conteúdo e a extensão), só de maneira dispersa, isolada unilateral”. (Apud ALTVATER, 1987, p.83)

Este raciocínio nos permite afirmar que as crises são sempre momentos em que, através do desenvolvimento de iniciativas que visam superar os limites contidos nessa formação social, o capital tem conseguido exercitar o seu domínio. E, nesse processo de superação, o capitalismo produz novas condições de sua reprodução. Tudo funciona como se, em um determinado momento, as contradições do capitalismo se tornassem mais agudas, abrindo-se uma nova fase do seu desenvolvimento. Ao considerar o capital como “contradição processual”,<sup>3</sup> Marx já anuncia que na constituição do mercado mundial estariam colocados os elementos da crise, posto que corresponderia à negatividade do capital no seu momento expansivo, momento em que o capital já teria se alastrado e as crises teriam uma abrangência universal.

“A forma da crise resulta da possibilidade de múltiplas interrupções da circulação das mercadorias e do capital. A realidade da crise só é explicável com a representação de todas as contradições concretas em que a relação capitalista se desenvolve [...]”. (ALTVATER, 1987, p.91)

O processo de acumulação de capital e as condições sob as quais esse processo se realiza são os vetores através dos quais se gestam as crises e as expressões destas, que incidem na sociedade como manifestações que desequilibram a base da acumulação e a função de legitimação. (Id., p.94) A reestruturação requerida para que o

---

<sup>3</sup> Para Marx, nos **Grundrisse** (1989, p.229), “o próprio capital é a contradição processual, pois obriga a reduzir a força de trabalho a um mínimo, enquanto, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza”.

capital volte a se desenvolver sem limites e barreiras<sup>4</sup> “deve culminar no reestabelecimento de um novo equilíbrio entre as forças sociais, no reestabelecimento do consenso”. (Ibid., p.95)

Este consenso é o mecanismo que vai parametrar as ações de reestruturação para que se restitua as condições favoráveis de rentabilidade e acumulação do capital.

Um outro argumento trabalhado na discussão sobre o conceito de crise é aquele em que Netto (1993) vai explorar este conceito a partir da crise da sociedade contemporânea, particularmente do “campo socialista”, qualificando-a como sendo uma “crise global”. Para o autor, a natureza da crise tem um caráter global porque não incide apenas nos ordenamentos políticos e econômicos, mas, também, nos sistemas de representações e valores a eles vinculados. (Ibid., p.19) O autor também vai fazer uma distinção entre o conceito de crise geral e crise global para diferenciar esta última das perspectivas que supõem que as crises dos anos 10 e 20 do século passado expressam o esgotamento do modo de produção e do sistema político. Na verdade, o que ocorre é que “a crise contemporânea é fundamentalmente afetada pelos deslocamentos geopolíticos do capital, cuja principal característica é a sua natureza globalizada”, razão pela qual “esta crise não se configura como uma crise geral”. (MOTA, 1995, p.30)

No seu livro, **A história do capitalismo**, Beaud (1987) recupera a marcha do capitalismo como um processo de múltiplas dimensões que se modifica à medida que se desenvolvem relações econômicas e político-ideológicas onde estão imbricados “o nacional e multinacional / mundial; ao mesmo tempo libertador e opressor, destruidor e criador...”. Para ele, as crises são indicativas de uma renovação do capitalismo que estabelece novas forças sociais e novas formas de domínio.

---

<sup>4</sup> É o próprio Marx que assinala que a tendência geral de prosseguir por cima de cada barreira do capital é contestada por “uma limitação específica da produção” contida no próprio capital. Segundo Grespan (1999, p.136-137), a distinção entre “limite” e “barreira” [...] é definida pela relação do capital consigo mesmo, pela sua autovalorização, deixando claro o mecanismo deste movimento. O limite é uma certa quantidade, uma magnitude de valor que apenas diferencia o valor produzido do adiantado, que coloca este último como algo exterior ao primeiro. A barreira, porém, é o “limite quantitativo” que “aparece” ao capital “enquanto barreira [...] que ele mesmo procura constantemente dominar e ultrapassar”, é o limite enquanto quantidade determinada pelo “impulso desmedido e sem barreiras de ultrapassar suas barreiras”, é o limite posto para o capital pelo próprio capital como a magnitude que ele deve superar ao aumentar seu valor e, assim, constituir-se como capital. Se o limite não for barreira para ele, “ele deixaria de ser capital”, pois não estaria realizando sua potência de valorizar-se infinitamente.



Ao considerar que a crise atual poderia, pelas suas expressões mais visíveis, ser tratada como uma manifestação da “crise geral do capitalismo”, Tude de Souza faz a ressalva de que, na realidade, ela é “um elo do movimento de expansão do modo de produção capitalista em escala mundial — um elo através do qual se pôde operar uma transformação qualitativa das relações sociais sobre as quais se assentam as formas de dominação e de hegemonia da burguesia sobre as demais classes sociais”. (1994, p.30) Crise geral, nos termos da autora, expressa o caráter expansionista e globalizado do capital e os imperativos de maximização de lucros, de acumulação e de crescimento ilimitado que caracterizam esse modo de produção.

Tratando da problemática da crise, Rubin considera que, sob o capitalismo, esta crise é um processo imanente. A remissão a esta afirmativa é feita a partir da relação que o autor identifica entre os aspectos sócio-econômicos que dizem respeito às relações entre as pessoas e os objetivo-materiais e que se referem ao movimento das coisas no interior do processo de produção. Para ele, estes dois aspectos estão ligados no processo de troca. No entanto, na sociedade mercantil de tipo capitalista eles não se encontram “previamente organizados e não estão ajustados um ao outro”. (1980, p.31) Segundo o autor,

“O processo de produção material, por um lado, e o sistema de relações de produção entre as unidades econômicas individuais, privadas, por outro, não estão ajustados um ao outro de antemão. Eles devem ajustar-se em cada etapa, em cada uma das transações isoladas em que se divide formalmente a vida econômica. Se isso não ocorrer, eles inevitavelmente divergirão, e desenvolver-se-á um hiato dentro do processo de reprodução social”. (Ibid., p.31)

A nosso ver, o autor imputa a este hiato as condições de desenvolvimento das crises, posto que os elementos de equilíbrio na relação entre processo de produção material e processo de realização estão em descompasso no modo capitalista de produção.

Apesar de esses e vários outros autores concordarem que, em Marx, não existe uma teoria específica sobre a crise, há uma tendência de assumir a postura de que é através das crises que se conservam ou se modificam as bases técnicas, institucionais e políticas de uma formação social capitalista. Ou, em outros termos, que elas põem e

repõem as condições de destruição e de criação de mecanismos de acumulação e expansão, para então, fazer emergir um novo movimento, que lhe assegure, novamente, estas condições, agora, sob bases renovadas. A história do capitalismo é emblemática para mostrar como as crises perpassam o movimento do capital e reatualizam os seus mecanismos de dominação frente ao trabalho.

O pressuposto da nossa investigação a respeito da crise capitalista, como já afirmamos anteriormente, é aquele que a qualifica como uma crise orgânica, assim concebida por Gramsci (2000) porque é expressão dos antagonismos que, ao se originarem no ambiente econômico, transitam para o ambiente político. Portanto, ao se ampliar para o campo das relações políticas, ideológicas, culturais, seus efeitos atingem a essência das relações de classe, transformando o conteúdo das lutas sociais, substituindo-as por lutas de interesse.<sup>5</sup>

Neste movimento, as classes dominantes tentam neutralizar os antagonismos classistas e impedem o surgimento de crises que possam colocar em xeque o funcionamento do modo de produção capitalista. Aqui as contradições do sistema não só afloram no sentido de revelar os entraves ao processo de acumulação como permitem dizer que esse modo de produção é obrigado a mudar suas táticas de curto prazo, para ser capaz de legitimar-se frente às forças sociais que pretende dominar.

Em outros termos, a crise à qual nos referimos exige um processo permanente de transformação tanto do padrão de acumulação de capital, aí compreendido o papel das forças produtivas, como das estratégias de dominação que conformam os aparelhos da hegemonia burguesa.

Essa elaboração teórica de Gramsci sobre as crises está fundamentada na relação existente entre as contradições econômicas e as contradições políticas da formação social capitalista. Ou, nas palavras de Portantiero, “cada fase do capitalismo supõe uma relação entre estado e economia e também entre estado e massas; modificações no padrão de acumulação e no padrão de hegemonia”. (1987, p.10-

---

<sup>5</sup> Essa discussão é desenvolvida nos estudos de Braga (2003), que ao se referir às mudanças operadas pelo capital e seus efeitos sobre as práticas classistas, apresenta o deslocamento das lutas de classe pelo processo de negociação, o conflito pelo consenso. Na perspectiva de algumas correntes teóricas, como a regulacionista, as lutas dos trabalhadores não são mais lutas de classe, mas, de classificação.

tradução minha)

Para este autor, é justamente nessa articulação entre a economia e política que reside a particularidade do pensamento de Gramsci, marcado por esta totalidade que vê

“a presença das massas como sujeitos de ação é o que definirá os riscos precisos da crise, dos projetos revolucionários e das iniciativas de recomposição capitalista, em um movimento conceitual que permite superar criticamente o *juego de pinzas* do ‘objetivismo’ e do ‘voluntarismo’, classicamente presentes na tradição socialista”. (Ibid., p.10 - tradução minha)

O construto teórico de Gramsci permite-nos trabalhar com uma concepção na qual novas manifestações das crises e de articulação entre economia e sociedade implicam um processo de recomposição da hegemonia burguesa. Hegemonia e crise são, assim, núcleos centrais para compreensão da crise do capital na sua totalidade.

Discutindo sobre essa relação, Gramsci, em referência a Marx, chama atenção para dois aspectos que atuam sob determinadas condições de crise. Estes aspectos permitem analisar a correlação de forças presentes nestes momentos e são, para o autor, princípios que determinam o momento de desconstruir/construir uma nova racionalidade de classes. A interpretação dada aos enunciados de Marx resgatados por Gramsci, segundo os quais “nenhuma sociedade coloca diante de si tarefas para cuja solução não existam ainda as condições necessárias e suficientes ou que elas não estejam pelo menos em vias de aparecer e se desenvolver; e o de que nenhuma sociedade se dissolve ou pode ser substituída se antes não completou todas as formas de vida que estão implícitas nas suas relações”, (2000, p.36) deve ser vista, segundo Badaloni (1978) como um indicativo de amadurecimento da formação social para a construção de uma nova civilização.

De outra parte, a leitura de Gramsci permite-nos reconhecer a necessidade de que, nas conjunturas de crise de uma dada formação social há que se levar em conta “os impulsos hegemônicos que o adversário também pode emitir” (Ibid., p.28). Mais uma vez, está aqui colocada, com a máxima clareza, a articulação que Gramsci faz da relação entre a economia e a política e, portanto, dos cenários de crise

— que comportam tanto elementos econômicos quanto os políticos — e das possibilidades de movimentação das classes sociais nesse contexto, expressando os seus interesses.

### **1.1 O debate sobre as forças produtivas e sua configuração na crise capitalista contemporânea**

Uma das discussões mais polêmicas sobre a crise enquanto processo de destruição / renovação é aquele que coloca no centro do debate a questão sobre as forças produtivas, compreendidas, nas interpretações referidas ao arcabouço marxiano, como um conceito que “designa as relações de produção enquanto estas se materializam como relações de apropriação da natureza”. (BALIBAR apud MAGALINE, 1977, p.62-63)

No capitalismo, as forças produtivas têm o estatuto de constituírem-se nas condições fundamentais para realização do processo de produção. Algumas elaborações em torno do conceito são elucidativas para que as pensemos enquanto resultado de um conjunto de determinações históricas às quais estas forças produtivas estão subordinadas. Ao contrário dessa posição, o debate — principalmente aquele que trata da “nova revolução industrial” ou da “revolução científica e técnica” — tem sido deslocado para o campo da autonomização das forças produtivas. Em outros termos, a análise feita, principalmente pelos apologistas da revolução industrial e pelos representantes dos partidos comunistas revisionistas, tem enfatizado o papel do desenvolvimento das forças produtivas sem considerá-las na sua totalidade, fato que, na opinião de Magaline (1977, p.11), tem operado uma redução do materialismo histórico.

Na mesma perspectiva, Wood (2003) tem chamado atenção para a tendência dominante de fracionamento conceitual entre as esferas do “econômico” e do “político”, as quais, separadas, se adequaram ao crescimento da ideologia capitalista e, do ponto de vista prático, levaram ao esvaziamento do conteúdo social e político do capitalismo. (p.27)

Tanto a análise de Magaline quanto a de Wood evidenciam que, quando a esfera produtiva se esgarça das determinações sociais que as recobre, ocorre um rebaixamento da luta de classes — os autores revisionistas chegam mesmo, na prática, a negá-la — a exemplo dos movimentos operários modernos, os quais separam as lutas políticas das lutas econômicas. Dessa segmentação emerge o que Wood chama de

“economicismo” da classe operária que é aquele que “corresponde às realidades do capitalismo, às formas pelas quais a apropriação e a exploração capitalista realmente dividem as arenas de ação política e econômica, e transformam certas questões políticas essenciais — as lutas pela dominação e exploração que no passado sempre estiveram umbilicalmente unidas ao poder político — em questões claramente ‘econômicas’”. (2003, p.27)

Na visão de Magaline (1977), a interpretação que as análises revisionistas dá ao conceito de forças produtivas precisa ser resgatada e combatida para que se restitua a dimensão revolucionária da teoria de Marx.

Ao examinar esta problemática, fica patente que o pensamento crítico tende a conferir maior peso às forças produtivas pelo fato de elas permitirem transformar o modo de produção e, ao mesmo tempo, preparar o terreno para o modo de produção superior. Essa compreensão está referida já no **Manifesto**, de Marx e Engels, que atribui à luta de classes o verdadeiro motor da história. Nessa obra, introduz-se a idéia estratégica de que é a realização plena do desenvolvimento das forças produtivas que permitirá a substituição de relações de produção ultrapassadas por outras, mais adequadas a tal desenvolvimento.

Assim, não cabe nos termos do nosso entendimento, tratar o estatuto das forças produtivas como uma definição “enumerativa”,<sup>6</sup> ou seja, seguindo o modelo que as define como sendo:

“os instrumentos de produção com o auxílio dos quais são produzidos os bens materiais, os homens que põem em funcionamento esses instrumentos e produzem os bens materiais, graças a uma experiência da produção e a hábitos de trabalho, constituem as forças produtivas da sociedade”. (MAGALINE, 1977, p.24)

Da forma como exposto o conceito, somos levados a concordar com a posição de Magaline de que estaríamos “classificando” as forças produtivas em dois subgrupos: um, que diz respeito às forças produtivas de caráter mais “subjetivo”, onde

---

<sup>6</sup> A definição “enumerativa” a que nos referimos foi dada por J. Estaline e mencionada por Balibar no livro **Ler o capital**, volume II, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980. A possibilidade de enumeração sugere um desenvolvimento linear e cumulativo das forças produtivas.

se inclui o trabalho, a formação, os hábitos e outro, relacionado à dimensão material, objetiva, que comporta os meios materiais, as coisas.

Dessa elaboração teórica deriva um raciocínio da existência de uma autonomização das forças produtivas em face das relações históricas nas quais tais forças operam. Esse modelo, além de marcar uma visão fatorialista do desenvolvimento das forças produtivas — já que examinaria as relações entre seus diversos “fatores”, como o trabalho e a natureza, as necessidades e a consciência — também permitiria “uma gestão verdadeiramente científica do progresso”. (MAGALINE, 1977, p.25) Nesse caso, o papel dos especialistas é decisivo para realizar a tarefa de construção do socialismo.

Com efeito, é dessa matriz que teses como a da revolução técnico-científica se sustentam e procuram explicar tanto a natureza das formações sociais capitalistas quanto as condições de sua transformação. Para os que defendem estas teses, o elemento mais vital da construção do socialismo e do comunismo é a revolução técnico-científica. É preciso lembrar que tais idéias estiveram no centro do debate de alguns importantes partidos comunistas e marcaram um período de “culto à técnica”, onde a revolução científica apresenta-se como uma revolução autônoma das forças produtivas.

Com tal perspectiva, a revolução científica cumpre um duplo papel: por um lado, um material, apoiado nas novas forças produtivas que emergem dos avanços tecnológicos; por outro, um ideológico, que se manifesta na medida em que a faz parecer como sendo a única solução capaz de resolver as contradições econômicas próprias do capitalismo monopolista de Estado. (MAGALINE, 1977, p.29) Esta solução levaria, invariavelmente, a uma transição pacífica do capitalismo para o socialismo.

Note-se que a luta de classes, em decorrência dessas posições definidas como “revisionistas” — porque reatualizam as teses centrais de Marx, mudando o foco da sua análise original — ou são situadas em um plano secundário ou são banidas da situação histórica, agora priorizada pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Toda essa discussão foi objeto das teses dominantes no período da II e III Internacional, as quais vislumbraram, no desenvolvimento máximo das forças produtivas, as condições ideais para a transição à sociedade socialista. No quadro de

análise das referidas teses, o foco dos debates era a crise capitalista, as condições de sua superação e sua relação com o movimento operário e o papel do Estado frente a esta crise.

As referências a este debate estão colocadas primeiramente em Kaustky, sob a inspiração das teorias evolucionistas de Darwin. As bases das suas análises sobre a natureza e a sociedade foram incorporadas ao marxismo, no sentido de permitir “a compreensão da ação humana social e economicamente organizada, em sua relação com o desenvolvimento técnico”. (Apud HOBSEBAWN, 1982, p.306)

As interpretações sobre a crise do capitalismo se constituíram em cenário de distintas posições, em especial, na social democracia alemã, a respeito da passagem da sociedade capitalista para a socialista. As tendências vislumbradas nas análises social-democratas apontavam para a inevitabilidade do socialismo associada ao desenvolvimento da democracia. No debate entre Bernstein (1982) e Luxemburgo (1986) ganharam força as teses que reafirmavam a renovação do capitalismo, mediante a criação de instrumentos de controle do mercado, em contraposição às teorias do colapso. A idéia mais polêmica de Bernstein deslocava a necessidade de se operar as tarefas revolucionárias que visavam à construção do socialismo para o terreno das possibilidades das reformas. Negava, assim, o capital como “contradição em processo”, transformando-o na única forma social possível. Daí que sua proposta seja colocar o socialismo no último momento do capitalismo, apenas como complementaridade e não como contradição ou ruptura.<sup>7</sup>

As idéias proclamadas na II e III Internacional Comunista e que prevaleceram nos encaminhamentos do movimento operário tiveram em Gramsci (Apud HOBSEBAWN, 1982) um combate intransigente, posto que ele desconstruiu o argumento evolucionista e economicista sobre o qual se erguiam as análises sobre a crise capitalista e suas formas de enfrentamento, negando o seu caráter catastrofista. Em seu lugar, Gramsci propôs um eixo analítico que procurava apreender a crise e os movimentos de contratendência que são por ela deflagrados. Nesse sentido é que podemos falar em tentativa de recomposição da hegemonia burguesa e na capacidade que tem o capitalismo para se reestruturar, lançando mão de elementos que

---

<sup>7</sup> As teses bernsteinianas estão hoje presentes na maioria dos partidos ditos de esquerda que, de uma ou outra forma, chegaram aos governos nacionais.

compatibilizam o mundo da produção com a vida cotidiana.

Sob o capitalismo, a idéia dominante sobre as forças produtivas é a que as identifica como mero resultado da aplicação das tecnologias e cujos avanços decorrentes do seu uso para a sociedade são um atributo inerente às forças do capital. Portanto, a produtividade do capital deve ser pensada a partir da máxima potencialização da ciência e da tecnologia em todas as dimensões sociais. Sob essa ótica, o trabalho é reduzido a apêndice do capital.

Diferentemente destas posições, é necessário remeter tais argumentos ao caráter determinista que está subjacente nas concepções em análise<sup>8</sup>, cuja utilização prática sempre foi justificada pela condição subalterna de determinados estratos sociais. (GRAMSCI, 1999, p.106) A disseminação da idéia de inexorabilidade dos acontecimentos históricos e do desenvolvimento tecnológico que estes encerram assume uma dimensão “natural” a ponto de serem tratados como “ciência por excelência, tal como acreditava o positivismo”. (Ibid., p.122)

Assim considerada, a ciência passa a ocupar um lugar privilegiado, sem que se leve em conta as determinações históricas, as correlações de forças sociais que as produziram e, principalmente, o papel da força de trabalho como força produtiva por excelência.

O deslocamento do foco da análise sobre as forças produtivas — restringindo-a ao campo das tecnologias — não só encobre a natureza da crise capitalista como mostra, principalmente, que o terreno ideológico sobre o qual os dominantes tentam construir sua hegemonia busca equalizar progresso com tecnologia, crescimento com igualdade de oportunidades, desenvolvimento com distribuição. Ao fazer isso, parece-nos que os interesses do capital e do trabalho tendem a se unificar em prol de uma inevitabilidade das mudanças resultantes das potencialidades da ciência e da tecnologia. A discussão em tela se relaciona com o problema da distribuição de renda no interior do capitalismo, aqui remetido à questão da “inclusão dos excluídos”.

---

<sup>8</sup> O caráter determinista aludido ao longo do texto está relacionado à ausência das mediações sócio-históricas presentes na análise das ciências e dos métodos de compreensão da realidade. Vem a ser uma perspectiva em que a dialética histórica é subsumida à lógica formal de fazer previsões dos acontecimentos históricos a partir da evolução dos processos, das suas causalidades, regularidades e uniformidade.



Ao tratar dessa questão, é preciso ter em conta que, a despeito das análises que elevam a ciência ao patamar de força produtiva e de principal base material do comunismo, tal transformação não se realizou.<sup>9</sup> E não o fez por duas razões: uma, pelo fato de que esta ciência não está sendo apropriada pelos produtores e outra, porque, sob a ótica socialista, para que a ciência seja convertida em força produtiva ela deve conjecturar a supressão entre ciência e criador, expressões próprias da formação capitalista.

Concordando com o argumento de Magaline a respeito dessa problemática, seria, pois, ilusão afirmar que

“[...] num país socialista a ciência se torna ou se tornará ‘força produtiva direta’ como resultado do desenvolvimento objetivo ou das forças produtivas em seu conjunto, e da supressão dos ‘entraves’ que as relações de produção capitalistas opunham a tal desenvolvimento, é camuflar a manutenção das relações capitalistas que separam a ‘ciência’ do produtor, e as relações de dominação que tal separação implica”. (1977, p.34)

Assim, estamos diante de uma velha polêmica quanto ao papel das tecnologias como materialização dessa ciência: ou seja, a sua negatividade ou positividade. É preciso lembrar que não se trata dessa discussão ou mesmo da que questiona o caráter de neutralidade da ciência e da técnica ou, ainda, daquela que nega ou afirma as conquistas logradas por elas. O que está no centro do debate é a necessidade de examinar o movimento de apropriação da ciência e da técnica no interior das lutas de classe na produção. E, sob a produção capitalista, este movimento se realiza de modo subordinado às necessidades da acumulação capitalista e como processo que visa apagar as contradições do capital e as diferenças na sociedade, uma vez que se propaga o argumento de que uma base tecnológica avançada permitiria o acesso e a universalização dos benefícios sociais para todos, indistintamente.

Este debate, inclusive, levou Marx a pensar, numa conjuntura histórica e economicamente bem datada, que o desenvolvimento das forças produtivas levaria a

---

<sup>9</sup> O autor ressalta que o capital jamais transforma a ciência numa força produtiva em si, a não ser sob modalidades muito específicas. O que ele faz é transformar uma ciência bem determinada em elemento do sistema das forças produtivas capitalistas.

uma sociedade de abundância. Embora essa relação desenvolvimento das forças produtivas – sociedade de abundância não tenha se confirmado, é preciso ressaltar que além de Marx acreditar que o processo de maturação do capitalismo estava muito mais desenvolvido do que efetivamente se encontrava,<sup>10</sup> os elementos de contratendência postos em ação pelo capital aprofundavam as condições de uma crescente pauperização relativa.

A análise que Husson empreende no seu **A miséria do capital** (1996) responde à questão insistentemente colocada sobre a relação entre o ritmo acelerado das inovações tecnológicas e a sucessão das ondas longas de crescimento. Segundo o autor, há uma tendência de vincular cada onda longa com uma inovação ou com um novo paradigma tecnológico.

Para ele, esta posição apenas desloca o foco de análise real da problemática, que é o da dinâmica geral da acumulação. Mas, o que aparece como sendo determinante é que o ciclo tecnológico longo deixa sua marca na economia capitalista. Na realidade, a “explosão” de inovações tecnológicas deve ser remetida, por um lado, à capacidade do capitalismo de se renovar e, por outro, ao resultado da luta de classes e, no seu interior, à apropriação que a burguesia faz do conjunto dessas inovações, para perpetuar as relações capitalistas.

Seguindo essa linha de raciocínio, é necessário ponderar duas questões: uma, que o debate subjacente à questão da ciência e da tecnologia é aquele que postula entender esse processo em conformidade com as condições sócio-históricas do desenvolvimento e, outra, que deve estar associado aos limites que a reprodução do capital impõe à ordem burguesa, sem que a barbarização da vida social seja uma condição para esta reprodução. Ou seja, os problemas derivados desse suposto caráter civilizatório do capitalismo implicam o aprofundamento das desigualdades entre as classes sociais em presença. Como explicita Netto (1993, p. 46),

“[...] nenhum desses problemas pode ser resolvido sem modalidades de controle social cuja racionalidade transcenda aquela que é inerente ao capital; esses problemas só podem ser equacionados e solucionados, sem a reiteração de vetores

---

<sup>10</sup> Reafirma-se nossa tese sobre a capacidade de o capitalismo reestruturar-se. Lembremos, ainda, a passivização do movimento revolucionário de 1917.

barbarizantes, mediante intervenções cuja estratégia supere compulsoriamente as requisições específicas da lógica de acumulação e valorização sem a qual o movimento do capital é impensável”.

No horizonte da racionalidade burguesa, mesmo a argumentação dos traços progressistas que o crescimento econômico tem produzido esbarra na incapacidade de os problemas mais fundamentais serem resolvidos, sem que o custo deles implique o aviltamento das condições de vida da imensa maioria do planeta, pois “esses problemas tendem a cronificar-se, a receber pseudo-soluções ou soluções de altíssimo custo sócio-humano” (Ibid., p.46), o que torna impossível a convivência entre o desenvolvimento social e o capitalismo

Em relação à tecnologia, a questão das inovações aparece com toda sua clareza. Um dos elementos centrais do discurso mistificador do desenvolvimento e do progresso social, ela se apresenta notadamente no campo econômico, tecnológico, organizacional, cultural e responde por estratégias que visam ampliar o dinamismo do capital e construir um consenso em torno da necessidade de sua expansão, mediante a criação de novas necessidades sociais produzidas com altos ganhos de produtividade.

Assim nos diz Mézsaros:

“... a administração da demanda deve estar subordinada aos imperativos do valor de troca que se expande. Se as necessidades reais dos indivíduos couberem nos limites desse valor de troca de maneira vantajosa para o sistema (com sua necessidade de bens produzidos em massa para serem distribuídos com eficácia máxima no mercado global), elas podem ser correspondidas ou pelo menos serem consideradas legítimas; se assim não for, deverão ser frustradas e substituídas por qualquer coisa produzida em conformidade com o imperativo da expansão do capital”. (2002, p.260)

Essa aposta no progresso tanto para o capital quanto para os trabalhadores é o vetor através do qual se organiza, a um só tempo, o terreno da produção e o do aparato estatal, o que dá sustentação às exigências da reestruturação capitalista.

Vale lembrar que a implementação prática da organização científica do trabalho — aqui entendida como mecanismo de organização do processo de produção e de gestão do trabalho para assegurar, através do controle sobre o trabalho, maiores ganhos de produtividade tal como postulam o taylorismo, passando pelo fordismo e as experiências da chamada acumulação flexível — possibilitou ao capital tratar a questão da ciência e da tecnologia como meios de mais e mais subsumir realmente o trabalho ao capital e daí, superar as contradições que se dão no interior do desenvolvimento capitalista.

Da associação entre ciência e produção, o que efetivamente se realizou, na produção capitalista, foi a atualização das formas de subsunção do trabalho ao capital. Pensamos que tal associação só é possível, na atual conjuntura histórica, na medida em que se reafirma a separação entre a ciência e os produtores diretos e, ao mesmo tempo, a subordinação destes aos “portadores” desta ciência. É por isso que alguns autores como Magaline sustentam que a relação em apreço só pode ser devidamente examinada tendo-se como referência a transformação do trabalhador coletivo, na formação social capitalista. (1977, p.32)

Para recuperar a problemática em análise, tomamos como ponto de partida o processo de cooperação, cuja característica é reunir um grande número de trabalhadores segundo uma forma específica de organização para a produção de um determinado tipo de produto útil. Nesse processo, os trabalhadores estão organizados num mesmo local, sob um único comando, onde logo são substituídos por um trabalhador coletivo. Como afirma Balibar:

“as operações efetuadas pelo trabalhador individualmente, sucessivas ou simultâneas, são complementares, e só a reunião delas faz surgir o produto acabado. Essa forma de cooperação (que em certos ramos, por exemplo, a metalurgia, é bem antiga), constitui a essência da divisão manufatureira do trabalho: um mesmo trabalho é dividido entre os trabalhadores (o que, até o século XVIII), chamava-se uma mesma ‘obra’, uma mesma empreitada”. (1980, p.195)

Pode-se considerar que este momento materializa a transformação das forças produtivas, sob o domínio da relação capitalista. Entretanto, é bom lembrar que

ele não é sucedido por nenhuma modificação mais substantiva sob o ponto de vista dos meios de trabalho ou fontes energéticas. Para Marx (1998), esse primeiro momento de transformação das forças produtivas é de fundamental importância visto que, além de tratar-se de uma forma rudimentar, já contém os elementos de formas mais complexas.

No momento seguinte, quando já se tem a divisão manufatureira do trabalho e se introduz a diferenciação das tarefas entre o coletivo dos trabalhadores, esta diferenciação revoluciona a força de trabalho, pois, concentra ainda mais as funções intelectuais e o controle dos trabalhadores nas mãos dos capitalistas e dos seus agentes. Esse processo adquire importância vital porque transforma os instrumentos de trabalho e acena para um outro tipo de relação entre trabalhador e seus meios de produção, relação esta que elimina o contato do trabalhador com o seu objeto de trabalho.

Se, no momento anterior, a organização do trabalho coletivo dependia essencialmente das características culturais da força de trabalho, agora, o que se põe em relevo é a adequação de uma nova base técnica e uma reestruturação da divisão do trabalho. Em relação à base técnica-material, desenvolvem-se novas ferramentas, matérias-primas, enfim, novas forças motrizes. No que concerne à nova divisão do trabalho, a reunião de muitos trabalhadores independentes, tal como acontecia na cooperação, se converte em um coletivo de trabalho, no qual meios de trabalho e trabalhador estão separados e cada um deles realiza suas funções como parte desse todo.

Para Marx, “depois que os instrumentos se transformam de ferramentas manuais em ferramentas incorporadas a um aparelho mecânico, a máquina motriz, o motor, adquire uma forma independente, inteiramente livre dos limites da força humana”. (1998, p.43) Vale dizer, as máquinas determinam o processo de trabalho e não mais a reunião dos trabalhadores organizados para produzir mercadorias. Estes é que devem adaptar-se a elas, enquanto participantes de um processo não mais presidido pela unidade de trabalho, cujo traço era o de considerar este trabalhador e a operação que realizava de modo individualizada, inerente a cada atividade particular.

“Na maquinaria, a ciência se apresenta ao trabalhador como algo alheio e exterior, e o trabalho vivo aparece subsumido [ao trabalho] objetivado, que opera de maneira autônoma. O trabalhador se apresenta como supérfluo na medida em que sua ação não está determinada por necessidade [do capital] [...] dar à produção um

caráter científico é pela qual o capital reduz o trabalho a mero momento desse processo”. (MARX, 1989, p.221 – tradução minha)

Um terceiro momento de organização do trabalhador coletivo e de transformação das forças produtivas na produção capitalista é aquele que é caracterizado pela instituição do sistema automático das máquinas. Aqui se pode dizer que o capital já se coloca completamente como força social dominante do processo de produção, pois, o trabalhador não só é definitivamente separado das condições materiais e intelectuais do trabalho, como também secundarizado em relação à aplicação da ciência e da tecnologia na produção. Ciência e tecnologia, vale lembrar, são expressão do trabalho intelectual da atividade humana.

As formas de produção de mercadorias criadas pelo capital traduzem as suas iniciativas para adequar a base técnica do processo de trabalho às necessidades de valorização do valor. Da manufatura à grande indústria, são implementadas diversas modificações no processo de trabalho que produzem, segundo Marx, um modo de produção específico do capitalismo ou o momento de subsunção real do trabalho ao capital, momento este em que se opera uma completa apropriação do processo de produção e das formas de organização do trabalhador coletivo. É essa combinação que permite a transformação das forças produtivas, sob o domínio das relações de produção capitalistas e que resulta no controle e em uma maior produtividade do trabalhador, tornando o trabalho um elemento essencial para produção de valores de troca e, conseqüentemente, para o processo de valorização. Como conceitua Marx,

“O processo de trabalho converte-se no instrumento do processo de valorização, do processo de auto-valorização do capital: da criação da mais-valia. O processo de trabalho subsume-se no capital (é o próprio capital), e o capitalista entra nele como dirigente, guia; para este é ao mesmo tempo, de maneira direta, um processo de exploração do trabalho alheio”. (s.d., p.87)

Como dirá Marx, ainda no seu Capítulo Inédito, o capital consegue fazer parecer com que o desenvolvimento do processo produtivo esteja direta e prioritariamente relacionado ao trabalho objetivado e não à atividade realizada por indivíduos, quer seja nos processos de produção onde estes se encontram dispersos quer seja onde o fazem de forma combinada. Daí ocorrer uma revolução total, como expressa

o autor, que incide sobre o próprio modo de produção, sobre a produtividade do trabalho e sobre a relação entre capitalista e operário. (Ibid., p.105)

É o momento em que o trabalhador se encontra totalmente incorporado ao capital, posto que dependente das suas exigências de valorização e inteiramente subordinado às máquinas, com a intensa aplicação da ciência e da tecnologia aos processos produtivos. Aqui já se revela completamente a subsunção real do trabalho ao capital ou a potencialização do processo de produção especificamente capitalista, elevando ciência a uma força produtiva do capital por excelência, tal como descrito por Marx.

“[...] este desenvolvimento da força produtiva do capital objetivado, por oposição à atividade laboral mais ou menos isolada dos indivíduos dispersos, etc., e com ele, a aplicação da ciência — esse produto geral do desenvolvimento social — ao processo imediato de produção; tudo isso se apresenta como força produtiva do capital, e não como força produtiva do trabalho na medida em que este é idêntico ao capital e não como força produtiva do trabalho, ou apenas como força produtiva do trabalho na medida em que este é idêntico ao capital e, em todo o caso, não como força produtiva nem do operário individual nem dos operários combinados no processo de produção”. (Ibid., p.93)

Nesse trânsito — da manufatura para a grande indústria moderna — é interessante observar que o movimento que define a passagem da subsunção formal para a subsunção real se concretiza mediante o permanente revolucionamento dos processos técnicos de trabalho e pela abolição do contato direto do trabalhador com o seu objeto de trabalho. É nessa relação que as máquinas passam a operar independente das características da força de trabalho, das suas particularidades e das qualidades intelectuais ou físicas.

Espalhada por todos os ramos industriais, a produção capitalista conforma as relações de trabalho às suas necessidades e introduz formas diversas de gerir este trabalho, potencializando ao máximo sua capacidade de produzir mais-valia. Ao identificar o processo de trabalho com o processo de valorização, o processo de produção é naturalizado e não mais tem o sentido de constituir-se como processo social,

determinado historicamente. A autonomização dos elementos do processo de trabalho se expressa na utilização sistemática da ciência às técnicas da produção. De modo que, a cada iniciativa de modificação nos processos de trabalho e nas formas de organização do trabalhador, corresponde novas possibilidades de aumentar, de forma contínua, a quantidade de mais-valia.

Vê-se, assim, que a marcha do capitalismo para se consolidar como modo de produção especificamente capitalista supõe a negação do trabalho vivo e o incremento da maquinaria. Como já assinalamos, o movimento para que o capitalista exerça seu domínio sobre o trabalhador implica a necessidade do primeiro transformar as condições em que o trabalho se realiza, incorporando-as como uma necessidade natural.

Duas questões-chave atravessam a transição de uma forma social de produção de mercadorias à outra:<sup>11</sup> o controle sobre o processo de trabalho e a apropriação do saber do trabalhador. Estas condições são necessárias para que se elimine toda e qualquer tentativa que impeça o capital de criar uma base técnica que responda às exigências de sua valorização e de dominar completamente o trabalho. Vale lembrar que este controle sempre se constituiu na pedra-de-toque do capital para se colocar como força absoluta frente à totalidade das relações sociais.

Cada um desses momentos da passagem de uma forma social de produção de mercadoria à outra buscou a construção de um tipo específico de trabalhador. Em outras palavras, impôs as condições necessárias para o seu adestramento, em correspondência às exigências de produtividade do capital. Esse processo custou a perda do saber operário, permitiu o esvaziamento da sua qualificação enquanto produtor da riqueza social e o afastou do seu produto de trabalho, o que o colocou numa posição de crescente estranhamento em relação a este.

No momento em que a capacidade viva do trabalho se converte em componente objetivo do capital estamos diante de um quadro em que o domínio do capital sobre o trabalho já se espalhou por todas as dimensões da atividade humana. Nesse movimento, para que o controle sobre o processo de trabalho e o saber do

---

<sup>11</sup> É necessário dizer que não estamos tratando os momentos dessa transição como formas de produção de mercadorias estanques, mas como processos que se atualizam para concretizar a subsunção real do trabalho ao capital.



trabalhador seja suficientemente apropriado, são articulados, simultaneamente, elementos objetivos — que se localizam no âmbito da produção propriamente dita — e subjetivos — que incidem sobre o modo como os trabalhadores constroem as suas identidades e práticas classistas, na condição de coletivos de trabalhadores.

Estamos, portanto, falando de um determinado tipo de intervenção do capital que redefine as formas de produtividade do trabalho, a relação entre ciência e tecnologia, as condições de realização do trabalho, enfim, os antagonismos de classes na produção capitalista.

A grande indústria aparece, então, como sendo a forma mais elaborada de produção de mercadorias que permite ao capital se tornar uma força autônoma frente ao trabalho. Toda essa reorganização do sistema das forças produtivas, sob a grande indústria, é direcionada para transformar os meios de trabalho em componentes totalmente novos que particularizam a relação entre trabalhador e capitalista, como bem nos informa Balibar:

“[...] a máquina que substitui o conjunto constituído pela ferramenta e pela força de trabalho educada, especializada, em nada é produto da evolução desse conjunto. Ela ocupa simplesmente o mesmo lugar. Substitui o sistema precedente por outro sistema: não há continuidade entre elementos ou indivíduos, mas entre funções”. (1980, p.202)

A produção e o emprego de máquinas, equipamentos, etc. — o capital constante — é superior ao emprego da força de trabalho, vale dizer, do capital variável, fato que implica em o capital determinar as condições de realização de produção e de reprodução social. As relações mercantis são, assim, difundidas e consideradas como elementos fundamentais do processo de autovalorização do capital.

Do ponto de vista da reprodução social, há que se ter em conta, como nos diz Teixeira, que, sob essas condições — as da instituição da grande indústria —,

“a reprodução da força de trabalho não pode se livrar do movimento de autovalorização do capital, porque os bens necessários à sua sobrevivência são produzidos como capital-mercadoria, portanto, como propriedade do capital. Por conta

disso, a classe trabalhadora é obrigada a vender sua força de trabalho para adquirir esses bens, tornando-se, assim, dependente do capital”. (2000, p.73)

Assim, a grande indústria e a produção em grande escala, característica dessa forma de produção de mercadorias, são, antes de tudo, um modo de dominação capitalista no qual se descartam quaisquer relações que o produto tenha com a necessidade do produtor, o que significa dizer que o valor de uso do produto torna-se mero suporte para o valor de troca.

Essa descrição sobre as formas sociais de produção de mercadorias que buscam criar um novo trabalhador coletivo para que os objetivos de auto-expansão do capital se realizem, sintetiza o debate sobre as forças produtivas na teoria marxiana, sob duas perspectivas: uma, aquela que remete a análise das forças produtivas para o terreno de um marxismo de viés tecnológico-determinista e outra, que busca compreender o desenvolvimento das forças produtivas a partir das condições históricas que as determinaram.<sup>12</sup>

A nosso ver, o que está em causa em tais interpretações é a premissa de que esse dinamismo manifestado pelo capitalismo, no qual o trabalho se encontra subordinado ao capital pela mediação das mudanças tecnológicas, é, na verdade, a materialização de condições específicas produzidas historicamente para concretizar os ímpetos de acumulação e expansão capitalista.<sup>13</sup>

Em vista disso, pode-se sustentar que o conceito de forças produtivas não pode ser remetido a fases, estágios determinados da dinâmica capitalista. Mais do que isso, ele condensa o conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, “na medida (e esta medida é específica de cada modo de produção) em que estas relações intervêm de modo ‘eficaz’ na apropriação social da natureza”. (BALIBAR apud MAGALINE, 1977,

---

<sup>12</sup> O argumento enfatizado por Wood (2003, p.101) é o de que existem diferentes teorias que reivindicam “uma lei geral, universal e trans-histórica de mudança histórica – que invariavelmente significa algum tipo de determinismo tecnológico – e as que acentuam a especificidade de toda forma social – o que geralmente quer dizer uma exploração das “leis de movimento” específicas, acionadas pelas relações sociais vigentes entre apropriadores e produtores”.

<sup>13</sup> Para Ellen Wood (2003, p.109), há que se distinguir as posições defensoras de que “o capitalismo favorece de maneira ímpar o desenvolvimento tecnológico” daquelas que afirmam “que o capitalismo se desenvolveu” “porque” favorece o desenvolvimento tecnológico, ou que o capitalismo tinha de se desenvolver porque, de alguma forma, a história exige o desenvolvimento das forças produtivas, ou que o desenvolvimento das forças produtivas é o único princípio conhecido do movimento histórico de um modo de produção para outro.

p.58)

Na realidade, os argumentos tecnicistas que invocam o progresso tecnológico<sup>14</sup> encobrem as relações de exploração a que os trabalhadores estão submetidos, sob o domínio do capital, porque a questão central que está subjacente no apelo a essa racionalidade é a transferência das lutas de classe, para o terreno das técnicas — que se apresenta de forma aparentemente neutra. Nesse sentido, são as técnicas e seus formuladores (os intelectuais) e não o protagonismo das lutas dos trabalhadores, em geral, e dos operários, em particular, que se apresentam como o motor da história.

Essa afirmação coloca em evidência o papel que Marx atribui à relação existente entre a reprodução do processo de produção e do processo de lutas de classes. A concepção de que o capital produz e reproduz as relações sociais capitalistas está assim colocada nos textos de Marx:

“Na relação de troca, tal como na relação de produção, refletem-se as relações sociais; tais relações são relações entre classes, não entre cidadãos livres e iguais e entre classes antagonistas, uma das quais monopoliza o conjunto da riqueza material da sociedade, encontrando-se a outra totalmente desprovida de qualquer riqueza material”. (MARX, s.d., p.24)

Nestes termos, o que se apresenta nesse enunciado é que não é a tecnologia, mas, sim, os mecanismos que o capital engendra nesse processo para sua reprodução e permanência enquanto relação social dominante que o faz funcionar como uma necessidade estratégica das classes sociais. Isto é, o que de relevante se mostra nesse processo, é a afirmação da luta de classes.

Certamente, outras vertentes teóricas no interior do próprio marxismo vão insistir na análise da predominância e da transformação da “ciência” em força produtiva por excelência. São essas concepções que reaparecem em um conjunto de

---

<sup>14</sup> Remetemos essa discussão à análise que Wood (2003) faz a respeito do progresso, nos estudos de Marx: “Contrariamente aos economistas políticos clássicos e a uma multidão de ideólogos da “sociedade comercial”, Marx não partiu da premissa de que o “progresso” corporificado na sociedade moderna era apenas resultado de impulso inerente à natureza humana ou uma lei natural, mas insistiu sempre na especificidade da exigência capitalista de produtividade e na necessidade de se encontrar uma explicação para ela”. (p.123)

autores, a exemplo das perspectivas apresentadas por Habermas, Gorz, etc, e postulam a necessidade de aperfeiçoamento das forças produtivas como instrumento de emancipação humana.<sup>15</sup> É evidente que tais análises têm implicações significativas sobre o processo das lutas de classes, mas estas questões não serão objeto de nosso estudo, no momento.

Essa remissão ao desenvolvimento capitalista permitiu observar que as mudanças realizadas nos processos e na gestão do trabalho dão materialidade à problemática das saídas para a crise, visto que atualizam as formas de exploração e criam os meios de legitimar as intervenções que conduzem a uma reconfiguração da divisão internacional do trabalho e da organização do trabalho.

O desenho dessa tessitura vai se construindo a partir de um quadro em que se revela a capacidade de mundialização das relações capitalistas, particularmente através da estruturação de um mercado mundial de dinheiro — o euromercado —, e, de um revolucionamento das forças produtivas, sem precedentes.

A ascensão do capital financeiro, segundo Chesnais (1998), foi acompanhada de medidas incisivas para aumentar a produtividade do capital.<sup>16</sup> Entre estas, destaca-se o crescimento da produtividade do trabalho, baseado na combinação das modalidades de extração de mais-valia absoluta e relativa, amplamente utilizadas, sem que sejam considerados seus efeitos sobre o nível de emprego/desemprego. Para o autor, o toyotismo é exemplo da obtenção de maiores intensidade e rendimento da força de trabalho, esta, submetida, cada vez mais, a processos flexíveis no âmbito da produção e das relações sociais.

No debate sobre a construção do socialismo devemos ressaltar que tanto a questão do desenvolvimento das forças produtivas quanto o da produtividade social do trabalho, são absolutamente indispensáveis.

Concordando com o elemento central da análise dos autores — a questão

---

<sup>15</sup> “Uma consideração cuja importância não deve ser minimizada é que o capitalismo provocou o desenvolvimento de forças produtivas que estabelece uma base material sem precedentes para a emancipação humana. Mas, sob o capitalismo, movido pela lógica do lucro, não há correspondência necessária entre a capacidade produtiva e qualidade de vida humana”. (WOOD, 2003, p.126)

<sup>16</sup> Fazemos uma distinção entre produtividade do capital e produtividade social do trabalho, embora, sob o capitalismo, a primeira não possa se realizar sem a segunda. No conjunto das relações capitalistas, a produtividade do capital implica na superexploração do trabalho, via elevação da composição orgânica do capital.

da flexibilidade da produção — é necessário lembrar que, do ponto de vista da acumulação de capital, novos campos de atividade foram ampliados, constituindo núcleos altamente lucrativos, particularmente nos chamados países em desenvolvimento, a exemplo da educação privada.

Harvey (2004) vai tratar este argumento a partir dos processos de privatização, considerados o “braço armado” do que ele denomina de “acumulação por espoliação”. Nesse processo de acumulação por espoliação, os “ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles”. (p.130-131)

Na mesma linha de raciocínio, Chesnais (2003) vai nos chamar atenção para o fato de que a mundialização do capital, além de ser seletiva, leva em conta a “dimensão de cada país, seus recursos naturais e, sobretudo, as diferentes trajetórias históricas trilhadas por cada um [...]”.(p.53-54)

Tais mudanças encerram a necessidade de aprofundar a transformação do trabalho vivo, de fonte de valor, em um elemento constitutivo do sistema do capital e das suas necessidades. O capital (trabalho morto, incorporado, plasmado, segundo as diversas formas pelo qual Marx o trata) opera o trabalho vivo, presente em outras formas sociais (Cf. BALIBAR, 1980), no sentido de absorvê-lo completamente, tornando-o mero acessório para criação de objetos, cujo valor de uso deve incrementar o processo de acumulação de capital. Com isso, o capital busca eliminar politicamente a força produtiva essencial: o trabalho vivo,

“[...] o processo de trabalho propriamente dito, apresenta-se só como meio do processo de valorização, tal como o valor de uso do produto aparece apenas como portador do seu valor de troca. A autovalorização do capital — a criação da mais valia — é pois objetivo determinante, predominante e avassalador do capitalista, impulso e conteúdo absoluto das suas ações; na realidade não é outra coisa senão o afã e a finalidade racionalizados do entesourador”. (MARX, s.d., p.56)

Nesse processo, o trabalho vivo é apenas um meio de valorização do

capital, transformando uma relação em que, antes, o trabalhador tinha domínio sobre ela, em outra relação, cujo comando passa a ser exclusivamente o do capital. Agora, os meios de produção empregam o trabalho e não o inverso. Se antes, o próprio operário empregava os meios de produção no seu processo de trabalho para transformar a matéria num produto objetivado, do ponto de vista da valorização, ocorre que

“Não é o operário que emprega os meios de produção, são os meios de produção que empregam o operário. Não é o trabalho vivo que se realiza no trabalho material como seu órgão objetivo; é o trabalho material que se conserva e se acrescenta pela sucção do trabalho vivo, graças ao qual se converte num valor que se valoriza, em capital, e funciona como tal. Os meios de produção aparecem já unicamente como sorvedouros do maior quantum possível de trabalho vivo”. (MARX, s.d., p.53-54)

Esse mecanismo de inversão do processo de produção capitalista expressa exatamente as iniciativas do capital de se reestruturar permanentemente para que o objetivo de valorização se amplie cada vez mais. Nesse sentido, as exigências para o revolucionar-se continuamente estão determinadas no interior das relações capitalistas e das suas contradições, isto é, a história do capitalismo é a história da “reestruturação produtiva”. (DIAS, 1999) Trata-se de um processo que tem uma importância vital para a eternização das relações capitalistas, no curso do desenvolvimento do capitalismo. Razão pela qual o capital toma como ponto de partida histórico a apropriação do processo de produção e, assim, passa a ter o controle das forças produtivas ou a transformá-las segundo seus interesses de acumulação.

Na visão de Balibar, “... o capitalismo impôs às forças produtivas *um tipo de desenvolvimento* determinado cujo ritmo e andamento lhe são peculiares, ditados pela forma do processo de acumulação capitalista”. (1980, p.193)

A discussão sobre o trabalho vivo é significativa para reforçamos a compreensão de que, sob o capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas não abre perspectivas para reduzir o tempo de trabalho necessário à produção material. Ao contrário, o que se nota é que este desenvolvimento implica o aumento do tempo de trabalho excedente das classes trabalhadoras. (MARX, 1998)

## **1.2 O economicismo como estratégia da nova racionalidade capitalista**

No cenário de competitividade do capital acelerado pelo desenvolvimento das forças produtivas e de redução do trabalho vivo, inscrevem-se as iniciativas do capital — tanto materiais quanto políticas — para dotar os processos sociais, aí incluídos os processos de qualificação do trabalhador, objeto da nossa pesquisa, de uma nova racionalidade. Racionalidade esta marcada pela negação da história, das experiências políticas dos trabalhadores e pela emergência de uma nova cultura, que, segundo Mota, é constituidora de hegemonia, através da “socialização de valores, informações e visões de mundo e da sociedade, como uma condição para a formação de subjetividades coletivas, necessárias à adesão das classes a um projeto econômico, social, político e cultural que consolide a hegemonia de uma classe”. (1995, p.32 )

A recomposição do ordenamento capitalista com base nas estratégias implantadas no âmbito da produção vem acompanhada de um conjunto de mudanças na esfera do Estado. É importante enfatizar que não basta ao capital impulsionar a sua base material para que os seus objetivos de valorização sejam realizados. Para tanto, a adequação do Estado às estruturas econômicas é parte fundamental dessa estratégia, sem a qual não se sustentam as medidas do capital para impor a sua racionalidade, como veremos mais adiante. Por isso, existe a necessidade de criação de uma institucionalidade que permita seu domínio e, também, a difusão de uma ideologia que o torne “natural”.

Nessa discussão, portanto, estão implicadas a economia e a política, de modo que, para tentar recompor as taxas de lucro afetadas pela “lei da queda tendencial”, as relações entre Estado, sociedade e mercado devem se reestruturar. Este movimento de reestruturação aposta no que Bodei (1978, p.90) chama de “chance molecular” do progresso técnico associado a um controle político mais incisivo sobre a força de trabalho e da sua reprodução.

Como já tratado na nossa análise, um dos aspectos mais candentes dessa crise é aquele que atribui ao desenvolvimento tecnológico o núcleo central das atualizações do capital para manter o controle e se apropriar do saber do trabalhador.

Nessa discussão, a tecnologia é compreendida no seu sentido mais fetichizado, porque não relacionada a um processo histórico que diz respeito à construção de uma produtividade social do trabalho (MAGALINE, 1977), mas, sim, pelo fato de se apresentar como expressão diversa de coisas, tais como máquinas, ciência, formação do trabalhador, organização do processo de trabalho, etc. (Id.)

Sabe-se que o propósito de tratar o processo em questão — que identifica forças produtivas com tecnologia — como via fundamental de saída para a crise do capital, apresenta-se como possibilidade de tornar as relações capitalistas relações exteriores e autônomas frente ao trabalho, muito embora o capital esteja, a todo momento, invocando a força de trabalho para compor a sua totalidade. Ou seja, o trabalho permanentemente subordinado ao capital de modo que aquele se coloque, sempre que possível, na condição de apêndice, de extensão da sua existência. Nessa perspectiva é que falamos nas contradições que são inerentes ao capital: ao mesmo tempo em que reconhece o trabalho como necessário ao processo de realização do valor ele o nega, caracterizando-o como força secundária ou mesmo desnecessária em relação ao conjunto das relações econômicas.

É o movimento de permanente superação e reposição de suas contradições que determina a crise do capital e que engendra estratégias de reestruturação que viabilizam a sua recomposição material e política. Se entendermos que o processo de reprodução das relações de produção é, ao mesmo tempo, o processo de reprodução das relações de classes, podemos pensar que o que está em causa é a negação de formas antagônicas entre as classes sociais e o modo como o capital tenta naturalizá-las.

É por essa razão que se impõe o empreendimento de iniciativas que coloquem capital e trabalho lado a lado, numa mesma unidade ideológica, que traduz o projeto da classe burguesa. Tal unidade é dada pela exigência de se obter a maior produtividade do trabalho através da introdução de mudanças na gestão do trabalho e no desenvolvimento pleno das forças produtivas, tratadas seccionadamente, como revolução tecnológica.

O conjunto dessas mudanças tem viabilizado formas “modernas” de gestão e o seu caráter integrador e participativo parece conformar um trabalhador



autônomo, criativo, livre da férrea disciplina que caracterizou o período taylorista-fordista. Na realidade, essa aparência necessária revela o movimento histórico do capital para tornar-se uma relação social autônoma frente ao trabalho, cujas contradições são ocultadas em favor dos benefícios obtidos com o incremento da ciência e da tecnologia e das supostas possibilidades emancipatórias que estão subjacentes a esse par conceitual.

Deriva desse movimento a idéia de que essas radicais transformações no processo de trabalho exigem um novo trabalhador, mais especializado, mais comprometido com os objetivos empresariais e apto para dar conta das novas necessidades de acumulação do capital. Isso significa total disponibilidade do trabalhador para o processo produtivo sob o comando estrito do capital e sugere uma naturalização das estruturas de exploração, agora mediadas por técnicas participativas, colaboracionistas, que envolvem os trabalhadores e sua subjetividade, no sentido da capacidade antagônica dos mesmos serem transformadas em horizonte e possibilidade de conciliação de interesses.

Tal análise nos permite pensar no caráter economicista que orienta o debate atual sobre o papel das forças produtivas e sua articulação com a crise capitalista e as alternativas de sua resolução.<sup>17</sup> Crise esta que encerra um conjunto de relações que, ao se concretizarem no real, dissimulam as reais necessidades do capital. Ao se apresentarem como forças dominantes na contemporaneidade, as forças produtivas do capital tratam o desenvolvimento econômico e histórico como afirmação de uma evolução natural das técnicas, dos instrumentos de trabalho e, portanto, como uma dimensão que, longe de considerar o papel dos produtores, lhes é exterior.

Por isso, concordando com Paulani (2005), reiteramos que ao prevalecer a lógica atual de acumulação, não há como pensar que a substituição do trabalho abstrato pela ciência estaria criando uma nova sociedade. O que ocorre é exatamente o contrário:

---

<sup>17</sup> Interessante observar que, ao mesmo tempo em que se afirma o pensamento neoliberal que tenta destruir os fundamentos da crítica da economia política, emergem, nas Ciências Sociais, as correntes de pensamento de orientação culturalista, sob cujas bases se assentam os estudos das representações sociais, dos símbolos, dos fragmentos. É necessário dizer que, do ponto de vista do debate político, o caráter economicista tem predominância no conjunto das relações trabalhadas no nosso estudo, uma vez que estamos discutindo como este debate incide sobre as práticas de classe e das suas direções.

“A apropriação privada dos frutos da produção social vai estar se dando agora num quadro em que a substância do valor não é um bem público, como é social por definição (já que o conhecimento não se constrói isoladamente). Tratar-se-á, portanto, de exploração, e exploração em escala ampliada, ou, em uma palavra, tratar-se-á de capitalismo, e capitalismo numa versão mais perversa do que já foi”. (p. 203)

Segundo Gramsci, o economicismo é uma vertente teórica que se baseia no chamado livre movimento das forças de mercado, a qual tem como suposto a distinção entre sociedade política e sociedade civil. A análise que o autor faz sobre a problemática do economicismo chama atenção para o equívoco teórico que insiste em separar a sociedade civil da sociedade política e atribuir à primeira o papel de comandar a atividade econômica. Na perspectiva economicista, não caberia ao Estado qualquer intervenção ou regulação sobre a economia. Razão pela qual o economicismo se apresenta como “um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, a modificar a distribuição da renda nacional”. (GRAMSCI, 2000, p.47) Em outras palavras, o economicismo opera como se as forças produtivas correspondessem apenas às relações de produção e, as primeiras fossem sinônimos de tecnologia. Essa cisão aparente — aparência necessária — própria do pensamento burguês permite pensar o Estado como neutro, condição também da reestruturação.

Mais uma vez, o pensamento burguês reafirma o primado do econômico sobre as relações políticas que tendem a anular as “expressões de vontade, de iniciativa e de ação política e intelectual como se estas não fossem uma emanção orgânica das necessidades econômicas e, mesmo, a única expressão eficiente da economia”. (Ibid, p.48)

Com isso, o economicismo torna-se um dos instrumentos centrais para ocultar as relações de classe, posto que se refere a interesses do grupo dominante que busca socializar a idéia segundo a qual o desenvolvimento econômico é resultado das mudanças das técnicas e dos instrumentos de trabalho, ou seja, “da descoberta de uma nova matéria-prima, de um novo combustível, etc, que trazem consigo a aplicação de novos métodos na construção e no funcionamento das máquinas”. (GRAMSCI, 2001, p.51)

Essa idéia, segundo Gramsci, pode, no limite, conduzir a um reposicionamento dos Estados no âmbito das relações econômicas, mas, do ponto de vista do movimento histórico, a simples descoberta de novas matérias-primas ou progressos no campo da técnica não permite que as classes subalternas ultrapassem as determinações do econômico. Nesse sentido, ao aceitar o discurso da terceira revolução industrial e ao não levar em conta o trabalho vivo como a força produtiva essencial, as classes subalternas ficam aprisionadas no discurso da imediatividade. Pensam, assim, sua situação no campo econômico-corporativo, território, por excelência, das classes dirigentes / dominantes. Sua capacidade de construir a hegemonia fica reduzida. A perspectiva ético-política, nesse caso, tende a ser neutralizada em nome da postura economicista que condensa um projeto político para onde as classes subalternas devem convergir.

No plano da política, o argumento da evolução das leis econômicas e, principalmente, do seu elemento técnico, cria uma base ideológica que conduz a pensar que é sob esse terreno econômico que todas as outras formas de prática social se subordinam. Essa linha de raciocínio, que toma como suposto que a economia é o motor da história e que a ação política das classes subalternas pode se encaminhar no sentido da expansão do processo capitalista, reduz, quando não aniquila, com as possibilidades de realização da hegemonia dessas classes. Afinal, os interesses são aparentemente os mesmos daqueles dos dominados. Materializa-se, assim, pela via do liberalismo, a subordinação das classes subalternas aos projetos da racionalidade dominante.

Esse projeto político, além de expressar a racionalidade dominante, incorpora uma visão de mundo que naturaliza e reifica as relações sociais, a partir da idéia da eficácia e dos progressos do desenvolvimento capitalista e da identificação que se faz entre a expansão desse desenvolvimento e as possibilidades de modernização da sociedade.

Mas, para Gramsci, é por esta razão que

“é necessário combater o economicismo não só na teoria da historiografia, mas também e, sobretudo, na teoria e na prática políticas. Neste campo, a luta pode e deve ser conduzida desenvolvendo-se o conceito de hegemonia [...]”. (2000, p.53)

A contraposição ao economicismo deve levar em conta a autonomia das classes subalternas e sua capacidade de construir uma outra hegemonia; uma nova racionalidade que desmistifique o sentido “natural” que é atribuído ao capital frente ao conjunto das relações sociais e se oponha “à convicção férrea de que existem leis objetivas para o desenvolvimento histórico, do mesmo caráter das leis naturais [...]”. (Ibid., 2000, p.69)

A partir desse argumento, entendemos que a questão da hegemonia não está dissociada deste debate sobre o economicismo. Ao contrário, a prática política das classes subalternas, no sentido de construção de um novo bloco histórico, supõe que os ganhos econômicos imediatos, vinculados a interesses pessoais ou a um bloco histórico particular, sejam ultrapassados para que se criem as condições de emergirem outras formas históricas de prática social.

A ênfase no economicismo como idéia-força da dinâmica capitalista é um traço característico desse período de crise e de propostas de superação do capital à sua crise. Os efeitos políticos derivados dessa vertente economicista nos projetos das classes subalternas têm levado a uma mudança de rota nas práticas políticas destas, pois entendemos que o que se está travando, na realidade, é uma disputa pela hegemonia e, nesse sentido, a ordem burguesa tem empreendido iniciativas que aprisionam o movimento dos trabalhadores e os impedem de tratar seus projetos na esfera do coletivo, em contraposição ao individualismo, no seu sentido econômico, de apropriação. (BADALONI, 1978)

Uma recuperação histórica necessária à compreensão do caráter economicista, no campo das classes subalternas, é a da Revolução Russa, de 1917. Nesse processo, pôde-se notar, no terreno da produção, que as iniciativas e práticas que resultavam em melhores condições materiais de existência para os trabalhadores tiveram um grande alcance, estratégias que se constituíram em rebaixamento das suas lutas.<sup>18</sup> Lembremo-nos do vigor da industrialização nesse país, que acabou por colocar estes trabalhadores numa postura de integração à ordem capitalista, ao invés de superá-la. O processo taylorista de produção foi largamente utilizado nos processos de trabalho e as massas camponesas e o operariado foram submetidos a formas brutais de exploração.

---

<sup>18</sup> Esse debate está bem elaborado nos estudos de Dias, especialmente no livro **A liberdade im (possível) na ordem do capital**, no capítulo que trata sobre “O laboratório do século XX”. (1999)

Também não se viabilizou a socialização das forças produtivas, mas apenas a sua estatização.<sup>19</sup>

No plano da ação política, assistiu-se à limitação das formas e dos meios de organização e intervenção da classe operária, de modo a impedir a sua autonomia e a construção de uma outra racionalidade.

Em nome da necessidade do máximo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, o economicismo, na experiência soviética, mostrou-se capaz de quebrar a organização e a resistência operárias contra as formas de exploração do capital e, igualmente, a possibilidade de colocar as classes e as suas lutas como portadoras de outros projetos societários.

Para que esta nova direção fosse concretizada, a experiência russa foi um dos laboratórios objeto dessa ofensiva. Mas, as respostas do capital, onde se fazia necessário afastar as possibilidades de construção de alternativas ao capitalismo, também se estenderam para a experiência americana.

A necessidade de construção de um novo bloco histórico calcado no redimensionamento das formas de estruturação do capitalismo, constituiu-se em estratégia central do capital para fazer face à queda da taxa de lucros e aos antagonismos que se apresentavam no bloco capitalista. Como expressa Dias, (1999, p. 87)<sup>20</sup> “foi no interior da própria sociedade capitalista que esse antagonismo se expressou e viabilizou o projeto de uma subjetividade histórica alternativa”.

O americanismo foi, sem dúvida, a expressão mais notável das forças capitalistas no sentido de criar um novo tipo de trabalhador para as necessidades do capital, ao mesmo tempo em que aparecia como instrumento de homogeneização de um determinado modo de vida.

As raízes desse projeto de atualização do capital podem ser buscadas na ilustração feita por Dias, ao analisar a experiência americana:

---

<sup>19</sup> A esse respeito, uma importante descrição é desenvolvida por Linhardt, no seu livro **Lênin, os camponeses, Taylor** (1983)

<sup>20</sup> Para este autor, o americanismo pode ser pensado como movimento que se relaciona aos processos de revolução passiva, posto que além de redefinirem as formas de estruturação do capitalismo, correspondem às necessidades de o capital implementar medidas de contratendência. (1999, p.87)

“No início do século, a experiência americana taylorfordista tenta a extinção, no território americano, do poder dos sindicatos de ofício. Se na Europa as lutas de classe já tinham integrado, ainda que contraditoriamente, os trabalhadores, na América, aparentemente território virgem em relação àquelas lutas, os sindicatos de ofício ainda controlavam, em boa medida, o processo produtivo. Luta que, diferentemente da cena europeia do século dezanove, encontrava as massas americanas em estado bruto e era sobredeterminada pela questão dos negros e de outras nacionalidades e culturas. A racionalização da produção passava, portanto, pela luta contra a “propriedade de ofício”, pelo que a ideologia capitalista chamou de “liberdade industrial”. A quebra de um tipo de sindicato, que era a expressão corporativa da propriedade dos ofícios qualificados, era uma necessidade vital para o capitalismo americano. O taylorismo-fordismo foi a tentativa largamente exitosa, de subordinar aqueles sindicatos à disciplina do Capital, de criar o operário-massa”. (1999, p.99)

Tal ilustração nos revela o sentido e a direção que o capital imprimiu as suas tentativas de se impor como projeto hegemônico no interior da formação capitalista. E, mais do que representar um novo rearranjo nas formas de produção, com a criação de um trabalhador disciplinado, incorporado à objetividade do capital, o americanismo também foi capaz de dar existência concreta a um certo modo de vida que se integra, racionalmente, à ordem do capital.

Nessa experiência, a combinação de elementos de força, como por exemplo, a destruição do sindicalismo operário, com a persuasão, que inclui a oferta de altos salários e de vantajosos benefícios sociais e difusão de propaganda ideológica, possibilitou a combinação perfeita entre a racionalização da produção e o trabalho, o que resultou em um modo de vida americano voltado completamente à produção (GRAMSCI, 2001, p.247). O terreno das lutas proletárias que vinha se constituindo historicamente, foi relativamente neutralizado com a implantação de medidas de contratendência que inauguravam um novo modo de produzir e de viver na sociedade americana.

Na realidade, o que se construía no entre-guerras era uma alternativa para

a superação da crise orgânica que caracterizava o mundo capitalista. A formação de um novo bloco capitalista, mediado por transformações nas relações industriais, tornava-se um imperativo e se constituiu “na história do modo de produção como o momento a partir do qual o capital dá início ao processo, hoje ainda em curso, de deslocamento da centralidade da classe operária na história das lutas de classe contra a burguesia e seus aparelhos”. (TUDE DE SOUZA, 1991, p.48)

Para que tal experiência obtivesse êxito, foi fundamental a ação dos chamados profissionais da política e da ideologia. Esse movimento produziu, no interior desse nascente bloco, não só um novo tipo de trabalhador, mas, igualmente, uma nova relação entre os intelectuais e a massa. Relação esta que viria conformar o processo de construção da hegemonia burguesa.

A materialização das tentativas de práticas hegemônicas da burguesia se expressava na estreita articulação entre as necessidades da produção e os modos de vida. Assim, para Gramsci,

“[...] Os novos métodos de trabalho são indissolavelmente ligados a um certo modo de vida, a uma certa maneira de pensar e de sentir a vida; não se pode obter sucesso dentro de um desses domínios sem que se obtenha resultados tangíveis no outro”. (2001, p.266)

Para a criação desse novo homem, desse novo trabalhador, de uma nova ética, exigia-se um novo tipo de Estado que pudesse assegurar as condições de acumulação do capital e as reformas necessárias que transformariam os trabalhadores em parceiros do capital, portadores de uma racionalidade que lhes era exterior.

As iniciativas mobilizadas para a construção desse novo trabalhador para um novo tipo de produção foram geridas através de setores e de profissionais especializados, responsáveis por definir políticas capazes de responder às necessidades das indústrias em termos de administrar e controlar a intensidade de trabalho e a disciplina da força de trabalho. Mais do que isso, eles tiveram um papel fundamental na direção ideológica que permitiu a necessária adesão e consentimento dos trabalhadores aos objetivos empresariais. Sob o manto das novas técnicas de produção e das recompensas salariais, escondia-se o verdadeiro sentido das mudanças empreendidas

pelo capital: tornar-se ideologia constituidora do real.

Assim, emergia uma nova configuração nas relações entre os próprios trabalhadores e entre trabalhadores e as camadas intermediárias ou gerências que organizavam o trabalho. Os sistemas hierárquicos que marcavam esse tipo de organização na produção, a separação definitiva entre os trabalhadores que planejam e aqueles que executam, a especialização de funções são exemplares da construção de um novo trabalhador coletivo, incorporado à ordem do capital e aos seus processos de domínio. Que, aliás, diga-se de passagem, foram estendidos para a esfera da reprodução social.

Por isso que “a cada uma destas iniciativas correspondia um novo ajuste entre estruturas e superestruturas, de forma a se recompor a unidade entre relações sociais de produção e aparelhos de hegemonia”. (TUDE DE SOUZA, 1991, p.62)

Nessa correspondência entre as iniciativas do capital e a constituição de mecanismos sócio-institucionais de consentimento, modifica-se a relação entre Estado e economia, entre Estado e massas. Vale dizer, entre um determinado padrão de acumulação e formas de hegemonia compatíveis com o novo momento.

Com efeito, o que estas medidas de contratendência levadas a cabo pelo capital na Itália (através da experiência do fascismo) e nos Estados Unidos (com o americanismo) nos mostraram foi que “a cada advento de novos tipos de civilização, ou no curso do processo de desenvolvimento, existiram crises”. (GRAMSCI, 2001, p.263) Estas crises foram respondidas com estratégias que impeliram o capital a expandir seus domínios no bloco capitalista e, conseqüentemente, tornar-se relação hegemônica.

Nas palavras de Gramsci,

“A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a vontade decidida de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança, através de meios próprios, como “sociedade civil”, através do próprio desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e do monopólio”.



(2001, p.259)

Com essa análise sobre o americanismo, Gramsci nos ensina que o capitalismo está, a todo momento, renovando suas estratégias de construção de hegemonia frente a sua crise. O reordenamento das suas intervenções, seja no campo da economia seja no da política, mostrou o vigor com que este se renova e reconstrói suas bases de dominação. Para que isto ocorra, faz-se necessário transformar interesses particulares em interesses que se generalizem por toda a sociedade.

A experiência do estado de bem-estar também é exemplar para apreender as formas pelas quais o capital renova permanentemente suas estruturas de dominação e tece seu projeto de hegemonia. No pós-2.<sup>a</sup> guerra, as necessidades de superação da crise orgânica do capitalismo exigiram a articulação de alternativas que viessem fortalecer a ordem burguesa e, portanto, a legitimasse no sentido de reforçar a irrefreada expansão do padrão de crescimento capitalista. Combinada a essa expansão, era necessário criar mecanismos de participação política para compatibilizar interesses econômicos do capital com interesses políticos que lhe dessem sustentação. Caracterizada como medidas de contratendência, as ações que conjugaram mecanismos compensatórios para os trabalhadores e crescimento econômico alcançaram êxito no sentido de barrar as experiências socialistas e permitir a acumulação e valorização do capital. O projeto implementado foi capaz de integrar os trabalhadores à ordem capitalista associando a concessão de direitos políticos e sociais básicos e o aumento da produtividade do trabalho. Produção em massa e consumo de massa transformam-se na solução negociada para que os obstáculos ao livre desenvolvimento do capital fossem afastados, como também o fosse o fantasma do projeto socialista.

Importa-nos ressaltar que este processo não se realizou isento de lutas e contradições. Os trabalhadores, organizados coletivamente nos seus sindicatos e partidos, obtiveram conquistas fundamentais à reprodução da força de trabalho, tendo acesso a serviços sociais públicos e direitos que, reconhecidos tanto pelo capital quanto pelo Estado, viriam a se constituir no seu projeto de emancipação.

A dinâmica das mudanças na relação entre capital-trabalho-intervenção estatal expressa no compromisso social fordista tratou-se de uma resposta do capital à

sua crise de acumulação e expansão permitindo uma relativa estabilidade econômica<sup>21</sup> para o capital e uma perspectiva concreta de ganhos materiais, para os trabalhadores. Ao Estado, coube o papel de viabilizar as políticas sociais chamadas compensatórias e combinar, através da ampliação de empregos, melhoria das condições de vida, regulamentações jurídicas para elevação de salários e políticas de proteção social, o dinamismo da economia capitalista com os valores políticos do socialismo.

Os “anos gloriosos” do capitalismo acabaram por envolver os trabalhadores nas reformas possíveis, que não atingiam o cerne das contradições capitalistas e, por isso mesmo, não tinham como horizonte o projeto revolucionário. Abandonado na sua essência, este projeto foi substituído pela ampliação da democracia, da cidadania, dos direitos. Aqui, tem-se uma passagem exemplar da história de como se incorporam as classes subalternas a um projeto que não é originalmente o seu. O discurso dos economistas — mesmo aqueles pretensamente científicos —, ao propagar a auto-glorificação do capital (“os trinta anos gloriosos”), dá a esse período uma conotação de modelo de bons tempos para toda a sociedade; generaliza a idéia da possibilidade de uma pacificação dos conflitos e, além de tudo, expõe os argumentos quanto à utilidade da experiência, para os trabalhadores, realçando os benefícios que a sociedade viveu nesse período.

Desse modo, a concepção redistributivista assume o lugar da perspectiva revolucionária que permitiria a construção do momento ético-político e de um novo bloco histórico, tal como entendidos por Gramsci.

Desse ponto de vista, aquele conjunto de medidas de contratendência, aliado à passivização da Revolução de 1917 interrompeu a possibilidade de os trabalhadores irem além da visão econômico-corporativa que marcava essas estratégias e, assim, suas lutas se reduziam mais e mais ao terreno corporativo, estrito senso. Esse momento se constitui na fase áurea do capitalismo, período em que uma política de alianças entre capital e trabalho resultou na consolidação do projeto social-democrático que se espalhou por boa parte da Europa.

Na realidade, este arranjo sócio-institucional que combina reformas no

---

<sup>21</sup> Para Husson (1996), salvo no último decênio, a taxa de lucro permite reencontrar o ritmo econômico secular do capital e acompanha de perto as evoluções da taxa de crescimento da produção. No pós-Segunda Guerra, essa taxa de lucro mantém-se elevada durante toda a chamada idade de ouro.

campo econômico e ampliação e reconhecimento dos espaços dos trabalhadores no plano da política, configurou-se num modelo plenamente compatível à racionalidade capitalista. No entanto, é possível afirmar que tal “modelo” não logrou resultados na perspectiva de os trabalhadores conseguirem superar as estruturas de exploração do capital. Também sob a ótica do capital, as iniciativas de crescimento harmonioso não conseguiram triunfar por completo, posto que os antagonismos e contradições do capitalismo permaneceram ainda mais acirrados.

À chamada crise do *welfare state* se associa o renascimento das ideologias liberais e a afirmação do mercado como modo de funcionamento de uma nova ordem social, fortemente marcada pelo economicismo.

Como já analisamos, o economicismo, uma das formas de enfrentamento dessa crise, tem como principal característica a subtração do traço de classe das relações sociais e, em seu lugar, o tratamento da questão das forças produtivas como forças totalizadoras do capital, autônomas em relação ao trabalho vivo. Daí, a importância que é atribuída ao primado da técnica e do mito que a envolve, a ponto de inflexionar tanto a matriz de análise do pensamento de parte da esquerda mundial quanto as práticas políticas dos trabalhadores. (BRAGA, 1997, p.111)

Este debate sobre o economicismo e o mito das técnicas também está presente nas análises contemporâneas que pretendem uma “atualização” do marxismo. Buscando associar essa perspectiva à crise do trabalho, intelectuais tão diferenciados como Sérgio Mallet (1969), Tronti (1978), Kurz (1992), Gorz (2003), Habermas (1997) trabalham uma concepção que tem importantes efeitos sobre as práticas políticas das classes e, conseqüentemente, sobre as suas lutas ideológicas.<sup>22</sup> O sentido e a direção que tais análises encerram às ações analítico-estratégicas nos permitem dizer que esse debate tem levado a um rebaixamento das lutas dos trabalhadores e a uma posição defensiva destes, em nome de uma possível conciliação de interesses e ganhos materiais que são identificados e potencializados com o vigor do progresso técnico, com a

---

<sup>22</sup> Na década de 60 e início dos anos 70 do século vinte, Mallet, Tronti e Gorz fizeram um debate muito rico e intenso sobre a nova classe operária, debate este que envolvia a questão da autonomia e da capacidade política da classe. No caso de Kurz, Habermas e Gorz (em um segundo momento), eles trabalham com uma concepção diferenciada, afastando-se do marxismo e assumindo uma posição cientificista-determinista que nega a centralidade do trabalho e o papel das classes. Quanto a Habermas, vale lembrar que em um determinado período, o autor, na sua obra **Reconstrucción del materialismo histórico** (1996), pretendeu reconstruir o materialismo-histórico, as práticas políticas das classes e suas lutas ideológicas.

modernidade e praticidade da vida social e a disponibilidade de alternativas que são oferecidas à sociedade para satisfazer as suas necessidades.<sup>23</sup>

Predominantemente, a visão assumida por estes autores é a de que as forças produtivas se desenvolvem autonomamente, sem que as determinações sociais do processo histórico sejam levadas em conta. Desse modo, não cabe mais a discussão sobre as classes e sobre a hipótese da revolução, pois “o socialismo realizar-se-á à escala mundial e em condições de relativa facilidade a partir do momento em que ele tenha surgido à imensa maioria dos povos como o único quadro adequado ao pleno desenvolvimento das forças produtivas modernas”. (MAGALINE, 1977, p.29 e 31)<sup>24</sup>

Ainda uma vez, é importante lembrar que boa parte da produção teórica dos anos 80 e 90 do século passado, a qual enfatiza a questão da revolução tecnológica, informacional, a crise da sociedade do trabalho e as novas utopias, pretende substituir as perspectivas de corte classista e alcança uma penetração significativa nos meios acadêmicos, provocando um redirecionamento das análises da sociedade até então vigentes e cujas chaves interpretativas se localizavam nas contradições capitalistas.<sup>25</sup>

A noção de crise adquire, portanto, centralidade, quer seja na abordagem daqueles que defendem ser este momento expressão das novas relações na sociedade e, portanto, de novas determinações, a exemplo das tecnologias informacionais, quer seja nas concepções que sustentam ser esta uma crise de atualização do capital, no sentido de renovar suas estratégias de domínio sobre o trabalho. Em ambas as perspectivas analíticas, o que está em causa, a nosso ver, é a noção de crise e da permanência ou não das contradições classistas. Ao tratar da crise, Gramsci (2000) nos oferece uma análise que é lapidar para a compreensão contemporânea dos processos sociais. Para o autor,

---

<sup>23</sup> Bob Jessop, ao fazer uma crítica às posições teóricas que pretendem atualizar o marxismo, principalmente àquelas defendidas por Castells, Hardt e Negri, argumenta que a celebração da produção informacional acabou por desconsiderar “a especificidade histórica do capitalismo, o método analítico da crítica e a teoria do valor do trabalho [...]”. (2005, p.8) Assim, tendem a tratar a dinâmica do capitalismo sem as particularidades históricas que caracterizam diferentes contextos.

<sup>24</sup> Para Gorz (2003), a libertação do trabalho, determinada pela revolução autônoma das forças produtivas, criaria a sociedade do tempo livre. Nesta sociedade, a eliminação do trabalho transcenderia o capitalismo e, com isso, se chegaria a um outro tipo de formação social, sem que houvesse necessidade de uma revolução política. Ou seja, o socialismo já é uma realidade em face das potencialidades da automação.

<sup>25</sup> Esse debate cresce entre os intelectuais do campo da esquerda, à medida que são socializadas as análises sobre a vigência de uma sociedade pós-moderna, onde boa parte dos intelectuais acadêmicos e assessores dos movimentos sociais procedem, coletivamente, ao abandono das concepções baseadas no princípio de totalidade.

esta crise se inscreve em períodos históricos determinados, onde, sob o ponto de vista da reprodução ampliada do capital, haveria um amadurecimento consciente de que as contradições de classe seriam irremediáveis. Neste momento, apresentam-se os embates entre as diferentes racionalidades classistas, embates estes derivados das renovadas condições sociais, políticas e econômicas construídas no enfrentamento das crises.

Com efeito, é esta constatação que passa a alimentar, a partir dos passados anos 70, os argumentos liberais na disputa por implementar seu projeto societário. A chamada crise do estado de bem-estar costura o discurso através do qual se edificam outras alternativas à expansão do capital.

Mas, é preciso lembrar, como nos diz Husson,

“que o fato de este sistema ter perdido dinamismo [o capitalismo da idade de ouro] não implica de modo algum qualquer superação [...] O seu modo atual de funcionamento tende a modelar as relações sociais e políticas no sentido de um aprofundamento sistemático das desigualdades sociais, que certamente só poderá ser imposto aos excluídos com o recurso a formas modernas de coerção”. (1996, p.6)

A materialização dessa nova modelagem se efetivou com a implantação das políticas neoliberais, adotadas para que fossem retomadas as taxas de lucro, após o fracasso das medidas keynesianas, que se reivindicavam capazes de assegurar o dinamismo do capitalismo através de seus mecanismos de pleno emprego, da estruturação de uma ativa sociedade de consumo e de um modo de reprodução que se efetiva com relativa autonomia e liberdade.

Cabe demarcar que as reformas econômicas conformam o terreno sobre o qual se introduzem as mudanças na esfera ideopolítica. Como nos afirma Gramsci, “[...] o programa de reforma econômica é exatamente o momento concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral”. (2000, p.19)

Neste sentido, pode-se compreender a ofensiva da doutrina neoliberal como parte das iniciativas de reestruturação capitalista e, igualmente, como elementos de um mesmo processo, vale dizer, de resposta à crise capitalista, embora não possamos reduzi-la simplesmente a tais iniciativas. Trata-se, a nosso ver, de uma crise mais

duradoura, profunda e com alcance e dimensões ainda não completamente absorvidos pelos movimentos dos trabalhadores.

Os anos 80 do século vinte são férteis para implementação do laboratório do capital.<sup>26</sup> As saídas encontradas pelo capital para fazer face à sua crise remetem à análise da natureza contraditória do capitalismo. Nesse sentido, não há mais, na opinião dos que questionam os fundamentos da economia dos “anos gloriosos”, uma relação automática entre produzir com lucro e vender as mercadorias produzidas. Para o pensamento econômico dominante nesse período, tais condições são incompatíveis e “não podem duradouramente tornar-se compatíveis porque o capitalismo não dispõe de instrumentos de domínio da economia que permitam regular duradouramente estas contradições”. (HUSSON, 1996, p.40)

A década de 90 do mesmo século é marcada por uma larga recessão econômica que afetou diferentes países. É possível assistir, nessas conjunturas, uma dissincronia entre a taxa de lucro e a taxa de crescimento. A evidência de que a fase expansiva do capital já não está mais em vigência leva às últimas consequências a experiência do neoliberalismo. Esta versão atualizada do liberalismo de Hayeck (1990) e Friedmann (1988)<sup>27</sup> põe em relevo a autonomia do mercado como modo de regulação da vida social e como forma de incrementar tanto o ritmo de expansão do capital quanto os seus ganhos de produtividade e intensificação.

As expressões concretas da crise e dos processos de reestruturação empreendidos nos países da América Latina têm características e impactos bem diferenciados, muito embora a matriz desse movimento seja uma só: a necessidade de recompor, mundialmente, a produtividade e rentabilidade capitalistas.

Pode-se afirmar que a inserção dos países periféricos no processo de mundialização imposto pelas economias dos países desenvolvidos foi concretizada, inicialmente, no Chile, por meio da desregulamentação da economia, privatização dos

---

<sup>26</sup> Expressão cunhada dos estudos de Dias (1999) para explicitar as iniciativas do capital que respondem a sua crise orgânica.

<sup>27</sup> Estes autores, com distintos estatutos teóricos, tiveram uma influência fundamental no processo de atualização do capitalismo. Hayeck, considerado um dos “pais” do neoliberalismo pela consistência das suas idéias e Friedmann, um intelectual-divulgador com grande inserção no meio universitário que disseminou a visão de mundo liberal e a necessidade de reformas do capitalismo. A ofensiva neoliberal e neoconservadora sustenta-se em elementos que, para além dos aspectos econômicos, incorporam a dimensão política notada na explicação que os representantes dessa ofensiva conferem à crise econômica.

serviços essenciais, entre outras iniciativas. Mas, esse processo adquire traços particulares em outros países, a exemplo do Brasil. Por isso, há a necessidade de considerar este movimento como um processo heterogêneo, cujo êxito dependeria, entre outros aspectos, das condições sócio-históricas do desenvolvimento de cada país; da forma como está organizada a economia e da capacidade de organização política das classes e das frações de classes.

A reação à estratégia do Estado de bem-estar levada a cabo pelos social-democratas foi igualmente trabalhada no terreno da política. Friedman (1988), por exemplo, passou a associar a crise econômica ao poder que os sindicatos acumularam na vigência desse período. Fato que teria afetado os supostos da acumulação do capital, restringida pelas reivindicações e pressões dos trabalhadores por ampliação dos direitos sociais, que implicavam em aumento dos gastos nas contas dos governos.

Por isso, os sindicatos tornam-se alvo preferencial dos neoliberais. A condição para que a economia e a política se reorganizem, de modo a reestabelecer as bases da hegemonia capitalista, corroída, segundo os neoliberais, por um poder excessivo atribuído aos trabalhadores e suas representações, é, segundo Balibar, (1996, p.20) a decomposição e deslegitimação do poder institucional e da luta de classes do movimento operário organizado.

No plano da economia, é o capital financeiro que figura como traço predominante dessa ofensiva, através do qual se organiza a reestruturação capitalista.

Discutindo sobre o assunto, Chesnais nos dá a medida exata do sentido e da direção que o capital financeiro imprime à acumulação capitalista.

“[...] o capitalismo parece ter triunfado e parece dominar todo o planeta, mas os dirigentes políticos, industriais e financeiros dos países do G7 cuidam de se apresentarem como portadores de uma missão histórica de progresso social. O que é significativo é a quantidade de variações sobre o tema do “fim da história” e do “fim das utopias”, incluindo-se nestas as promessa de uma vida decente para todos, no quadro do capitalismo. [...] O estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e os fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da

esfera financeira”. (1996, p.14-15)

Esta esfera financeira, tratada pelo autor como um dos fenômenos mais marcantes da contemporaneidade, é que tem dado a direção sobre a repartição e distribuição da riqueza social produzida. Tem sido, portanto, o elemento mediador desse atual processo de acumulação. Sustentadas no mecanismo de transferência para esta esfera de capital originado na produção e na criação de “capital fictício”, as operações que caracterizam este movimento, chamado de “mundialização do capital”, têm conseguido angariar a confiança dos governos, fortalecer um estrato de rentistas e aprisionar estes governos às imposições e contrapartidas provenientes do mercado.

Nesse cenário de liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais — agora, interligados mundialmente e em “tempo real” — se expressa o novo momento de atualização do capitalismo e de recomposição da hegemonia burguesa, ao mesmo tempo em que, sob o manto da liberdade e da ênfase na perspectiva individualista, conduz à redefinição das relações entre Estado, mercado e classes sociais. E, nesse sentido, as políticas sociais assumem uma nova feição, compatíveis com as estratégias de acumulação.



## CAPÍTULO II

### **AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE-MERCADO COMO PARTE DA ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA**

Neste capítulo, discutiremos as diretrizes mais gerais que orientam os processos de ajustes e reformas nas economias periféricas, expressas nas idéias do Banco Mundial. Sintetiza, com base no exame dos documentos analisados, o protagonismo das agências multilaterais em relação à qualificação profissional dos trabalhadores, considerada uma necessidade atual, na tentativa de implementar uma estratégia de hegemonia na sociedade e a adequação do Estado para responder a este requerimento.

Para dar conta dessa tarefa e sermos fiéis à tradição analítica de viés histórico-crítico, o nosso percurso recairá sobre o exame das situações concretas que se colocam na realidade internacional e brasileira para, a partir daí, revelar como o empresariado vai tecendo suas estratégias de hegemonia, cujos interesses particulares precisam ser reproduzidos e dirigidos à sociedade de tal modo que sejam incorporados como sendo interesses de todos os cidadãos. Esse processo vai se dar em fina sintonia com o Estado e vai se transformar em objeto das chamadas parcerias, forma política que a burguesia impôs para dotar de outro conteúdo as possibilidades das classes subalternas construïrem seus projetos classistas, a partir da idéia de identidades classistas, agora substituída pela de colaboração de classes.

O movimento de mundialização que se manifesta com maior visibilidade a partir dos anos 80 e se aprofunda nos anos 90 do século passado — com a sua nova

face de financeirização<sup>1</sup> da economia — é expressão de uma crise global por que passa o capitalismo contemporâneo. Em torno dessa forma assumida pelo capital<sup>2</sup>, o Estado capitalista, como expressão própria de um grupo cuja tarefa é criar as condições favoráveis de expansão plena desse grupo (Cf. GRAMSCI, 2000), tem-se colocado, cada vez mais, como garantidor dos ganhos privados e vem pondo em marcha uma completa redefinição das suas funções para atender aos objetivos de recomposição das taxas de lucro capitalistas. Esse processo, que muitos autores tratam como sendo de “globalização”, tem como pilares de sustentação a abertura e desregulamentação dos mercados, a privatização de serviços públicos, a flexibilização das relações entre capital e trabalho. Ou seja, envolve um conjunto de sujeitos (classes, suas formas organizacionais, etc.) e esferas da vida social. Ele diz respeito às formas históricas de embate que capital e trabalho utilizam para defender seus projetos de classe.

## **2.1 As necessidades capitalistas que determinaram a intervenção das agências multilaterais sobre a problemática da Educação**

É possível afirmar que tanto nos países centrais como nos chamados de economia periférica, a realidade descrita produz uma nova configuração nas relações entre Estado, sociedade e mercado, a qual está associada a fundas mudanças na esfera da economia e da política, representando uma grande viragem nos processos sóciopolíticos e nas práticas de classe. Quando falamos em Estado, mercado e sociedade não estamos nos referindo a segmentações “naturais”, mas das formas (mercado e sociedade) que se dão no interior do Estado, o qual incorpora os vários complexos da

---

<sup>1</sup> Toda essa discussão sobre o movimento de mundialização e financeirização da economia capitalista contemporânea, está brilhantemente colocada nos estudos de François Chesnais, *A mundialização do capital* (1996) e *A mundialização financeira* (1998). Neste último título, o autor chama atenção para a relevância, na atual conjuntura, da “personificação” dos mercados: “Sem dúvida, é isso que permite revelar, ao mesmo tempo, pelo menos três dimensões da ascensão do setor financeiro: A primeira refere-se ao movimento de relativa autonomização da esfera financeira em relação à produção e, sobretudo, em relação à capacidade de intervenção das autoridades monetárias. A segunda tem a ver com o “fetichismo” (ressaltado por Marx e também por Keynes) das formas de valorização do capital de natureza especificamente financeira. A terceira remete ao fato de que são os operadores que delimitam os traços da mundialização financeira e que decidem quais os agentes econômicos, de quais países e para quais tipos de transação, que participarão desta”. (1998, p.12-13)

<sup>2</sup> Husson (1996, p.100) ressalta o risco de avaliações superficiais que reduzem a compreensão da crise enquanto uma preferência do capital pelas aplicações especulativas do capital em detrimento do investimento na produção. Tal compreensão, segundo o autor, pode conduzir a um certo fetichismo das finanças. E lembra bem que, quando se fala dos juros enquanto forma de rendimentos não produtiva, está-se tratando, na realidade, de uma das formas de mais-valia.

totalidade social.

Esta mudança de rota que o capitalismo empreende na sua base de dominação requer iniciativas e mecanismos que modifiquem não somente a base material, mas também as condições de reprodução social e as ideologias até então vigentes, vale dizer, a racionalidade burguesa com suas formas de institucionalização. Esta afirmação, de cunho metodológico, tem por finalidade combater uma visão segmentada do social e afirmar o primado da categoria da totalidade. Assim, afastamos a possibilidade de pensarmos “dedutivamente” o movimento do real como simples tradução de um vago “econômico” ou pensar a ideologia como reflexo daquele.

Nesse cenário, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo funcionam como artífices da reformulação de um projeto societário, em que as idéias de construção do socialismo e a função distributivista do Estado de bem-estar já não mais participam da agenda dominante da moderna sociedade. É por isso que, para o capitalismo, faz-se necessário “destruir” as bases sobre as quais se edificaram os valores da razão moderna e impingir um outro modelo, que também pretenda ser universal, mas fundado em princípios, que não mais os da razão iluminista, tratada, por Gramsci como uma “magnífica revolução”, criadora de “uma consciência unitária, uma internacional espiritual burguesa”. (2004, p.59)

O que este momento atual nos indica é que está em curso uma estratégia de construção de hegemonia, cujos vetores vêm sendo traçados no interior da luta concreta das classes em presença, isto é, nas singularidades das suas práticas, das suas subjetividades e no embate dos projetos que os representam. Tanto é assim, que grande parte dos formuladores de propostas vinculados às classes dirigentes procura adentrar no campo do adversário e transformar os projetos que lhe são próprios em interesses gerais, como se não mais existissem diferenças na sociedade, na natureza e nos conteúdos dos seus interesses. Esta intervenção ideológica, na qual os dirigentes e seus intermediários conseguem fazer o trabalho migrar para o outro campo, vem sendo possível, em larga medida, pela intervenção de intelectuais que estiveram no chamado “campo da esquerda” — entre outros, os regulacionistas e ex-maoístas — e que, durante muitos anos, se apropriaram da ideologia e das formas de fazer política dos subalternos e a reconstruíram na perspectiva de adesão à racionalidade capitalista.

Francisco de Oliveira, em **O Ornitorrinco** (2003), vai tratar dessa questão dos intelectuais como uma estratégia de construção de um novo consenso sobre o Estado e o mercado. Na realidade, a nosso ver, esta idéia expressa um novo bloco intelectual e moral nessa fase atual da dinâmica capitalista.

No plano da economia, os ajustes estruturais impostos pelos países centrais, sob o comando dos Estados Unidos, às economias periféricas significaram uma aplicação rigorosa de métodos que não visam ao crescimento econômico, muito embora o receituário do FMI e do Banco Mundial<sup>3</sup> — organismos financeiros internacionais, que são os principais propositores dos programas econômicos — difunda que seus planos de ajuste estão direcionados à retomada do desenvolvimento e, conseqüentemente, à definição de um modelo que, se bem aplicado, resultará em um Estado eficiente, enxuto, ágil e voltado, exclusivamente, ao atendimento de demandas essenciais que não impliquem em gastos excessivos e comprometedores das metas fiscais definidas por estes organismos.

Consolidado este modelo, ter-se-ia, então, a intervenção de um mercado livre de qualquer impedimento para ampliar-se e tornar-se uma instituição presente em todas as dimensões da totalidade social, tal como já preconizavam Marx e Engels, na epígrafe do **Manifesto**:

“A necessidade de um mercado em constante expansão compele a burguesia a avançar por todo o globo terrestre [...] A burguesia, pela exploração do mercado mundial, conferiu uma forma cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. As velhas indústrias nacionais [...] foram suplantadas [...] por outras que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim oriundas das regiões mais afastadas, e cujos produtos se consomem simultaneamente tanto no próprio país como em todos os continentes. A burguesia [...] forja um mundo à sua imagem e

---

<sup>3</sup> Estes organismos se apóiam em estudos realizados em diversas áreas (ambiente, pobreza, saneamento, etc.), os quais orientam as propostas para os países periféricos segundo a lógica econômica. A educação é considerada instrumento capaz de auxiliar no desenvolvimento da economia e na melhoria da competitividade mundial, para atender aos requisitos da chamada globalização. Os recursos destinados ao desenvolvimento de projetos são liberados em caráter de empréstimo, os quais atendem aos condicionantes que são aludidos neste trabalho.

semelhança”. (1998, p.8-12)

Este “receituário”, originado da mais liberal das teorias econômicas, representadas por Hayeck (1990) e Friedman (1998), defensora implacável da “mão invisível do mercado” se expandiu com vigor nas últimas duas décadas; inúmeras foram as recomendações para que fosse seguido à risca, sob pena de se ver restringido, aos países endividados, o acesso a vantagens comerciais e a liberação de empréstimos e ajudas financeiras a programas governamentais<sup>4</sup>. Tais restrições constituem as chamadas “condicionalidades”, de que trata Lehrer (1999) em seus estudos sobre “A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo”, cujas bases estão associadas às contrapartidas financeiras e políticas impostas pelo que o autor denomina como sendo “novos senhores da educação”.

Mais do que um programa econômico, tais “recomendações” se propõem a generalizarem-se e constituírem uma ideologia capaz de universalizar as relações sociais. Daí o papel fundamental do neoliberalismo enquanto instrumento teórico-prático de sustentação desse renovado capitalismo. A mercantilização do conjunto da vida social é a mais cristalina expressão desse momento atual do capitalismo que vem a ter, no fortalecimento dos capitais privados, o fio condutor para acelerar a acumulação.<sup>5</sup> Ao mesmo tempo, investe-se fortemente contra as idéias de proteção social vigentes na “idade de ouro”, responsabilizando-as pela estagnação das economias.

No início da passada década de 90, Simon Clarke (1991) já analisava, em artigo intitulado *Crise do Welfare State ou Crise da Social-democracia*, que a educação, o treinamento e a socialização do operário-massa eram organizados através das instituições de um estado de bem-estar burocrático e que as necessidades de pôr em movimento uma economia capaz de gerar novos métodos de produção e, portanto, maiores lucros, teria como pressuposto uma força de trabalho livre desses limites institucionais dependentes das representações dos partidos e dos sindicatos fordistas. Para o autor, os argumentos a respeito de uma diferenciação do trabalhador-massa,

---

<sup>4</sup> Salama (1998), em seu estudo sobre “A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas” vai tratar, com muita propriedade, do processo de financeirização como produto indireto da gestão das dívidas externa e interna dos países latino-americanos.

<sup>5</sup> Chesnais (1998) qualifica os fundos de pensão e as sociedades de aplicação coletiva de valores mobiliários como sendo atores principais do regime de finanças do mercado mundializado.

levados a efeito pelos críticos do fordismo, conduziriam ao surgimento de novas identidades, não mais referidas às classes, mas “articuladas ao consumo idiossincrático, em novos estilos de vida e novas formas culturais, que reforçam a demanda por produtos mais diferenciados”. (p.120) A isto correspondem a erosão das antigas identidades políticas e a conseqüente flexibilidade de respostas às necessidades individuais.

Embora o autor, naquele momento, afirmasse haver um consenso no sentido de que os referidos anos 90 seriam decisivos para se forjarem novos modos de regulação no campo da economia e da política, para a produção teórica daquele período, nem as formas de produção, nem as formas de regulação que se adequam a elas estariam determinadas, sendo um processo em construção, cujos contornos já se tornavam visíveis, através dos proponentes do pós-fordismo.<sup>6</sup>

Na atual conjuntura, os grandes grupos empresariais — as “corporações” — têm um papel central na movimentação da economia, nos moldes preconizados pelas agências internacionais. À medida que assumem o comando dos principais investimentos financeiros no mundo, constituem-se como força política capaz de redefinir as relações entre Estado, mercado e sociedade. Mais que isso, estes grupos interferem nos mecanismos de exploração da força de trabalho e nas suas condições de reprodução, posto que, ao reorganizarem a produção, através das redes industriais, imprimem uma nova divisão internacional do trabalho e, igualmente, novas formas de dominação do capital sobre o trabalho, no âmbito da produção e das condições materiais de existência dos trabalhadores.

Estamos considerando que a forma atual de “reestruturação do capital” deve ser pensada como reconstituição do bloco histórico no poder. Vale dizer, a reconstituição do princípio de valorização sobre o processo produtivo. Nas palavras de Gramsci, “do conjunto complexo e contraditório das relações sociais de produção”

---

<sup>6</sup> Clarke vai sustentar a idéia de que a ofensiva capitalista da última década de 80 teve, ainda, na intensificação do trabalho e na redução dos salários a chave para a restauração dos lucros capitalistas. No entanto, a restauração dessa lucratividade só poderia ser plena caso houvesse uma reestruturação institucional, não para dar espaço às novas tecnologias, mas, para restaurar o controle sobre o processo de trabalho. Com essa argumentação, ele afasta as interpretações que atribuem à crise do fordismo como sendo de natureza tecnológica e a trata como “a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo”. (1991, p.150)

(1999, p.250).

Objetivamente, são as grandes corporações mundiais e os bancos multilaterais de financiamento que têm direcionado esse esforço do capital para tentar restabelecer suas taxas de lucro. As medidas liberais buscando associar aumento de produtividade com aniquilamento dos direitos sociais são os eixos dos ajustes implementados nas economias dos países cujos déficits alcançam níveis elevadíssimos.<sup>7</sup>

Com efeito, a situação econômica dos chamados países periféricos, com a incorporação de tais medidas, tem dado mostras de que, nessas duas décadas de políticas neoliberais, o que ocorreu foi uma acelerada perda de receitas fiscais, decorrente tanto da redução de consumo dos assalariados como das políticas de desproteção ao trabalho, de que são mais ilustrativas as medidas de precarização e flexibilização do trabalho e as de redução drástica dos salários.

A flexibilização do trabalho e suas formas atuais de objetivação na realidade- trabalho em domicílio, banco de horas, polivalência, terceirização — além da ampla informalidade — envolvem um conjunto de relações que ocupam um novo lugar no processo de acumulação de capital. O controle do capital sobre o trabalho assume novas feições, particularmente sob o aspecto da apropriação do saber do trabalhador. Em nome de uma aparente autonomia, o capital, através das suas estratégias ideológicas, conduz o trabalhador a pensar que ele está livre de todas as amarras e constrangimentos que lhe eram impostos quando as relações de trabalho eram mais diretas e reguladas. Agora, os mecanismos de gestão da força de trabalho, que no desenvolvimento do capitalismo alcançara sua máxima potencialidade a partir das formas da cooperação, manufatura e grande indústria, são modificados, aperfeiçoados, atualizando-se, desta forma, a subsunção real do capital sobre o trabalho.

Segundo análise realizada pelo Fundo Monetário Internacional, divulgada em fevereiro de 2005, no documento “Estabilização e Reforma na América

---

<sup>7</sup> Husson (1996), em sua análise sobre o ajuste estrutural contra o desenvolvimento analisa que as medidas de ajuste estrutural são dirigidas para maximizar o fluxo líquido de divisas. Segundo ele, paulatinamente, este objetivo, de caráter financeiro, “foi elevado ao estatuto de modelo universal, não de pagamento da dívida, mas de crescimento”. Com esta posição, o autor sustenta que a experiência tem mostrado que, assim definido, tal ajuste é contrário às exigências de um autêntico desenvolvimento”. (p.103)

Latina: uma perspectiva macroeconômica sobre a experiência desde o início dos anos 90” e reproduzida no Jornal O Globo, a avaliação que se fez da economia na América Latina é a de que o esperado crescimento econômico não se concretizou, malgrado as reformas e a queda da inflação. “Em termos absolutos, o número de pobres aumentou nos últimos dez anos, quando 14 milhões se tornaram miseráveis, elevando o total para 214 milhões de pessoas – 44% da população da América Latina, sendo que 20% vivem em pobreza extrema”. Segundo a reportagem, no Brasil, embora o índice de pobres tenha caído de 48% para 38% entre 1990 e 2001(dados mais recentes), a desigualdade de renda não melhorou: “Os 10% mais ricos têm 44% da riqueza do país, enquanto os 10% mais pobres têm apenas 1%”, segundo dados colhidos no próprio Ministério da Fazenda (JORNAL O GLOBO, 8 fev. 2005).

Como já exposto em capítulo anterior, nesse processo de reatualização, o capital lança mão de elementos novos, mas também recupera formas combinadas de domínio e exploração. Mais-valia absoluta e mais-valia relativa coexistem em um mesmo momento da produção. Da mesma forma, podemos pensar nas qualificações dos trabalhadores: se em determinados ramos industriais as exigências são cada vez mais complexas, em face da introdução, no processo produtivo, de máquinas e equipamentos que requerem novos procedimentos técnicos, em outros, a “desqualificação” é condição basilar para a acumulação ampliada.

“A introdução de novas técnicas, muitas vezes importadas, serve de suporte para a flexibilização. As mudanças na gestão do trabalho permitem uma valorização do capital. A financeirização e a insuficiência de investimento, que dele resulta, a pressão externa mais forte, já que a obsolescência da indústria é freqüente e a retirada do Estado evidente, conduzem a uma valorização insuficiente do capital. Segue-se a isso a adoção da organização flexível, mas também da sua caricatura”. (SALAMA, 1998, p.246-247)

Como já discutimos, não se trata de uma crise de curta duração. Tampouco de um momento conjuntural. Assim, concordamos com Gramsci que é necessário fazer a distinção entre os movimentos conjunturais e os movimentos



orgânicos. Isto é, as circunstâncias, o ocasional, os fatos isolados não são elementos suficientes para superação das contradições presentes na estrutura da sociedade. Nos movimentos orgânicos ou nas crises de caráter orgânico, as contradições presentes em um dado momento devem estar amadurecidas, atualizadas a cada conjuntura. É nesse terreno que se movem as forças sociais e se põem as condições para a intervenção das classes sociais para

“estudar se na sociedade existem as condições necessárias e suficientes para sua transformação, isto é, permite controlar o grau de realismo e de realização das diversas ideologias que nasceram no seu próprio terreno, no terreno das contradições que ela gerou durante o seu desenvolvimento”. (GRAMSCI, 2000, p.36)

No plano das relações entre Estado e sociedade, organismos tais como FMI e Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, personificações do capital, ditaram as normas e impuseram modelos que, apesar da resistência de segmentos expressivos da sociedade, foram amplamente introduzidos, seja na esfera econômica seja na da política. O resultado dessa submissão absoluta aos ditames desses organismos internacionais não poderia ser mais devastador: desregulamentação dos mercados, privatização dos serviços públicos, flexibilização do trabalho, desemprego, informalidade, fragmentação e enfraquecimento das organizações sindicais.

Os relatórios desses organismos, disponíveis e socializados através da mídia, dão conta das possibilidades e restrições de investimentos nas políticas públicas, determinando áreas prioritárias e elegendo os países receptores dos recursos e dos programas sociais. Observa-se que, em avaliações feitas por algumas dessas agências, como é o caso do FMI, mencionam-se alguns dados alarmantes sobre a dívida pública, a corrupção, a desigual distribuição de renda, entre outros. Na avaliação que fez da economia latino-americana, em 2005, o Fundo alerta para o baixo nível de crescimento do continente ao longo dos últimos 12 anos, que ficou em 2,5%, aproximadamente. No entanto, neste documento, o FMI não levou em consideração o seu envolvimento e participação nos programas econômicos dessa região.

Por sua vez, os trabalhadores passaram, sistematicamente, a vivenciar processos de completo esgarçamento das suas identidades classistas, mediados pelo discurso da colaboração que, acionados pelas classes dominantes e pelas instituições estatais, apelaram para a participação genérica e ativa da sociedade.

Os avanços da pedagogia empresarial demonstraram que, a despeito das práticas participativas necessárias à construção do consenso dos trabalhadores, persistem nas empresas as estratégias de coerção, agora materializadas pela via das constantes ameaças às demissões dos trabalhadores, fechamento de indústrias, férias coletivas, entre outras.

Esse discurso, socializado sob diferentes formas e sujeitos, operou uma profunda mudança nas práticas das classes trabalhadoras, posto que o campo histórico das lutas e dos tensionamentos dos antagonismos, presentes nos movimentos de contestação ao capitalismo, foi redefinido para eliminar as barreiras que dificultavam a acumulação capitalista.

Todavia, esse movimento não se deu de forma isolada, em um ou outro país. Foi tecido molecularmente pelos intelectuais das classes dirigentes/ dominantes e faz parte de uma dinâmica mais geral que diz respeito ao esgotamento da relação entre o Estado e as representações de classe, relações estas construídas no período em que o compromisso social fordista fôra uma opção de distribuição de renda da social-democracia européia.

Buhr (1998), ao analisar a crise do movimento operário europeu, afirma que o triunfo do que ele chama de “contra-revolução” deve-se ao fato de as organizações sindicais e partidos de esquerda terem funcionado como forças supletivas do capital. Razão porque se encontram hoje, em sua grande maioria, afinadas com as propostas emanadas do capital.<sup>8</sup>

As diretrizes de tais propostas podem ser encontradas, principalmente,

---

<sup>8</sup> Melhor dizendo, esta “contra-revolução” nada mais é do que embate entre ideologias que estão em disputa na sociedade para dar sentido e direção aos seus projetos. E, nesse embate, as agências multilaterais, através de uma intervenção política ativa, se movem e tentam imprimir um determinado comportamento ao antagonista, que busca atuar no sentido de “neutralizar” as ideologias de classe e “atualizar” a estrutura.

nos recentes documentos do Banco Mundial. São eles que organizam e dão unidade às iniciativas do capital sobre diferentes temáticas que constituem a agenda contemporânea para o Estado e para a sociedade.

As avaliações que se tem sobre os efeitos sociais dos programas de ajuste implementados nos países que aderiram às propostas econômicas ordenadas pelo FMI e Banco Mundial são realizadas, também, pelos próprios intelectuais dessas instituições. Deles são as conclusões de que “os pobres sofreram de maneira desproporcionada os efeitos da contracção”, observação que deu origem ao que chamaram de ausência de rosto humano nos programas de ajustamento. (Apud HUSSON, 1996)

Particularmente em relação à educação, as diretrizes do Banco Mundial são indicativas de um modelo que conduz a uma ampla reforma em relação às políticas vigentes nos países, especialmente naqueles chamados “emergentes”. Elas passam por definições que envolvem discussões sobre o monopólio da ciência e da tecnologia, sobre as novas requisições em termos das qualificações, sobre o papel da sociedade civil, entre outras.

Trata-se de um receituário que vai além do chamado Consenso de Washington, cuja expressividade é alcançada à medida que as reformas vão se ampliando com a intervenção ativa do Estado, que passa a dar suporte para que novos espaços de acumulação sejam criados na esfera da economia, redimensionando, inclusive, a gestão, o financiamento e o controle social dos recursos públicos.

Em linhas gerais, o modelo preconizado pelo Banco Mundial para a ciência e tecnologia implica em relações de dependência cada vez mais estreitas com os países centrais. Para a maioria dos países, o lugar reservado à tecnologia é o de consumidor de pacotes tecnológicos ou, quando muito, de executor de processos controlados pelos países que mantêm a matriz do conhecimento científico, numa clara posição de que a estratégia não é a de socialização da ciência e da tecnologia, das descobertas científicas, mas, de uma divisão internacional de trabalho<sup>9</sup> que tenha como eixo a centralização do processo produtivo mundial nas mãos de poucos países e a definição de quais parcelas da sociedade podem, ou não, se integrar à economia

---

<sup>9</sup> Caso típico é o “projeto genoma”.

mundial, nessa nova fase de acumulação. Para que isso ocorra, a estratégia das grandes empresas é potencializar a produtividade do trabalho, utilizando-se, para tal, a equação força de trabalho abundante e pagamento de baixos salários.<sup>10</sup>

Sob esse ângulo, Husson analisa que

“a economia mundial surge como um filão quase infinito de força de trabalho a baixos preços: os capitais movem-se de um lado para o outro, e vão fixar-se num local que lhes pareça atrativo; decidem instalar-se ou, pelo contrário, aventurar-se um pouco mais longe. Mas, sua vocação não é cobrir o terreno todo, nem para aí transplantar todas as tecnologias, por razões simultaneamente de escala de produção mas também de vontade de controlo”. (1996, p.108)

Na periferia do capitalismo, este modelo responde por condições desiguais de acesso à educação, às tecnologias, às condições de salário, emprego e condições de vida. Isso porque os organismos internacionais e seus intelectuais que buscam consolidar a nova forma histórica do capitalismo definem as diretrizes educacionais para estes países tendo como base a reorganização da divisão internacional do trabalho e as possibilidades de maior rentabilidade do capital nesse campo. Daí decorrem as orientações que incentivam os interesses de mercantilização do setor educacional, tendo-se como ilustrativo o crescimento vertiginoso das universidades privadas<sup>11</sup> e a conseqüente degradação das universidades públicas.<sup>12</sup>

<sup>10</sup> Embora não seja o tema deste trabalho, as modificações acima indicadas também atuam na área das ciências sociais. Essa mutação altera a própria base do que se pode pensar, pois, ao definir uma “verdade” pretende jogar na lata do lixo da História centenas de anos de elaboração.

<sup>11</sup> Conforme dados do Censo de Educação Superior, publicado pelo INEP em 2003, o setor privado responde por 71,8% das vagas oferecidas no ensino superior. O mesmo censo constata que 11,9% das duas mil instituições de ensino superior do país são públicas e que a cada dia surgem 5,6 novos cursos de graduação no Brasil e, destes, 4,5 são no ensino privado e 1,1, no setor público.

<sup>12</sup> Segundo estudos do IPEA divulgados no jornal Folha de São Paulo (2004), os investimentos do Ministério da Educação no período de 1995 a 2003 diminuíram 57,8%, passando de R\$ 1,874 bilhão gasto em 1995, para R\$ 790,703 milhões, no ano de 2003, em valores atualizados pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços), da Fundação Getúlio Vargas, de maio de 2004. Os setores educacionais mais prejudicados pelos cortes são os Centros Federais de Educação Tecnológica, as escolas agrotécnicas e universidades, que viram cair não só as verbas para investimentos, como também para manutenção e custeio (pagamento de despesas como energia elétrica e serviços terceirizados). Nas universidades, por exemplo, a queda do custeio chegou a 55,68%, de acordo com os valores pagos e atualizados.

Na execução desse conjunto de orientações voltadas aos interesses de liberalização, desregulamentação e privatização, os Estados nacionais exercem um papel fundamental no sentido de garantir as condições impostas pelas políticas neoliberais. Não é por acaso a preocupação do Banco Mundial com os efeitos sociais pouco animadores dos ajustes e as recomendações para que os governos, nesses países, cuidem de dar um “rosto humano” às reformas em curso.<sup>13</sup>

No Brasil, o processo de incorporação de tais diretrizes se constitui em prioridade absoluta e exemplar na América Latina. Afinal de contas, o argumento de que somos o último país “emergente” do continente a aderir ao programa dos teóricos do capital resultou em medidas que visavam afastar o Estado da produção de conhecimento estratégico para o país, malgrado as resistências às mudanças propostas, sempre muito acirradas. Vale destacar que tais resistências ocuparam a pauta dos setores mais organizados da educação, tensionados e mediados pelos argumentos da democratização do ensino, da cidadania e da possibilidade de ampliação da sociedade civil nas decisões governamentais.

Sob esse ângulo, o debate sobre a educação é “aparentemente”<sup>14</sup> ampliado a toda sociedade, agora não mais sob a vigilância e a crítica das representações dos sindicatos de classe, tornados *persona non grata*, porque “desobedientes” em relação ao governo, mas com o comando de protagonistas que trabalham na perspectiva de adotar premissas gerenciais e critérios de eficiência e eficácia gerencial nas ações governamentais (veja-se a manutenção das políticas do GED, da GID e a “avaliação” produtivista, no caso das Universidades). No entanto, o dado novo nessas iniciativas estimuladas pelos organismos internacionais é a participação ativa de dirigentes sindicais pró-governo na elaboração e execução dos

---

<sup>13</sup> Apesar de defenderem as medidas de ajuste das economias periféricas e a rígida aplicação do receituário desses organismos, os intelectuais do capital indicam a necessidade de investimentos na área social, de modo a minimizar os efeitos drásticos das políticas recessivas. No entanto, a dimensão da competitividade, que é um traço desse processo, tem sido um fator impeditivo para que sejam gerados crescimento e ampliação de um mercado interno. A esse respeito, conferir os argumentos de Husson. (1999, p.105-106)

<sup>14</sup> Sobre isso, ver o procedimento das “audiências públicas” que desde o governo FHC estão implantadas sob a pressão da chamada sociedade civil e que no governo Lula se mantiveram enquanto “espaço de discussão” de temas de interesse público. Longe do grande público, com “representações da sociedade” eleitas pelo governo (e não pela sociedade), sem contraditório e com um conjunto de perguntas que os “representantes” deveriam responder, sem qualquer consulta ao seu teórico corpo de origem.

programas educacionais e, em particular, naquele que é nosso objeto de estudo, nos de qualificação profissional e a concepção que eles — os sindicatos — assumiram como sua: a de que estas medidas resolveriam o problema do desemprego, compreendido, no momento atual, como um problema de qualificação. Esta é uma questão central que atravessa as discussões sindicais durante os primeiros anos de vigência dos programas.

Tais iniciativas, na aparência, não só representam um investimento positivo para o conjunto dos trabalhadores e para a sociedade em geral, mas estimulam o acesso aos meios educacionais, que os sindicatos sempre reclamaram, nas suas pautas de reivindicação. Ao mesmo tempo, podem significar uma forma concreta de mobilidade social em uma sociedade em que os valores da educação serviram, em conjunturas históricas determinadas, para reforçar a idéia de nacionalismo, de soberania e de desenvolvimento. Isto é, educação vinculada à idéia de progresso.

Desse modo, o tratamento teórico-prático dado à qualificação profissional passa a ser uma questão estratégica no interior dos sindicatos e na chamada sociedade civil. Mobilizadores de interesses genéricos e solidários e, ao mesmo tempo, individuais, porque trabalhados sempre na perspectiva de uma apropriação individual de competências para manutenção e aumento da empregabilidade, os formuladores dos programas de qualificação/ requalificação têm conseguido construir, na sociedade, um ideário que afirma “esperanças” em torno de uma economia que se movimenta para atender às necessidades de uma acumulação de capital cada vez maior e onde a seletividade e a desigualdade se constituem em princípios imanentes de funcionamento da dinâmica capitalista.

O documento do Banco Mundial (2001), “O combate à pobreza no Brasil: relatório sobre a pobreza com ênfase nas políticas para a redução da pobreza urbana” propõe, além de outras medidas, o fortalecimento da educação básica de adultos, via programas como Alfabetização Solidária. Indica, também, a transferência de recursos para os pobres como forma de redução das desigualdades. Estas recomendações vêm acompanhadas de ressalvas, como as que afirmam que as iniciativas a serem desenvolvidas devem ser acompanhadas por rigorosos critérios de eficiência e submetidos a uma severa análise econômica, como forma de medir a eficácia dos investimentos.

Da lógica da desigualdade inerente ao capitalismo, pode-se afirmar que a inserção da qual falam as agências multilaterais como Banco Mundial e OMC, não é e não pode ser para todos, dado que as determinações gerais desse processo já estão colocadas na formação social capitalista. Vale dizer, nem os interesses são os mesmos e nem todos desfrutam das mesmas possibilidades. O que não significa que estes programas educacionais se realizem isentos de tensões e contradições, como veremos mais adiante.

É evidente que a apropriação de alguns interesses gerais está assegurada para tornar os processos sociais legitimados e compreendidos como democráticos. No entanto, concordando com Wood (2003), democracia e capitalismo são pares conceituais-práticos incompatíveis. Daqui, inclui-se a idéia de que a cidadania emerge como a essência desse processo e o Estado como instrumento que dá materialidade às necessidades sociais, transformando-as em políticas sociais.

No estudo em questão, a política de qualificação / requalificação profissional se inscreve no conjunto das políticas voltadas para o emprego e geração de renda. Constitui, portanto, uma unidade contraditória mediada, também, pela política de educação, sendo, ao mesmo tempo, objeto de necessidades tanto do trabalho como do capital. Ainda que possamos pensar que estas necessidades do trabalho não são atendidas independente das do capital, é necessário afirmar que, na dinâmica capitalista contemporânea, elas respondem por adequar, como diria Gramsci, o governo da economia e o governo das massas.

Em síntese: na aparência, a política de qualificação / requalificação profissional integra as necessidades do trabalho, mas, termina sendo incorporada como sendo necessidade de todos, o que não anula o uso que o capital faz dela, através dos seus prepostos, já que, sob o comando do capital, a transformação de uma mercadoria pode atender a necessidades que estão postas. Daí afirmarmos que aquela política seja objeto de iniciativas de mercantilização, entre outras razões, pelo fato de tornar-se fator de mobilidade social, legitimando, assim, o processo de acumulação.

Nesse contexto, criam-se campos de acumulação de capital cada vez mais amplos e aprofunda-se a lógica de que a educação deve ser compreendida como uma

mercadoria qualquer; os organismos internacionais investem no discurso da democratização dos recursos públicos, do controle social, da transparência no uso dos recursos. Aliás, diga-se de passagem, aspectos historicamente defendidos pelos trabalhadores, em especial, os vinculados ao movimento dos trabalhadores da educação.

Ao conjunto de proposições que identificam qualificação com educação e transformam esse processo em fator de mobilidade social, procura-se associar a oportunidade de os trabalhadores adquirirem maior conhecimento. E isso, seguramente, está presente nos argumentos dos trabalhadores quando participam dos programas de qualificação e requalificação profissional — com as possibilidades de inserção no mercado —, o que, do nosso ponto de vista, significa uma resposta defensiva, por parte dos trabalhadores e das suas representações, à estratégia da empregabilidade, promovida pelo discurso do empresariado e do Estado, com o aval dos organismos internacionais. Estado este, aliás, que tem a função de organizar o consenso na sociedade e fortalecer uma posição de classe que é, essencialmente, a posição dominante.

Embora concordemos com o princípio de que o acesso à educação, realizado mediante processos individuais moleculares ou de lutas políticas pela organização da cultura ao nível de massa (Cf. MANACORDA, 1990) é importante para formar o homem coletivo (Cf. GRAMSCI, 2000), devemos realçar que, nos termos em que a educação vem sendo tratada, ela não se transforma em objeto de criação de uma outra sociabilidade que seja capaz de transcender às necessidades atuais do capitalismo contemporâneo.

Tais necessidades, ao serem determinadas pelas reformas estruturais impostas pelas agências multilaterais, passam a ser um instrumento fundamental de condição de investimentos na área de educação, assim como em outras áreas. Na análise do Banco Mundial, as recomendações sobre ajuste fiscal são consideradas os maiores avanços que o país teve, nos anos 90 do século vinte. Segundo o documento da instituição, “O Banco Mundial no Brasil, uma parceria de resultados”,

“ao avançar na agenda de reformas nos últimos anos, o Governo brasileiro assumiu ainda mais o desafio de empreender mudanças institucionais em larga escala no setor público. Embora



os desafios continuem, esse esforço resultou, no final dos anos 90, em consideráveis progressos, com a aprovação das principais leis e reformas constitucionais, incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000”. (2005, p.7-9)

E continua:

“A assistência técnica e financeira do Banco Mundial às reformas estruturais brasileiras evoluiu para o apoio às novas políticas. Entre 1999 e 2004, o Banco concedeu diversos empréstimos para reformas setoriais ao Brasil, num total de US\$ 6 bilhões. Os recursos destinaram-se às reformas do setor financeiro, elétrico e social, e ao fortalecimento das principais instituições públicas, por meio das reformas fiscal, administrativa, previdenciária e ambiental. (Ibid., p.7-8)

Como se pode notar, o investimento do Banco, no Brasil, está condicionado a uma série de iniciativas que o governo tem de acatar e abarca um conjunto de políticas, inclusive as educacionais, consideradas estratégicas no contexto do capitalismo contemporâneo, como exposto na afirmação de que

“O capital humano, ao aumentar a capacitação das pessoas, aumenta também a produtividade da economia. As empresas mencionam especialmente o grau de instrução da força de trabalho como obstáculo ao investimento no Brasil. Porém os ganhos de produtividade gerados pelo investimento em educação demoram a surtir efeitos e a importância desses ganhos (medida em rendimentos obtidos com o investimento de anos adicionais em educação) é maior no segundo e no terceiro graus. Finalmente, as melhorias no sistema de ensino aumentam a qualidade da força de trabalho ano a ano, à medida que novos jovens trabalhadores entram no mercado de trabalho, mas não exercem influência sobre os trabalhadores mais velhos”. (BANCO MUNDIAL, 2002, p.47)

Por isso é que se torna imperativa a necessidade de todo um aparato estatal que dê sustentação à idéia de educação como possibilidade de “inclusão”, a qual

deve ser difundida em toda a sociedade: a de que é a qualificação é uma das chaves para a saída da crise econômica por que passa o capital.<sup>15</sup>

“Estudos econômicos sobre a educação no Brasil advertem a respeito da expectativa de milagres econômicos liderados pela educação. As pessoas também desenvolvem o próprio capital humano por meio do aprendizado no ambiente de trabalho, o chamado aprender fazendo. Muitas pessoas no Brasil aprendem a operar computadores, a preparar alimentos e outras habilidades sem instrução formal”. (Ibid., 2000, p.47)

Aqui se mostra, com a máxima clareza, que o governo tende a se subordinar às recomendações feitas pelas agências multilaterais, em um movimento que expressa a sua sintonia em relação às políticas mais gerais, de cunho liberalizante, que vêm sendo impostas aos chamados países periféricos.

Não sem razão, as justificativas para tais investimentos procuram enfatizar a necessidade de ampliação de financiamentos nas políticas que não sejam aqueles exclusivos ao Estado; em outros termos, as agências multilaterais propõem uma aproximação mais estreita com o mercado, a introdução das noções de eficiência, de competitividade, de empreendedorismo, no chamado “campo social”; a vinculação de maior escolaridade a maiores possibilidades de conquistar a empregabilidade para o mercado de trabalho e a participação da sociedade civil nos programas sociais, assegurando, assim, a governabilidade.<sup>16</sup>

Ao estabelecer esta direção às políticas públicas, o governo opta por compartilhar o seu projeto de tratar iniciativas que são estratégicas ao desenvolvimento do país com o mercado e com as parcerias de diversas instituições não-governamentais.

---

<sup>15</sup> O professor Sérgio Haddad dizia, em conferência realizada em 2002, que o governo FHC estava vinculado à idéia de que “é necessário administrar o possível” (2001, p.73), como se agora esta idéia tivesse sido ultrapassada, no governo Lula.

<sup>16</sup> Os teóricos e práticos do capital que se reivindicam fazendo parte de um processo histórico alternativo em curso, a chamada Terceira Via, cujos pressupostos se assentam nas “reformas institucionais que promovam o desenvolvimento econômico e a melhor distribuição de capital humano — o fator fundamental hoje na distribuição de renda” (PEREIRA,1999, p.77), consideram a governabilidade como a capacidade dos Estados preservarem a sua legitimidade junto à sociedade civil. Entretanto, esta noção vem associada à de governança, cujo significado “é a saúde financeira do Estado no momento de “tomar decisões estratégicas, e da existência de instituições que viabilizem uma administração gerencial, efetiva e eficiente do próprio Estado”. (Ibid., p.78)

Para os mais vulneráveis da sociedade, os governos têm respondido com ações focalistas, fragmentadas, seletivas e assistencialistas, cuja base ideológica é a solidariedade e a responsabilidade social.<sup>17</sup>

Tratada dessa forma, a educação, em todos os seus níveis, é alvo de profundas mudanças, como assinalam Laval e Weber (2003, p.29-30):

“Por mais que esta subordinação do ensino aos imperativos econômicos, exija, de modo mais direto, o ensino tecnológico e profissional, na realidade, este imperativo se estende ao conjunto dos estudos universitários. A OCDE tem trabalhado no sentido de inculcar como seu cavalo de batalha o "espírito da empresa", em todos os níveis. Para a OCDE, uma das condições da competitividade e do emprego é a "flexibilidade do mercado", o qual supõe uma transformação das mentalidades a que a escola deve contribuir". (Tradução minha)

A lógica empresarial é o eixo estruturador das políticas educacionais. Os mecanismos ideológicos que anunciam massivamente a importância da “sociedade do conhecimento” supõem que esta lógica deve se estender a toda a sociedade e que valores que dêem suporte à transformação do conhecimento em mercadoria devem ser disseminados. A esse respeito, De Sélys nos informa que, já em meados de 1994, um poderoso grupo de pressão patronal na Comissão Europeia reivindicava a formação profissional sob sua direção:

“Definitivamente, a responsabilidade da formação deve ser assumida pela indústria. [...] O mundo da educação parece não notar muito o perfil dos colaboradores que a indústria necessita. [...] a educação deve ser considerada um serviço prestado [...] ao mundo econômico. [...] Os governos nacionais deveriam encarar a educação como um processo que vai do berço à tumba [...] a educação está destinada a aprender e não a receber um ensino. [...] Não temos tempo a perder.” (2003, p. Tradução minha)

---

<sup>17</sup> Para maior aprofundamento sobre o tema, consultar Garcia (2004) e César (2005)

Por sua vez, em 1996, a OCDE — Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico — publicou os resultados de uma mesa-redonda, na Filadélfia, ocasião em que tratou da educação e da formação. O posicionamento da agência é categórico ao opinar sobre a educação como mercadoria:

“O aprendizado que se adquire, durante toda a vida, não teria porque se basear na presença permanente de professores, mas, poderia ser assegurado pelos prestadores de serviços educativos [...] a tecnologia cria um mercado mundial no setor de formação [...] a nova possibilidade de propor programas de ensino em outros países sem que nem os estudantes nem os professores tenham que sair de suas casas poderia ter repercussões importantes na estrutura do sistema de ensino e de formação, em escala mundial.” (DE SÉLYS, 2003, p.76-77- tradução minha)

E, afirmando o papel subsidiário dos professores, particularmente, para aqueles setores chamados “vulneráveis”, a OCDE é clara, segundo De Sélys (2003, p.76-77), quando diz: “Ainda que não se ignore o papel dos poderes públicos, este fica limitado a ‘assegurar o acesso ao ensino daqueles que nunca serão um mercado rentável e cuja exclusão da sociedade, em geral, se acentuará à medida que outros continuem progredindo’”. (Tradução minha)

Para o autor,

“Aqui, a OCDE expressa cruamente o que a ERT e a Comissão não haviam se atrevido a dizer: os professores que subsistirem se ocuparão da população ‘não rentável’”. (Ibid. p.77- tradução minha)

Como se pode atestar, a educação, considerada como mercadoria, é redimensionada em todos os seus níveis para atender aos interesses capitalistas e para formar uma outra sociabilidade, necessidade imperativa para construir novos cidadãos para novos tempos. Tudo isso, sob a batuta do bloco no poder, o qual organiza o aparato estatal e cria todas as condições objetivas e subjetivas para dar sustentação a uma ampla reforma intelectual e moral na sociedade. Esta reforma, embora se apresente

concretamente pela via de um programa econômico nacional, é definida pelas agências multilaterais. Contudo, a sua essência vincula-se à construção de uma nova sociabilidade, esta só sendo possível se forem pensadas conjuntamente as formas específicas de sua realização material e simbólica.

A cidadania a qual nos referimos é, pois, aquela que ampara essa reforma e não se baseia mais em direitos sociais coletivos. Pelo contrário, sua materialização exige contrapartidas individuais, quebra de contratos historicamente partilhados, eliminação de direitos e a formação de um determinado tipo de cidadão, o anunciado “cidadão-consumidor”, que nas palavras de Mota (1995), constitui o “novo” desse período histórico de investidas neoliberais, em contraposição à possibilidade das classes subalternas construírem sua cidadania, entendida “como a capacidade que têm os trabalhadores como sujeitos políticos de um projeto social, de transformar suas demandas em exigências de classe”. (MOTA, 1991, p.74)

## **2.2 O protagonismo das agências multilaterais na formação dos consensos**

O crescimento da presença dos investimentos das agências multilaterais no país e o desenvolvimento de projetos em parcerias com os governos se dão em fina sintonia com a expansão de mercados privados. Portanto, a mediação da esfera pública é mais do que necessária para viabilizar tais interesses. Ilustrativo disso é a abertura indiscriminada de cursos superiores privados, cursinhos pré-vestibulares, crescimento das fundações privadas, proliferação e redimensionamento de ONGs para trabalhar com qualificação e requalificação profissional. Sem falar nos convênios com diversos “parceiros”, para desenvolver programas educacionais, incluindo aí a Universidade. Todos imbuídos da idéia de afastar os obstáculos de escolaridade que separam o país do atraso tecnológico e de contribuir para o exercício da cidadania, vale dizer, da cidadania que deve ser adquirida no mercado.

É, principalmente, pela via do discurso da consolidação da cidadania e da sociedade do conhecimento que a reforma na educação, proposta pelas agências multilaterais, parece ter concretude na sociedade. Pode-se dizer que cidadania e democracia caminham juntas e constituem uma unidade, comum a todas as forças

sociais em presença. Não há espaço para classes ou antagonismos. O que se pretende é “suprimir o político, no sentido amplo da dinâmica entre o exercício do poder e a resistência a ele”. (MARCUSE apud JESSOP, 2005, p.9)

O pacto social encontra aqui o seu reino. A democratização dos fundos públicos e a participação da sociedade nas decisões do Estado se transformam no baluarte dos argumentos indiferenciados de empresários, governo e trabalhadores. Até mesmo o Banco Mundial adota essa linha discursiva, ao recomendar, no seu Relatório de 1997, que:

“[...] é preciso que o revigoramento das instituições públicas comece com uma aproximação do governo com o povo. Isso significa inserir a voz do povo na formulação de políticas: abrir campo para que indivíduos, organizações do setor privado e outros grupos da sociedade civil expressem as suas opiniões. (p.116)

Para este intelectual do capital, essa articulação com a chamada “sociedade civil” garantiria a eficiência necessária à gestão dos serviços públicos, de modo que, a partir do monitoramento dos bens e serviços públicos, estaria assegurada a transparência nos processos decisórios que os governos e seus aparelhos de hegemonia venham a implementar. Mas, logo adiante, o relatório do Banco Mundial se revela cauteloso na recomendação que faz:

“[...] a melhoria da capacidade e da efetividade do Estado depende de mecanismos capazes de melhorar a abertura e a transparência, fortalecer incentivos à participação nos assuntos públicos e, quando apropriado, aproximar o governo do povo e das comunidades a que deve servir. Esse tipo de fortalecimento da capacidade exigirá tempo e cuidadosa atenção aos perigos: os esforços no sentido de abrir o governo a um leque mais amplo de necessidades e interesses não melhorarão a sua efetividade ou responsabilidade se impedirem o acesso de outros grupos”. (Ibid., p.137)

O documento ainda nos revela que, da experiência desenvolvida e

socializada pelo Banco em diversos países do mundo, algumas questões devem ser observadas:

“□ Quando apropriado, o estado deve agir no sentido de assegurar uma ampla discussão e avaliação pública dos rumos e prioridades das políticas maiores. Para isso, é preciso, no mínimo, disponibilizar a informação de interesse público e estabelecer mecanismos de consulta, como os conselhos deliberativos e comissões cívicas, para recolher as opiniões e preferências dos grupos afetados.

□ Ele deve, quando exequível, encorajar a participação direta de organizações de usuários e beneficiários na elaboração, implementação e monitoria de bens e serviços públicos locais. E deve fomentar a capacidade e eficiência de organizações e instituições locais responsáveis, em vez de substituí-las.

□ Quando a descentralização da prestação de serviços for considerada conveniente, cumpre ao Estado adotar uma cuidadosa abordagem por etapas ou setores, começando em áreas prioritárias como as da saúde, educação ou infra-estrutura. Cumpre-lhe também introduzir fortes mecanismos de monitoria e assegurar a existência de normas intergovernamentais sólidas para coibir ações arbitrárias nos níveis central e local”. (BANCO MUNDIAL, 1992, p.137)

As considerações feitas neste relatório, particularmente no que diz respeito às recomendações a serem cumpridas, evidenciam que o Banco Mundial indica uma direção para os governos, um patamar de negociação e consenso no sentido de aumentar a sua capacidade gerencial e a efetividade em relação aos programas desenvolvidos. Embora acate a necessidade de ampliar as discussões, consultas, avaliações e outras formas de participação, as restrições estão sempre presentes, bem como os cenários de riscos que advém desses mecanismos. “Quando apropriado”, “quando exequível” e “quando conveniente” são as indicações que o Banco Mundial sugere aos governos quando da promoção das ações sociais. Estes são, portanto, os

limites da intervenção do Estado, sempre levando em conta que eficiência, eficácia, competição e responsabilidade são os eixos através dos quais se assegura o desenvolvimento e a capacidade estatal. Democracia e cidadania nem tanto. Só quando apropriadas, exeqüíveis e convenientes, é claro.

Não sem razão, essa “modernização” dos conceitos e das práticas que os sustentam deve, invariavelmente, ter um controle por parte desses organismos. Nesse sentido, podemos afirmar que nos já mencionados anos 90 o controle exercido sobre as políticas estatais — as macroeconômicas e aquelas voltadas para o campo do social — foi efetivado ao máximo, monitorado sistematicamente pelos organismos internacionais (Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e Fundo Monetário Internacional).

As prescrições do Banco estão amalgamadas em um conjunto de propostas que conformam a chamada Reforma do Estado. Trata-se de uma necessidade de adequar as instituições estatais capitalistas às reestruturações econômicas que têm como suposto a expansão dos mercados.<sup>18</sup> Adequação, é claro, com legitimação da sociedade aos seus projetos de reforma. Tanto é assim que o Banco trabalha com um cenário de possibilidades que, de um lado, sustenta a importância da participação social e, de outro, condiciona esta participação à governabilidade dos países que são alvo dos seus projetos.

Pelo visto, o capital não aceita correr nenhum risco que cause ranhuras nos seus investimentos, porque a “estratégia obrigatória de maximização das oportunidades de acumulação do capital tem de prevalecer sobre tudo”. (MÉSZAROS, 2002, p.261)

Nessa perspectiva, democracia é a que se orienta pela trilha da transformação do Estado- com suas atribuições de provedor de bens e serviços coletivos essenciais à sociedade- em instrumento que cria as condições para a expansão do mercado nas áreas sociais, produzindo-se uma verdadeira mercantilização da vida social, cujo

---

<sup>18</sup> Além dos documentos oficiais, sob a orientação do Ministério da Administração e Reforma do Estado, tendo à frente o ministro Luis Carlos Bresser Pereira, este tema é problematizado brilhantemente no livro de Behring (2003), “Brasil em contra-reforma”: desestruturação do Estado e perda de direitos. Nele, a autora faz uma crítica dos processos em curso a partir das expressões particulares da chamada “contra-reforma”.



“‘transporte’ de critérios de ‘custo-benefício’, ‘eficiência’ e ‘racionalidade econômica’ da economia para o âmbito da cidadania resulta na recriação de uma nova ordem política assinalada pela desigualdade e pela exclusão, próprias dos mercados na arena até então dominada pelo igualitarismo da política”. (BORÓN, 2001, p.185)

Vejamos, então, como o Banco Mundial evidencia essa relação entre a democracia e os governos:

“Certos perigos são inerentes a qualquer estratégia destinada a abrir e descentralizar o governo. O aumento das oportunidades de se fazer ouvir e de participar aumentam as exigências feitas ao Estado, o que pode agravar o risco de impasse ou de captura por grupos de interesses atuantes. E, se não houver regras claras que imponham restrições às diferentes camadas de governo, nem existirem incentivos que estimulem a responsabilidade local, a crise de governança que aflige muitos governos centralizados será simplesmente repassada aos níveis inferiores”. (1997, p.137)

Ao adotar a linguagem gerencial para tratar da intervenção do Estado, o Banco abre uma fenda para pensarmos que a governança ou a governabilidade aqui tratadas, estão referidas a um processo necessário à democracia, mas, concordando com a perspectiva de Borón (2001, p.185), nada mais são que a face política dos mercados e, estes, por sua vez, expressam tão somente a face econômica da política.

O debate sobre a reforma do estado se põe entre o questionamento quanto à capacidade de o Estado atender às demandas sociais e coletivas da sociedade e às possibilidades de que este atendimento das necessidades seja transferido aos mercados, restando ao primeiro apenas o cumprimento de funções que correspondem aos serviços que o mercado não tem interesse em ofertar ou monopolizar, a exemplo da segurança, proteção de contratos, renda mínima às famílias mais necessitadas e programas assistenciais focalizados e compensatórios.

À primeira questão, os liberais se contrapõem aludindo que o aparato

estatal criado para responder às necessidades sociais está saturado e que a experiência “keynesiana” foi fracassada, à medida que tentou compatibilizar a dinâmica de acumulação capitalista com a socialização de direitos sociais e políticos mínimos (NETTO, 1993, p.68). No segundo caso, o que está em causa é, na justificativa dos liberais, o exaurimento da capacidade de investimento do Estado e, conseqüentemente, de regulação sobre o mercado.

Em outras palavras, as funções de prover os bens e serviços públicos e de intervenção do Estado sobre os processos econômicos não têm dado garantias efetivas para o capitalismo acumular e se valorizar cada vez mais. É por isso que se faz necessário que haja controle sobre os gastos públicos, mas, por outro lado, que haja ausência de controle sobre os mecanismos de mercado.

No plano político, a reforma do Estado é uma exigência para eliminar os obstáculos à expansão do mercado. Por essa razão, os governos são elos estratégicos para socializar os valores necessários a esta expansão e potencializar a capacidade estatal ao máximo, de modo que a racionalidade burocrática esteja adequada às necessidades atuais do capitalismo contemporâneo. Na realidade, os governantes caminham na contramão de uma racionalidade burocrática formal (Weber) pois submetem tudo e todos à ótica mercantil. Um bom exemplo é o argumento de Bresser Pereira de combate a essa racionalidade.<sup>19</sup>

Ora, é exatamente isso que sugere o relatório do Banco Mundial, ao recomendar as formas de transpor os obstáculos para viabilizar a Reforma do Estado:

“O primeiro passo para aproximar o governo do povo consistirá em fazer com que os objetivos da reforma sejam claramente inteligíveis para os cidadãos e a comunidade empresarial. As iniciativas para melhorar a comunicação e o

---

19 Em Weber (1974) a racionalidade burocrática supõe duas questões básicas: a) o preenchimento dos cargos de carreira realizado por um processo de competência a partir de regras definidas e a subordinação dos burocratas à racionalidade estatal e b) sua não propriedade dos meios de trabalho. Mas, acima de tudo, a coordenação da carreira (por exemplo, o Ministro) deve ser claramente político. A idéia de romper com as carreiras do serviço público ou de reduzi-las a um pequeno número é um modo pelo qual os eventuais comandantes do Estado têm as mãos limpas para preenchê-las, não por mérito, não *sine ira et studio*, mas por adesão ao programa do partido de turno. Não há, assim, uma burocracia técnica, mas o controle político sobre todos os postos do Estado.

consenso gerarão um duplo benefício: aumentar o apoio à reforma e dotar o governo de uma melhor compreensão de como levá-la a cabo corretamente”. (1997, p.137)

Não restam dúvidas que o conjunto de problemas postos no debate sobre a reforma do Estado se constitui alvo da crítica que parte da chamada esquerda brasileira, historicamente, elaborou a respeito do papel do Estado. Seu projeto partia da constatação de que, no processo de formação do Estado e da burguesia brasileiras, as reformas fundamentais para constituição de uma sociedade moderna estiveram ausentes, o que gerou uma dependência exterior, a preservação de setores arcaicos na sociedade e uma extrema concentração de riqueza que levou à incapacidade de superar o subdesenvolvimento. (Cf. BEHRING, 2003, p.102-103)

Dessa caracterização, derivou o debate entre muitos intelectuais<sup>20</sup> de que o estado brasileiro era um Estado privatizado, com poucas possibilidades de alargamento da esfera pública e com uma cultura fundada no patrimonialismo, no clientelismo e em relações com a sociedade que fortaleciam práticas autoritárias e conservadoras.

A partir dessa crítica, reafirmou-se o fim do Estado das classes dominantes e sua conseqüente desprivatização, publicização e democratização com o objetivo de atender aos interesses das classes subalternas, ainda no interior da ordem burguesa e respondendo a esse estágio de reprodução capitalista.

É importante assinalar como a idéia de “reforma do Estado” permitiu transformar um tema em detrimento das intenções iniciais. Obviamente, a reforma “da esquerda” correspondia a um projeto inteiramente diferenciado daquele levado a efeito por Collor-Itamar-Fernando Henrique-Luis Inácio. Uma boa parte dessa esquerda vivia a euforia de uma certa vitória na contra-mão do neoliberalismo mundial (fundação da CUT, fundação e legalização de partidos de esquerda, a chamada “Constituição cidadã”, etc.).

---

<sup>20</sup> Ainda Behring (2003), faz um longo resgate do pensamento dos principais intelectuais do chamado campo de esquerda no Brasil acerca do processo de formação histórica do país, trazendo ao debate as diversas interpretações sobre a nossa formação social, política e econômica.

No final dos anos 80 do século vinte, as produções nacionais sobre o tema engrossaram as argumentações sobre o que Fiori (1995) chamou de “a festejada crise do Estado”. Para o autor, no marco dessas reformas, transformadas em estratégias que abarcam os países latino-americanos de uma forma geral, o dissenso, elemento fundamental da vida democrática, é subsumido à liberdade de mercado, tomada como referência para as liberdades individuais e para valores que devem ser absorvidos, pela sociedade, no sentido de identificar a reforma do estado como necessária ao progresso e à integração aos benefícios civilizatórios que os países desenvolvidos oferecem.

Chama atenção o fato de que parte do campo da esquerda, ao se contrapor às reformas liberais, também afirmou a necessidade de reformas no Estado. No caso brasileiro, as críticas se localizavam na estreita vinculação e inserção dos interesses privados junto ao Estado e seu aparato institucional, nas bases de sustentação política coladas nos setores mais conservadores e oligárquicos das classes dominantes<sup>21</sup>, no traço excludente que sempre caracterizou a intervenção estatal no chamado campo do social e, não menos importante, na forte dependência de capitais estrangeiros para investimentos.

Nesse sentido, a superação desse quadro estaria, nas análises de alguns intelectuais, a exemplo de Fiori (1995) — amparada na necessidade de rediscussão do pacto fundante do Estado desenvolvimentista — ou, de Oliveira (2001) — na exigência de ampliação da esfera pública não burguesa. Perspectivas diferenciadas, mas que não vingaram na história concreta.

Com efeito, as críticas mais refinadas sobre a construção do Estado brasileiro<sup>22</sup> dão conta de que é exatamente na relação entre o público e o privado onde

---

21 Francisco de Oliveira vai tratar essa questão mostrando que desde os períodos das ditaduras — Vargas e a de 1964 — não se consolidou uma hegemonia burguesa que fosse capaz de unificar as diferentes frações das classes dominantes no Brasil, nas suas mais variadas expressões: quer sejam agrárias, industriais, bancárias e regionais. Segundo o autor, “as regionais tiveram um peso extraordinário, misturam a política com economia, enquanto que, numa região mais desenvolvida, a política se descola da economia. Nas regiões menos desenvolvidas, a política e a economia são coladas como ostra na pedra” (2001, p.49).

22 O mesmo autor vai nos mostrar de modo bastante elucidativo, o quanto o estado brasileiro vai se tornar um Estado praticamente feudalizado, fato que impede a elaboração de políticas mais abrangentes, resultando no que ele denomina de “regulação ad hoc”, expressão usada para vincular cada fonte de receita ou despesa do Estado com determinado núcleo de interesse empresarial (2001).

se revelam, com maior clarividência, a natureza do Estado e suas contradições<sup>23</sup>. Nessa equação, é possível evidenciar como os agentes econômicos privados conseguem direcionar os seus interesses no interior do aparelho estatal como se estes fossem universais, quando, na realidade, expressam interesses particulares de classe.

Se considerarmos, ainda, as particularidades que o capitalismo assume no Brasil, podemos assegurar que o Estado sempre garantiu as condições mais favoráveis possíveis ao processo de acumulação capitalista<sup>24</sup>. A problemática da reforma do Estado vem reafirmar essas condições; todavia, o centro do debate, agora, é como dotar o Estado de uma capacidade institucional que gerencie as necessidades de acumulação em um contexto político cujos protagonistas reclamam a ampliação das instituições democráticas e a participação nos processos sociais. Mais do que “desprivatizar o Estado” o que se teve foi a privatização máxima do aparelho estatal fortalecida, no momento atual, pela incorporação “democrática” de seus antigos críticos. Trata-se, portanto, da velha polêmica entre capitalismo e democracia; institucionalidade burguesa e expansão de classe.

As classes dominantes não demoraram a achar a resposta ao que poderia ser um obstáculo à consolidação dos seus projetos. A cidadania, a participação da sociedade civil nas decisões governamentais, a socialização da política podem e devem ser elementos catalisadores desse movimento de reformas, desde que não afetem a essência das suas propostas. Nessa perspectiva, conceitos, práticas e seus conteúdos são reatualizados, no cotidiano, subvertidos e incorporados como se fossem indiferenciados e os antagonismos tivessem desaparecido.

As recomendações que os intelectuais do capital fazem aos países que estão implementando suas reformas e podem estar enfrentando obstáculos são taxativas, segundo o Relatório do Banco Mundial (1997, p.152):

“Primeiro, as oportunidades de reformas realmente se

---

23 É sempre necessário lembrar que a argumentação recorrente sobre a falência do Estado deriva de uma prática histórica cuja origem foi a generosa ajuda que o Estado brasileiro ofereceu à empresa privada, garantindo lucros rentáveis a estas.

24 É também Francisco de Oliveira que, ao reportar-se às origens da formação da sociedade brasileira invoca os clássicos para referir-se à difícil formação do público no Brasil. Para o autor, os espaços privados “nunca fizeram o movimento de recuo para diferenciar-se do estado”. (2001, p. 63)

abrem; e tendem a ser aqueles momentos onde as regras normais do jogo estão, por um motivo qualquer, passando por uma fase de fluidez, por temporária que seja. Assim, muitas reformas radicais foram introduzidas em resposta a uma ameaça ou crise econômica externa, ou durante o período de lua-de-mel de um novo governo ou regime, uma vez removidos os titulares com fortes interesses no velho regime.

A segunda lição ensina que, face a uma dessas oportunidades, os reformadores podem fazer o melhor uso possível do tempo disponível para adotar uma estratégia que compreenda e procure atenuar os prováveis obstáculos. Formular as respostas e conferir-lhes uma seqüência tática pode ser útil, o mesmo ocorrendo com as medidas que tornem as instituições menos suscetíveis a interesses especiais e pontos de estrangulamento e, o que talvez mais importante, formando um consenso favorável à reforma.

Finalmente, a mensagem das numerosas reformas bem sucedidas — e malogradas — [...] é de que os avanços decisivos raramente ocorrerão por obra do acaso. A qualquer momento, as forças que favorecem o status quo têm probabilidades de prevalecer. As reformas só se concretizarão se forem dirigidas por líderes dotados de uma clara visão de como as coisas deveriam ser e da contagiosa determinação de transformar essa visão em realidade”.

Tais lições do Banco Mundial aos países reformadores alertam para as tendências e para os conflitos que podem constituir óbices para a sustentação das reformas necessárias. Tudo se passa de modo a pavimentar o terreno por onde tais reformas vão ser direcionadas e a articular as formas institucionais e subjetivas constituidoras do consenso ativo da sociedade frente às mesmas. Para tanto, eficiência, planejamento e organização são condições indispensáveis às medidas a serem tomadas. Ainda assim, os riscos são iminentes e as resistências inevitáveis. Exemplo destas resistências é a reforma do setor público, segmento que o Banco considera parte diretamente atingida pelos ajustes e que pode vir a desencadear movimentos de

resistência pelo fato de que,

“sendo essencial para revigorar as instituições estatais, pode [a reforma] ser frustrada por servidores que correm o risco de dispensa ou se considerem em pior situação como empregados do setor privado”. (1997, p.153)

Os argumentos a serem difundidos a toda a sociedade indicam, de modo sistemático, as fragilidades dos setores a serem objeto das reformas assim como a prioridade da sua realização, como é o caso dos programas públicos de pensões, do financiamento dos serviços de saúde para os idosos, do sistema de educação. A premissa de tais reformas é centrada na idéia de mercantilização e privatização dos serviços e, ainda, de criação de entidades reguladoras para fiscalizá-los.

Trata-se de uma estratégia que tenta mostrar, com intenso apoio midiático, os benefícios das reformas na vida cotidiana e na melhoria das condições de vida e de trabalho da população usuária dos serviços públicos de má qualidade, sucateados que foram ao longo dos anos.<sup>25</sup>

No entanto, vale também dizer que, no caso das reformas se tornarem inviáveis de serem realizadas de uma só vez, o Banco Mundial recomenda doses graduais de ajustes, sem que, no entanto, estas deixem de se efetivar, ainda que mantenham os “direitos aos beneficiários atuais, com uma ampla margem de reconhecimento da probabilidade de que as mudanças ocorram de uma geração à outra”. (1997, p.153) Com essa estratégia, o Banco urde, molecularmente, as bases à adesão às reformas e tenta arrefecer qualquer movimento que vise a questionar os seus pilares.

Com efeito, as motivações ideológicas que dão sustentação a esse conjunto de reformas devem ser minimizadas de modo que seja possível eliminar qualquer elemento de politização presente nas referidas reformas. Afinal, nunca é demais lembrar que, sob o liberalismo, economia e política são esferas da vida social que devem ser cindidas. Para Dias (2005), tais esferas “têm um solo comum: para sua

---

25 O artigo de Francisco de Oliveira (2001) expõe dados muito interessantes sobre o processo de sucateamento do Estado brasileiro, a partir dos anos 30. Também Behring (2003) faz uma acurada exposição sobre o tema.

plena existência deve-se proclamar a impossibilidade de alteração de pressuposto da chamada ‘economia de mercado’”. (p.26)

Sob esse ângulo, o sentido e a direção que pretendem os conteúdos das reformas são tratados de modo asséptico e apelam para a participação e o envolvimento de todos nas propostas que, na visão dos reformadores, vão imprimir uma nova racionalidade ao Estado, donde, necessariamente, o custo-benefício das mudanças será uma maior eficiência e eficácia das políticas públicas.

O que importa para os que recomendam as reformas é a oportunidade de fazê-las. Por essa razão, no entendimento dos intelectuais do capital, a conjuntura econômica e política dos últimos anos 80 e 90 são favoráveis às reformas de grande alcance. Crise e oportunidade caminham, assim, juntas, posto que a capacidade do Estado já não responde às demandas populares e estas, por sua vez, reclamam por reformas.

Não por acaso, o Banco Mundial compreende que a mediação de uma liderança política, dotada de uma visão estratégica sobre os processos mundiais, torna-se o fulcro das mudanças a serem efetivadas. No caso do Brasil, Fernando Henrique Cardoso personificou as principais determinações do Banco Mundial e orientou seu governo no sentido de introduzir e aprofundar reformas, criando, assim, uma nova racionalidade de funcionamento das instituições, edificando uma nova subjetividade para adequar tais reformas à vida social.

A proclamação de um Estado “ideal”, em face das reformas, é ilustrada no discurso de que

“os obstáculos à construção de um Estado eficiente não são intransponíveis. A mudança tem maior possibilidade de êxito quando as autoridades tomam a si três coisas: o desenho e o seqüenciamento tático das reformas, a compensação dos prejudicados e a formação do consenso”. (BANCO MUNDIAL, 1997, p.160)

Com relação a este último aspecto, o Banco Mundial é categórico:



nenhuma reforma pode ser efetivada sem que o consenso sobre as mesmas seja construído. Aqui, a idéia de pacto social é fundamental para sustentar as mudanças a serem negociadas, inclusive, as que dizem respeito a um programa econômico. Em esclarecedor artigo sobre o embate hegemônico entre liberalismo e marxismo, o pacto social é considerado por Dias (2005, p.32) como “sucedâneo — na esfera política — da mão invisível”. Segundo o autor, o pacto social “expressa a forma burguesa da política”.

O sentido de “propósito comum” é o que deve orientar as ações da sociedade civil. Com esse balizamento é que se torna possível verificar se as reformas são ou não capazes de

“reformular valores e normas do Estado e o relacionamento entre este e a economia. É essa transformação que, em última análise, legitima as reformas aos olhos do público”.  
(BANCO MUNDIAL, 1997, p.163)

É por isso que se faz necessário obter o consentimento às reformas efetivadas. O apoio às mudanças é parametrado, essencialmente, pela capacidade que os governos tenham de mobilizar as mais diversas estratégias no sentido de mostrar à sociedade a viabilidade de um modelo alternativo que retire o Estado, enquanto promotor do desenvolvimento econômico e social, do centro da cena.

Contudo, a regulação estatal ainda é necessária para potencializar a capacidade das instituições no sentido de um melhor funcionamento das mesmas e dotá-las de regras e restrições capazes de fazer face às pressões competitivas da economia mundial.

Além disso, a compreensão, pelos agentes do capital, de que as mudanças no campo econômico serão propulsoras do desenvolvimento social, conduzem a uma construção ideológica no conjunto da sociedade, de que é preciso ter paciência para obter os frutos das reformas:

“É preciso tempo para que os judiciários convençam as empresas e os cidadãos de que as suas decisões são imparciais. É preciso tempo para que os legislativos nacionais e estaduais,

titulares de cargos políticos, juízes e servidores públicos, conselhos deliberativos público-privados, observadores independentes e organizações não-governamentais — congregados num singular relacionamento mútuo em diferentes sociedades — aprendam a respeitar os respectivos limites de autoridade e a trabalhar juntos. É preciso tempo para lançar as bases de uma burocracia profissional e normatizada. Ainda assim, é possível ordenar as reformas numa seqüência capaz de produzir algumas recompensas em menor prazo”. (BANCO MUNDIAL, 1997, p.166)

Assim, o complexo das instituições estatais deve estar orientado para conduzir as reformas, criando um ambiente de cooperação de classes que substitui o conflito inerente às relações sociais capitalistas pelo assentimento às propostas coordenadas pelo Estado, apoiado pelo judiciário, que se reivindica autônomo, mas que, na verdade, é expressão das forças dominantes na sociedade e, como tal, ao invés de garantidor da Constituição, passa a envidar esforços para transformá-la, vale dizer, para aniquilar os direitos e garantias logrados com ela, particularmente no Brasil, a partir de 1988. Os decretos e medidas provisórias presidenciais são expedientes recorrentes nos anos em tela. A negação da Carta Constitucional e sua reinterpretação à luz dos fundamentos neoliberais, são as armas “pacificadoras” que o Estado mobiliza para convencer a sociedade das necessidades de mudanças.

Na análise da situação italiana, e podemos estender tal compreensão, também, à experiência brasileira, Barcellona e Cotturri (1976, p.12) expõem, a partir das análises marxistas, a relação entre a Constituição, os juristas e o movimento operário, segundo a qual o judiciário

“Se trata de uma camada de estudiosos e de práticos que, ao amparo das instituições, quase na sombra, cumpre com seu ofício de mediação; uma camada que, sem dúvida — silenciando a respeito de quem são os sujeitos protagonistas da história, as forças sociais e políticas — pretende assumir o papel protagonista de forma completamente autônoma, mesmo que isso seja previsível e, de fato, está previsto. (Tradução minha).

No Brasil, podemos afirmar que os sujeitos protagonistas de um determinado momento histórico — que vai da chamada transição democrática à Constituinte — utilizaram, em larga medida, os instrumentos legais para incluir seus direitos no campo da lei, sem que, no entanto, isso pudesse significar a garantia de cumprimento dos dispositivos originários daquela. Ao contrário, entre o sentido formal e a materialidade desse processo, o que se viu foi um judiciário cada vez mais atrelado aos interesses governamentais mediando as contradições de classe para viabilizar as transformações institucionais que garantiriam a reforma do Estado.

É evidente que, neste espaço, as contradições também estiveram presentes. E, em muitos casos, houve o reconhecimento das demandas de movimentos sociais organizados que recorriam a esta instância para fazer valer seus direitos. Todavia, os espaços de articulação e negociação bem como as novas formas de mediação criadas pela organização da sociedade não foram suficientes nem capazes de colocar o judiciário a serviço dos interesses mais gerais da sociedade. Nem o poderia fazer, afinal, como bem qualifica Gramsci, o judiciário, ao integrar o campo dos aparelhos privados de hegemonia, opera no sentido de dar sentido e direção de classe às idéias dominantes.

A agenda de reformas do Banco Mundial inclui, ainda, como elemento novo dessa necessidade de reatualização das funções do Estado, a questão das parcerias. Segundo a posição do BM,

“Em muitas áreas, o Estado só poderá melhorar a sua efetividade se formar novas parcerias com outras organizações da sociedade civil. Em outros casos, só se tornará mais efetivo se as suas decisões e ações puderem ser submetidas à competição — se o público e as empresas tiverem opções e se o monopólio do Estado for rompido”. (1997, p.167)

Parece que tal linha de argumentação corrobora com os princípios mais gerais dos movimentos estruturais, dos quais nos fala Gramsci, cujos desdobramentos são dados pela configuração da dinâmica capitalista atual e suas referencialidades aos processos de individualismo, de acirrada competição, de uma máxima potencialização

da racionalidade gerencial. Ou seja, de uma burocracia profissional, eficaz e competente, para instaurar um novo padrão de relacionamento entre as instituições estatais e os cidadãos e para, nestes, criar uma sociabilidade adequada às necessidades do capital.

No plano político, as parcerias são invocadas em nome da necessidade de uma sociedade civil ativa, cujas lutas políticas devem ser encaminhadas conjuntamente, sob a batuta do Estado, constituindo-se esta estratégia em um dos pilares para a obtenção da hegemonia dominante na sociedade.

Esta cooperação, não obstante o discurso de que o aumento da capacidade institucional do Estado visa à melhoria da prestação dos serviços públicos, é uma iniciativa a ser estimulada. Na atual conjuntura, o leque de parcerias — com o setor privado, com as ONGs, com as Universidades — é amplíssimo e comporta um sem número de atividades, onde se incluem os cursos de qualificação profissional. Para o Banco Mundial, as parcerias, “embora quase nunca possam substituir inteiramente uma boa administração governamental, elas oferecem uma saída parcial para a inação oficial”. (1997, p.173)

Daí pode-se dizer que o que é próprio dessa conjuntura é atribuir a essa iniciativa de parceria um papel que ela não tem: o de transformar essa proclamada participação em expressão da democracia da sociedade civil. É disto, pois, que estamos tratando, posto que essa relação, além de não comportar a socialização do poder político, não cabe nos limites das diretrizes mais gerais que orientam a prática política burguesa no atual momento do capital. Não estamos aqui minimizando a importância das formas de participação que as classes sociais constroem, historicamente, para fazer parte da vida social e política, mas afirmando que tais formas são insuficientes para interferir nos mecanismos de acumulação capitalista contemporâneos. E mais: nosso entendimento é o de que ao tratar as parcerias enquanto formas atualizadas e refuncionalizadas de relação da sociedade com o Estado e com o mercado, na verdade, o que se pretende é não só a dissolução dos antagonismos, mas a colaboração de classes. Das classes subalternas. Para implementar o projeto do outro — e não sendo o seu, o que se tenta é subtrair todo o conteúdo político que possibilitaria a elaboração, por parte dessas classes, de uma outra hegemonia.

A sociedade civil, a quem se atribui diferentes significados, torna-se a panacéia para o desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento este pautado na análise não de uma totalidade da vida social, mas, de seus aspectos particulares e focais. Nesse sentido, a idéia-força é que esta “sociedade civil autônoma” deva disputar os espaços públicos e estatais. E, além disso, também disputar os recursos. Aqui, a autonomia torna-se sinônimo de independência em relação aos interesses que movem as classes, dos antagonismos que as caracterizam, dos seus projetos históricos. O que vale, nesse momento, é contribuir com o Estado e, conseqüentemente, com o mercado<sup>26</sup>. Sim, porque a relação com um implica a extensão do outro. Em outros termos: o que é um traço comum nessa relação é a ampliação dos espaços mercantis de serviços, sejam eles na área de saúde, educação, cultura, entre outros.

O discurso da autonomia da sociedade civil e da sua potencialidade nos marcos dessa nova conjuntura é determinante para destituir o conceito de hegemonia de qualquer vetor ideológico. No momento atual, ele passa a nominar os processos através dos quais os grupos presentes na sociedade — organizados ou não — se reúnem e conseguem lograr dos governos nacionais algumas conquistas, as quais, não se pode negar, significam ganhos imediatos. Essa arena de conflitos, mas não de antagonismos é, no limite, a expressão política da hegemonia que se amplia para a sociedade, em face das novas expressões da conjuntura. Alusão feita à afirmação gramsciana, na análise do fordismo, segundo a qual “a hegemonia nasce na fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”. (GRAMSCI, 2001, p.247-248)<sup>27</sup>

Assim, tende-se a equalizar hegemonia com essa capacidade que a sociedade civil genérica tem para conquistar as pequenas transformações que se operam no espaço da “pequena política”, tal como tratada em Gramsci, as quais, mesmo

---

26 Aqui, o Estado aparece como Estado de todos e o mercado como articulação para criar um ambiente de liberdade para produzir e reproduzir as relações sociais capitalistas.

27 A universalidade atribuída a essa análise gramsciana é puramente ideológica. Sabemos que uma das características da construção teórica marxista — aí incluído Gramsci — é a construção de leis de tendência. Aceitar como universal essa análise sobre as leis de movimento da formação social estadunidense é criar uma lei de bronze que não apenas deixa de explicar o que deveria, como oculta e dá o sentido inverso. A hegemonia é produto das lutas de classe na totalidade social e não apenas no espaço fabril. Transformá-la em uma lei de bronze significa dar um sentido reformista não apenas à afirmação, mas ao próprio Gramsci.

trazendo melhorias emergenciais, não afetam as estruturas capitalistas e estatais, que continuam a se reproduzir, atendendo alguns interesses específicos das classes subalternas.

Essa questão é fundamental para compreendermos o que José Paulo Netto, em recente artigo, chama atenção: a reificação da autonomia do político e, em consequência, a deseconomização dessa “sociedade civil” tem levado a um politicismo exacerbado nas relações entre a sociedade e o Estado. Este, segundo o autor, “tanto mais vigoroso quanto menos eversivo do ponto de vista dos interesses econômicos dominantes na sociedade civil”. (2004, p.68)

O relatório do Banco Mundial, publicado em 1997, insiste em uma agenda de reformas que ajuste o Estado a sua capacidade, entendida não somente sob o aspecto da sua redução, mas da sua reorientação em termos do “como fazer”. E este “como fazer” — o que significa a melhoria da sua efetividade — se relaciona diretamente à formação de parcerias com as organizações da sociedade civil. São estas que, nesse processo de reorientação, darão a tônica a um novo desenho institucional, pautado na competição e na quebra do monopólio histórico do Estado.

À vida associativa e correspondentes organizações, o Banco credita uma nova funcionalidade para as ações estatais, de modo que o serviço público seja mais eficaz nas áreas onde ainda existe pouco profissionalismo.

Ao reconhecer que alguns países da América Latina estão desenvolvendo importantes iniciativas de reformas, o BM ressalta o papel das parcerias público-privadas e da formação de uma geração de lideranças políticas mais profissionalizadas e reformistas. A modernização, no seu sentido weberiano, é exercida plenamente para que os objetivos e projetos do grande capital sejam viabilizados.<sup>28</sup>

“Os governos também estão partindo para a criação de administrações mais abertas, refletindo o surgimento de uma

---

<sup>28</sup> Nos seus estudos sobre Weber, Dias é imperativo ao afirmar que, sob a batuta do Estado moderno, criação de uma legislação nacional unificada, uma moeda e um sistema de contabilidade bem definido, além de um mercado de ações e um sistema financeiro plenamente institucionalizado, elaboram-se os elementos de “tendência à racionalização do mundo moderno do qual o capitalismo é elemento fundamental [...]” e o mercado torna-se o agente privilegiado do campo tradicional para o moderno. (2005, p.49)

sociedade civil mais decidida (mídia, centros de reflexão particulares, organizações não-governamentais), que, mediante cartas de cidadania, exige maior acesso ao poder decisório [...]”. (BANCO MUNDIAL, 1997, p.176)

São esses elementos orientadores de uma sociedade civil colaboradora, ativa e participativa que se adequam à fase atual do capitalismo e do Estado, os quais, na compreensão dos intelectuais da burguesia, podem ser potenciados, posto que não entram em contradição com a dinâmica da acumulação. Pelo contrário: hoje, a emulação aos processos dinâmicos que esta sociedade civil empreende, integra, pacificamente, a estratégia dos capitalistas — a exemplo das iniciativas do terceiro setor, do voluntariado, da responsabilidade social — e transforma a existência real do que é classista, nessa sociedade civil, em uma nova forma de existência social, que, agora, constitui parte da busca da hegemonia das classes dominantes na sociedade.

Ademais, como parte constitutiva desse processo, é preciso destacar que, ao converter a educação em qualificação e requalificação profissional e, portanto, em potencial objeto de mercantilização, longe de se apontar para a ruptura com a exploração — como pretendem mostrar os apologetas da sociedade do conhecimento — o que se constata é que as reais necessidades de educação dos trabalhadores são absorvidas pelo capital, através da apropriação do tempo de vida do trabalhador, do seu conhecimento e das suas qualificações adquiridas no seu trabalho.

Lembrando Marx, ao tratar do prolongamento da jornada de trabalho,

“Daí, o paradoxo econômico que torna o mais poderoso meio de encurtar o tempo de trabalho no meio mais infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho de que pode lançar mão o capital para expandir seu valor”. (1998, p. 465)

Com isso, os segmentos sociais em movimento se pensam partícipes de um processo efetivo de transformação das suas condições de vida e de trabalho, quando, na verdade, o que se está construindo em torno de uma ampla mobilização e melhorias pontuais e emergenciais — e, na esteira da debilidade das instituições sociais — são,

nada mais nada menos do que novas modalidades de agregação de interesses direcionados para a sociabilidade capitalista que se pretende, para impor um novo modo de viver e de pensar das demais classes (Cf. NETTO, 2004)

Esse novo modo de agir, pensar e sentir a vida a partir de diferentes espaços onde se discutem e se disputam projetos obedece ao momento atual de reestruturação do estado burguês, tornando-o compatível ao projeto capitalista e integrando os sujeitos que nele se movimentam a uma cidadania genérica, que, em absoluto, conduz a um enfrentamento das questões mais cruciais que rebatem sobre as dimensões da vida social.

Por isso é que, concordando com Netto (2004, p. 79), nas condições atuais em que as forças do capital operam se reconhece a impossibilidade — ainda sob o manto da extensão da democratização — de se construir um padrão democrático que, além de conjugar formas de democracia de tipo representativa e direta, sejam expressão de universalização e totalização da vontade política das classes subalternas.

Com efeito, este é o terreno sobre o qual se edifica uma sociedade civil à imagem e semelhança do projeto capitalista,

“precisamente, porque uma tal ordem, preservando as condições jurídico-políticas do Estado democrático de direito, não afeta substantivamente a dinâmica da acumulação contemporânea e revela-se inteiramente compatível com a reestruturação do Estado por ela exigida”. (Ibid., 2004, p.79)

O projeto de cidadania que se tem no horizonte não comporta a extensão de direitos. Estes são tratados sob o ponto de vista da racionalidade do mercado, criando o cidadão consumidor, como novo tipo de homem necessário à democracia que o modo de produção capitalista requer e aceita. No entanto, tudo se passa como se esta luta por direitos fosse travada no âmbito dos espaços de confronto e de intensa disputa política, quando, na realidade, o que está sendo disputado é a “epiderme”, a aparência de uma totalidade que, no capitalismo contemporâneo, se revela destituída de qualquer perspectiva totalizante. Dito de outra forma, trata-se de uma construção ideológica que elimina quaisquer possibilidades de questionamento sobre os fundamentos dessa



cidadania, nos marcos de um modo de produção que se amplia tendo como solo histórico a apropriação privada da riqueza produzida socialmente e, portanto, as desigualdades sociais, administrando-as nos limites da ordem burguesa.

A cidadania, como já apontada, é compreendida como expressão das novas determinações do mundo contemporâneo<sup>29</sup>. Por isso, todos deverão estar convencidos de que, neste contexto de crise do capitalismo não é mais possível a ampliação de direitos nos moldes do “estado de bem-estar” e que estes são essenciais apenas para os grupos mais vulnerabilizados da população. Aos demais, não cabe mais a regulação estatal e sim, a flexibilização, a busca pulverizada e individual por serviços ofertados por outras instituições do mercado, cuja liberdade de escolha deriva apenas da capacidade de financiamento individual.<sup>30</sup>

Posto isto, podemos afirmar que os elementos novos dessa conjuntura dos passados anos 90 deslocam as formas de pensar e encaminhar o enfrentamento à questão da pobreza, das desigualdades sociais e envolvem os mais diversos sujeitos, que, na ausência e no vazio de alternativas à ordem capitalista, optam por trabalhar nas miudezas do sistema, naquilo que restou para caracterizar que a sociedade não foi entregue à própria sorte e que o Estado ampara os que mais necessitam, já que estes não tiveram “oportunidade” de sobreviver no sistema.

Em documento que analisa a importância da sociedade civil a partir da visão do Banco Mundial, é afirmado que “está em curso um movimento de convergência, do qual o Banco vem procurando aproximar-se aos níveis micro, através de sua política de participação e fundos de pequenos projetos, enquanto as Organizações da Sociedade Civil empreendem esforços para atuar a nível macro, através da ampliação da escala de serviços prestados e colaborando mais estreitamente com os governos”. (2000, p.13).

---

29 Borja, como outros autores, defende “as novas dimensões da cidadania” a partir da idéia da “governança”, o que significa a centralidade de microatores e dos indivíduos no “núcleo dos processos de transformação”. (2000, p.364)

30 Para os defensores da cidadania da nova governança, a abordagem ancorada em um microcosmo constante “não escapa às necessidades dessa época de rápidas e profundas transformações”. Para conhecer os argumentos que consideram os cidadãos, no nível micro, variáveis importantes na análise do contexto emergente, ver Borja (1999), Canclini, (1999) e Castels, (2000).

No caso da educação, é possível afirmar que as iniciativas propostas pelo Banco Mundial e desenvolvidas pelos governos, embora instituidoras de comportamentos e de novos modos de socialidade, adquiridos com o acesso a conhecimentos e a tecnologias avançadas, não significaram, absolutamente, que as classes trabalhadoras tenham alcançado um patamar de emancipação e de autonomia.

Lembremos da velha lição marxiana, em “A Questão Judaica”, ao distinguir a emancipação política da emancipação humana. A primeira é fundamental para sedimentar direitos, valores e práticas civilizatórias nos marcos da ordem burguesa, mas com a perspectiva de construção de um projeto emancipatório que leve em conta as lutas classistas e “a dissolução da ordem universal anterior”. (MARX, 1991, p.126) No que se refere à emancipação humana, esta se realiza apenas quando “o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser *genérico*, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas próprias forças como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política [...]”. (Ibid., p.52)

Na ordem capitalista, a autonomia foi trabalhada para atender a uma necessidade imediata do capital e, nesse sentido, pode ser tratada como uma reatualização das condições de produção e reprodução capitalistas. Ou seja, da produção e reprodução das idéias, dos valores e concepções de mundo dominantes, agora com a mediação do mundo dos negócios cada vez mais ampliado e a ingerência direta das agências multilaterais sobre os chamados países em desenvolvimento, tentando subordinar mais e mais as economias periféricas às do centro hegemônico, comandado pelos Estados Unidos.<sup>31</sup>

Nesse contexto de regressão dos direitos sociais, vale tudo, já que os referenciais coletivos não mais constituem o universo dos inúmeros movimentos sociais historicamente construídos nas lutas, no confronto, na repressão aos seus direitos. Sitiadas nas tendências em curso, as classes dominantes e suas representações apelam

---

<sup>31</sup> Chesnais, Duménil, Lévy e Wallerstein (2003) e, ainda, Harvey (2005) vão discorrer sobre essa “nova” fase do capitalismo e do “novo imperialismo”, atribuindo o curso do capitalismo contemporâneo à política estadunidense, cuja base atual é a dominância financeira.

para uma indiferenciação das reivindicações e proposições que vêm nas saídas fragmentadas e não ameaçadoras à ordem do capital — postas principalmente pela conjuntura de desemprego e de desmonte das políticas públicas de caráter mais universalizante — , as possibilidades de socialização de bens materiais e culturais.

Numa perspectiva teórica que desqualifica os aspectos totalizadores da vida social alguns autores, como Rosenau, vão sustentar que é essa conjuntura que torna os cidadãos “com força potencial para modificar comportamentos e influenciar o rumo dos acontecimentos”. (2000, p.371) Nada mais contemporâneo do que tratar o desaparecimento do antagonista de classe do que apresentar, como uma alternativa às determinações classistas, o modelo de “desenvolvimento emocional”, modelo este que permite

“às multidões empenharem-se em ações coletivas, nas praças públicas, convergindo para elas de forma espontânea, sem um esforço prévio de organização...o que ‘sugere que a capacidade de usar e canalizar as emoções também sofreu uma expansão mundial’”. (Ibid., p. 371)

Sem que se contrariem os princípios e diretrizes mais gerais impostos pelas agências supranacionais do grande capital, aqui já explicitados, e preservadas as taxas de lucro e a concentração e centralização de capitais, as políticas são implementadas tendo em vista determinadas exigências necessárias à ampliação da acumulação capitalista. Tudo isso mediado pelas novas condições de reestruturação, a exemplo da financeirização, da modernização do Estado e do novo papel a ser desempenhado por ele nesse processo, que inclui orientações e ajustes na sua clássica intervenção, donde a constatação de rápidas, profundas e impactantes reformas administrativas, privatizações, desmonte das instituições políticas, principalmente as garantidoras de serviços sociais e, segundo Borón (2001, p.173), “encarregadas de representar a cidadania e providenciar uma fórmula efetiva de governo que represente a soberania popular”.

Em toda a América Latina esse quadro é devastador nos anos 90 em

análise.<sup>32</sup> Em alguns casos, a aparente democracia com que algumas dessas reformas foram feitas permitiu legitimar e contar com o envolvimento e a participação de diversos setores da chamada sociedade civil, para contribuir com a elaboração das propostas e dos conteúdos das mudanças em curso.

Esta participação da sociedade civil genérica nas discussões sobre tais reformas e as novas configurações das políticas estatais resultaram na emergência e no protagonismo de diferentes sujeitos, com interesses bem específicos e determinados por esse cenário de ampliação dos negócios na esteira da reestruturação capitalista. Nesse caso, a sociedade civil é amplamente referida às modernas teorias liberais: é o que veremos no próximo item deste trabalho.

O documento intitulado “Do confronto à colaboração — relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil” é revelador do processo de apagamento do caráter de classe da sociedade civil, ao declarar a prioridade dessa agência para trabalhar em sistema de parcerias com as ONGs:

“Muitas ONGs também passaram por profundas mudanças em termos de paradigmas conceituais, a partir da queda do Muro de Berlim, há cerca de 10 anos. Noções conceituais tradicionais como o modelo de desenvolvimento centrado no Estado e a crítica ao capitalismo centrado na teoria da dependência foram substituídas por posições mais pluralistas e voltadas para resultados”. (BANCO MUNDIAL, 2000, p.31)

Nesse movimento, onde se difundem as idéias centrais que devem orientar a relação Estado-sociedade-mercado, o pensamento e as práticas empresariais adquirem relevância, uma vez que as possibilidades de ampliação de nichos de mercado e de valorização de capital são fundamentais para que este empresariado, enquanto setor

---

<sup>32</sup> Segundo nos informa Borón, “o crescimento real do PIB na região foi lento, um modesto 3% anual da década (1,5% per capita). Melhor que nos anos 80 (2% per capita), mas abaixo dos 5% ou mais dos anos 60 e 70, quando, segundo dados oficiais, a América Latina ‘estava mal’ e o populismo e o socialismo faziam estragos no nosso continente. O desemprego aumentou. No que se refere à pobreza, a América Latina entrou no terceiro milênio com 180 milhões de pobres, — mais de 1/3 de sua população — (com salários menores que US\$ 2 por dia) e 80 milhões de pessoas sofrendo uma extrema pobreza (menos de US\$1 por dia) [...]. No final da década, a América Latina ainda mantém a pior distribuição de salários e de propriedade (incluída a terra) de qualquer outra região no mundo.(2003, p.24-25- tradução minha).

constitutivo da burguesia, possa participar das redefinições capitalistas, organizando estratégias, traçando políticas e dando às mesmas a direção que atenda aos seus interesses, enquanto classe.

## CAPÍTULO III

# AS MUDANÇAS NAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS — A EDUCAÇÃO COMO MECANISMO DE AFIRMAÇÃO DO PAPEL DIRIGENTE DO EMPRESARIADO BRASILEIRO

Já desde a metade dos anos 80 do século passado, o empresariado brasileiro participou ativamente dos processos de reorganização da estrutura produtiva, tendo em vista a adequação das suas plantas industriais ao contexto internacional de reestruturação capitalista, em face das exigências de competitividade, qualidade e produtividade. Como afirmamos na introdução deste trabalho, tais exigências responderam à necessidade de ajustamento das chamadas economias periféricas às reformas capitalistas. No Brasil, significou enxugamento da força de trabalho ocupada, externalização de atividades e rearranjos organizacionais que resultaram em fusões e inovações técnico-organizacionais, as quais foram pensadas no bojo de um protagonismo singular de dirigentes e intelectuais das classes dominantes.

Singular porque o processo de industrialização tardia que caracterizou a economia brasileira<sup>1</sup> teve de ser repensado rapidamente, nos fins do século passado, para atender aos ajustes e reformas requeridos pela conjuntura internacional e pelo mercado mundial. Singular, também, pela articulação das classes em presença e do bloco de poder que veio se constituindo, neste país, ao longo dos séculos. Em outros termos, o processo “tardio” tanto atuou no sentido de mudança do modelo econômico como também para garantir as condições econômicas de implantação das políticas neoliberais. Estas, aliás, objeto de resistências em face da consolidação dos movimentos

---

<sup>1</sup> Os estudos de Tavares (1975); Prado Jr. (1978); Belluzo e Coutinho (1982); Oliveira, Francisco (1988) vão tratar do tema com bastante propriedade. As análises que nos apresentam vão nos mostrar que a chamada industrialização por substituição de importações não só aprofundou a dependência do Brasil ao capital estrangeiro, mas impulsionou o endividamento externo, malgrado os avanços conquistados em relação à integração industrial do país à economia mundial.

operário e sindical.

Passadas mais de duas décadas de efetivas mudanças no cenário sócio-político e econômico, onde se pôde constatar, com maior evidência, o papel do empresariado como classe dirigente, podemos admitir que, ao mesmo tempo em que o capitalismo se complexificava em sua fase de financeirização e declínio das formas onde o capital produtivo era o determinante básico, esse empresariado foi levado a se modernizar e organizar-se mais fortemente, de modo a ampliar sua intervenção, atuando em diversas dimensões da dinâmica social e extrapolando sua forma clássica de intervenção, seja no “governo das massas” seja no “governo da economia”.

Em larga medida, trataram — e o conseguiram — de implementar uma base material inovadora para as novas características da produção, mas também, e principalmente, uma cultura do trabalho que moldou novos padrões de gestão empresarial, incorporados, em grande parte, a partir das modernas formas de administração gestadas nos Estados Unidos e no Japão.

As características particulares assumidas por esse processo de “reestruturação produtiva” das empresas, no Brasil, desembocaram em um tipo de desenvolvimento que acentuou a face perversa e arcaica que sempre predominou nas relações empresariais, no país, e que foram subsumidas e integradas por formas modernas de gestão empresarial implantadas nos setores de ponta da indústria. O “novo” e o arcaico coexistiram com o que havia de mais rudimentar e avançado no sistema de relações de trabalho<sup>2</sup>.

No mencionado século, a ação empresarial na década de 80 imprimiu um esforço intenso para promover uma intervenção sociopolítica consoante com as necessidades capitalistas. O empresariado “moderno” passou a formular propostas e a disseminar novas práticas que expressam estratégias constitutivas de hegemonia de classe. Para tanto, foi necessário (aparentemente) se afastar de seu histórico parceiro de interesses e alianças — o Estado — e realizar um movimento de desqualificação do mesmo para abrir espaço àquela instância que, na gestão da crise contemporânea seria

---

<sup>2</sup> Sobre este aspecto que caracteriza a formação econômica e social do Brasil, conferir Oliveira, Francisco (1988).

capaz de, livremente, responder pelo desenvolvimento econômico e pela regulação dos problemas da vida social — o mercado.

Na realidade, essa desqualificação foi meramente discursiva, retórica. Até porque os empresários jamais se contrapuseram, de fato, ao Estado. A tônica dessa “desqualificação” era a separação de dois campos de intervenção estatal. O que se pretendia era realizar, por um lado, a liquidação de direitos sociais (mesmo sabendo-se que nunca houve, rigorosamente, o exercício de um Estado de Bem-Estar Social) e a redução da intervenção direta do Estado na esfera produtiva. E, por outro, ampliar a transferência de recursos do público para o privado, o que significa, nos termos atuais, as parcerias público-privadas. Combate-se o Estado “gastador” para permitir uma maior racionalidade estatal-capitalista, fundada na liberdade do mercado.

A velha problemática da liberdade, tão bem trabalhada pelos defensores da via do mercado, aparece não só para comandar a economia e seus agentes econômicos, mas também para criar na sociedade um novo tipo de homem, adequado às necessidades capitalistas de produção e reprodução social.

Essa discussão sobre as liberdades que seriam essenciais ao desenvolvimento do homem genérico é apresentada pela racionalidade burguesa como um desdobramento do pensamento liberal. Daí, segundo Netto (1993, p.75-76), a sua redução ao liberalismo e a sua identificação com a democracia, matriz amplamente alardeada no Brasil pelos apologetas do mercado.

A relação mercado-liberdade, que parece se mover por si mesma, encontra amparo nos supostos da teoria política moderna, através dos fundamentos da teoria política do individualismo possessivo, cujos princípios exaltam a temática da liberdade a partir da compreensão do proveito próprio que os indivíduos possam extrair das relações com os outros. Nesse sentido, na condição de proprietários, os homens estabelecem variadas relações de mercado, fato que “implica, obrigatoriamente em que a humanidade de um indivíduo está no exercício da sua liberdade”. (MACPHERSON, 1979, p.276)

Os postulados que a chamada teoria política do individualismo



possessivo defendem remontam às formulações clássicas que Hobbes e Locke fizeram acerca da sociedade, do mercado e da “essência humana” e cuja centralidade encontra-se na proteção e na regulamentação das relações entre os proprietários.<sup>3</sup>

Para Macpherson, a sociedade de “mercado possessivo” é constituída de “uma série de relações competitivas e invasivas entre todos os indivíduos, independentemente das classes: coloca cada um por sua própria conta”. (Id., p.283). Nada mais atual que os supostos dessa formulação.

Na entrada dos anos 90 do século vinte, as relações entre empresariado brasileiro e Estado foram redefinidas. A literatura a respeito do assunto nos dá a exata dimensão da trajetória histórica de como essas relações foram construídas e também as injunções que se colocaram, na realidade, para que o empresariado mudasse sua estratégia em relação às alianças e interesses, os quais permitiam a esta fração da burguesia — a industrial — ter, sempre, no Estado, um esteio para tratar dos seus interesses privados e particulares.

A eleição de Collor de Melo é exemplar para essa mudança de estratégia do empresariado, cujo marco é a abertura comercial que se traduziu na aplicação de investimentos para fazer face à conjuntura de concorrência internacional e de melhoria da qualidade e produtividade das empresas<sup>4</sup>.

É sabida a influência de diversos representantes empresariais nas decisões de governo e no processo de formação econômica brasileiro. A rigor, suas representações, a despeito de afirmarem uma excessiva intervenção estatal sobre os negócios do empresariado e a ausência destas nas instâncias governamentais de decisão,

---

<sup>3</sup> Tal como Hobbes, Locke (Apud MACPHERSON,1979) parte da análise de que os indivíduos foram criados à imagem do homem do mercado. A essência humana é a liberdade, mas esta é compreendida como liberdade para alcançar seus próprios interesses. Segundo Macpherson, Locke “se recusou a reduzir todas as relações sociais a relações de mercado [...], e toda moralidade à moralidade de mercado [...]. Ele não analisou aquela sociedade com tanta clareza quanto Hobbes, mas levou em conta um problema que Hobbes havia deixado de lado, ou seja, as complicações levantadas pela diferenciação de classes numa sociedade de mercado atomizada”. (Id., p.272) Para Macpherson, a manutenção destas “complicações” fez com que Locke se contrapusesse a Hobbes na questão do soberano que se perpetua no poder.

<sup>4</sup> Exemplar, nesse período, foi a instituição do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade. Segundo Bonelli (1999), entre 1990-1992, houve um aumento de produção e um conseqüente aumento de produtividade em níveis ainda maiores, fato que impediu a recuperação do nível de emprego.

ocuparam espaços importantes, particularmente aquelas ligadas à produção de bens de capital.

Entretanto, algumas pesquisas realizadas entre o empresariado, no início da década de 70 do mesmo século<sup>5</sup>, revelaram que esta fração da burguesia nunca teve a intenção de ser uma classe hegemônica, de impor sua visão de mundo sobre o conjunto da sociedade. Além do que, expressou ter uma reduzida capacidade de influência junto ao Estado, embora, ao mesmo tempo, também tenha manifestado o papel indispensável que gozava no processo de desenvolvimento econômico do país. (DINIZ, 1977, p.179)

Segundo Diniz (1977, p.180),

“[...] num debate aparentemente marcado por considerações de ordem econômica, transparece, em seus fundamentos, uma demanda de caráter essencialmente político que vem a ser a da possibilidade do empresário exercer algum controle sobre os rumos do processo de intervenção do estado na economia, sem o qual tal intervenção pode assumir direções indesejáveis”.

Este argumento é revelador de que, se o empresariado, particularmente o industrial, até pelo menos os anos 80, não se contrapõe à intervenção estatal — mesmo porque as relações de interdependência que foram estabelecidas entre Estado-empresas, na fase monopolista da economia, foram funcionais aos interesses destas —, também não se mostra de acordo com a “exclusão” deste segmento nos rumos da economia nacional.

A processualidade histórica — que teve na crise econômica mundial e nas respostas permanentes que foram engendradas para superação dessa crise, sua razão de ser — tornou evidente que este empresariado, a partir dos anos 90 do século vinte, converteu-se em um dos mais privilegiados sujeitos disseminadores de uma cultura anti-estatal e críticos da gestão do Estado em relação aos problemas econômicos e sociais que afetavam a sociedade, naquele período. Na prática o que se observa é que essa cultura antiestatal implica na identificação Estado-mercado e na desidentificação

---

<sup>5</sup> As pesquisas coordenadas por Diniz e Boschi (1978; 2000); Cruz (1997) nos dão uma noção clara das estratégias empresariais e da relação do empresariado com o Estado no Brasil.

Estado-sociedade. O discurso justificador do mercado, o qual deu uma nova configuração às relações econômicas mundiais, transcendeu para a sociedade atingindo diversas práticas, as quais, anteriormente, estavam sob o comando do Estado. Exemplar disso é a construção teórico-prática que se faz em relação ao Terceiro Setor<sup>6</sup>.

Fica cada vez mais nítido que, mais do que o desenvolvimento de estratégias e de foco no mercado, que impelem as empresas a se tornarem mais competitivas e produtivas, há uma tentativa por parte do empresariado de ampliar sua intervenção para as questões sociais. Com isso, ele quer afirmar seu papel de dirigente, de intelectual de classe.

O receituário neoliberal originado do Consenso de Washington<sup>7</sup>, com sua apologia ao mercado, traz no seu bojo não somente recomendações de ajustes macroeconômicos, mas, também, indicações claras no sentido de que, para que tais reformas se concretizem, elas devem ser consensuais e capazes de se tornar parte integrante da institucionalidade. Braga (1997, p.224) vai fazer a distinção entre esse momento de crise do capitalismo e estratégia neoliberal, afirmando que aquela tem um caráter mais perene e estrutural e, portanto, apresenta dimensões muito mais profundas, que não podem ser ultrapassadas pela visão neoliberal de focar os problemas sociais.

Partindo dessas considerações, o fato é que, de forma organizada e através das suas entidades representativas, o empresariado, particularmente aquele vinculado aos setores de ponta da economia, constituíram e vêm consolidando na sua estrutura espaços de defesa dos seus interesses, mediante a criação de departamentos específicos de atuação. É através dos seus organismos internos de elaboração e

---

<sup>6</sup> Os estudos de Montaño (2002) apresentam um exaustivo tratamento teórico-político sobre o tema. Entre outras questões, aborda as transformações operadas no governo Fernando Henrique Cardoso e a funcionalidade do debate sobre o Terceiro Setor no interior do processo de Reforma do Estado. Do ponto de vista do Serviço Social, o trabalho nos oferece um debate aprofundado sobre as implicações do chamado Terceiro Setor na formulação e execução das políticas sociais.

<sup>7</sup> O Consenso de Washington, datado de 1989, expressava as orientações econômicas a serem seguidas pelos países periféricos, sob o comando de organismos financeiros internacionais como FMI, Banco Mundial e BID. Previa um conjunto de reformas relacionadas às áreas fiscal, tributária, comercial, cambial, privatização, desregulamentação do mercado, propriedade intelectual, entre outras. Com essa base, foi sendo atualizado na medida em que os países periféricos foram concretizando os ajustes e reformas prescritas no Consenso. A partir disso, novas recomendações, avaliações e condicionamentos foram objeto de exigências das agências de financiamento, sem as quais estes países não conseguiam ter acesso aos recursos necessários para investimentos em projetos.

divulgação e da ação de intelectuais/assessores, que o empresariado passou a se expressar de modo sistemático sobre variados temas da política e da economia. Já aqui fica evidente que a intervenção do empresariado é mais incisiva e pretende uma visibilidade para tomar parte das iniciativas e mecanismos que ampliem a sua influência sobre os processos sociais em curso, na década.

Na nossa pesquisa, identificamos que as expressões do pensamento do empresariado<sup>8</sup> e as propostas que passam a formular no sentido de maior adequação às regras mundiais que regem os novos negócios podem ser entendidas como uma rearticulação da burguesia<sup>9</sup> para dar um sentido e uma direção às práticas de classe, de modo a que estas se integrem aos processos econômicos que lhe dão sustentação. Estamos falando da materialidade das ideologias e da sua necessidade para a constituição da institucionalidade capitalista.

Nesse sentido, as análises e atividades que o empresariado realiza, a partir das recomendações das agências multilaterais, são indicativas de posições que ora defendem uma autonomia em relação ao Estado, ora o reivindicam como instrumento ágil, enxuto, desengessado, “deixando as empresas mais livres para as negociações necessárias a investimentos que não onerem o capital e que não acenda antagonismos, uma vez que este não comporta mais a agenda moderna da sociedade”.<sup>10</sup> Note-se que, nessa análise, estão dialeticamente colocadas as faces da “cultura anti-estatal”. Em outros termos, a necessidade do afastamento do Estado da economia torna-se uma aparência necessária, até porque, sob o ponto de vista da intervenção estatal, este empresariado continua exigindo que o Estado tenha uma ação efetiva no processo de implementação de reformas, a exemplo da reforma sindical, trabalhista, universitária, tributária. Na realidade, trata-se de uma visão burguesa da instrumentalidade do Estado.

Ao mesmo tempo, o discurso empresarial sobre o papel do Estado é

---

<sup>8</sup> Os principais eixos trabalhados nos documentos analisados na nossa pesquisa são relacionados à visão dos empresários sobre educação-competitividade; qualificação dos trabalhadores-desemprego; educação-formas de consenso.

<sup>9</sup> Aqui, é necessário lembrar que Florestan Fernandes, ao referir-se à existência de uma burguesia nacional afirmava não haver uma distinção entre a burguesia nacional e a burguesia internacional. Para este intelectual, a questão não se coloca nesses termos. “[...] o problema não é que existam duas burguesias, mas uma hegemonia burguesa duplamente composta”. (Apud LIMA, 2004, p.27)

<sup>10</sup> Conforme entrevista do presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, no Programa “Roda Viva”, da TV Cultura, São Paulo, em 7 jul. 2003. (Gravação e transcrição nossas).

contundente no sentido de que sua intervenção historicamente ineficiente e centralizadora não resolveu os problemas da desigualdade e distribuição de renda no país e que, agora, todos os agentes terão de participar desse processo de crescimento que é coletivo e comandado pelo mercado. Portanto, ao Estado se atribui a tarefa prioritária de coordenar e implantar ações destinadas aos segmentos “mais vulneráveis” aos ajustes e reformas que vão sendo implementados no âmbito da economia.

Os compromissos com a sustentabilidade do desenvolvimento econômico aliados à necessidade de flexibilização dos mecanismos que caracterizavam o sistema de relações de trabalho, no Brasil, são condições imperativas propagadas pelo empresariado para dar suporte às transformações operadas na economia. Razão pela qual as propostas das reformas sindical e trabalhista, apresentadas ainda durante o período do governo Fernando Henrique Cardoso, tiveram apoio incondicional do empresariado.

Nesse cenário, ganham relevância as iniciativas que têm um claro direcionamento na implantação das inovações necessárias ao processo produtivo, aqui incluídas aquelas relacionadas à dimensão técnica e organizacional como também as de caráter social, que extrapolam o ambiente fabril e se deslocam com uma enorme voracidade na sociedade e se difundem, via iniciativas internas e externas, sob a marca dos programas de responsabilidade social, responsabilidade socioambiental, programas de qualidade de vida, entre outros. A empresa cidadã é a materialização daquilo que Gramsci vai tratar como sendo condição fundamental para a construção da hegemonia da classe burguesa: a sua capacidade de imprimir às práticas sociais uma subjetividade no interior da objetividade burguesa.

Assim, para o empresariado, a Reforma do Estado foi uma estratégia fundamental para que ele pudesse ampliar sua capacidade de intervir nos processos econômicos, políticos e sociais, respondendo aos requerimentos que lhe eram impostos no interior do reordenamento dos negócios mundiais. Nos moldes neoliberais, estavam dadas as condições e as possibilidades necessárias a uma intervenção mais contundente que articulasse a economia e a política, ou, em outros termos, a relação entre competitividade / maiores taxas de lucros/ maior exploração do trabalho e formação de comportamentos produtivos que assegurassem a adesão e o consentimento dos

trabalhadores às mudanças desejadas.

Do ponto de vista das transformações no ambiente da fábrica, as inovações visavam criar uma nova cultura do trabalho, compatível com as novas exigências e padrões de produção, de reorganização de mercados e de processos produtivos. Esse processo se desenvolve mundialmente, malgrado os efeitos devastadores que se identificam no mercado de trabalho e nos sistemas de proteção social.

Desde os anos 80 do século passado que grupos empresariais, no Brasil, vêm tomando para si a necessidade de adequação das suas práticas à nova dinâmica do capitalismo mundial. É evidente que este é um caminho que não está isento de tensões e contradições no interior das frações das classes burguesas<sup>11</sup>. As leituras que diversos autores<sup>12</sup> fazem do processo de reestruturação capitalista no Brasil e, em especial, da reestruturação produtiva, sinalizam para um processo heterogêneo, marcado pelas resistências dos trabalhadores e por práticas de gestão ainda mais autoritárias e predatórias da força de trabalho.

Duas décadas depois, as conclusões que se têm a respeito da implantação dos “modelos” de gestão empresarial no país merecem qualificações específicas sobre a relação destes modelos com a forma de inserção do Brasil no sistema econômico mundial<sup>13</sup>. Ainda que diretamente não se trate do nosso objeto específico de estudo, vale a pena discorrer, sinteticamente, como e em quais condições se consolidou nas empresas um conjunto de propostas e ações com o objetivo de obter a adesão e o consentimento dos trabalhadores às mudanças necessárias à produção capitalista atual,

---

<sup>11</sup> Nossa compreensão é a de que a burguesia não pode ser tratada como um conjunto homogêneo. No processo de “modernização” das suas idéias e práticas, o empresariado brasileiro se dividiu entre aqueles vinculados aos setores produtivos da economia e os associados ao capital transnacional. Esta divisão implicou em posicionamentos e propostas diferenciados em relação à incorporação das mudanças requeridas pelo capital. No entanto, é necessário enfatizar que, nesse processo que impõe a inserção das economias periféricas às economias dos países centrais, a tendência internacional do capitalismo é a de absorção / associação do empresariado nacional ao grande capital.

<sup>12</sup> Destacam-se as pesquisas realizadas por Leite (1994,1997), Carleial e Valle (1997), Druck (1999) e Castro (2004).

<sup>13</sup> Aqui, fazemos referência, especialmente, aos chamados modelos participativos e de co-gestão que foram amplamente divulgados e incorporados nas empresas brasileiras nos anos 80. Alves vai nos informar que o momento predominante do complexo de reestruturação no capitalismo contemporâneo é aquele caracterizado pelo chamado “toyotismo”, entendido como forma particular de acumulação de capital, “voltada para realizar uma nova captura da subjetividade burguesa”. (2000, p.30)

baseada em métodos participativos e compartilhados com os objetivos empresariais.

As informações contidas nos estudos já sinalizados revelam que o empresariado brasileiro investiu com muito vigor na implementação das inovações e na qualificação da força de trabalho para responder a sistemas tecnológicos específicos que requeriam maiores habilidades cognitivas para coordenar processos de trabalho. Esse período, que muitos estudiosos chamam de “especialização flexível”, é rico em interpretações sobre a passagem de um sistema de produção em massa para o de uma flexibilidade do processo produtivo, orientado para mercados segmentados como possibilidade, mas não como tendência dominante.

Embora não trabalhem com a classificação categorial acima, é importante ter em conta que a discussão central que se coloca, nesse momento atual do capitalismo, é relativa à retomada ou não do controle do processo de trabalho, haja vista as possibilidades abertas de os trabalhadores participarem dos processos decisórios da empresa bem como da concepção do seu trabalho, caracterizando uma colaboração com os objetivos capitalistas e, conseqüentemente, uma convergência de interesses entre capital e trabalho.

Este era o foco dos processos e práticas desenvolvidos que, nos anos 80 em análise, transformaram as empresas em laboratórios de experiências, em grande medida, legitimadas pelos trabalhadores, posto que previam eleições diretas para gerências, acesso e democratização das informações, criação de representações de trabalhadores junto aos órgãos decisórios das empresas, comissões internas inteiramente eleitas e representadas pelos trabalhadores, entre outras conquistas.

A estas iniciativas, Mota (1991, p.79) no seu texto sobre **A cidadania do fordismo** destaca que

“poder-se-ia localizar na ação dos sindicatos e movimentos populares urbanos e rurais a fonte do movimento das classes subalternas frente às classes dominantes pela socialização da produção social, deslocada da relação ‘fechada’ entre trabalho e reprodução econômica”.

No entanto, a autora alerta para o fato de que esta ação ainda é travada no campo da ordem burguesa. O seu argumento é o de que

“[...] durante as negociações salariais de algumas categorias adquirem visibilidade os interesses imediatos das classes, particularizando necessidades e posições. De certa forma, este é o momento em que as demandas já podem ser objeto de nexos, relações e encaminhamentos de natureza política”. (Ibid., p.82)

Esta colaboração consentida dos trabalhadores é objetivada nos programas empresariais participativos, entre os quais destaca-se o Programa de Qualidade Total. De modo geral, autores como Leite (1994), Gentili (1994), Machado e Fidalgo (1996), Oliveira (1996), Antunes e Ruas (1997), Druck (1999), em pesquisas realizadas na década 90 do século vinte e no início do século 21 e cujos resultados permitem fazer um balanço das experiências brasileiras, avaliam que a implantação de políticas de gestão da força de trabalho mais democráticas, nesse período, visavam à obtenção de um maior envolvimento daqueles trabalhadores para aumentar a produtividade, a competitividade e a qualidade dos produtos.

Para Leite (1994, p.563) esse é o momento em que

“[...] o processo de redemocratização e o ressurgimento do movimento operário e sindical reforçaram as tendências anteriores ao pressionar as empresas a encontrar modelos de gestão menos autoritários da mão-de-obra e a substituir as antigas formas de controle sobre os trabalhadores, baseadas na repressão direta por formas mais indiretas de assegurar a qualidade e a produtividade, para o que a inovação tecnológica despontava como elemento fundamental”.

Na opinião da autora, o que chama atenção nas experiências desenvolvidas é o fato de que as estratégias adotadas pelas empresas brasileiras respondem muito mais por formas de integração da força de trabalho aos processos produtivos do que, necessariamente, por transformações substantivas nas relações internas de poder. Isso porque há que se considerar a permanência e as dificuldades de



superação de formas autoritárias e arbitrárias que, historicamente, marcaram as relações entre empresariado e trabalhadores, reforçando o caráter conservador daquele e sua resistência a mudanças que afetem o processo e a organização do trabalho. Estas novas experiências, implantadas por força da necessidade de modernização do processo produtivo, estariam levando os segmentos mais “modernos” do empresariado a abrir mão do seu controle despótico da força de trabalho, para incorporar significativas demandas dos trabalhadores<sup>14</sup>. Também por essa razão, é pertinente afirmar que as práticas participativas foram abortadas nesses primeiros ensaios.

Um outro rico elemento dessa discussão é aquele que trata do caráter não reformista do empresariado brasileiro<sup>15</sup>. De todo modo, o que fica patente nesse debate é que

“os empresários industriais avançam decididamente sobre a gestão das instituições públicas de ensino, e simultaneamente lutam para preservar o caráter privado de seus próprios espaços pedagógicos. A fórmula publicização das instituições públicas representa, na verdade, a redução drástica de seu caráter público, ou, ainda, a submissão do espaço educativo público aos interesses privatizantes [...]”. (RODRIGUES, 1998, p.117)

É no início dos mencionados anos 90, com a implantação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade que os empresários são impelidos a adotar estratégias mais participativas que se tornavam necessárias para levar a cabo o processo mais amplo de “reestruturação produtiva”. Aqui, a temática da qualificação profissional

---

<sup>14</sup> Mota (1991), em texto que trata das mudanças da burguesia para tornar seu projeto hegemônico na sociedade, chama atenção para as estratégias tecidas pelo capital, construídas no âmbito de cada corporação. Uma delas, vinculada à adesão dos trabalhadores à racionalidade empresarial que a autora, numa analogia com a figura do “operário-padrão” da ditadura ou do operário Brasil, dos anos 80, denomina de “operário-padrão”, porque “constroem uma antinomia sobre a sua própria condição: trabalham como operário, mas devem se reconhecer como patrão [...]”. (p.115-116)

<sup>15</sup> Aqui se coloca uma polêmica quanto ao caráter não reformista do empresariado brasileiro em relação à educação. Autores como Rodrigues (1998) vão afirmar que desde os anos 50 o empresariado brasileiro, particularmente o representado pelo setor industrial, defendeu uma posição estratégica da educação com o objetivo de (com)formação da força de trabalho. Mas, foi a partir dos anos 80 que “o discurso pedagógico adensou-se e complexificou-se. Expandiu o conceito de educação básica; defendeu sua universalização; encarou o homem como um bem ao qual deve ser agregado valor; propôs uma educação que desenvolva todas as potencialidades humanas — desde que estas estejam em sintonia com um mercado cada vez mais competitivo”. (p.113)

com o sentido de formar trabalhadores multiqualificados para a produção ainda não se coloca como preocupação do empresariado, como bem sustenta Leite (1994, p.577):

“[...] boa parte do esforço empresarial voltada para o treinamento destina-se a programas comportamentais ou motivacionais que se caracterizam basicamente pela preocupação em despertar nos trabalhadores uma postura cooperativa com relação às estratégias gerenciais e que não podem ser confundidos com treinamentos destinados a formar trabalhadores mais qualificados”.

É somente em meados daquela década que a problemática da qualificação começa a adquirir contornos mais precisos frente à dinâmica econômica. Isso porque as mudanças requeridas no âmbito da produção encerram exigências de qualificação que respondam às necessidades de manuseio de novas máquinas e tecnologias, de tomada de iniciativa dos trabalhadores para resolver problemas, de realização de trabalho em equipe para que a produção seja compreendida como esforço coletivo de trabalhadores. A essas requisições, correspondem, na visão das lideranças empresariais, formas de se agregar novas qualificações cognitivas ao trabalho, de conferir maior autonomia para decisões no processo produtivo e de superar a visão tradicional entre concepção e execução do trabalho.

Por essas razões, o empresariado vai exigir, do Estado, iniciativas que ampliem o acesso à educação aos trabalhadores bem como assumam responsabilidades que aumentem a capacidade dos mesmos para estarem disponíveis ao processo de produção. Ou seja, a necessidade de um projeto educacional sob o comando do Estado deve estar vinculada às exigências de competitividade e produtividade das empresas. O que significa dizer que a qualificação profissional foi uma resposta do capital e do Estado que, juntos, transformaram processos instrumentais restritos e parciais em uma política de educação. Aqui vale toda sorte de qualificação: ensino à distância, cursos sequenciais, modulares, de curta duração, profissionalizantes, virtuais, entre outras modalidades.

Não obstante uma relativa melhoria nas condições de qualificação de alguns profissionais, a realidade dos enfocados anos 90 mostrou que tais condições

foram restritas a determinados segmentos de trabalhadores, particularmente, àqueles localizados nos setores mais dinâmicos da economia, cujas condições de concorrência internacional eram maiores<sup>16</sup>.

As pesquisas realizadas neste período indicam que a problemática da qualificação mostrava-se sempre mediada pela questão do sistema educacional. Conseqüentemente, a discussão sobre as deficiências do complexo educacional brasileiro tornava-se recorrente. Responsabilizava-se, comumente, os trabalhadores e sua baixa escolaridade pelas resistências e dificuldades de adaptabilidade às “novas” formas produtivas.

Nos resultados expressos até meados da década, era possível inferir que apenas os trabalhadores mais escolarizados e, portanto, aqueles dedicados a operações mais complexas, eram estimulados ou tinham facilidade de incorporar as novas aprendizagens necessárias à produção segmentada, descentralizada, dita enxuta. Aos demais se oferecia o treinamento em serviço, caracterizado pela dimensão instrumental, prática, atributo das concepções tayloristas/fordistas de produção que continuavam a ser majoritárias.

Em estudo realizado pelo Sistema Nacional de Emprego — SINE / CE, em 1996, em 42 empresas do setor industrial, são esclarecedores os dados que apontam para a compreensão que se tem sobre qualificação na perspectiva de treinamento instrumental:

“[...] os treinamentos em serviço não agregam conhecimentos gerais, de cálculos, ou mesmo qualquer outro tipo de conhecimento que extrapole os limites de execução das atividades operacionais, portanto, o treinamento em serviço não instrumentaliza o trabalhador para que ele possa fazer reflexões que contribuam para o aperfeiçoamento mesmo da racionalização produtiva”. (BRASIL, SINE/CE, 1997, p.114-115)

---

<sup>16</sup> As pesquisas coordenadas por Castro (1995; 2004); Carleial e Valle (1997) expõem e aprofundam as relações entre os processos de qualificação e seus efeitos nos chamados setores de ponta da economia, altamente competitivos, como é o caso da cadeia químico-petroquímica. Também o trabalho de Castillo (1996) é bastante esclarecedor no sentido de discutir as relações entre automação e qualificação.

Nessa conjuntura, é possível afirmar que, de modo geral, a relação entre reestruturação produtiva e qualificação profissional é, ainda, muito tímida no sentido de que não se materializa automaticamente, em todas as empresas e níveis ocupacionais. Ou seja, são pontuais os exemplos das plantas fabris que, de forma generalizada, fizeram alterações simultâneas nas formas de produzir e de qualificar sua força de trabalho no sentido amplo, na direção de alargamento das potencialidades da mesma para interferir e decidir sobre o processo e a organização de trabalho.

Mais do que essa preocupação, o empresariado, que historicamente teve no “Sistema S”<sup>17</sup> sua base de apoio para treinar a força de trabalho, passou a responsabilizar o governo pela baixa escolaridade dos trabalhadores e pela ausência de uma política geral de educação que desse conta das necessidades atuais e mais genéricas de formação do trabalhador. Vemos aqui um claro indício da necessidade do capital de “reformular” a educação em todos os níveis.

Na realidade, tais necessidades visam muito mais a formação de competências específicas para o trabalho, frente às novas exigências da produção, do que mesmo a construção de um complexo educacional que trabalhe na perspectiva de uma qualificação cujo fundamento seja o domínio de conhecimentos e habilidades que permitam ao trabalhador interpretar, criticamente, e intervir, globalmente, nos processos sociais e históricos que se dão na sociedade e no seu trabalho. Vale dizer: ultrapassar o fosso adestramento-qualificação, como se pode observar na agenda de crescimento proposta pela Confederação Nacional da Indústria,

“[as pessoas] produzem pouco porque suas ‘ferramentas’ são insuficientes ou deficientes. Parte dessas

---

<sup>17</sup> Em 2004, o governo criou um fórum constituído por representantes do governo, dos trabalhadores e das empresas para propor uma reestruturação do chamado Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac e Sebrae), que arrecada, anualmente, cerca de 8 bilhões, orçamento que, segundo o Tribunal de Contas da União, era quase três vezes superior ao que a União estava destinando para gastar com saneamento básico naquele ano. Para o seu presidente, Jair Meneguelli, “O governo quer democratizar a administração dos recursos do sistema S, unificar as estruturas para que os S não disputem entre si e usar as unidades já instaladas no país para viabilizar políticas públicas”. Esta proposta de reestruturação causou reações entre o empresariado, que acusa o governo de querer estatizar o Sistema. Nessa polêmica, a procuradoria do Ministério Público do Trabalho defende a proposta de mudanças na gestão e democratização do Sistema S, pois “é necessário ter controle desses recursos que são arrecadados pelo Estado e repassados para as entidades empresariais. O que nos causa estranheza é que os serviços que prestam normalmente não são compatíveis com o montante que arrecadam”. (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2004a)

ferramentas é materiais. Mas as ferramentas mais estratégicas são as intelectuais: educação e formação profissional, que constituem o chamado capital humano. Quem não o tem — e de boa qualidade — é como operário que necessita serrar uma tábua com um velho serrote desdentado[...]”. (CNI, 2002, p.136-137)

Como se pode perceber, parece-nos fundamental ter claro duas ordens de questões: uma, que diz respeito ao argumento “humanista”, afirmado sistematicamente nas posições empresariais e defendido a partir de princípios de uma educação universal e integral, e outra questão, que se refere às contradições que esse processo de qualificação para o trabalho encerra: ele é seletivo e focado em uma estratégia de modernização empresarial e, mais do que qualificar força de trabalho, precisa criar e legitimar comportamentos e, conscientemente, envolver trabalhadores nos processos de ajustes e mudanças demandados pela dinâmica capitalista mundial.

“A empresa que vai sobreviver no século XXI e que vai se consolidar é uma empresa criativa, que é capaz de liberar, de mobilizar a criatividade de seus colaboradores... Outro aspecto fundamental para a liberação de criatividade e o desenvolvimento da competência criativa é a criação de um clima de relacionamento com os nossos colaboradores, onde a alegria e o prazer estejam presentes”. (JOHANNPETER, 1999, p.200)

Vale a pena explicitar que o capital sempre necessitou do trabalhador “treinado” para atender as suas necessidades. O que mudou foram as condições da produção que, em alguns setores da economia, passaram a exigir processos sofisticados em algumas tarefas que implicam uma maior escolaridade formal dos trabalhadores.

Por sua vez, esta dinâmica, calcada sob bases ideológicas neoliberais, impõe uma ruptura com qualquer tipo de conhecimento mais perene, cumulativo e processual. Pelo contrário, o momento atual propaga o fim da razão como elemento fundante e explicativo da realidade social e, como corolário dessa afirmativa, o conhecimento que se propõe difere radicalmente deste reivindicado pela burguesia.

Assim, o espaço educativo se torna campo de críticas e proposições por

parte do empresariado, levando-o a mobilizar todas as suas representações a empreender o esforço de intervir nos processos educacionais. Os argumentos sobre a necessidade de uma efetiva participação do empresariado nestes processos levaram-no, no início dos anos 80 do século passado, a consolidar, na sua estrutura organizacional, Conselhos Temáticos Permanentes, tais como: Política Econômica, Relações de Trabalho e Desenvolvimento Social, Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico. (NEVES, 1997, p.77)

As proposições do empresariado para a educação e de “atualização técnico-política de seus intelectuais” (Id., p.79) são expressas nas ações de empresariamento da educação, as quais passam a ser postuladas pelos empresários. Nessa discussão, destacam-se as novas demandas por qualificação da força de trabalho. Tais demandas, na visão empresarial, não devem se restringir apenas às instâncias tradicionais de formação vinculadas a essas representações, mas se constituir em uma “cruzada” de toda a sociedade para superação de uma condição educacional que cada vez mais exclui e reproduz as desigualdades sociais.

De acordo com Frigotto (1994, p.48), o cerne da crítica que o empresariado faz ao Estado se localiza nas questões concernentes à ineficiência da escola pública, à ausência de apoio, por parte do governo, às iniciativas de ensino privado e à necessidade de que o Estado assuma suas responsabilidades com a manutenção da Escola.

Não são poucas e também não são recentes as formulações que o empresariado construiu<sup>18</sup> no sentido de sensibilizar o governo, as universidades e os centros de pesquisa para a urgência de se investir na educação geral dos trabalhadores, de modo a criar uma cultura — agora reatualizada — de que quanto maior o número de trabalhadores escolarizados, maior seria o desenvolvimento econômico do país. O acesso universal à educação, a possibilidade concreta de mobilidade social e o empreendimento coletivo — que a sociedade concretizará para saldar a dívida com o

---

<sup>18</sup> Vários foram os textos, projetos e documentos produzidos e encomendados pela CNI para tratar da relação entre educação e competitividade industrial. Entre eles, destacam-se: **Pedagogia da qualidade** (1992); **Mudar para competir** — a nova relação entre competitividade, educação e estratégias empresariais (1992); **Educação fundamental e competitividade empresarial** — uma proposta para o governo. (1993) (Cf. FRIGOTTO, 1994, 48-49)

“social” — devem ser entendidos como a principal forma de enfrentamento aos graves problemas sociais do país e, não menos importante, como idéia-força capaz de superar os entraves decorrentes da integração do empresariado na dinâmica produtiva atual.

Um conjunto indiferenciado de sujeitos sociais<sup>19</sup> apóia a idéia de, em um curto espaço de tempo, se recuperar o “tempo perdido” nessa área. As iniciativas que decorrem dessa idéia são, além de formulação de documentos e propostas, a viabilização de instrumentos concretos de intervenção. A começar pela reivindicação do empresariado por maior alocação de recursos para investimento em educação e do controle privado da educação em áreas específicas, a exemplo da formação técnico-profissional. (FRIGOTTO, 1994, p.65)

Na trilha desses debates, a questão educacional passou a incorporar os princípios da qualidade na perspectiva produtivista e empresarial. A lógica orientadora da qualidade, desde a chamada administração científica,<sup>20</sup> tem sido uma preocupação central dos capitalistas. Nos mesmos anos 90, ela se converte em uma estratégia de negócios essencial à integração do empresariado brasileiro ao mercado mundial. Isso porque a cultura da qualidade passa a ser uma das maiores expressões da necessária competitividade nas transações comerciais. Transforma-se em um vetor prático-ideológico da burguesia, especialmente do empresariado brasileiro, que triunfou na sua tentativa de disputar o campo teórico, prático e político das iniciativas governamentais em relação à educação, apesar das resistências e das lutas de alguns setores mais combativos da área.

O que há de novo nesse processo é que essa cultura da qualidade desenvolvida no âmbito empresarial foi transposta para as políticas educacionais, sob a mediação da qualidade de vida, da responsabilidade socioambiental e da valorização humana. Como nos informa Gentili (1994, p.123), o discurso da democratização das políticas e práticas pedagógicas, nascente desde os anos 80 do século vinte, na América

---

<sup>19</sup> O documento **Questões Críticas da Educação Brasileira** (BRASIL, 1995) formulado por empresários, representantes do governo, dos trabalhadores e intelectuais vinculados à Universidade consolidou propostas a subsídios para a área. A preocupação com os objetivos e resultados do sistema educacional brasileiro e a necessidade de elevação da qualidade de desempenho do setor produtivo são longamente discutidas.

<sup>20</sup> Gentili (1994, p.128-129) vai descrever o processo taylorista de produção e as estratégias utilizadas para impor a ação dos tempos e movimentos na questão da qualidade dos produtos.

Latina, logo foi abandonado, cedendo lugar a um senso comum, sob a bandeira da eficiência e da produtividade na educação. Molecularmente, foram sendo construídas as estratégias de mercantilização, eficientização, eficácia e qualidade de tais políticas,<sup>21</sup> indicadores rapidamente incorporados nas programáticas governamentais e nos processos avaliativos das mesmas, tanto para responder ao sistema de controle das instituições internas quanto para mostrar aos organismos externos — agências internacionais que monitoram o desempenho econômico-social dos países em desenvolvimento — o esforço do empresariado, do governo, dos trabalhadores e da “sociedade em geral” com a melhoria do sistema educacional.

Acreditava-se que, ao comprometer toda a sociedade nesse esforço educacional, estariam dadas as condições para se transpor os obstáculos que até então se colocavam como barreira para uma inserção *vis a vis* com outros países, no mercado mundial.

Como já foi dito, esta tendência passou a configurar os programas, propostas e iniciativas dessa sociedade indiferenciada que pensa a educação como prática salvacionista da crise por que passa o país e as expressões mais gerais que ela encerra: o elevado índice de desemprego, a fome, a miséria crescente, a prostituição de crianças e adolescentes, o aumento dos números de criminalidade, a informalidade das relações contratuais de trabalho, para não citar outras tantas.<sup>22</sup>

No entanto, concordamos com Tavares (2004) quando nos informa que as propostas recomendadas pelo Banco Mundial e FMI estimulam a economia de sobrevivência, pois o que está implícito é

“[...] um tratamento para os trabalhadores que, provavelmente, jamais retornarão ao mercado de trabalho e que, portanto, fazem parte de um contingente populacional de que o capitalismo não necessita; e outro, para uma categoria de

---

<sup>21</sup> Até mesmo os alunos são tratados na condição de “clientes-alunos”. (Gentili, 1994, p.147) O significado dessa terminologia é o da incorporação — até mesmo da semântica — às políticas de educação, ao mundo dos negócios.

<sup>22</sup> Os estudos de Tavares (2004) discutem a informalidade sob a perspectiva de que os trabalhadores não absorvidos pelo núcleo formal da economia devem ser estimulados a se inserir em atividades de baixo custo, de modo a “tornar menos visível o quadro de pobreza agravado pelos ajustes estruturais” (p.199).



trabalhadores que constitui o seu exército de reserva.”. (p.200)

Também com muita ênfase, o empresariado invoca o aspecto de coesão social que esse processo de educação geral desencadeará, coletivamente, o qual reunirá, indistintamente, interesses os mais diversos possíveis. A idéia de “concertação” é vital para dar unidade às propostas em curso. Sob essa prática, exemplifica-se e difunde-se o sucesso que diversos países lograram com os processos educacionais desenvolvidos e, ao mesmo tempo, ocultam-se as diferentes posições que os educadores têm a respeito das reais necessidades educacionais das classes subalternas.

Nesse cenário, o que de fato importa é que a educação constitua-se uma estratégia formadora para as necessidades do mercado, o que, aliás, os programas formativos sob o comando do empresariado historicamente fizeram. A diferença reside na atual configuração do mercado e nas exigências que este empresariado faz aos trabalhadores no sentido da sua cooperação, do seu envolvimento e da necessidade de responder aos apelos de colaboração de classes para superar uma determinada condição de subalternidade frente aos países desenvolvidos.

Ao fazer isso, parece-nos que os trabalhadores concordam, “voluntariamente” ou obrigados, em apagar as referências históricas balizadoras das suas lutas por uma educação de qualidade, para transformarem-se em “atores” — porque apenas representam — de um processo que não foi por eles construído, mas, imposto por necessidades econômicas da burguesia que agora quer ampliar seu domínio e tentar construir sua hegemonia na totalidade da vida social.

As estratégias educacionais de formação dos trabalhadores foram implacáveis nesse propósito. Tanto o empresariado quanto os governos e as lideranças sindicais — CUT e Força Sindical — uniram esforços para empreender ações de grande monta, cujas metas estavam sendo permanentemente monitoradas pelas recomendações das agências internacionais.<sup>23</sup> Modelos educacionais e processos formativos foram

---

<sup>23</sup> Nos documentos do Ministério do Trabalho e Emprego são recorrentes as alusões que se fazem às metas que devem ser atingidas com os programas de qualificação e requalificação profissional. A proposta do Governo Federal estabelecia, em 1996, que a oferta de educação profissional permanente para qualificar ou requalificar, deveria ser de 20% da população economicamente ativa, a cada ano, pelo menos. Do ponto de vista do empresariado, somente o SESI definiu que até o ano 2000 trabalharia no sentido de elevar a escolaridade para atingir 1 milhão de trabalhadores ao nível

elaborados pelos intelectuais do capital com o objetivo de definir parâmetros e medidas de qualidade, de eficiência e de produtividade na escola, conforme os matizes que embasam a produção capitalista, na contemporaneidade<sup>24</sup>. O que realmente se revela com esses critérios é uma crescente diferenciação na qualidade da formação, no acesso às informações e aos instrumentos por ela gerados e na falsa idéia de que todos serão beneficiados nesse processo, porque a educação é condição para as oportunidades que o mercado capitalista está demandando. Mercado capitalista este, diga-se de passagem, que é diferenciado, segmentado, heterogêneo e que, segundo Marx (1998), é sustentado na desigualdade e na transformação das relações sociais em coisas, condição inerente ao processo de valorização de capital.

A formação profissional voltada aos interesses do mercado não é algo novo no Brasil. Desde a década de 40 do século passado que o empresariado intervém no processo de formação da força de trabalho, mediante a criação de organismos específicos no sentido de formar trabalhadores para o processo crescente de industrialização. Estes organismos podem ser considerados “aparelhos privados de hegemonia”, na concepção gramsciana, posto que pretendem socializar, na sociedade, sua visão de mundo, seus valores, suas propostas como sendo as idéias dominantes.

Com esse sentido, as instituições como SESI e SENAI tiveram papel relevante na formação de um padrão de trabalhador compatível às necessidades do processo industrial capitalista, privilegiando nos seus cursos conteúdos de caráter disciplinador dessa força de trabalho e instrumentais prático-operativos para o “saber fazer”.

Naquele momento, a ótica da intervenção do empresariado ainda estava centrada em processos de formação que derivavam da necessidade de se estruturar o parque industrial brasileiro. Portanto, em elementos de natureza técnica que, ao lado de

---

do ensino fundamental. A previsão do governo era a de que em até 2003, a meta era de qualificar 19 milhões de trabalhadores em parceria com governos estaduais e municipais e empresas privadas.

<sup>24</sup> Gentili (1994) vai se reportar ao documento da CEPAL-UNESCO, **Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade**, para dizer que o modelo chileno é considerado pelas instituições como o mais adequado para resolver a questão da qualidade no campo educacional. “Somente há qualidade quando o mercado opera em todo e qualquer espaço de ação pedagógica, em todo e qualquer nível de decisão política, em todo e qualquer dos infinitos fragmentos em que se transformou aquilo que, uma vez, chamou-se “escola pública”. (Apud Gentili, p.170-171)

iniciativas de natureza “filantrópica”, como é o caso das vilas e escolas operárias, criava o trabalhador adestrado às necessidades da produção e reprodução capitalista devidamente disciplinarizada. (Cf. **Americanismo e Fordismo**, GRAMSCI, 2000)

Do ponto de vista da execução dos seus projetos pedagógicos, o empresariado tinha no Estado sua fonte principal de transferência de recursos para investir em tais projetos junto aos trabalhadores. Mas, a particularidade desse contexto era o reconhecimento de que cabia ao Estado a responsabilidade com a educação básica e geral dos trabalhadores. São as determinações históricas, econômicas, políticas e ideológicas que se expressam, principalmente, nos anos 80 e 90 do século vinte que vão fazer com que o empresariado opere um movimento de crítica e a desconstrução dessa posição que afirma o Estado como garantidor da educação aos seus cidadãos. O que significa dizer que o projeto empresarial se atualiza. O toyotismo, por exemplo, é expressão dessa atualidade.

Ao tempo em que elabora sua crítica, o empresariado reivindica para si o direito de interferir nos problemas educacionais do país, difundindo suas próprias concepções sobre educação e propostas pedagógicas para o conjunto da sociedade e, particularmente, para os trabalhadores.

Marcadas por um viés claramente ideológico, porque sedimentadas nas idéias neoliberais que dão sustentação ao processo econômico, as propostas educacionais difundidas pelo empresariado produzem um giro significativo nas suas formas de pensar e de agir. Nesse contexto, elas se expressam na reivindicação de um protagonismo no campo da educação, protagonismo este, até então ocupado pelo Estado, sendo reconhecido e reafirmado historicamente pelas classes dominantes.

A retórica da construção de uma “sociedade do conhecimento”<sup>25</sup> é a tônica que o empresariado imprime para relacionar suas necessidades de adequação às novas configurações do processo de produção de mercadorias com as de conformação

---

<sup>25</sup> Segundo as tendências empresariais apontadas pela OCDE (Apud DAHLMAN, 1999, p.164-165) “Cada vez mais, os líderes e consultores empresariais falam do conhecimento como de o principal ativo das organizações e chave de uma vantagem competitiva sustentável. ‘Trabalhadores do conhecimento’, ‘empresas criadoras de conhecimento’, ‘conhecimento como capital’ e ‘alavanca do conhecimento’ estão se tornando frases familiares. Conferências e seminários sobre o conhecimento estão ocorrendo em todos os lugares. Há, no mundo empresarial, uma tremenda empolgação a respeito dos benefícios potenciais do conhecimento”.

de um novo tipo de trabalhador para esta produção.

Por isso, a razão de este discurso vir sempre acompanhado da idéia de cidadania, de desenvolvimento sustentável, da potencialidade do progresso técnico, da apropriação da ciência e da tecnologia, o que conforma, na opinião do empresariado, possibilidades concretas constituidoras de uma nova dimensão civilizatória.

A “sociedade do conhecimento” é propalada nessa década como a expressão, por excelência, das mudanças nas relações capitalistas contemporâneas. A partir dos seus supostos é que se pensa a construção de uma outra racionalidade burguesa. E são os intelectuais orgânicos que irão sistematizar os conteúdos dessa racionalidade proposta, transformando-os em projetos de classe.

O fundamento da sociedade do conhecimento é o de que o desenvolvimento de sistemas tecnológicos e de comunicação conduziria a formas renovadas de relação entre capital e trabalho. Nesse raciocínio, os conteúdos que o capitalismo requer dos trabalhadores, no momento atual, teriam, no capital-conhecimento ou no capital-inteligência suas fontes mais determinadas. Estas novas determinações são, na realidade, a contraface das posições marxianas que reafirmam o trabalho como fonte de produção e reprodução do valor.

Segundo Prado (2004), essa contraposição é explicitada a partir da afirmação de que

“A força de trabalho, portadora de qualificações úteis para a empresa aparece, então, como um capital fixo; o trabalhador surge como detentor de capital humano. Em ambos os casos uma mesma mistificação se apresenta: o capital variável é identificado com o capital constante, fazendo com que o acréscimo de valor apareça como resultado do adiantamento de capital — ou seja, retorno a maior lucro — e não como mais-valia gerada pelo trabalho vivo”. (2004, p.55)

Ao que acrescenta:

“A força de trabalho comprada como tal pelo

capitalista pelo seu preço de mercado aparece, agora, como propriedade virtual da empresa. De fato, ela é propriedade formal do trabalhador — ainda que, de fato, esteja permanentemente à disposição dos capitalistas como um todo, ou seja, da classe capitalista”. (Ibid., p.55)

Todavia, sob a égide do capitalismo contemporâneo, as leituras que autores de diferentes matizes teóricos fazem acerca das chamadas “mutações do mundo do trabalho”, a exemplo de Habermas, Gorz e, mais recentemente, Negri, Hardt, Lazaratto e outros, como Rifkin<sup>26</sup>, reafirmam e atribuem ao capital-conhecimento um papel fundamental que permite articular novas formas de acumulação. A centralidade do trabalho é substituída pela centralidade do conhecimento e a produção depende cada vez mais de um trabalho vivo intelectualizado e pautado na ação comunicativa.

A nosso ver, estes são os valores e atributos que pretendem orientar a moderna produção capitalista, os quais são perseguidos pelas empresas brasileiras, na tentativa de adequar as tendências mundiais da produção às particularidades do desenvolvimento econômico do país. Tudo se passa como se, dadas tais condições de acesso ao conhecimento, automaticamente o Brasil entrasse no rol dos países com vantagens competitivas em níveis iguais àqueles que já alcançaram um grau superior de desenvolvimento das forças produtivas.

Ademais, é preciso deixar claro que a opção de desenvolvimento adotada pelas personificações do capital neste país priorizou, historicamente, uma profunda dependência externa em relação aos recursos, uma relação perversa no que tange às relações entre capital — trabalho e a manutenção de uma força de trabalho desqualificada, mais submissa e, conseqüentemente, mais explorada.

Contudo, o que fica patente é que este argumento sobre o conhecimento que mobiliza inúmeras iniciativas viabilizadas tanto pelo empresariado, pelo governo, quanto pelos representantes dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que é colocado como condição de valorização da força de trabalho, também funciona como estratégia

---

<sup>26</sup> As idéias de Rifkin (1995), autor do best-seller **O fim dos empregos** alcançaram grande audiência no meio acadêmico e na mídia, principalmente por vincular o debate do Terceiro Setor com a inevitabilidade do fim do emprego.

de desenvolvimento capitalista que valoriza mais e mais o capital.

Afirmamos que esta estratégia nada mais é que um fetiche, posto que oculta uma relação essencial que é a de tratar a ciência, a tecnologia e o conhecimento que elas geram como formas de reatualizar a subsunção real do trabalho ao capital. Esta, de fato, é a revolução nos meios e modos de produção de que falam aqueles autores. O capital conseguiu avançar nas suas modalidades de extração de sobretrabalho, o que não significou eliminar trabalho vivo. Mais uma vez, na história do desenvolvimento capitalista, tenta-se apropriar do saber operário, agora mediado por novas condições. Trata-se, repetimos, da forma mais avançada — do ponto de vista capitalista, é claro — da subsunção real do trabalho ao capital.

Na opinião dos intelectuais do capital, a importância do conhecimento para o processo produtivo é a chave para se alcançar maiores produtividade e possibilidades de competitividade. Escamoteia-se o fato de que ele é o próprio trabalho. Só que na forma de trabalho objetivado. Essa ideologia passa a dar sentido e direção à classe capitalista a partir dos anos 80 do século passado, no Brasil e no mundo.

É nesse contexto que os intelectuais orgânicos da burguesia passam a formular os programas e projetos empresariais para a educação. Como já dito, desde os referidos anos eles integravam a agenda do empresariado<sup>27</sup>. Agora adquirem novas feições, sendo estimulados e ampliados.

As propostas apresentadas e viabilizadas lançam mão, mais do que nunca, da perspectiva da sociedade do conhecimento, conforme revela o Instituto Herbert Levy<sup>28</sup> (1995):

“o capital que move o mundo agora é o saber, e não o saber de poucos [...]. Já não é mais proibido pensar no chão da fábrica, nem nos chamados escalões administrativos. Pelo

---

<sup>27</sup> A Escola da Fundação Bradesco é ilustrativa desse empreendimento empresarial. Nela, filhos de funcionários e crianças e adolescentes da comunidade tinham acesso ao ensino em tempo integral, como parte da estratégia “social” levada a cabo pelos proprietários daquela instituição financeira.

<sup>28</sup> O Instituto Herbert Levy foi fundado no início da passada década de 90, com o objetivo de desenvolver projetos sociais no âmbito educacional, meio ambiente / cidadania, turismo/serviços e relações internacionais. As idéias difundidas pelo Instituto, que é vinculado ao jornal Gazeta Mercantil, têm grande alcance no meio empresarial.

contrário, pensar é a palavra de ordem. Pensar e aprender. Antes, no entanto, é preciso aprender a aprender”. (Apud RUMMERT, 2000, p.84)

### **3.1 As propostas do empresariado para a Formação Profissional dos trabalhadores**

Com esse discurso, o empresariado parte para desenvolver suas propostas articuladas a uma nova concepção de educação, de desenvolvimento, de progresso e de relações de trabalho. E, sem que se sinta responsável pelo agravamento do quadro econômico e social do país ao longo da sua inserção nos processos sócio-históricos, passa a promover ações de educação e, particularmente, de qualificação dos trabalhadores, de modo a ampliar os espaços de acumulação já existentes.

Ao mesmo tempo em que suas representações — as chamadas entidades de classe e congressistas vinculados aos partidos políticos — pensavam estratégias de desenvolvimento para o país, e nessa perspectiva, podemos considerá-las como formuladoras de uma determinada visão de mundo, elas também colocavam em prática ações de educação, difundindo idéias e concepções na sociedade que levariam o país a uma inserção não passiva frente ao cenário de reestruturação dos mercados.<sup>29</sup>

Tais ações caracterizariam uma face do processo de modernização da economia, e, conseqüentemente, de ampliação das possibilidades de competir, em condições favoráveis, com as economias mundiais.

Esse movimento do empresariado em torno da educação, além de suscitar a questão da universalização da educação básica, condição para elevação da escolaridade de uma geração que está no mercado e daquela outra geração que vem se preparando para tal, também busca interferir nas deficiências educacionais que são identificadas na população adulta. Para este público, são propostos programas de qualificação e requalificação profissional, mediante a articulação de parcerias entre

---

<sup>29</sup> Para aprofundar essa questão, conferir Bianchi (2001). Ele vai discorrer sobre o papel do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) que nasceu na enfocada década de 80 para, junto ao Estado e Entidades com interesse na indústria, desenvolver projetos de Desenvolvimento Industrial. O Instituto passa a formular proposições que visavam apresentar um projeto alternativo de desenvolvimento para a década de 90. Segundo o autor, já no governo Collor seus representantes “vêm insistindo na necessidade de uma política industrial que permita uma inserção não passiva no mercado mundial”. (p.51)

todos os agentes sociais, quer sejam eles públicos ou privados.

Consubstanciados em argumentações que discorrem, com propriedade, sobre os problemas educacionais do país, identifica-se que os posicionamentos contidos nos documentos empresariais são, a nosso ver, expressão da sua tentativa de construir hegemonia na sociedade, nos anos 90 do século passado. A edificação de um projeto que articule interesses gerais e soluções globais para problemas históricos no país tem sido tratada com prioridade pelo empresariado, mediante a intervenção da mídia, com a divulgação de campanhas específicas e dos múltiplos aparelhos como os do “Sistema S”. Além dos programas educativos, como os da Fundação Roberto Marinho, Fundação Bradesco, entre outros projetos sociais e das instâncias tripartites de negociação.

Como se pode notar mais adiante, a contundência do discurso parece apontar para a recuperação de um tempo perdido na área da educação dos trabalhadores. Sob esse ângulo, a premência dessa qualificação é vital para a reestruturação das empresas brasileiras. Chamam atenção as mudanças significativas que foram observadas na estruturação do mercado de trabalho e no perfil da força de trabalho. Os indicadores que se dispõem durante toda a década supracitada, revelam que as alterações operadas ultrapassam o âmbito da economia e envolvem um conjunto de transformações que incidem na esfera da política, da cultura e das subjetividades dos trabalhadores. O governo e todo seu aparato estatal bem como as representações empresariais foram impelidos a adequar e/ou renovar as suas estruturas para tornar o seu projeto de desenvolvimento compatível às necessidades de expansão capitalista.

Os requisitos da escolaridade e a elevação das qualificações, pelo menos ao nível da argumentação discursiva, possibilitaram criar uma cultura — ficcional — de que a reestruturação não afetaria os postos de trabalho. Ao contrário, seria um elemento facilitador para o processo de competição internacional e, portanto, para a abertura do mercado de trabalho, com a conseqüente geração de empregos.<sup>30</sup> No entanto, a

---

<sup>30</sup> Segundo dados das pesquisas de Márcio Pochmann — publicados no *Jornal do Brasil*, em 18 nov. 2001 — em 2000 os investimentos em capacitação profissional atingiram 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas, este aumento na qualificação dos trabalhadores não foi suficiente para inseri-los no mercado de trabalho. "Mesmo com todo esse esforço, o desemprego cresceu, inclusive mais para as pessoas com maior nível de escolaridade". O economista cita dados do Dieese e da Fundação Seade relativos à cidade de São Paulo. Foram registrados 44 mil desempregados de nível superior, frente a 25 mil analfabetos. "A oferta de trabalhadores com melhor perfil de escolaridade aumentou, mas não foi acompanhada pela demanda", lembrando, ainda, que "as ocupações que mais cresceram nos



tendência já observada nos países de economia desenvolvida indicava, nessa conjuntura daqueles anos 90, exatamente o inverso: esse movimento de ajustes resultou em enxugamento de postos de trabalho, precarização do trabalho e expulsão dos que estavam inseridos no mercado.<sup>31</sup> Mas, funcionou como estratégia de coesão e de estímulo ao desenvolvimento de capacidades individuais.<sup>32</sup> Nesse período, os trabalhadores deram passos decisivos para aumentar seu acervo de conhecimentos, ora buscando inserir-se em programas de escolaridade básica, ora qualificando-se para realizar operações cognitivas mais complexas. E eles fizeram isso buscando todos os espaços e oportunidade que surgiam, a partir das suas necessidades, mas sob o domínio ideocultural do capital: os cursos de alfabetização patrocinados pelas empresas; os cursos de qualificação e requalificação organizados e desenvolvidos pelos sindicatos, pelas ONGs, pelas universidades; os MBA, os cursos de especialização, muitas vezes pagos por conta própria e que proliferaram nessa conjuntura, tornado-se uma tendência dominante.

Acredita-se que esse investimento é favorável para ambas as partes: para o empresário e para o trabalhador. Razão pela qual o aumento da produtividade anda lado a lado com a qualificação do trabalhador. Este, por sua vez, terá incorporado conhecimentos mais universais, permitindo maiores oportunidades de ascensão social e profissional.

Como já sinalizamos, esse imperativo da qualificação formal que predominou em todos os discursos não se converteu, na prática, em preservação de postos de trabalho. Alguns estudos realizados no final dos anos 90 revelavam a dimensão seletiva e excludente operada por tais programas.<sup>33</sup>

---

últimos anos, por ordem decrescente, foram: empregados domésticos, vendedores ambulantes, empregados em atividades de limpeza e em segurança pública e privada. Ou seja, ocupações que exigem pouca formação educacional".

<sup>31</sup> Castro (2004), por exemplo, vai ilustrar essa afirmação a partir das pesquisas realizadas na cadeia petroquímica.

<sup>32</sup> A maior parte das avaliações dos programas estaduais de Qualificação e Requalificação Profissional revelam essa positividade. A própria CUT, em publicação que avalia sua intervenção nas políticas públicas, reconhece que os principais resultados obtidos com estes programas foram alcançados no "campo da subjetividade" do trabalhador. Ou seja, na elevação de auto-estima, no aumento da participação comunitária, social, etc. (CUT, Unitrabalho, 2003, p.11)

<sup>33</sup> Sobre esse tema, conferir as pesquisas de Teixeira (1988), Arruda (1997) e Castro (2004).

Ao lado das proposições que afirmam a educação dos trabalhadores, o empresariado sai na defesa de reformas mais gerais no plano da gestão da política e da economia. Assume que tais reformas são necessárias para favorecer o “desenvolvimento sustentável” e que, por isso, têm um papel fundamental no curso das mudanças que irão favorecer esse crescimento. Daí porque, a representação legislativa é importante para garantir as condições de crescimento e as reformas constitucionais que darão sustentação ao livre desenvolvimento do mercado.

Nas palavras de um dirigente da FIESP, Carlos Pastoriza, é preciso “avançar mais, saindo da arquibancada e indo direto para o jogo, com representantes próprios no legislativo”. (CNI, Revista da Indústria, 1997, p.15)<sup>34</sup>

Ao se posicionar desse modo, identifica-se a intenção do empresariado de participar das decisões que envolvem a grande política, posto que elas definem o futuro das relações entre Estado — empresariado e sociedade e, também, o lugar das empresas no sistema competitivo internacional. Já naquele momento, as reivindicações em torno da reforma da previdência, da reforma tributária e da reforma administrativa tornam-se bandeiras do empresariado, em consonância com as propostas governamentais que já se colocam no cenário legislativo.

Ilustrativo desse movimento do empresariado foi o ato realizado em 1997, na FIESP, que conseguiu reunir mais de 1200 empresários para reivindicar urgência no processo de reestruturação do Estado brasileiro e mudanças na Constituição. O eixo do ato era o atraso nas reformas, tratado sob a perspectiva do ônus pago pela sociedade pela não aprovação de emendas constitucionais que impediam o crescimento das empresas nacionais. Segundo Rocca, um dos economistas participantes da mesa de debates que discutiu sobre este assunto, as mudanças na Constituição eram necessárias para

“criar as condições para a economia crescer baseada no investimento privado, o que só se dará quando for obtido um

---

<sup>34</sup> Os representantes políticos da burguesia, no seu conjunto, já não correspondem às necessidades dos representados, Há uma crise de legitimidade, ainda que não apareça claramente. Senado e Câmara, principalmente a segunda, se tornaram fóruns corporativistas, cada um dos quais buscando maximizar seus interesses particularistas, em detrimento dos interesses mais gerais da classe.

equilíbrio fiscal de longo prazo e for restabelecida a competitividade das empresas no quadro globalizado da economia mundial” (CNI, Revista da Indústria, 1997, p.8).

Reconhecendo-se como “militante” das reformas, o presidente da FIESP / CIESP, Moreira Ferreira, ao abrir o Fórum Permanente das Reformas foi incisivo na defesa de que: “O empresariado paulista assume uma militância pelas reformas, em defesa da economia do mercado, a favor da sociedade e em nome do futuro” (CNI, Revista da Indústria, 1997, p.14).

Há um aspecto central que perpassa o discurso do empresariado na defesa da implantação de medidas que priorizem a competitividade. Trata-se da redução do “Custo Brasil”, o que significa redução de gastos com os custos de produção, que incluem despesas com mão-de-obra e encargos trabalhistas. Essa questão tem sido sistematicamente relacionada com a mais ampla liberdade do empresariado para contratar trabalhadores e para expandir suas atividades com condições de competitividade. Na realidade, a expressão dessa defesa vai se mostrar nas novas modalidades de trabalho flexibilizado que o capital impõe ao trabalhador, já que esse tipo de trabalho reduz, significativamente, os custos de produção e, também reflete nas proposições da reforma trabalhista e sindical.

Por isso, a naturalidade com que o empresariado trata a flexibilização da jornada de trabalho — o Banco de Horas, por exemplo —, “a qual deve ser diminuída no período de pouca atividade e, numa forma de compensação, aumentada quando for necessário o aumento da produção”, conforme defende o presidente da CNI, Fernando Bezerra. (CNI, Revista da Indústria, 1997, p.14) Apresentada aos trabalhadores como única possibilidade de permanência nos empregos na conjuntura atual, a flexibilização da jornada de trabalho tem suas vantagens: o trabalhador pode organizar seu tempo para realizar outras atividades. Contudo, enquanto estiver na produção, seja na fábrica, seja em outras modalidades de trabalho que se amplia para a casa, para a família, para a rua, o capital estará livre para fazer o que bem entender com a capacidade da força de trabalho que lhe está à disposição. Desse modo, os empregadores a utilizam amplamente, potencializando todas as formas de exploração que estão presentes na realidade. Mesmo que, aparentemente, essa exploração brote sob a forma de acordos e

negociações que visam imprimir uma maior autonomia ao trabalhador. Essa estratégia nada mais é do que a reafirmação do vigor do fetichismo da mercadoria.

Ao analisar os processos de reestruturação capitalista na contemporaneidade pode-se comprovar que um dos mecanismos atualizadores das relações de produção procura, cada vez mais, imprimir um menor tempo de circulação das mercadorias no mercado. Com a qualificação, poderíamos dizer que ocorre um processo semelhante. Se tomarmos como referência as análises que o empresariado fez, ao longo dos anos 90 do século vinte, sobre a necessidade de priorizar urgentemente a educação, podemos inferir que, para atender às exigências de competitividade e se ajustar às demandas do processo produtivo, tornou-se necessário formar trabalhadores e disponibilizá-los rapidamente no mercado. O que significa dizer, criar a classe trabalhadora do capital.

A velocidade com que a mercadoria força de trabalho qualificada entrou na produção tendo que responder aos imperativos de um mercado em constante mudança, e o fato de que esta formação tenha se dado de modo direcionado para o trabalhador se adequar a uma tendência própria dessa fase do capitalismo, que é o intercâmbio de trabalho vivo por trabalho objetivado, fazem deste trabalhador um mero supervisor e regulador de um processo que não depende mais exclusivamente do seu saber. Em outros termos, essa qualificação não é identificada com a possibilidade de que o trabalhador tenha o controle sobre o processo produtivo na sua totalidade. Isto sim, poderíamos chamar de qualificação.

Nas palavras de Rosdolsky,

“[...] na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza se torna menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho usados, passando a depender mais da capacidade dos agentes acionados durante o tempo de trabalho, capacidade cuja eficácia não mantém nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que sua produção exige; depende do estado geral da ciência e do progresso técnico, ou da aplicação da ciência à produção[...]”. (2001, p.354)

Com isso, estamos querendo afirmar que a força produtiva do trabalho aparece cada vez mais, na moderna produção capitalista, como força produtiva do capital. E, como tal, a qualificação dos trabalhadores mostra-se uma idéia-força vital para a produção das condições de reprodução da ordem capitalista.

Embora o capital não possa prescindir do trabalho vivo, na perspectiva do processo de valorização,

“não é o operário que emprega os meios de produção, são os meios de produção que empregam o operário... Este [o trabalho vivo] apresenta-se tão-só como meio de valorização de valores existentes e, por conseguinte, da sua capitalização”.  
(MARX, s.d., p.53-54)

A qualificação dos trabalhadores nas bases em que, atualmente, é amplamente difundida pelo Estado e pelo empresariado é constitutiva de um campo ideológico que procura afirmar as questões cruciais dessa fase do capitalismo.

O alcance que a idéia de generalização da qualificação tem sobre a sociedade é surpreendente. Aumentar a escolarização e elevar o nível de qualificação como chave para inserção no mercado de trabalho torna-se um objetivo geral, posto que assumido como atributo particular e que depende da capacidade de cada indivíduo de se colocar diante das oportunidades. No entanto, esta idéia aparece como preocupação coletiva e é pensada nas instâncias coletivas, através da ação dos intelectuais de classe. Trata-se de uma forma de buscar posições consensuais, o que não significa hegemonia, no sentido gramsciano.

Um dos vetores dessa idéia remete a uma necessidade que é vital na moderna empresa capitalista: a noção de empreendedorismo. Ao mesmo tempo em que se dissemina a qualificação como exigência para lidar com as mudanças decorrentes do processo produtivo, há um estímulo para que ela seja, também, um meio de apropriação de conhecimentos que permita aos trabalhadores lançarem-se individualmente no mercado, abrindo seus próprios negócios e sendo patrões de si próprios. Ser empreendedor, nesse contexto, serve tanto para distinguir a capacidade de iniciativa dos trabalhadores no interior do processo produtivo como para incentivar que esta capacidade se amplie para a sociedade, revelando que a empresa não comporta todos os

trabalhadores aptos e qualificados para uma produção que é cada vez mais enxuta.

Assim, ao se produzir o empreendedorismo como uma poderosa ideologia, tenta-se construir e sedimentar uma compreensão de que são as atitudes e comportamentos individuais adquiridos no processo de qualificação que induziriam os trabalhadores a adaptarem-se, com maior facilidade, à sociabilidade requerida pelo capital e, conseqüentemente, lograr sucesso profissional. Ao se apresentar como uma noção objetiva revestida de uma ideologia, traduzida como instrumento de ação prática no cotidiano das pessoas, o empreendedorismo converte-se na expressão do progresso capitalista.

Sob essa ótica, trabalha-se com a mobilização das subjetividades dos trabalhadores, no sentido de modificar um modo de pensar até então vigente. Em outros termos: é importante destruir os referenciais de totalidade<sup>35</sup> para que se obtenha êxito na esfera objetiva que comporta a racionalidade burguesa. A competição, o acirramento da individualidade, a eficácia e a competência para se manter no mercado de trabalho são tendências de onde deriva um outro conceito, que é a empregabilidade. Para os empresários, enquanto a legislação do trabalho continuar “engessada” e impedindo que as negociações entre trabalhadores e patrões sejam reformuladas e isentas da intervenção estatal que promove a proteção dos contratos, as contratações de trabalhadores serão inviáveis e cada vez mais distantes dos seus projetos coletivos de vida. Por isso, a empregabilidade deve estar centrada nos atributos da pessoa, na perspectiva de construção de competências instrumentais e tecnicistas.

O par empreendedorismo-empregabilidade é, em suma, a tentativa do empresariado de justificar a seletividade e a exclusão que vai permitir aos trabalhadores ingressarem no mercado de trabalho e cujas competências vão ser tomadas como características naturais e inerentes ao indivíduo. Esse par conceitual sintetiza e atualiza o *homo economicus*, naturalizando (deshistoricizando) o real. Concordando com Machado (1996, p.3-4),

---

<sup>35</sup> Sobre a questão da totalidade como procedimento heurístico fundamental ver, entre outros, a riquíssima tradição marxiana e marxista sobre o assunto. Em especial, os Cadernos do Cárcere de Gramsci e a obra de Lukács. Já a negação desse conceito – e das práticas iluminadas por ele – permitem “suprimir” aparentemente o antagonismo. O “pós-moderno” é, pois, uma arma de classe fundamental para a burguesia no embate de projetos hegemônicos.

“Assim, a competência enquanto atributo pessoal se identifica como o ser rentável e o saber competir, a capacidade de pertencer ao mercado por direito, de concorrer e fazer cumprir o objetivo de maximização das condições de venda da própria força de trabalho, mostrando que entre os dois termos –competência e competir — há mais que uma identidade etímica, há identidade com a lógica do capital”.

A compreensão da qualificação como um fetiche passa, indiscutivelmente, por essa dimensão que busca naturalizar uma relação que é social em uma questão individual, em que aos trabalhadores é imputada a responsabilidade por não ter “preparo” para ingressar no mercado de trabalho.

E, como o capital e o capitalista não podem e nem se interessam em desvelar as determinações desse processo, resta-lhes repassar ao trabalhador a sua “incompetência” e os seus limites meramente individuais para se adequar ao novo momento do capital, expresso numa visão economicista e redentora das novas tecnologias, visão esta presente, com muita ênfase, na capacidade explicativa dos capitalistas acerca das transformações no chamado “mundo do trabalho”. Lembremos que, para esta visão classista, a sociedade é um somatório de individualidades homogêneas.

Para além de uma questão afeta à racionalidade capitalista, a qualificação e as personificações que ela assume — o empreendedorismo e a empregabilidade — também se transformam em uma razão subjetiva. Nas palavras da gerente de Desenvolvimento Gerencial e Gestão Empresarial da Petrobrás, Rodriguez y Rodriguez, os investimentos em educação são rentáveis para os dois lados: “não temos fórmulas matemáticas para medir o retorno do investimento em capacitação, mas sabemos que ele traz resultados. Educação é uma questão de fé” (REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA, 2002, p.50).

Posta nestes termos, é plausível pensar que formas atualizadas da economia da educação estão de volta nos passados anos 90, sob a nominata da gestão do

conhecimento.<sup>36</sup> Uma gestão que é mediada pelas necessidades do mercado e que opera em um ambiente político de ofensiva capitalista e de sítamento dos interesses de emancipação dos trabalhadores, sob o invólucro de autonomia, da liberdade, da permanente capacidade de inovar. Como bem nos lembra Marx (1998), quando o trabalhador assalariado entra no processo de produção sob o comando do capital e exerce as funções do próprio capital, não há como se falar de liberdade e igualdade. A não ser como um fetiche.

Esse movimento de reestruturação na educação, reivindicado por empresários, sindicatos e governo envolve um conjunto de iniciativas que vão desde a reformulação dos currículos de formação profissional técnica e superior à criação de nichos de excelência para servir ao mercado. O discurso de melhoria da qualidade na educação, marcado por um forte apelo à valorização do ensino básico, passa a ser largamente aceito nas escolas e também nas instituições de ensino técnico e superior, já que, supostamente, aposta na possibilidade de alocação de maiores investimentos financeiros para desenvolvimento de projetos pedagógicos e tecnologias inovadoras.

Como se pôde analisar nos documentos pesquisados, há uma tendência que nos parece central em todo o discurso empresarial; a de impregnar a lógica da qualidade e da produtividade em todas as instâncias de ensino.

Nesse sentido, a posição do empresariado ao propor a **Agenda para o Crescimento**, da Confederação Nacional da Indústria é clara:

“A pressão sobre o sistema educacional terá que dar respostas tanto no âmbito do ensino básico como do ensino técnico e profissionalizante, cuja oferta deverá estar cada vez mais

---

<sup>36</sup> Em 2004, realizou-se, sob o patrocínio do Ministério da Educação, o Seminário Internacional Saber Global 2004. Contou com participantes de comunidades, instituições educacionais, empresas e governos de diferentes nacionalidades, cujo tema, **Interação: Conhecimento e Desenvolvimento** diz respeito à integração tecnológica e o uso eficaz dos meios digitais disponíveis no Brasil. A divulgação do seminário informa que esta integração “vai além dos espaços tradicionais de educação, com ênfase no uso de redes digitais associadas a instrumentos de gestão estratégica do conhecimento. O propósito da câmara é ser um instrumento de interlocução entre as organizações do Estado, a sociedade civil, o terceiro setor e o sistema nacional de inovação. É com base nesse potencial de interação das redes que se amplia a oportunidade de se colocar o conhecimento a serviço do desenvolvimento econômico e social. Com desenvolvimento baseado no conhecimento, abrem-se fronteiras para a competitividade, para a inovação tecnológica e para uma maior distribuição de renda no País”. (BRASIL, MEC, 2004, p.1)



adequada à efetiva demanda do mercado e às necessidades de educação continuada”. (CNI, 2002, p.59)

A preocupação do empresariado com o envolvimento de todos os segmentos presentes na sociedade com essa questão aparece como uma questão afeta ao exercício da cidadania.

O cidadão produtivo é, portanto, o resultado de um processo mais geral de educação que torna aptos para o trabalho os que participam dos cursos oferecidos pelas mais variadas agências de educação, mas, também, os qualificam para interferir na vida comunitária, no âmbito privado e nos processos de trabalho cada vez mais modificados em face dos avanços tecnológicos. Como se pode perceber, a concepção de produtividade começa na empresa, mas é indispensável que se enraíze na totalidade social, atualizando o “novo tipo de homem”, do qual nos falava Gramsci em *Americanismo e Fordismo* (Cadernos do Cárcere IV, 2001). Cidadão produtivo, é, assim, a nova face da cidadania.

Em 1995, o Ministério da Ciência e da Tecnologia e o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo produziram um documento exemplar que consolida diferentes posições do governo, dos intelectuais acadêmicos, do empresariado e das representações dos trabalhadores para o desenvolvimento de ações na área de Tecnologia e da Qualidade. Nele, fica patente o que se pretende com a discussão sobre o sistema educacional e sua relação com o setor produtivo: é a construção de consensos sobre a temática, de modo a considerar as necessidades atuais da produção capitalista. A apresentação do texto **Questões Críticas da Educação Brasileira**, feita por um representante do governo, expressa este propósito quando afirma:

“O que se busca é a adequação dos objetivos educacionais às novas exigências do mercado internacional e interno, e, em especial, na consolidação do processo democrático no que concerne à formação do cidadão produtivo.” (BRASIL, 1995, s.p.)

Cidadania e democracia são faces do mesmo processo e se movem na direção de construir uma igualdade entre trabalhadores e capitalistas, apresentada como

real, quando, na verdade, trata-se apenas da igualdade jurídico-formal. Ao deshistoricizar o real e as formas de conhecimento sobre ele, o discurso liberal torna-se universal, fora e acima da história. Por isso, ele valeu no período da construção do mundo burguês, como vale hoje. Nas palavras de Marx, criticando a ideologia dos economistas do capital, “Houve história, não há mais”. (1978, p.100) O cidadão-produtivo é, para os capitalistas, a face atual da natureza humana.

Apesar do discurso do acesso igualitário e das oportunidades educacionais de que todos podem ser depositários, não é demais pensar que as formas capitalistas contemporâneas não comportam tal associação. Merece atenção o discurso genérico que se faz no sentido de que a educação conduzirá à emancipação humana e que, através de políticas e práticas pedagógicas que dêem acesso ao ato de saber ler, escrever, expressar-se e, antes de tudo, incorporar as mudanças que afetam a forma de produzir, é possível se alcançar uma sociedade mais justa, cidadã, democrática.

Ora, sabe-se que os pilares de sustentação da sociedade capitalista residem, justamente, na negação prática dessa igualdade ilusória. Por isso que os empresários até defendem a universalização da educação básica e uma educação geral capaz de formar um homem auto-realizado, mas no limite das suas necessidades enquanto classe. Em outros termos, os antagonismos que são inerentes à relação capital-trabalho não permitem que a burguesia exercite, em toda sua plenitude, o discurso e a prática da universalização, da igualdade e da cidadania, a menos que tais atributos sejam dotados de outros conteúdos.

Nessa empreitada que visa criar mudanças de ordem política, econômica e cultural, as subjetividades dos trabalhadores devem ser moldadas para incorporar o discurso que estas mudanças são requeridas no mundo do capital. Para tanto, os aparelhos de hegemonia privados têm um papel decisivo para atuar na formação de um consenso em torno da necessidade de qualificação/requalificação profissional para todos e para disseminar a idéia de que todos os segmentos da sociedade devem estar envolvidos com a problemática da educação e com a superação da deficiência educacional que marca o desenvolvimento histórico brasileiro.

Assim, segundo os empresários, todos os processos educacionais

desenvolvidos devem ser compartilhados, mesmo com aqueles que não participam diretamente da produção de bens e serviços, inclusive o próprio consumidor. A este, atribui-se um papel central na dinâmica capitalista, posto que o estímulo à formação de um “cidadão consumidor”, além de tornar factível a “liberdade de escolha”, criará necessidades, tais como a de ampliar um mercado cativo no campo da educação, destinado aos que tiverem maior renda e puderem comprá-las.

Esse movimento operado pelo empresariado se dá ao mesmo tempo em que suas representações propõem uma intervenção enérgica do Estado para que ele amplie a sua capacidade de ofertar ensino público noturno, regular ou supletivo e para que ele comande o processo de integração de todas as redes de ensino — que comportam as universidades, escolas técnicas federais e estaduais, o sistema SENAI/SENAC/SENAR, as escolas profissionais de sindicatos, as escolas do Movimento Popular — num grande sistema público de qualificação e requalificação profissional, conforme proposição da CNI, contida no documento **Questões Críticas da Educação Brasileira**. (BRASIL, 1995, p.38)

Como se pode observar nessas proposições apresentadas pelo empresariado é que há uma preocupação com a questão educacional, expressa na necessidade de envolvimento e colaboração de todos os agentes sociais, principalmente as representações dos trabalhadores, para negociar as mudanças na produção e para recuperar ou reestruturar os sistemas educacionais existentes. (Ibid.)

Nessa perspectiva, o setor empresarial até se dispõe a debater os interesses que são comuns ao empresariado, ao Estado e aos trabalhadores, no sentido de agilizar o processo de formação ou de qualificação/requalificação dos trabalhadores, de modo que, em curto espaço de tempo, sejam criadas estratégias que possibilitem a utilização de diversas modalidades de ensino, a exemplo do ensino à distância, ampliação de salas de aula anexas às fábricas e sem prejuízo da jornada de trabalho, articulação com as universidades para aproximá-las das necessidades do sistema produtivo. (Ibid., 1995)

No diagnóstico realizado pelos Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, mais do que os educadores, a CNI e os empresários industriais

“são precisamente os que hoje identificam tendências na relação de transformações no processo de trabalho, no nível de escolaridade e na qualificação real exigida pelo processo produtivo. É consenso entre os industriais que a relação Educação-mundo do trabalho, com as novas tecnologias, se tornou mais necessária e ao mesmo tempo mais complexa, já que o nível qualitativo do sistema educacional é cada vez mais baixo”. (Ibid., p. 26).

A função do educador enquanto especialista que identifica, avalia, propõe políticas na área de educação passa a ser assumida, também, com prioridade, pelas representações empresariais que contam nos seus quadros técnicos com seus especialistas na área. Agora, eles querem não só opinar sobre os problemas gerais da sociedade, mas, principalmente, organizar material e espiritualmente as relações e atividades práticas que estão presentes nesta sociedade. Elaborar suas próprias concepções e visão de mundo e tê-las como referência para a sociedade.

Essa realidade em que a educação é tema que interessa a todos é plena de oportunidades para que o empresariado possa exercitar seu projeto, que é um projeto de classe. Através dos seus documentos, pronunciamentos, argumentos públicos, os empresários revelam algo mais do que a preocupação imediata com a escolaridade dos trabalhadores e da população em geral e sua relação com o desenvolvimento do país. Naqueles registros, desvelam-se os interesses reais que induzem os empresários a tomar a frente das questões educacionais, com a ênfase dada no momento atual do capitalismo. Trata-se, mais do que nunca, da sobrevivência das empresas no complexo e moderno sistema produtivo e da sua produção e reprodução enquanto parte constitutiva da burguesia.

Em concordância com Dias (1999, p.27), podemos avaliar que é imprescindível que se transforme a institucionalidade para que o sentido e a direção das condições de acumulação capitalista também sofram modificações, o que significa dizer uma atualização dos processos objetivos e subjetivos que envolvem a produção e reprodução das práticas sociais das classes.

A necessidade de ampliar seu domínio e de gerir a sociedade de acordo

com um determinado projeto particular parece ser o *leitmotiv* que impele o empresariado a compreender os processos educacionais como funcionais ao seu projeto. Aliás, o polêmico debate a respeito de a escola formar para o trabalho é antigo, mas se repõe sob novas bases, comprimido pelo tempo e pela premência das mudanças determinadas pelas relações capitalistas contemporâneas.

Em Gramsci, a concretização desse movimento se expressa na reforma intelectual e moral que o empresariado põe em marcha utilizando a educação como elemento-chave para indiferenciar-se na sociedade. E essa indiferenciação é justamente o que aparentemente unifica os interesses que são comuns às forças sociais em presença. A idéia do pacto social, da gestão compartilhada e das comissões negociais, por exemplo, denota a possibilidade concreta da vivência democrática ou da socialização da política entre diversos sujeitos sociais que têm, no acesso à educação, as condições para realização de seus projetos pessoais e profissionais.

A síntese que o documento **Questões Críticas da Educação Brasileira** (BRASIL, 1995) faz é incisiva quando propõe a participação sindical nos rumos da educação básica e da qualificação profissional: há que se ter “um maior envolvimento das Centrais e dos sindicatos [...], inclusive na gestão dos recursos/sistemas públicos de Educação”. (p.38)

A “gestão” é considerada a grande novidade do pensamento empresarial, a tal ponto que a sua representação mais significativa incorpora propostas e bandeiras históricas dos trabalhadores, como se pode identificar no mencionado documento. (Ibid., p.40), onde se recomenda:

“gestão tripartite dos fundos públicos, agências e programas de formação profissional; formular publicamente as políticas de formação profissional, com amplo espaço para a participação dos trabalhadores na definição dos rumos dessa formação; criar comissões paritárias para acompanhamento das iniciativas de formação profissional ou dos processos educacionais nos locais de trabalho; liberar o trabalhador 2 horas por expediente para freqüentar cursos (alfabetização, formação regular ou requalificação profissional) sem prejuízos dos vencimentos; incluir

nas pautas de negociação itens relativos à educação formal, qualificação e requalificação dos trabalhadores.”

Estes são apenas alguns exemplos de como, nesse momento, o moderno pensamento empresarial se confunde com as reivindicações históricas dos trabalhadores e as deslocam para viabilizar os seus objetivos. Mas, essa pretensa identificação, ao sugerir processos democráticos e viabilizadores de uma nova cultura política, está construindo, na realidade, uma outra racionalidade, portadora de interesses e subjetividades que se mostram universais, mas são expressão de práticas classistas que visam dar um sentido e uma direção particular a essas iniciativas e necessitam da legitimidade e do consentimento da sociedade para se realizarem.

Essa construção ideológica que identifica o pensamento e a intervenção política dos sujeitos sociais é tecida pelos intelectuais da classe, cuja função é a de sistematizar, organizar e socializar as idéias que conformarão essa nova racionalidade. E o fazem com competência, no sentido de que seus intelectuais estão atentos às dificuldades e aos problemas de fragmentação e de organização coletiva enfrentados pelas classes subalternas, decorrentes das mudanças realizadas no/pelo modo de produzir capitalista. Valendo-se da vaga de resistências e lutas coletivas e de uma elaboração crítica dos trabalhadores e dos seus dirigentes sobre os processos que objetivam reestruturar o capitalismo, estes intelectuais conseguem não só identificar as necessidades daqueles, mas, sobretudo, torná-las objeto da sua intervenção teórico e política, em nome de uma classe. Tenta-se capturar a subjetividade do antagonista, subsumindo-o à dinâmica do capital.

Ao promover os meios e ditar as condições para direcionar um processo que vai além da adequação da força de trabalho às dimensões da técnica, o empresariado busca redefinir seu lugar nessa sociabilidade burguesa e, assim, criar as renovadas estratégias necessárias de acumulação e valorização do capital, junto ao Estado. O que significa dizer que não apenas o chamado plano da economia, mas, igualmente, o da política, devem ser reconfigurados. Como nos diz Gramsci (1999), essa relação é uma unidade orgânica que não pode ser analisada numa condição de dependência uma da outra, porque senão estaríamos subtraindo a dimensão de totalidade que remete à superação das aparências necessárias e imediatas.

Para este autor, as idéias e representações que redimensionam a economia e a política adquirem uma materialidade no real

“na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é a “validade psicológica”. Elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. (GRAMSCI, 1999, p.237).

Portanto, a idéia central trabalhada pelo discurso empresarial e que se constitui em uma verdadeira ideologia é aquela que difunde a concepção de que a educação criaria as pré-condições para o acesso ao emprego ou à possibilidade de ser patrão de si mesmo. Em outros termos, funciona como mecanismo de inclusão e de ascensão dentro da vida social. No processo de organização dessas idéias, é evidente que o empresariado sabe que muitos dos trabalhadores em vias de inserção no mercado não terão garantidos seus postos de trabalho, já que a dinâmica capitalista não comporta sua absorção. Sabe, também, que são poucos os que terão acesso a um conhecimento mais especializado, já que as inovações não são horizontais ou para todos.<sup>37</sup> E, aqueles expulsos do mercado, dificilmente retornam ao mercado formal de trabalho. Para estes, reserva-se a “nova” informalidade de que nos fala Tavares (2004)<sup>38</sup>.

No entanto, todos são convocados a participar dos processos de qualificação, com a mediação do Estado e suas instituições, cuja “idéia-força” é a necessidade de superar a crise e enfrentar o desemprego com auto-estima e com conhecimentos básicos que possam fornecer as condições mínimas para disputar a dura e precária realidade do trabalho reestruturado. E os que fracassaram são individualmente responsabilizados. No governo FHC falava-se: “não há desemprego, mas inempregáveis”.

O que nos parece interessante mostrar nesse movimento é que se, por um

---

<sup>37</sup> De modo geral, o conhecimento especializado tem-se dirigido, prioritariamente, a formar gestores para o capital. Estes são considerados pequenos acionistas ou proprietários que administram os negócios capitalistas, particularmente, os fundos de investimento. Para atender às necessidades de ampliação da rentabilidade das empresas, são treinados para gerir o capital.

<sup>38</sup> A pesquisadora discute a informalidade não mais como aspecto intersticial. Para ela, trata-se de uma questão que “oferece indícios de estar se generalizando, tendendo a tornar-se a forma essencial da relação econômica capitalista” (TAVARES, 2004, p.208).

lado, o empresariado estimula o trabalho nas suas formas de cooperação e precisa dele, nesse momento, para transformar o que é orgânico em conjuntural no sentido de fazer com que o conjunto das relações sociais capitalistas seja vivido cotidianamente pelas classes trabalhadoras — a exemplo do enfrentamento do desemprego — por outro, nega esse imperativo, difundindo idéias cuja finalidade é fazer com que os trabalhadores, individualmente, busquem as alternativas necessárias à sua adequação e manutenção nos postos de trabalho.

Assim, o empresariado opera uma passivização das lutas e resistências do projeto antagonista, e, mais do que isso, consegue obter o apoio daqueles ao projeto que não é o deles, malgrado incorpore parte das suas reivindicações e proposições, como é o caso das que defendem a utilização da força política dos sindicatos para pressionar prefeitos, vereadores, empresários e demais autoridades ligadas à questão educacional e a necessidade de incentivar os trabalhadores a acompanhar a vida escolar de seus filhos, além de participar do cotidiano da escola, conforme a posição assumida pela CNI no documento **Questões Críticas da Educação Brasileira**. (BRASIL, 1995)

Podemos, então, afirmar que os intelectuais do capital estão organizando um processo que é estratégico para atender aos interesses capitalistas. Primeiro, a qualificação / requalificação compreendida como estratégia de enfrentamento ao desemprego deve ser mobilizadora da vontade de todos, razão pela qual se constroem e defendem — não abertamente — premissas ideológicas e políticas para sustentar tal proposição; depois, ao situar a “condição de desemprego”, como uma decorrência natural dos avanços das forças produtivas, atualizam-se as condições de subalternidade política dos trabalhadores<sup>39</sup> ocultando-se, dessa forma, o caráter de classe.

Os intelectuais do capital intervêm, prática e politicamente, para interferir no modo de pensar e agir das classes subalternas. E, a despeito das particularidades sócio-históricas que marcam a formação do país, essas classes são compelidas a atuar de modo a assegurar as condições de dominação forjadas sob o manto da universalidade da educação, da cidadania para todos e da efetiva socialização da política.

A esse respeito, Netto vai dizer que, dadas tais particularidades, cuja

---

<sup>39</sup> Para aprofundar esta discussão, ver os trabalhos de Braga (1997) e Dias (1999).



maior expressão é o de se constituir, aqui, um capitalismo sem reformas, o que ainda persiste é um passado colonial irresolvido que não afirmou nem soberania, nem autonomia. E, principalmente, afastou as possibilidades do exercício da cidadania. (Cf. NETTO, 1990)

Na mesma linha de raciocínio, Benjamin (2004) vai se posicionar afirmando que a cidadania e a democracia almejadas não podem ser exercidas sob as condições atuais que o modelo neoliberal impõe, modelo este sempre inconcluso e, ao mesmo tempo, sempre pronto para atribuir a fatores externos as razões dos “gargalos” que o impedem de funcionar plenamente. Vale dizer, a cidadania e a democracia fazem parte de um discurso ideológico que precisa ser permanentemente atualizado, tal como em Lampedusa (1960), onde para que tudo continue como está, é preciso que tudo mude.

As referências ao texto clássico nos parecem mais do que atuais para explicar o desafio que os intelectuais têm, nesse momento, mesmo diante dessa particularidade brasileira, de acelerar os processos objetivos e subjetivos que promovam o máximo de incorporação de novos valores, comportamentos e atitudes de modo a formar uma “nova cultura” para o trabalho chamado flexível e para conformar um novo modo de vida. Não sem razão, o tratamento teórico, político e prático que é dado à qualificação / requalificação dos trabalhadores tenta subtrair o conteúdo classista que esta questão contém, mas, contraditoriamente, a transforma na mediação política que movimentam as classes trabalhadoras, levando-as a organizarem a sua vida e a da sua família contabilizando gastos com o item “qualificação”.

Cabe dizer que aqui vale todo e qualquer sacrifício para “agregar valor” a essa mercadoria conhecimento, que agora pode ser comprada no mercado da educação e na modalidade que o consumidor achar mais compatível as suas necessidades financeiras. A certificação das competências individuais torna-se moeda de troca no sistema-mundo anunciado por Marx, o que facilita a expansão e acumulação de capital na mesma proporção em que se viabilizam e diversificam outras formas de extração de mais-valia, mais sutis e também mais perversas e que tendem cada vez mais a se generalizar.

As elaborações difundidas por estes intelectuais são portadoras de elementos que ocultam essas formas de exploração sob as novas condições de maior competitividade e produtividade e as instituições que representam disseminam a idéia de que o trabalhador brasileiro tem baixa produtividade se comparadas às taxas de produtividade de trabalhadores de outros países.<sup>40</sup>

O que está na base das idéias que os intelectuais estão organizando é o fato de que, embora não se pretenda oferecer qualificação em massa para a sociedade, pois o capitalismo não necessita dessa imensa legião de força de trabalho qualificada para realizar as operações que deseja realizar, é necessário que todos se sintam potenciais trabalhadores qualificados, para, a qualquer momento, se incorporarem ao mercado de trabalho. O que não se diz é que a ampliação desse mercado é algo que, nas condições atuais de acumulação, está longe de se tornar uma realidade para todos os trabalhadores.

Ainda assim, os intelectuais do Estado, participando ativamente desse processo de reconfiguração das condições de acumulação e valorização do capital, compartilham da noção de que a sociedade indiferenciada deve ser alvo de intervenções políticas que a façam incorporar a idéia de que o

“Conhecimento de todos, por todos, para todos é o mote desta nova democracia informacional, suportada pelas redes telemáticas. Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC) tem envidado esforços com vistas à promoção de debates construtivos relacionados ao papel do Estado e do trabalhador na nova Sociedade do Conhecimento e da Informação, bem como ao desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas à gestão da informação, de modo integrado, interativo e compartilhado, possibilitando assim o pleno atendimento à população brasileira, em matéria de educação”. (BRASIL, 2004a, p.3)

---

<sup>40</sup> Ao contrário dos estudos divulgados pela OIT no Brasil, afirmando que os trabalhadores brasileiros têm um dos menores níveis de produtividade do mundo, o IPEA apresentou dados que indicam ter havido, de fato, uma queda de produtividade no período de 1990-1994, devido à recessão que resultou na queda da produção. No entanto, a partir desse período, a produtividade do trabalho cresceu a níveis altíssimos — cerca de 8% ao ano. Por sua vez, a produção física só cresceu aproximadamente a uma taxa de 0,5% ao ano e as horas pagas despencaram em torno de 5% ao ano (2003).

A cidadania e a democracia são aspectos repostos em todos os discursos analisados na pesquisa realizada. Utilizados seja pelo governo, pelos trabalhadores ou pelo empresariado são qualificativos extremamente necessários à condução e realização da estratégia hegemônica que as classes desenvolvem, nesse período. Sem isso, não seria possível ao empresariado, por exemplo, sustentar a sua tese de que era factível, para o Brasil, participar do espetáculo de crescimento mundial, mediante estratégias de elevação da escolaridade da força de trabalho, aos níveis dos Tigres Asiáticos, conforme asseverou euforicamente, Antônio Ermírio de Moraes, em artigo intitulado “2004: educação, o fator decisivo”. (FOLHA DE SÃO PAULO, dez. 2003)

Na “Agenda da Indústria”, documento publicado pela CNI, em 1998, espécie de inventário das posições que o empresariado assume diante da realidade brasileira, estão presentes os vetores da sua intervenção e as reivindicações que faz ao Estado para que possa participar do desenvolvimento econômico do país em condições de competitividade internacional.

Nele, os intelectuais do empresariado esboçam sua visão sobre a economia brasileira, com ênfase na questão da competitividade, e apresentam os desafios para viabilizar as condições econômicas que melhor expressem o lugar do empresariado brasileiro na conjuntura mundial. Dentre as políticas que permitiriam a elevação dessa competitividade, destaca-se a educação, que aparece como elemento estratégico capaz de oferecer o salto de qualidade que as empresas necessitam para obter o sucesso desejado

“em um ambiente marcado pela crescente competição e por fortes mudanças tecnológicas cada vez mais associado a sua capacidade de implantar modelos de gestão baseados na mobilização das capacidades humanas dos seus colaboradores, obtendo permanente flexibilidade e inovação como condição de competitividade”. (CNI, 1998, p.54)

Chama-nos atenção dois aspectos contidos no texto dos empresários. Os trabalhadores passam a ser tratados como “colaboradores”, numa clara associação à necessidade de colaboração de classes, portanto, longe da tradição conflitiva que

historicamente tem marcado as relações capital-trabalho; e, logo em seguida, a indicação de que flexibilidade e inovação caminham juntas e são condição para materializar esse desenvolvimento, vale dizer, a expansão dos seus negócios e valorização dos seus lucros. Por isso, a “vantagem competitiva” da “mercadoria conhecimento” ser compreendida como estratégica, nesse momento. Trata-se de uma forma de obscurecer as reais necessidades do capital, deslocando para o seu campo as necessidades do trabalho.

Interessante notar como, para parte dessa burguesia, foi fundamental construir um discurso sobre a questão educacional. Nessa área, mesmo com a experiência há mais de 60 anos do Sistema S, o ensino era direcionado para a formação prática do trabalhador, a partir das necessidades advindas do processo de industrialização. As propostas pedagógicas lineares e moduladas eram compatíveis com os processos produtivos igualmente hierarquizados, rígidos e centralizados. Nas experiências do ensino básico, também são conhecidas as experiências de alguns grupos empresariais junto aos filhos dos funcionários, conformando a chamada “função social da empresa”, expressão hoje tratada como “responsabilidade social da empresa”.

O que importa destacar é que, no momento atual do capitalismo, há um deslocamento operado por parte de algumas frações burguesas, a exemplo do empresariado, no trato da questão educacional. As mutações articulam o plano da economia e da política, muito embora não se revelem à sociedade nem nessa ordem nem com a prioridade que o padrão de acumulação capitalista requer.

Para a burguesia, a importância que a temática educacional adquire, transforma-se em parte constitutiva de obtenção de hegemonia junto à sociedade, necessidade imposta à burguesia em tempos de reestruturação capitalista. Se antes, bastava a estes segmentos burgueses a condição de classe dominante, agora, o que se pretende é aliar esta condição à função de ser dirigente. Opera-se aí, também no seio das classes burguesas, um *aggiornamento*, mediado pela questão da educação e assegurado pelas formulações que os intelectuais da classe fazem, quando passam a diagnosticar, propor e reivindicar espaços junto ao Estado e à sociedade para interferir nos problemas e nas soluções da educação.

Mais do que isso, como se pode identificar nas propostas da **Agenda da Indústria** formulada em 2002, o discurso empresarial é marcado pelo imperativo da formação de consensos e da abertura de espaços democráticos para que empresários, trabalhadores e governo discutam e viabilizem uma

“agenda positiva prioritária do país para superar as atuais deficiências educacionais [...]. A contribuição da educação vai além do seu impacto na economia. É o ponto central da agenda de desenvolvimento social e de redução das desigualdades”. (CNI, 2002, p.11-12)

Essa agenda positiva, cujo eixo é a competitividade, inclui a educação e o conhecimento como mecanismos indutores da inovação. Nesse sentido, compõem as programáticas defendidas pelo empresariado no que se refere às Políticas de Inclusão e Desenvolvimento.

Com efeito, esse deslocamento teórico-prático e político que o empresariado faz, ao tentar aproximar os seus interesses com os dos trabalhadores, envolve um conjunto complexo de intervenções políticas e de mudanças nas práticas empresariais. Todavia, estas intervenções e mudanças que são empreendidas com a efetiva contribuição dos intelectuais do capital não nos parecem, nem de longe, atingir os mecanismos fundamentais de reprodução do capital, embora incidam, no plano mais imediato, objetiva e subjetivamente, sobre questões fundamentais para os trabalhadores. Ou seja, os empresários conseguem impor uma feição mais democrática às práticas sociais como parte de uma construção ideológica tendencialmente hegemônica.

De fato, como temos reafirmado insistentemente neste trabalho, o que está em jogo nesta contextualização é a necessidade que o capital tem de reestruturar seu ordenamento tanto econômico quanto político para recuperar os níveis de crescimento das suas taxas de lucro. Para viabilizar seus propósitos, os intelectuais intervêm no que há de mais caro à conformação das identidades dos trabalhadores, enquanto classe: o terreno da democracia política, sobre cujo solo foram conquistados direitos fundamentais que resultaram em processos sócio-históricos bastante significativos às suas lutas.

Sem esta luta pelos direitos, é evidente que seria muito mais complexo participar do embate hegemônico. No entanto, sabe-se que ela é insuficiente para ultrapassar o nível econômico-corporativo do qual nos fala Gramsci (2000). No limite, ela forja uma institucionalidade política favorável e até necessária ao funcionamento da ordem burguesa, mas não altera a lógica que a faz criar, em nome da cidadania e da democracia, formas atualizadas de intensificação da exploração.

Desse ângulo de análise, as classes burguesas e seus intelectuais atuam em favor da maior produtividade concomitante à defesa incondicional por melhores condições educacionais e, conseqüentemente, de formação profissional para os trabalhadores.

Porém, o que não se põe em questão é a preservação e a garantia de maior acumulação e rentabilidade capitalistas, como confirma a agenda dos empresários: “Este é o caminho para aumentar a produtividade, gerar maiores oportunidades de empreendedorismo, criar novos e melhores empregos e remunerar melhor os investidores e trabalhadores” (CNI, 2002, p.11-12).

Como já afirmamos, a idéia do empreendedorismo é uma das construções ideológicas difundidas pelo empresariado de maior repercussão junto aos trabalhadores. O empresário-empendedor, o cidadão-empendedor, o trabalhador com “espírito” empendedor, transformam-se em condição para que a dinâmica capitalista se movimente através de diversas “frentes” e mecanismos de irradiação. No trabalho, na rua, na família, na escola, essa idéia deve ter completa aderência, pois nela está subjacente uma visão que é funcional à lógica do capital e que mobiliza experiências positivas e individuais, obscurecendo, portanto, a impossibilidade de o capitalismo dar respostas às contradições por ele mesmo criadas.

Os instrumentos midiáticos têm trabalhado para difundir o empreendedorismo como sinônimo de sucesso, inovação, elevação de auto-estima e como possibilidade de inserir-se com êxito em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, onde o trabalhador possa fazer uso das oportunidades que lhes são conferidas. Neste sentido, a capacidade de ser empendedor no mundo contemporâneo está diretamente articulada à formação desse “trabalhador de novo tipo”, cujo trabalho,

aparentemente, está livre das injunções capitalistas, ou melhor explicitando, das suas regras. No entanto, o que se percebe quando não se perde de vista a totalidade social é que o empreendedor, além de incorporar, na sua vida cotidiana, a lógica e a linguagem das práticas empresariais, quando inserido formal ou informalmente no mercado de trabalho, encontra-se inteiramente submetido e integrado às regulações capitalistas e suas determinações.<sup>41</sup>

Por esta razão, estamos aqui tratando a condição de empreendedor como um vetor ideológico que dá suporte às propostas de qualificação e requalificação profissional. Em matéria intitulada “De cada 100 brasileiros, 13 tornam-se empreendedores”, veiculada no Jornal do Brasil, em caderno especial “PEQUENAS EMPRESAS, esta dimensão empreendedora comparece como um componente da tentativa das classes dominantes — com a mediação do Estado — consolidarem o seu projeto, pois,

“O Ministério da Educação também está empenhado em disseminar o empreendedorismo nas salas de aula. A idéia é alterar um padrão de ensino predominantemente voltado para a formação de mão-de-obra qualificada para as grandes empresas, que hoje empregam cada vez menos”. (JB, 2002, p.3)

O mesmo jornal informa a respeito da oferta de cursos destinados a professores universitários, através do SEBRAE, cujo objetivo é estimular a incorporação da perspectiva empresarial aos currículos, “seja como disciplina específica ou como pano de fundo das diversas matérias”. (Ibid. p.3)

A nosso ver, as implicações que esta informação contém residem no fato de que os professores vêm sendo “formados” para o convencimento e para a socialização de um atributo eufemisticamente genérico, inovador, criativo, mas que, na verdade, oculta as pretensões dos intelectuais do capital em persuadir a sociedade quanto à legitimidade das práticas individuais, competitivas, “arrojadas” e cujas

---

<sup>41</sup> Tavares (2004) exemplifica esta afirmação a partir das experiências de formação das cooperativas e das atividades informais, em geral. O argumento sustentado pela autora é o de que o fato de estes trabalhos não se realizarem no ambiente fabril, não elimina a relação com o capital. O que significa dizer que seus resultados, além de contribuírem com o processo de acumulação, articulam-se sob o comando direto do capital.

iniciativas pessoais tornam as experiências coletivas, baseadas na solidariedade classista, esvaziadas de sentido.

Por isso, a qualificação profissional torna-se uma iniciativa pessoal, mesmo aquela oferecida pelos sindicatos, pelas ONGs e pelas Universidades, pois, torna-se uma modalidade de ingresso individual no mercado de trabalho, ou, em outros termos, as oportunidades estarão tanto mais acessíveis quanto mais se conseguir acumular conhecimentos mais adequados e compatíveis às exigências empresariais.

Supondo-se que esta tentativa de obtenção de hegemonia dos dominantes tenha como princípio a necessidade de suas concepções e projetos estarem visceralmente enraizados na sociedade, não seria de se estranhar que um dos *lócus* prioritários para o espraiamento daquelas idéias seja a Universidade.

Neste momento, todas as atenções estão voltadas para o redimensionamento da função pública da Universidade, no sentido de torná-la um suporte para criação de espaços privados de acumulação e valorização capitalistas. O projeto de reforma universitária, cujos princípios e práticas foram tecidos no governo de Fernando Henrique Cardoso e aprofundados no governo de Lula, revela um profundo deslocamento das posições do governo em relação ao caráter estratégico dessas instituições enquanto produtoras de um saber autônomo, crítico, vinculado aos processos sócio-políticos, econômicos e histórico-culturais que particularizam a sociedade brasileira, as quais podem oferecer soluções aos problemas sociais que atingem esta sociedade.

É explícita a vinculação que se quer promover entre a universidade pública e o setor produtivo, através do estímulo de práticas mercantilistas e privatistas no interior daquelas instituições. Este movimento se dá sincronizado aos interesses empresariais, os quais têm um projeto para as universidades e tentam implementá-lo sob o signo das chamadas parcerias.

### **3.2 O projeto intelectual do empresariado**

Nas universidades, as inflexões que se dão no pensamento crítico abrem as portas às propostas de mercantilização do ensino, contribuindo para que as investidas



do pensamento neoliberal tenham a adesão de uma parte dos intelectuais, os quais passam a vender seus serviços às empresas e disponibilizar o seu conhecimento para ampliar os negócios e os lucros das mesmas. Sem que a crítica a este processo seja feita, estes intelectuais se pensam participando do processo de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país, quando, na realidade, estão colaborando com a estratégia de universalização de interesses que são particulares e se escondem nas teias do discurso do capital, formando uma cultura do trabalho coerente às necessidades postas pela racionalidade capitalista.

Neste cenário, a questão dos intelectuais ganha uma relevância central, posto que sua intervenção sobre o real é formadora de uma visão de mundo que passa a ser organizada a partir de novos valores, comportamentos e concepções impostas pela ordem neoliberal. A referencialidade de totalidade social é substituída pelo fragmento e pela imediaticidade das práticas sociais, donde emergem as noções de eficiência, eficácia, competitividade e produtividade. Esta ruptura com a totalidade é condição para que se estabeleçam as bases sobre as quais a vida social deve ser edificada, na contemporaneidade.

Daí a importância de analisar a realidade social não mais a partir das suas determinações sócio-históricas, mas pelo ângulo dos fatos já acontecidos e da visibilidade (aparência) que adquirem nesta sociedade. A Universidade, como não poderia deixar de ser, é afetada por este processo, no qual ganha força, entre os intelectuais, a recusa às análises totalizadoras, as quais cedem lugar ao imaginário, ao empírico, ao estudo dos fragmentos sociais.

Logo, a universidade tem um lugar nesse processo de reestruturação capitalista. No caso particular do nosso estudo, é visível que se pretende que ela seja o espaço no qual sejam disseminadas as idéias de que a ciência e a tecnologia são dimensões que, colocadas sob a lógica do mercado, podem funcionar na perspectiva de um progresso social que se projeta, indiferenciadamente, para todas as classes. Portanto, a necessidade de formação de uma “cultura tecnológica” e de uma “parceria” estratégica entre universidade e sociedade, entendendo-se esta sociedade como as empresas, é imprescindível para legitimar as mudanças que são operadas nas relações capitalistas.

A direção que é dada pelos intelectuais a esse processo de construção ideológica por dentro da Universidade conta com a aliança de setores estratégicos nas suas estruturas, os quais, por sua vez, passam a incorporar a questão da liberdade de intervenção como princípio norteador das suas ações. Liberdade, diga-se de passagem, compreendida como sinônimo de “autonomia” sobre o conhecimento produzido.

Concretamente, os setores empresariais demandam às Universidades uma estreita articulação com o próprio setor empresarial no sentido de formar força de trabalho para as necessidades do processo produtivo. A posição da CNI em relação às propostas para pesquisa e desenvolvimento de processos inovadores de interesse das empresas é enfaticamente destacada em todos os textos, documentos, encontros e seminários que reuniram, durante os passados anos 90, as representações empresariais e diferentes interlocutores. Neles, fica clara a importância que atribuem aos programas de pesquisa, pós-graduação, cooperação e assistência técnica.

Entre as propostas apresentadas na **Agenda da Indústria** (1998), destacam-se:

- “promover e apoiar maior interação entre os diversos centros de ensino e pesquisa e institutos tecnológicos do país, bem como estes e centros estrangeiros. Daí a necessidade de se fortalecer os programas da CAPES e do CNPQ de bolsas de estudo e pesquisa, no Brasil e no exterior, auxílio para participação em cursos, etc. (CNI, 1998, p.77)
- “estimular a integração universidade-empresa, vinculando o financiamento público ao privado, como forma de direcionar a produção tecnológica às demandas do mercado”. (Ibid., p.79)
- “buscar aproximação dos centros educacionais às necessidades do mercado”. Neste item, o empresariado defende a manutenção do “provão” como critério para mensurar a qualidade dos centros de ensino”. (Ibid., p.79).

Os currículos também são objeto do posicionamento empresarial na perspectiva das mudanças no mercado de trabalho. Como avaliam os empresários nos

fóruns promovidos pelo governo, os estudos universitários devem responder por uma formação bastante abrangente, preferencialmente nos moldes americanos, cuja lógica é compatível com as idéias modernas e progressistas que caracterizam a produção capitalista. (BRASIL, 1995)

Conseqüentemente, propõe-se “flexibilizar os conteúdos e as estruturas da pós-graduação a fim de atender clientela diversa: docentes, pesquisadores e profissionais de alto nível das empresas e da administração pública, evitando introduzir diferenças na qualidade e no status da formação oferecida”. (Ibid.)

A interação que se propugna com as universidades confirma as iniciativas das parcerias público-privadas que foram gestadas no governo Fernando Henrique Cardoso e já votadas sob o governo Lula. Este propósito é sinalizado nas indicações sobre a necessidade de flexibilização dos conteúdos em todos os níveis de ensino e, do mesmo modo que se pretende dar novos contornos à produção chamada flexível, os futuros profissionais também deverão ser formados nessa lógica orientada pelo pragmatismo, pela instrumentalidade, e, principalmente, pela flexibilidade de proteção ao trabalho, vale dizer, de direitos. Para os empresários e os intelectuais que sistematizam o seu pensamento, a abertura da Universidade deve ser o foco dessa interação a ser promovida através do estímulo à sua autonomia e de práticas de gestão mais profissionais, o que implica dizer que a defesa de maior colaboração com o sistema produtivo trará benefícios para ambos os lados.

Assim, a condição dessa parceria é “abrir a Universidade, especialmente a pós-graduação, para profissionais com grande experiência, em condições de contribuir para a geração de conhecimentos, ainda que não possuam o currículo associado à carreira universitária”, conforme a posição da CNI no documento **Questões Críticas da Educação Brasileira**. (Ibid.)

Os intelectuais que fazem a crítica e este processo que conduz ao redimensionamento do papel da universidade pública e à emergência do ensino superior privado a fazem considerando que, diante das atuais transformações que se realizam sob o comando do capital, não há porque enaltecer a capacidade da universidade pública em produzir conhecimentos novos. Até porque os segmentos empresariais mais avançados,

nas condições atuais de ausência de um projeto de desenvolvimento nacional, podem prescindir desses conhecimentos, tendo em vista o projeto estratégico mais global que os capitalistas dos países centrais implementam em relação às nações periféricas do capitalismo: o de manter estas economias em uma condição subordinada, mediante a compra e o consumo de pacotes tecnológicos já acabados.

Ao mesmo tempo, precisam da colaboração das universidades para incorporar e multiplicar essa cultura da inovação, do crescimento, do progresso, da produtividade e da qualidade. Não para que elas sejam protagonistas desse processo no plano da produção, mas para integrar ideologicamente seus quadros e práticas à sociabilidade que se pretende consolidar na ordem capitalista.

De todo modo, o empresariado demonstra o seu interesse em definir novos padrões de relacionamento com a universidade e propõe que esta instituição esteja aberta a acolher recursos privados que permitam o desenvolvimento de projetos específicos a serem realizados diretamente com as empresas, sem que estas iniciativas signifiquem, necessariamente, qualquer alteração nas estratégias de acumulação pensadas nos países centrais. Ao contrário, o que aqui se parece reafirmar, a todo momento, é a capacidade que o capital tem de expandir e formar um mercado consumidor para as tecnologias que desenvolve. E, para isso, põe em funcionamento mecanismos e iniciativas que garantam a sua reprodução, tanto material como ideológica, como é o caso das propostas de integração entre Universidade-Empresa.

Aliás, vale lembrar que esse aspecto de desenvolvimento de uma política industrial, reivindicada pelo empresariado naqueles anos 90, nunca se tornou um processo que se pretendia efetivamente estruturador da economia nacional. A opção das classes dominantes pela dependência de recursos externos é histórica, salvo nos raros momentos em que se tentou criar, por exemplo, durante o processo de instalação da indústria de bens de capital (1970), um projeto nacional-desenvolvimentista lastreado no projeto Brasil, grande potência. Projeto que não vingou pelas próprias contradições geradas pelas particularidades do capitalismo brasileiro.

Entre as propostas destacadas pelo empresariado em inúmeros documentos pesquisados, merecem atenção aquelas que pressupõem a melhoria da

competitividade das indústrias sediadas no Brasil<sup>42</sup>, pela via das parcerias entre universidades e empresas e pela concentração dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento naqueles setores onde o retorno às demandas industriais por qualidade e produtividade seja mais visível e imediato. (OLIVEIRA, 2004).

O discurso do SEBRAE/CNP é bastante enfático. Para realizar esse objetivo, eles propõem

“promover a introdução de disciplinas sobre qualidade e produtividade nos sistemas formal e não formal de ensino, em todos os níveis; promover a formação de docentes, técnicos e alunos de universidades, institutos de pesquisa, centros de educação tecnológica com vistas a formar multiplicadores da qualidade e produtividade; apoiar programas de pós-graduação no país, nas áreas de interesse para a qualidade e produtividade”, conforme o documento **Questões Críticas da Educação Brasileira**. (BRASIL, 1995, p. 37)

Essas propostas dão amparo a um movimento mais geral deflagrado nas universidades, de participação efetiva dos pesquisadores nos projetos empresariais. Ao tratar dessa questão, Oliveira, C. (2004) nos indica que o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica funcionaria como facilitador desse processo, pois vem facultando aos pesquisadores trabalharem nesses projetos sem que seja necessário abdicar da sua vinculação com a Universidade. Ou, como no melhor dos mundos, abrir empresas em nome próprio, com a chancela da instituição pública à qual estão vinculados (Ibid., p.78).

Com isso, vai se tecendo o projeto de subordinação que interessa ao capital e cuja direção atua para que amplas parcelas da sociedade, a denominada sociedade civil, sejam convencidas da necessidade de participar de um projeto que, embora originalmente não seja o seu projeto histórico, pode se constituir no “arco” possível para a acumulação de forças e, conseqüentemente, para a transição que conduza a uma outra ordem social.

---

<sup>42</sup> A partir da Constituinte, o conceito de empresa nacional ganhou novos contornos, identificando-se empresa sediada no Brasil e empresa nacional.

Esta mesma perspectiva é encontrada na argumentação que o empresariado constrói em relação à defesa de um sistema de educação tecnológica. Na esteira do discurso da integração, propõe-se que núcleos irradiadores de qualidade e produtividade sejam identificados e, a partir deles, viabilizados “projetos-piloto” através dos Centros de Educação Tecnológica e Escolas Técnicas. Os eixos desses projetos deveriam comportar desde a mudança dos currículos, metodologias de ensino, até a “reciclagem de docentes e formação de agentes de qualidade e gestores de mudança, como elementos animadores de todo o processo de inovação tecnológica” (BRASIL, 1995, p.37).

Como se pode notar, a difusão de técnicas de qualidade e produtividade e a formação de centros de excelência para formar pesquisadores e profissionais que tenham a perspectiva da inovação e a construção de um novo conceito de educação são estratégias necessárias e imprescindíveis para o que se convencionou chamar de “desenvolvimento sustentável”, compreendido, na concepção dos intelectuais do capital, como a contraface do assistencialismo e a possibilidade de progresso social em favor da sociedade como um todo.

Os sistemas públicos de ensino são, portanto, o alvo prioritário dessa empreitada do empresariado, à medida que se propõe, inclusive, a utilização da capacidade do SESI para apoiar o desenvolvimento de projetos que visem à produção de inovações pedagógicas bem como que estas sejam disseminadas na rede pública, o que nos leva a pensar que, além de todos os meios operacionais que se fazem necessários às adaptações da formação técnica ao sistema produtivo, é necessário adotar uma política de internalização de valores, comportamentos e atitudes, próprios ao momento de uma reforma intelectual e moral.

A atualização que se faz nas práticas pedagógicas impõe a transformação das condições anteriores, em que se processava o confronto entre as classes sociais. É por isso que, agora, não só os educadores, que estão vinculados diretamente à discussão e construção de um projeto de educação mais geral que vem se desenvolvendo em fóruns específicos da sociedade, participam desse processo. Os educadores vinculados às práticas das classes dominantes também reivindicam sua intervenção sobre os processos educacionais e acompanham, com muita atenção, como as classes subalternas

se movem nesse terreno e se articulam para transformar suas condições de existência.

A posição que eles assumem na questão da educação geral e da qualificação profissional revela que estes intelectuais, particularmente nos anos 80 e 90 do século passado, formularam propostas e tiveram uma participação ativa nos fóruns em que se discutia a questão da educação, principalmente naqueles organizados pelo governo. Este fato talvez venha a explicar o deslocamento que foi operado, por parte do empresariado, no sentido de tornar sistematizado o seu projeto diante das transformações contemporâneas. E, não só sistematizado, mas reconhecido e ampliado às demais classes.

Esta ampliação se deu à medida que se apontava, nos documentos e discursos, para a necessária relação entre o público e o privado. Ou, em termos mais adequados ao momento atual, à parceria e à articulação do empresariado com os demais segmentos da sociedade civil. Esse tratamento genérico dado à sociedade civil parece ser apreendido como uma forma de ampliar a representação da sociedade nos processos de gestão do Estado, como se nesta houvesse uma confluência de pensamento e de interesses.

O consenso que se propala em relação às questões da educação vem se formando, paulatinamente, a partir de propostas participativas que incluem a sociedade em alguns processos, em uma clara tentativa de subordiná-la para dar legitimidade à reforma neoliberal do Estado. Na trilha dessa iniciativa, o empresariado se apropria da questão da educação e da qualificação, em particular, e até propõe a participação de representantes dos trabalhadores na gestão dos programas empresariais de formação profissional, argumento que afirma a necessidade de enfrentamento unitário e consensual da desigualdade social, decorrentes, segundo este segmento, da baixa escolaridade dos trabalhadores.

“Por isso, precisamos é trabalhar o cidadão produtivo (em oposição ao operário-padrão). Juntar na mesma mesa governo, empregados e empregadores e construir a política pública de educação. Sem democracia, sem direitos humanos, sem cidadania, sem educação básica, qualquer revolução tecnológica será

excludente”. (MEHEDEFF, 1995, p.1-2)

A chave da questão é clara. Os trabalhadores devem ser parceiros da ordem. O discurso do antagonista está em vias de neutralização radical. Qual o problema? A inclusão. Isso recoloca o problema da ordem: incluir quem? como? onde? Esse procedimento supõe: a) a identidade total de trabalhadores e capitalistas e b) o atual como o único “possível”, fora do qual encontramos a desordem e a destruição dos valores e da sociedade.

O sentido que é dado à política de educação envolve uma aliança entre os diversos interessados. Aqui, fica patente a necessidade das classes dominantes ampliarem seu nível de influência sobre dimensões que são centrais às classes subalternas e a função dos intelectuais especializados para obter a adesão e a colaboração de todos em temática de interesse geral. Temática que nada mais é que a expressão das classes dominantes para a realização do seu projeto de classe e que, na contemporaneidade, passa pela questão da educação / qualificação profissional dos trabalhadores.

É através desse vetor que não só o discurso dos empresários se atualiza, mas, sobretudo, que a prática deve ser renovada, já que, ao fazer isso, consegue-se interferir concretamente na experiência dos trabalhadores, transformando-os em aliados de um mesmo processo, de uma mesma jornada, como afirmava o presidente da CNI, Fernando Bezerra, em 1996: “Temos de intensificar a cruzada em favor da melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis. Não interessa ser grande. Interessa ser bom [...]”. (CNI, 1996, p.73)

Na nossa concepção, os empresários e os seus intelectuais de classe triunfaram no sentido de tornar os argumentos e as práticas em relação à educação uma necessidade inerente a todos, pois o “risco da obsolescência” atinge empresários e trabalhadores, razão por que, nas palavras do presidente da CNI, todos “precisam ser readaptados aos novos tempos”. (Ibid. 1996, p.127) Nessa mesma linha, o papel das empresas é realçado como o grande vértice dessa iniciativa de educação e qualificação profissional.



Em palestra proferida na Escola Superior de Guerra — sobre Educação e Empregabilidade —, o dirigente da CNI, Fernando Bezerra, destaca essa posição hoje ocupada pelas empresas, as quais aparecem no cenário atual como verdadeiras escolas onde trabalhadores e empresários se destacam como aprendizes de um processo inteiramente novo e desafiador (CNI, 1997, p.127). Donde a necessidade de elaboração de uma nova linguagem, de novos conceitos, de novas idéias que engendrem uma concepção unitária e, ao mesmo tempo, organizem uma racionalidade particular, sob a égide dos interesses universais.

Em acordo com as discussões que se fazem a respeito da eficácia das ideologias, particularmente aquelas amparadas no pensamento gramsciano, podemos considerar que o empresariado, através de seus intelectuais de classe, atribuiu à questão da educação um lugar fundamental na renovação das suas práticas, disseminando idéias que conseguiam capturar as necessidades históricas das classes subalternas e trabalhá-las a partir dos seus interesses. Assim, esses intelectuais puderam articular as ideologias e práticas do campo antagonista às suas idéias e práticas, sem que isso, forçosamente, representasse uma ruptura com as suas próprias necessidades de ampliar seu poder na totalidade da sociedade e sua relação com o capital internacional, cujas acirradas exigências de competitividade e produtividade conformam a dinâmica capitalista pautada sob novas bases. Em outras palavras: conseguiram transformar a objetividade burguesa em subjetividade universal.

Para o empresariado, contemplar as propostas dos trabalhadores não quer dizer que ele abre mão dos princípios que orientam sua intervenção no real, mas trata-se, sim, de reafirmá-los, agora, com o concurso de uma legitimidade do antagonista, historicamente atravessada por movimentos fabris, greves e resistências dos trabalhadores. A educação e a qualificação profissional são problemáticas que se apresentaram como denominador comum, na aparência. No entanto, o que se constata, nessa conjuntura, é que se tratam de processos que possibilitam, por parte do empresariado, a recriação das condições de existência do capital, pela incorporação da subjetividade dos trabalhadores e das suas bandeiras históricas.

Nesse contexto sócio-histórico, os intelectuais do capital foram vitais na construção de estratégias para submeter os trabalhadores aos seus interesses

particulares: ampliar seus negócios, seus lucros e redefinir seu papel de dirigente nos processos sociais. Fizeram isso com a mediação do Estado, cuja reforma foi indispensável para realizar as mudanças necessárias e colocar em prática um processo de passivização das classes trabalhadoras e de transformismo. Estas, por sua vez, encontraram no discurso da sociedade civil o ambiente adequado à realização das suas reivindicações, pois essa propalada e genérica sociedade civil onde todos se reúnem para disputar recursos públicos, resolver problemas de interesse da maioria, construir uma esfera pública ativa substitui e nega a sociedade civil como lugar de conflitos, com determinações classistas e que reduz o exercício da política à mera representação institucional.

Com a contribuição efetiva da mídia, o empresariado e seus intelectuais foram capazes de disseminar idéias fundamentais aos seus interesses a respeito da educação e qualificação profissional, projeto que se tornou uma das suas principais estratégias na tentativa de obtenção da hegemonia dominante nos passados anos 90.

Só que, nessa perspectiva, a qualificação profissional também passa a ser, de acordo com a leitura marxiana, objeto de reificação, à medida que ao conferir a iniciativa de qualificar, indiscriminadamente, um atributo de coisa a ser, prioritariamente adquirida no mercado, tende-se a esvaziar as determinações concretas que expressam a problemática educacional na sociedade brasileira, identificando-a não como um problema produzido pelas relações sociais capitalistas, mas como questão inerente à realidade objetiva e, portanto, exterior às práticas sócio-históricas concretas dos homens.

Sem sombra de dúvidas, essa “naturalização” que se empreende em relação aos processos históricos e que se difunde no discurso empresarial só pode ser entendida se nos remetermos à prática política necessária à sociedade capitalista contemporânea. Não é difícil perceber que esta sociedade, em permanente mutação, está criando, por meio dos seus intelectuais, formas de se reproduzir sem qualquer traço de classe, ao mesmo tempo em que estimula uma organização indiferenciada, difusa, especulativa, restrita ao que Gramsci chama de “pequena política” que, na sua concepção, “corresponde as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as

diversas frações de uma mesma classe política”. (2000, p.21)

Essa tentativa do empresariado de transformar a qualificação profissional em objeto da grande política vem se constituindo em uma estratégia para afastar os trabalhadores das suas reais necessidades históricas e das possibilidades concretas de eles interferirem sobre questões mais gerais que envolvem os processos sócio-históricos, como por exemplo, a total reorganização do Estado e a efetiva socialização do poder político para a construção do seu projeto hegemônico.

Com essa argumentação, não estamos querendo negar a importância que as dimensões singulares adquirem na prática social dos homens, como o direito à educação e à qualificação profissional. Longe disso, trata-se de pensar que estas são fundamentais à luta política, mas não podem servir para rebaixar o programa estratégico das classes subalternas e reduzi-lo ao nível da cidadania e da democracia burguesa e, portanto, portador de elementos capazes de transformar radicalmente as condições de existência daquelas classes.

No próximo item, trabalharemos a questão de como os trabalhadores, através de suas representações sindicais, desenvolveram suas práticas no campo da formação profissional, assumindo, em larga medida, os pressupostos empresariais e incorporando o pragmatismo empresarial enquanto visão de mundo capitalista adequada ao renovado processo de acumulação e valorização do capital.

## CAPÍTULO IV

### O PROJETO DOS TRABALHADORES PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

No item anterior, mostramos como o empresariado foi moldando suas estruturas para conformar o trabalhador às necessidades do processo de reestruturação capitalista. Como discurremos, um dos vetores decisivos dessa processualidade foi a questão da qualificação profissional, estratégia amplamente utilizada pelo empresariado, com a mediação dos intelectuais do capital, do Estado e da mídia.

Os trabalhadores, reunidos nos seus sindicatos e centrais, a exemplo do empresariado, tiveram um protagonismo significativo na questão da educação e especialmente na problemática da qualificação e requalificação profissional. Este processo é marcado por avaliações, proposições e (re)organização das suas estruturas para discutir e formular programas específicos de qualificação e requalificação profissional, como parte das suas atividades sindicais.

Para os trabalhadores, o movimento que vai da década de 70 aos anos 80 do século passado foi muito fecundo em termos de organização das suas lutas e da formação política para dar enfrentamento ao período de repressão e de embates com os patrões e com o Estado. Não por acaso, muitas greves e movimentos nos locais de trabalho foram vitoriosos e qualificados por meio das práticas de resistências e das elaborações críticas que os trabalhadores, através das suas lideranças, exercitaram, tendo como referência as classes em luta.

Mas, esse movimento de organização, de crítica e de combatividade não pode ser generalizado ou mesmo ser compreendido como algo próprio do que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”. No interior das práticas sindicais, também vamos encontrar, desde a sua origem e a despeito dos princípios mais coletivos

construídos, um segmento ainda voltado às ações burocráticas e de perfil mais negocial com os patrões e com o Estado. Em outros termos, os antagonismos que historicamente marcam o desenvolvimento da relação capital-trabalho não se traduziram em prática política, em algumas organizações coletivas dos trabalhadores.

Neste sentido, pode-se dizer que essa heterogeneidade conceitual, prática e política dos trabalhadores incide sobre o seu programa de ação e sobre os discursos justificadores da sua própria prática política.

Para os trabalhadores, suas lideranças e representações sindicais, a temática da qualificação sempre foi uma bandeira histórica constante das pautas de reivindicação, resoluções de encontros e congressos do chamado “novo sindicalismo”. Nos mencionados anos 80, esta problemática ocupa um lugar central nas discussões e práticas sindicais, reconfigurando as estratégias que foram pensadas para fazer face à reestruturação produtiva.

O campo da qualificação profissional dos trabalhadores passou a ser e continua sendo objeto de intensas disputas entre as centrais, seja sob o ponto de vista das concepções que fundamentam o projeto de formação, seja pelos recursos financeiros que envolvem tais programas.

Estes dois aspectos, que tenderiam a revelar uma clara distinção entre os projetos de sociedade, visões de mundo e de práticas sindicais que são construídos pelos trabalhadores e suas lideranças, mostraram-se muito mais, e esta é nossa hipótese, como um elemento central da disputa pelo monopólio da representação sindical.

Nossa análise privilegia a ação das duas centrais sindicais que, pelo menos durante aquelas duas décadas, têm tido uma maior intervenção sobre os processos educacionais dos trabalhadores: a CUT e a Força Sindical. A primeira “teorizou” o problema continuamente, enquanto a outra o “resolvia” na prática cotidiana. Estas centrais estiveram representadas em diversos espaços de negociação institucional que foram criados nos aparelhos estatais e, através destes, reorganizaram suas demandas e formas de luta.

Assim, ao falarmos das propostas da CUT e da Força Sindical em relação

às questões educacionais, pretendemos mostrar como os discursos e as propostas de ação dessas Centrais adequaram-se a determinadas conjunturas, especialmente àquelas em que os trabalhadores passaram a incorporar a idéia de crise.

#### **4.1 A CUT diante da reestruturação capitalista: a reorientação do projeto classista para a prática cidadã**

No trânsito da década de 80 para a de 90 do século vinte, os trabalhadores, organizados em suas centrais, vivenciaram uma dinâmica intensa em termos das suas estruturas organizativas. Ao mesmo tempo, foi um período em que o capitalismo mundial aprofundou seu movimento de subordinar o projeto do seu antagonista às suas necessidades de acumulação e valorização. As exigências de expansão dos mercados, o desenvolvimento desenfreado das forças produtivas, a busca de maiores taxas de lucro, a reatualização das formas de domínio capitalistas sobre o trabalho foram elementos que deram impulso ao capitalismo, nessa fase.

As conseqüências desse processo para os trabalhadores e suas representações têm sido objeto de inúmeros estudos que enfocam desde as práticas de resistência articuladas até a adesão ou as mudanças de posição daqueles, em face das estratégias da reestruturação capitalista<sup>1</sup>.

Até meados dos mencionados anos 80, os trabalhadores tinham, do ponto de vista das suas práticas e representações classistas, uma linha divisória bastante nítida. Basicamente, CUT e CGT dominavam a cena política, em termos de representação das classes trabalhadoras. Nesse período, tanto as reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho como a organização dos trabalhadores por local de trabalho, ocupavam o centro do debate, das intervenções e das disputas político-ideológicas entre sindicatos e centrais. Pode-se afirmar que as lutas pela emancipação política tiveram centralidade e marcaram a agenda do sindicalismo brasileiro. Na esteira dessas práticas políticas e conquistas, ampliou-se, em parte desse sindicalismo, a capacidade de crítica, de resistência, de elaboração e de definição de estratégias e táticas que se constituíram

---

<sup>1</sup> Esta discussão pode ser conferida em Antunes (1997), Boito Jr (1999), Tumolo (2002) e Brandão (2003).

óbices para o domínio capitalista. Em outra parte, observou-se um processo molecular de integração à ordem.

Este avanço, entretanto, não se confunde com as lutas revolucionárias, tal como caracterizadas pelos marxistas, porque aqui alguns elementos de negação dessa realidade se colocavam. Tudo se passava no interior de uma ordem na qual não havia disputa pelo poder e o Estado democrático de direito aparecia com uma grande ofensiva como a forma de obter o consenso e a legitimação das suas ações.

Aliás, sobre este assunto, é preciso lembrar que, no início do século, Gramsci já nos chamava atenção para os limites dos sindicatos na sociedade burguesa, no sentido de que “a orientação corporativa funcionou para defender posições ameaçadas de classes médias, não para eliminá-las, e está se tornando cada vez mais, em função dos interesses constituídos que surgem sobre a velha base, uma máquina de conservação do que existe tal como existe e não como uma mola propulsora”. (2001, p.259)

Assim é que, ao apresentar o cenário de crise das instituições tradicionais do movimento italiano e revelar uma atualidade que pode ser localizada na análise das organizações sindicais de um modo geral, o mesmo autor complementa que, malgrado as conquistas arrancadas dos capitalistas e os limites que os trabalhadores impuseram ao arbítrio daqueles, os sindicatos ainda se movem nos limites da legalidade e da institucionalidade defendidas pelo Estado burguês.

Na passada década de 80, importantes conquistas foram inscritas na sociedade brasileira, não só no campo sindical. Podemos lembrar que a efervescência dos partidos políticos e a dinâmica dos movimentos social e popular do campo e da cidade consolidaram na cena política uma vertiginosa expansão da capacidade de rearticulação e de organização desta sociedade e, conseqüentemente, de ampliação dos espaços democráticos. A despeito desse novo quadro de confronto e de mobilizações, é fato que o sindicalismo oficial — atrelado ao poder do Estado e herança do período varguista — sobreviveu através de organizações burocráticas, corporativistas e

legitimadoras das ações do governo<sup>2</sup>.

Vale destacar que em termos mundiais, na referida década, contrariando a tendência mundial — cujo quadro de crise de representação e de organização dos trabalhadores já se manifestava como resultado de inúmeras determinações políticas, econômicas, sociais e ideológicas —, o cenário no Brasil era bastante diferenciado<sup>3</sup>, consolidando um movimento diverso, plural e expressivo dos interesses dos trabalhadores.

A já decantada década de intensas manifestações de massa, de ampliação de sindicatos combativos, de aumento do número de greves e sindicalizações<sup>4</sup> bem como de organização dos chamados “setores médios” e da criação do Partido dos Trabalhadores foi, sem dúvida alguma, expressão concreta do processo de socialização da política, abafado no pós-ditadura militar.

As explicações que os estudiosos da área sindical dão a esse movimento de rearticulação de forças sociais no Brasil e, ao mesmo tempo, de desarticulação das organizações e das identidades classistas, na Europa, indicam que as particularidades do capitalismo brasileiro são responsáveis, em grande medida, pela não correspondência do momento de articulação / desarticulação das práticas e identidades classistas das experiências brasileira e internacional.<sup>5</sup>

Concordando com as argumentações de autores já tratados aqui neste trabalho, é plausível considerar que as mudanças ocorridas no âmbito da economia e levadas a cabo pelo empresariado brasileiro nas décadas de 80 e 90 do passado século não foram suficientes para afirmar que este ascenso de lutas decorreu exclusivamente do confronto que os trabalhadores estabeleceram frente à situação econômica interna. As dimensões políticas e históricas que caracterizam a formação social brasileira também

---

<sup>2</sup> Os elementos do período varguista são trabalhados em Boito Jr. (1999) e Mattos (2003). Os autores discutem longamente sobre os traços da “herança” varguista que, inclusive, permaneceram na estrutura sindical atual.

<sup>3</sup> Sobre análise mais específica dessa questão ver Mattos (1998) e Bihl (1998)

<sup>4</sup> Antunes (1995) expõe um quadro detalhado das greves e mobilizações ocorridas no período.

<sup>5</sup> Em Mattos (1998), há uma rica discussão sobre as particularidades do capitalismo brasileiro e a ascensão das lutas sindicais no país, sobre a economia mundial e o momento de descompasso entre as experiências sindicais européias e brasileiras.



devem ser consideradas na análise da “tardia” organização da ação coletiva dos trabalhadores brasileiros.

Para Mattos (1998, p.37),

“em tal quadro de expansão da atividade sindical e de alteração da própria forma de atuação dos sindicatos, surgiram e revalorizaram-se novas tarefas e especializações no interior das entidades. A reorganização dos setores jurídicos, voltados agora para uma atualização mobilizadora da justiça do trabalho, bem como a ênfase na imprensa sindical são talvez os exemplos mais claros desse processo. Outro exemplo pode ser buscado na revalorização das atividades de formação, redundando em alguns momentos em projetos de educação (formal ou informal) e pesquisa nos sindicatos”.

A análise que faremos dessa dinâmica privilegia a questão da educação dos trabalhadores, a qual se inscreve em um contexto maior de formação política empreendida pelos sindicatos e centrais<sup>6</sup>, podendo ser compreendida, segundo o pensamento gramsciano, como uma ação estratégica para elevar os estratos deprimidos da sociedade. Em outros termos, na nossa análise, a educação constitui-se em uma mediação para a realização dos projetos classistas que dão identidade, sentido e direção à prática teórica e política dos trabalhadores. Razão pela qual, é portadora de hegemonia.

Um exame acurado da conjuntura das passadas décadas de 80 e 90, a qual se estende ao primeiro lustro dos anos 2000, nos revela haver uma tendência a subestimar o sentido estratégico da formação política em prol de propostas que privilegiam, no interior das estruturas sindicais, os eixos formativos da qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores com vistas a sua inserção no mercado de

---

<sup>6</sup> Procuramos apreender como essa estratégia se particulariza e o modo como ela se apresenta na realidade, tomando como referência as chaves de leitura mais gerais que explicam a trajetória das organizações dos trabalhadores consideradas expressivas nessas duas últimas décadas. Sem desconsiderar, portanto, a totalidade das relações que estão presentes na conjuntura, nosso propósito é examinar o discurso e a argumentação que os trabalhadores, através das suas lideranças e órgãos de divulgação, construíram para reivindicar e se posicionar sobre a temática da educação dos trabalhadores e, particularmente, sobre a qualificação e requalificação profissional destes.

trabalho.

Com isso, não estamos afirmando que a formação política nos sindicatos desapareceu da agenda política destas organizações. Mas, estamos afirmando que o conteúdo da formação política foi modificado, entre outras causas, pelo aumento do desemprego<sup>7</sup>. Apesar de o desemprego ser revelador das mudanças no mundo do trabalho, tudo indica que este vetor do processo de reestruturação não foi determinante da mudança de conteúdo dos processos educacionais desenvolvidos pelas centrais / sindicatos. Mais do que mudança de conteúdo, parece ter havido uma mudança de orientação da direção teórico-política das representações sindicais. É neste ambiente que a qualificação e requalificação profissional também poderiam ser tratadas, seja com vistas ao mercado de trabalho, seja como formação política crítica.

Com efeito, este movimento de ofensiva que o capital empreende com o objetivo de reverter a crise que se expressa na tendência à queda da taxa de lucro, é portador de elementos ideológicos que tentam reconstruir o conjunto da institucionalidade existente, que inclui os chamados aparelhos privados de hegemonia, ou seja, reconstruir o bloco histórico que compreende tanto as forças materiais como as ideologias e que, segundo Marx (s.d.) e Gramsci (1999), são, elas próprias, forças materiais.

À medida que este bloco histórico se atualiza, busca-se elidir as formas anteriores de obtenção do consenso e de se lidar com problemáticas que se constituíam em objeto de disputa e de interesses distintos. Em lugar destas, podemos identificar uma tendência que, além de naturalizar os fatos históricos, os transforma em um campo neutro, onde o conteúdo é substituído pela forma e os elementos de contradição, pela negociação das mudanças.

No Brasil, essas duas últimas décadas têm sido exemplares de um

---

<sup>7</sup> Um dado interessante revelado pela OIT e divulgado no Jornal do Brasil (8 jan. 2004) revela que, dos 19 milhões de desempregados na América Latina, 10 milhões estão no Brasil, cuja taxa de desemprego urbano cresceu de 12%, em 2002, para 14%, em 2003, sexta mais alta da região. A Folha de São Paulo (11 ago. 2002), reproduzindo dados do IBGE, também nos informa que, no período do nosso estudo, particularmente o governo FHC, a taxa média anual de desemprego ficou entre 6% e 7%. Em 2002, nas seis regiões metropolitanas do país, 2,118 milhões de pessoas estavam desempregadas. No período entre 1983 e 2002, o número de trabalhadores na indústria diminuiu 33%, enquanto que no setor de serviços o percentual de trabalhadores aumentou de 47% para 55,5%, significando um crescimento de 18%.

processo mais geral em que as classes dominantes têm investido no sentido de guiar e dirigir os interesses das classes subalternas a partir do seu projeto de classe. Ao fazer isso, viabilizam estratégias de consenso e implementam ações que visam a uma reforma intelectual e moral na sociedade. Esta reforma vem sendo cada vez mais objetivada na formação dos pactos entre trabalhadores, governos e patrões; na aceitação, por parte dos trabalhadores, da idéia da empregabilidade e da necessidade de qualificação para as exigências do mercado de trabalho e para combater o desemprego; e na viabilidade das parcerias e solidariedade entre empresários, estado e a “sociedade civil” para a prática da “boa governança”, entre outros exemplos.

Estes “ítems” se transformaram em objeto de negociação entre Estado e trabalhadores. O que surpreende é que, neste processo, o conteúdo e a direção das respostas patronais e estatais se qualificam como um verdadeiro transformismo<sup>8</sup>, na acepção gramsciana. Isto é, as classes dominantes buscam levar grupos políticos e organizações para o seu campo, uma vez que “a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e sua aniquilação por um período freqüentemente muito longo”. (GRAMSCI, 2002, p.63)

A reconstrução dessa categoria é-nos importante porque nos remete à questão dos processos ideológicos tecidos e difundidos pelos “canais de classe” para que as reformas dos analisados anos 80 e 90 sejam acatadas sem insurgências, pelos trabalhadores. Estes, por sua vez, encontram-se fragilizados pela ofensiva do capital, pelas iniciativas defensivas que caracterizam este período de parte do sindicalismo brasileiro e, sobretudo, pela análise da correlação de forças que fazem sobre a conjuntura brasileira.

---

8 A estratégia do transformismo foi trabalhada por Gramsci no contexto do Risorgimento Italiano. para explicar a ação parlamentar que caracterizou a política italiana no pós 1848, onde as classes dirigentes buscavam absorver, gradualmente, “os elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos”. (GRAMSCI, 2001, p.63) Evidente que embora estivesse se discutindo, nessa conjuntura, o problema da direção política, e, portanto, da hegemonia que o Partido dos Moderados tentava imputar ao Partido da Ação, podemos dizer que o *Risorgimento* operou um mecanismo de análise de correlação de forças que pode se constituir em uma chave interpretativa dos fenômenos sociais contemporâneos. Com isso, não pretendemos simplesmente transpor o conceito para explicar determinados contextos históricos sem as necessárias mediações que conectam o passado com o presente, mas apenas demarcar que ali, naquela conjuntura, a questão da modernização do Estado também se constituía o vetor através do qual se levava ao projeto da burguesia, sem necessariamente utilizar o recurso da revolução e da ruptura revolucionária.

A capacidade dos trabalhadores resistirem a essa ofensiva tem sido muito reduzida desde aquelas décadas, especialmente nos anos 90, com a expansão dos processos de reestruturação produtiva do capital e as condições de precarização do trabalho, desemprego, privatização acelerada, entre outras problemáticas objetivas que impedem os trabalhadores de imprimirem uma direção mais ativa às suas intervenções, de modo a tensionar os mecanismos de reprodução utilizados pelas classes dominantes.

A rigor, o exame dessas situações nos indica que estas classes até que incorporaram parte das demandas dos trabalhadores em relação à educação deles, mas o fizeram dando a direção que lhes interessava. Em outros termos, sem que os fundamentos da ordem política e econômica fossem tocados. Em tal mecanismo de incorporação molecular dos interesses das classes antagônicas, a que chamamos de transformismo, salta-nos à vista o papel que os intelectuais das classes trabalhadoras exerceram nesse processo de análise, discussão, sistematização e resposta à conjuntura.

O consenso alcançado em torno das mais variadas questões desse contexto revela que a leitura que os trabalhadores fizeram, através dos seus intelectuais, longe de significar uma interpretação profunda das contradições desse processo e, portanto, a possibilidade de se debruçar para além das aparências dos fatos, reiterou os posicionamentos estratégicos do capital e os legitimou.

Na perspectiva gramsciana, este movimento que organiza os trabalhadores no interior da ordem burguesa é indicativo de que, na disputa pela direção da sociedade, as representações e as lideranças das classes trabalhadoras aderiram ao projeto de reconstrução da institucionalidade, pensada no momento atual, não mais sob a batuta do poder coercitivo, mas, fundamentalmente, sob a forma do consenso ativo dos trabalhadores<sup>9</sup> na dinâmica da luta de classes.

Assim, as classes dominantes, com a mediação do Estado, promovem as reformas e as colocam sob seu campo ideológico, produzindo “a desarticulação e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção dos seus dirigentes, seja disfarçadamente, seja, em caso de perigo emergente, abertamente para lançar a

---

<sup>9</sup> Gramsci faz uma distinção entre consenso ativo e passivo. No primeiro, há a participação dos indivíduos no processo de legitimação dos projetos da classe antagonista. O consenso passivo se expressa pela repressão aos demais projetos que se movem na sociedade.

confusão e a desordem nas fileiras adversárias”. (GRAMSCI, 2000, p.95)

Consideradas as devidas diferenças sócio-históricas, político-ideológicas e econômicas que caracterizam as sociedades contemporâneas, a abordagem sobre a revolução passiva nos dias atuais nos indica que, sob determinadas situações potenciadoras de hegemonia burguesa, as classes dominantes articulam iniciativas que envolvem a economia e a política, como resposta à crise capitalista. Estas iniciativas, que supõem intervenções econômicas e políticas para que se realizem as reformas necessárias, criam não só expectativas de mudanças na realidade, mas, também, reforçam o fetiche de que tais situações são mobilizadoras de possíveis consensos, através dos quais seria possível um desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, uma modernidade capitalista da qual todos, indistintamente, seriam beneficiários.

Nessa ótica, o Estado burguês ocupa um papel central na promoção de mecanismos junto às representações sindicais para que estas respondam às iniciativas reformistas, como parte do discurso de modernização e evolução histórica das relações entre Estado e sociedade. O horizonte ideológico com o qual trabalha o Estado conduz a uma leitura de realidade e de intervenção prática no real que assegura a participação ativa dos sindicatos / lideranças na construção de uma racionalidade que nada mais é do que a implantação do projeto do antagonista, o qual passa a ser parceiro das iniciativas governamentais para o enfrentamento da crise.

Aqui se apresenta o que Gramsci chamou de economicismo, por parte de segmentos importantes das representações dos trabalhadores, expresso nas possibilidades de um progresso social que redundaria em um acúmulo gradual de forças das classes subalternas, para superação da ordem vigente. Na realidade, esta questão é colocada a estas classes na perspectiva de que das crises econômicas dimanariam as possibilidades revolucionárias, conclusão que nos parece precipitada por obscurecer os reais propósitos das iniciativas da burguesia dominante. Iniciativas que se situam no campo ideológico das contratendências às crises: concordando com Bianchi, (2001, p.19) o que se modifica na relação da burguesia é que ela “muda a forma de exercício da sua capacidade hegemônica”.

Desse modo, a conjuntura dessas últimas duas décadas sinaliza para uma alteração nos modos e meios de exercício da capacidade hegemônica da burguesia, que conta com a mediação do Estado para implementar seu projeto de classe, ainda que tenha de incorporar as demandas do trabalho, sem que seja preciso colocar em risco os fundamentos econômicos e políticos que lhe dão amparo.

É razoável conceber que houve uma readequação do aparelho estatal para incorporar e coordenar as demandas das representações sindicais /suas lideranças na área da educação, além de uma aproximação das entidades das políticas mais gerais voltadas à temática, o que significou uma vinculação dos intelectuais da classe à direção proposta pelo Estado, no que tange às necessidades do capital. A readequação do aparelho do Estado se mostrou através das exigências de cumprimento das metas de qualificação e requalificação, da construção de um discurso afinado sobre a crise e seus desdobramentos sobre a força de trabalho e da necessária apropriação de termos e linguagens do campo dominante. Tudo isso é exemplar desse processo de transformação do Estado na tentativa de obtenção da hegemonia dominante.

Nesse quadro, tanto a CUT quanto a Força Sindical atuaram de forma decisiva para atualizar suas estruturas internas e qualificar seus intelectuais — dirigentes e assessores — para participarem dos processos de negociação com o Estado, captarem recursos, definirem cursos prioritários para o movimento sindical, enfrentarem as conseqüências da reestruturação no plano da produção e tomarem parte do projeto de inclusão, o qual, no campo sindical, tomou a forma de sindicato-cidadão e, na sociedade, se expressou nas iniciativas de apoio aos pequenos negócios, às cooperativas, ao voluntariado, entre outras.

Pode-se afirmar que, neste momento, as formas de luta mais combativas, traço distintivo da CUT em relação às outras centrais sindicais, especialmente a Força Sindical, deram lugar à fundação de um outro momento histórico nas relações entre Estado-empresários-trabalhadores. Momento este em que o setor majoritário da CUT privilegiou a ação econômico-corporativa, negocial e acatou propostas que rebaixaram o seu programa de lutas, acompanhando um movimento ideológico que se dá sem o recurso do confronto aberto — diga-se de passagem, não mais necessário — já que o Estado se abre para um leque de reformas que interessa ao campo do trabalho. Este, por

sua vez, completamente acuado com o cenário do desemprego, da precarização do trabalho, do aumento da informalidade, das privatizações, da heterogeneidade das classes trabalhadoras, e cujas expressões na realidade dificultavam sua organização política. Este quadro constituiu-se em ambiente favorável ao sitiamento dos trabalhadores, ocorrido pela crescente burocratização, elitização e ausência de democracia observada nas instâncias sindicais.

No caso da Força Sindical, esta central já nasceu com um discurso e práticas direcionados à adaptação à ordem. Assim, os anos 80 e 90 em foco representaram tão somente um fortalecimento do seu programa e, neste sentido, uma ampliação das suas bases e das suas ações junto ao governo, do qual recebeu atenção especial, particularmente em relação aos recursos para qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores.

A questão dos intelectuais, que no interior das Centrais se apropriaram da temática da educação, é lapidar para interpretação desse momento histórico. Não só pelo fato de que, tal como na formulação de Gramsci (1999), eles têm um papel central na perspectiva de elevar a consciência de classe, como também pela função que exercem no sentido de sistematizar, difundir e socializar o projeto político dessas classes.

Nos marcos da reestruturação capitalista, a ênfase na ação desses intelectuais como organizadores políticos, como identificamos na pesquisa, foi decisiva para uma mudança de foco nas estratégias sindicais. Mas, a mesma não foi resultado da análise imediata das conseqüências da reestruturação para as classes trabalhadoras. Deve-se, antes de tudo, a um processo já em curso no final dos anos 80, período em que foi possível notar uma elaboração teórico-prática “molecular” desses intelectuais, no sentido de se afastarem de um programa ideológico mais radical que os setores sindicais mais combativos tinham inscrito nos seus projetos identitários de classe, quando da sua constituição.

Como bem asseveram Coelho (2005) e Dias (1999), as alusões às experiências revolucionárias são afastadas do horizonte das classes trabalhadoras para dar lugar a um tipo de leitura sobre a conjuntura que ressalta as possibilidades que ela encerra, como é o caso da luta por direitos e da inclusão nas políticas públicas, sendo

estas pensadas como arena principal da disputa entre interesses conflitantes.

A esse respeito, parece-nos importante sublinhar que a opção dos dirigentes / intelectuais foi sendo tecida a partir das tendências reformistas que se apresentavam na conjuntura de crise e que correspondiam às reivindicações imediatas dos trabalhadores, em face das ameaças concretas que pairavam sobre o mundo do trabalho. Esse deslocamento de posição ganhou força no momento em que se buscou substituir a perspectiva de construção de uma classe trabalhadora autônoma, classista e combativa por uma compreensão de acúmulo gradual de forças no interior da ordem burguesa, a qual colocava aquela classe no campo estrito da emancipação política.

Entendemos que essa reconstrução das classes trabalhadoras é parte da estratégia do capital e do Estado no sentido de passivizar as práticas das classes subalternas. Para tal, precisam desqualificar as práticas históricas edificadas sob o signo do coletivo e do antagonismo e consolidar valores, comportamentos e idéias que abandonam a dimensão da totalidade como critério de interpretação da sociedade. A isso se chama de prática cidadã, entendida como expressão genérica de participação e interferência nos conteúdos e nos mecanismos de implantação das políticas públicas, às quais os trabalhadores podem ter acesso à medida que se integrem às ações de expansão e ampliação do Estado. Ou seja, às condições que permitam o seu domínio de classe e a sua intervenção, sem confrontos ou impedimentos para os processos de acumulação e valorização de capital.

Do ponto de vista prático-operativo, os trabalhadores passariam a fazer a disputa pelo acesso à educação no interior da “sociedade civil”<sup>10</sup>, privilegiando o âmbito institucional e parlamentar como palco das discussões e negociações dos seus interesses. Mas, esse deslocamento, compreendido pelos quadros intelectuais dos trabalhadores como estratégico, não resultou em conquistas efetivas para os trabalhadores<sup>11</sup> afirmadas pelas grandes ações e mobilizações de massa ocorridas na

---

<sup>10</sup> O discurso da sociedade civil, amplamente difundido pelo empresariado, pelo Estado e por muitos intelectuais do chamado campo da esquerda foi apropriado pela CUT e traduzido nas suas práticas políticas como a dimensão do possível e, conseqüentemente, do propositivo, dimensão esta materializada na aceitação do pacto social.

<sup>11</sup> Vide o acordo da previdência, realizado com o aval do presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho.



referida década de 80.

Nesse contexto, o que se observou foi uma nova fonte de financiamento para o movimento sindical que teve suas finanças abaladas pela conjuntura de desemprego. Financiamento que serviu de suporte a todo o processo de burocratização dos sindicatos.

Neste caso, os intelectuais tiveram um papel definitivo, ao realizarem uma análise de conjuntura que empurrava o movimento para a ordem, de modo a redirecionar as suas práticas de classe. E fizeram essa construção no ambiente da globalização e do neoliberalismo. Por conta disso, suspenderam as possibilidades do papel revolucionário das classes trabalhadoras no embate de projetos classistas.

É evidente que no contexto internacional, há pelo menos duas décadas atrás, os sinais de inflexão na prática política dos trabalhadores já se mostravam bem visíveis. As transformações no mundo do capital e seus rebatimentos sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores nos países ditos avançados revelavam uma fragmentação dos históricos elementos da sociedade do trabalho, baseada no assalariamento e uma ascensão de formas atualizadas de trabalho que afetaram a natureza, o conteúdo e o quantitativo dos empregos e também o seu deslocamento para o setor de serviços.<sup>12</sup>

O desemprego estrutural passou a fazer parte do cotidiano de milhões de trabalhadores, levando-os a uma situação de extrema vulnerabilidade frente às configurações que se desenham no mercado de trabalho capitalista. No leito desse dramático quadro social, os sindicatos são impelidos a dar respostas às conseqüências de uma crise mundial, inerente às contradições capitalistas. Com suas bases

---

<sup>12</sup> Segundo Relatório da OIT divulgado pela Folha de São Paulo, Agência Reuters, 6.6.2003, “cerca de três bilhões de pessoas — metade da população do planeta — vive na pobreza com uma renda de menos de dois dólares por dia, informou na sexta-feira a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Quase todas elas moram em países em desenvolvimento. Desse total, um bilhão de pessoas, ou quase um quarto dos habitantes dos países em desenvolvimento, sobrevivem com 1 dólar por dia, disse a agência da Organização das Nações Unidas (ONU) em um relatório. O número oficial do desemprego está em seu nível mais alto e ainda cresce, de acordo com o relatório que será apresentado na conferência anual da OIT em Genebra, na semana que vem. São 180 milhões de desempregados ao redor do mundo. Mais de 1 bilhão das pessoas que trabalham estão em subempregos ou apenas em período semi-integral, segundo o relatório. A pobreza não está restrita ao mundo em desenvolvimento, afirmou a OIT. Mais de 10 por cento da população dos 20 mais países industrializados vive com menos da metade do salário médio, informou o relatório.”

profundamente afetadas e com reduzido poder de resistência, os sindicatos e centrais elegem a questão do desemprego como eixo das suas intervenções, mas o fazem sob a pressão de um mercado de trabalho mundial extremamente fragmentado, heterogêneo e sem as referências perenes que permitiam analisar as tendências e regularidades da economia com relativa margem de planificação.

Segundo dados de Pochmann, só no Brasil, a geração dessa força de trabalho excedente no início da passada década de 90 representava cerca de 5,61% do total de desemprego mundial. (Cf. POCHMANN, 2001, p.9)

Além de significar um percentual significativo no conjunto da economia mundial, este dado expõe que inúmeras variantes que estão presentes no processo de mundialização do capital fogem ao controle dos trabalhadores e das suas representações. Razão porque são muito maiores as dificuldades deles se reafirmarem como referência de organização dos seus interesses.

Destaca-se, nessa dinâmica, o papel das experiências do chamado socialismo real, ou melhor dizendo, do socialismo realmente inexistente nos países do leste europeu na construção de uma perspectiva revolucionária entre os trabalhadores, o que significou, durante longas décadas, a possibilidade de uma alternativa concreta ao capitalismo. Derruídas provisoriamente estas possibilidades e, com elas, as referências ideológicas que mobilizavam aquela construção, o capitalismo e seus intelectuais empreenderam uma das suas mais potentes ofensivas sobre a organização dos trabalhadores, disseminando valores, idéias e representações sobre os quais se adensaram as soluções antioperárias e contra-revolucionárias, pela via da cultura da liberdade de mercado.

No Brasil, essas mudanças não acompanharam as experiências sindicais européias, as quais já vinham sofrendo o impacto das mudanças no mundo do trabalho. Ao contrário: aqui, o que se observava era o florescimento de um sindicalismo dinâmico, vigoroso, combativo e que não pode ser compreendido com base nas mesmas referências sócio-históricas internacionais, haja vista as particularidades do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Tais particularidades são apontadas por Mattos (1998, p.35) e Pochmann (2001, p.36-37), a partir dos seguintes argumentos:

- o processo de desindustrialização nas economias centrais e seus desdobramentos no mercado de trabalho não se desenvolveu no Brasil ao mesmo tempo e com as mesmas características, posto que, aqui, dos anos 50 até o início dos 80 do século vinte houve um impulso no desempenho econômico, fato que conseguiu manter os níveis da força de trabalho ocupada na indústria de transformação<sup>13</sup>.

- historicamente, o desemprego estrutural, que no Brasil se expressou pela intensa rotatividade de força de trabalho e sua baixa absorção pelo mercado, sempre esteve presente na conjuntura, diferentemente da situação dos países industrializados, onde este elemento vai emergir em grandes proporções nesse período da desagregação do parque industrial e deslocamento da força de trabalho para o setor de serviços;

- a introdução das novas tecnologias é direcionada para alguns setores e é mais lenta do que nos países desenvolvidos. Em grande medida, elas mantiveram a hierarquização, o distanciamento entre concepção e execução do trabalho e as técnicas importadas de gerenciamento serviram muito mais como pretexto para rebaixar salários e demitir trabalhadores, pela via da terceirização do trabalho, precarização do trabalho, etc.

Feitas estas considerações, é necessário ressaltar que outras determinações — para explicar as razões pelas quais a dinâmica do sindicalismo brasileiro não se afina com a situação vivenciada na organização dos trabalhadores dos países centrais — devem ser explicitadas, além das variáveis econômicas.

Concordando com a análise que Mattos (1998), Dias e Bosi (2005) empreendem para caracterizar a formação das classes trabalhadoras no Brasil, é possível identificar os aspectos distintivos que fizeram com que o sindicalismo brasileiro

---

<sup>13</sup> Segundo dados de Pochmann, em 1980, “o peso do emprego da indústria de transformação era de quase 20%, representando 4,1% do volume mundial de postos de trabalho. Mas, desde 1980, o indicador do emprego industrial vem regredindo. Em 1999, o Brasil possuía 3,1% da quantidade de empregos industriais do mundo, o que equivaleu a menos de 12% do total da ocupação nacional. Uma situação próxima a de 1940, logo no início do processo de industrialização”. (2001, p.39)

adquirisse uma configuração particular que incide na sua trajetória, nas suas ações e nas suas formas de luta.

Estes aspectos se relacionam essencialmente à composição da força de trabalho, baseada inicialmente em uma longa experiência de escravidão, passando, em seguida, para o sistema de assalariamento com uma forte heterogeneidade em relação à origem dos trabalhadores bem como a sua nacionalidade, com a presença massiva de imigrantes que carregavam um forte viés ideológico, desde que eram orientados pelas perspectivas anarquistas, socialistas, etc.

Além dessas características, segundo a análise de Mattos (1998, p.36), há que se levar em conta a dificuldade de reconhecimento social do “valor trabalho”, dificuldade esta que, no Brasil, adiou a construção de uma identidade classista tal como se procedeu nos países avançados, os quais vivenciaram processos mais “afirmativos” em relação ao trabalho.

É verdade que essas questões conduziram a uma estrutura da ação sindical cujos moldes seguiam a lógica da dependência do Estado, no entanto, progressivamente, elas foram sedimentando a organização dos trabalhadores e criando as condições históricas para a conjuntura de confronto aberto com o Estado e os empresários, na última década de 70, e com as conquistas decorrentes dessas lutas. Tudo isso, a despeito da herança corporativista do período varguista e da repressão ostensiva do Estado aos movimentos dos trabalhadores. (Cf. DIAS e BOSI, 2005)

É a partir desse ambiente político das passadas décadas de 80 e 90 e das transformações econômicas então ocorridas, particularmente, que faremos nossas reflexões a respeito de como os trabalhadores, organizados nas centrais sindicais mais representativas desse período, reagiram à ofensiva capitalista e, como parte desta reação, ao discurso e às propostas relacionadas à qualificação / requalificação profissional para os trabalhadores, conclamadas pelo Estado.

#### **4.2. Estratégias e táticas da Central Única dos Trabalhadores frente à reorganização do Estado e do empresariado.**

A discussão e intervenção da CUT na questão da Formação Profissional remontam aos anos 80 em estudo e sempre estiveram vinculadas aos processos de qualificação dos seus dirigentes sindicais no sentido de instrumentalizá-los na análise, argumentação e negociação dos interesses dos seus filiados. Na realidade, o recorte da formação sindical se insere em uma dinâmica mais geral de organização das classes trabalhadoras e no protagonismo por elas manifestado nesse período e cuja face mais visível foram as mobilizações de massa, as greves, a expansão do número de sindicatos e a organização dos trabalhadores por locais de trabalho.

Sem dúvida alguma, estes elementos foram decisivos para o reconhecimento da CUT como umas das maiores centrais sindicais do mundo e como espaço de construção das identidades de classe fundadas em uma direção estratégica de unificação dos interesses e das práticas dos trabalhadores.

No congresso de fundação da Central — I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT) —, estes objetivos estavam explicitados na necessidade de unificação dos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, na sua autonomia frente ao governo e ao empresariado e na negação de qualquer forma de colaboração com estes segmentos. Com essa perspectiva, a Central colocava como horizonte o rompimento com a estrutura sindical oficial e assegurava, internamente, uma dinâmica vigorosa e plural nas suas instâncias internas. (Cf. BRANDÃO, 2003)

A qualificação da CUT como interlocutora dos segmentos mais expressivos das classes trabalhadoras garantiu, por um certo período, uma vida sindical muito rica aos seus dirigentes e militantes, apoiada em uma forte política de formação sindical e em práticas marcadas pela articulação da economia com a política, reafirmando seu papel de formuladora de um projeto de classe com um claro viés socialista, classista e democrático<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> A pesquisa realizada por Brandão (2003) resgata documentos históricos da Central e, entre outros aspectos importantes, identifica que a perspectiva socialista foi defendida pela CUT desde o II

A defesa programática do classismo e do socialismo que caracterizou a origem da CUT tinha o objetivo estratégico de que suas proposições e práticas se transformassem em lutas anticapitalistas. Nesse sentido, as disputas político-ideológicas travadas entre as tendências internas da Central expressavam a necessidade de elevar a consciência de classe dos trabalhadores, sem o que não se poderia pensar no enfrentamento das questões geradoras das desigualdades capitalistas.

Em Gramsci, este debate que visa ultrapassar os limites do determinismo e da fase econômico-corporativa do movimento operário é realizado em contraposição às teses *bersteinianas* e reformistas. O suposto dessas teses, para Gramsci, é o de que, retirando-se a perspectiva que visa aos objetivos distantes, a vontade política se atenua e o horizonte dos objetivos do movimento se estreita. Em síntese: “sem a perspectiva dos objetivos concretos, não se consegue manter o movimento”. (Gramsci, apud Bodei, 1978)

Os eixos que configuram a perspectiva política e teórico-prática da Central-socialismo-classismo-democracia foram acompanhados de intervenções que lograram uma representatividade e referência de parte significativa dos trabalhadores<sup>15</sup>, no que diz respeito ao debate político nacional.

Pelo menos até 1988<sup>16</sup>, é incontestável o papel que a CUT teve na organização dos seus representados e nas lutas empreendidas, a exemplo das campanhas salariais unificadas, das greves gerais e por categoria profissional<sup>17</sup> e do esforço para qualificar seus quadros dirigentes, através da Secretaria Nacional de Formação Sindical.

---

CONCUT, em 1986, momento em que a CUT também se reivindica uma central classista, não corporativa e não economicista.

<sup>15</sup> “Em 1983, 912 entidades participaram do congresso que fundou a Central. Em 1991, 1.300 órgãos encontravam-se filiados e aptos a participar do 4.º CONCUT. Em 2000, a CUT possuía 3.088 entidades filiadas”. (BRANDÃO, 2003, p.69)

<sup>16</sup> Segundo Brandão (2003), o marco da inflexão da CUT vai se dar a partir das mudanças nos seus estatutos, cujos argumentos situavam-se na necessidade de superar posições de vanguarda nos sindicatos, as quais “subestimam a importância das conquistas econômicas concretas na construção do projeto histórico da classe trabalhadora e consideram que negociar com o governo ou empresários é uma forma disfarçada de reformismo”. (p.137)

<sup>17</sup> Mattos (2003, p.65) avalia que as greves representaram “uma possibilidade de unificação das lutas e de elevação do patamar político das demandas dos trabalhadores, que nesses casos dirigiam-se ao núcleo da política econômica dos governos, especialmente às políticas salariais, incluindo bandeiras mais gerais, como a reforma agrária e a suspensão dos pagamentos da dívida externa”.

A necessidade de compreensão das determinações mais gerais que reconfiguravam a economia mundial já naqueles anos 80, exigia um investimento específico da CUT no que se refere à análise dos processos de reestruturação capitalista que implicavam no aprofundamento das condições de subordinação do país frente à mundialização do capital e, conseqüentemente, das condições de vida e de trabalho das classes trabalhadoras.

Assim, este momento de crise e as respostas engendradas à superação da mesma colocavam desafios teórico-práticos de grande monta para a Central. Desafios estes que se apresentavam no campo da organização das lutas pela superação do modelo de desenvolvimento econômico originário na ditadura e pela articulação das resistências contra a ingerência dos organismos financeiros internacionais que passaram a ter um papel central, nesse período, no acompanhamento e monitoramento dos investimentos aplicados no país, mediante a concessão de empréstimos, e na definição das prioridades, através de orientações macroeconômicas, expressas na viabilização de vários planos de estabilização da economia.

Nesse quadro é que o III Congresso Nacional da CUT (III CONCURT) vai se posicionar reiterando a necessidade de construção de um projeto alternativo, com uma perspectiva socialista, cujas bases vão se expressar no internacionalismo operário que deveria pautar a ação do sindicalismo brasileiro, negando qualquer “tentativa de acordo ou pacto que tenha como objetivo retirar conquistas ou restringir a liberdade da classe trabalhadora”. (CUT, 1988, p.15)

No plano geral, durante os anos 80 em estudo, a compreensão e as estratégias de resistência da Central em relação ao processo de reestruturação capitalista — em particular, ao processo de reestruturação produtiva — foram de firme oposição, crítica e denúncia, a exemplo dos constantes conflitos que se estabeleceram em relação à introdução das inovações e das técnicas participativas no interior das fábricas, as quais, além de “concorrer” com as representações sindicais por local de trabalho, eram percebidas como ameaças à organização política dos trabalhadores e como reafirmação do domínio do capital sobre o trabalho.

No final da década, o cenário de ampliação do desemprego, de aprofundamento do processo inflacionário, de arrocho salarial, crescimento da dívida

externa, enfim, de uma conjuntura econômica extremamente recessiva, ampliava as condições para que as políticas neoliberais se desenvolvessem com maior liberdade.

Do ponto de vista da conjuntura política, pode-se dizer que o movimento dos trabalhadores representados pela CUT foi capaz de produzir uma efervescência no debate político nacional, muito embora as eleições de 1989 tivessem simbolizado uma derrota ao projeto político abraçado por estes e um refluxo nas lutas de resistência, sinalizando para profundas mudanças no campo da organização e concepção da entidade, e, principalmente, com relação às estratégias de intervenção sobre a realidade do final do século, nos anos 90<sup>18</sup>.

Note-se que já estavam colocadas as ofensivas mais deletérias que as proposições neoliberais conseguiram produzir no país, alavancadas pelo governo Collor. Sob a batuta de um novo estatuto, aprovado no III CONCUR<sup>19</sup>, a direção da CUT realizou seu primeiro Congresso da década de 90 acuada pela tentativa de desqualificação e pelo sitiamiento promovidos pelo novo governo, numa clara ofensiva para despolitizar os processos históricos protagonizados, na década anterior, pelos movimentos popular, sindical e partidário.

No leito dessas mudanças, a CUT dá continuidade a sua mudança de rota, já observada na questão dos estatutos, pretendendo-se afirmar como uma Central propositiva frente às investidas capitalistas. Esse movimento foi realizado logo no início do governo quando seus dirigentes, em uma discussão bastante polêmica<sup>20</sup>, participaram do “Entendimento Nacional”, espécie de pacto social proposto com o objetivo de formular uma política de crescimento para o país e do qual fizeram parte governo, empresários e trabalhadores.

Essa postura propositiva deu início a uma série de negociações levadas a

---

<sup>18</sup> Aqui é importante lembrar que, à medida que se aproximava o fim dos anos 90, estas estratégias, aí compreendidas o discurso e as práticas, tinham cada vez mais um tom moderado.

<sup>19</sup> Em termos de participação dos trabalhadores, o estatuto previa novos critérios, como a redução do número de delegados.

<sup>20</sup> Ao discorrer sobre o processo que aprovou a participação da Central no chamado “Entendimento Nacional”, Brandão nos lembra que “embora a Plenária Nacional da CUT em agosto de 1990 tenha rejeitado a idéia de pacto social, a executiva da Central, por apenas dois votos de diferença, aprovou sua participação neste “entendimento”. (2003, p.147)



cabo pela CUT, uma das quais, inclusive, ganhou visibilidade nacional, em 1992, posto que contou com o aval do Estado, que se responsabilizou pelas medidas de renúncia fiscal voltadas ao empresariado e contou com a concordância dos trabalhadores no sentido destes aceitarem rebaixar o nível das suas reivindicações salariais. Ao empresariado coube anunciar a venda de veículos mais baratos, a modernização das plantas industriais e a manutenção dos empregos dos trabalhadores.

As avaliações que os intelectuais fizeram em torno do chamado “Acordo das montadoras” foram as mais diversas possíveis: ora indicavam para os avanços na relação entre capital-trabalho, ora apontavam para as inflexões nas práticas das classes trabalhadoras, pelo sentido de colaboração de classe inscrito no referido acordo. Fato é que este marco significava que, a partir daquele momento, a despeito das concessões feitas pelos trabalhadores, o setor industrial teve uma produtividade expressiva, diferentemente do impacto da iniciativa sobre as condições de vida e de trabalho daqueles.

Para Mattos, o que se assistiu foi que,

“Dados dos fabricantes de veículos e autopeças, sistematizados pelo DIEESE, indicam que entre 1991 e 1995 as taxas de crescimento da produção, da produtividade e do emprego foram, respectivamente, de 70%, 78% e -5%. Ou seja, enquanto a produtividade do trabalho quase dobrou, o emprego foi reduzido. O papel do governo foi claro, mesmo não tendo reduzido a arrecadação total (pelo ganho em escala), a redução dos impostos aumentou a margem de lucro dos empresários e, quando a câmara setorial foi desmobilizada, o governo manteve-se apoiando aquele setor do capital, através das facilidades do regime automotivo” (1998, p.9).

A prática dos acordos tornou-se sistemática em diversas negociações entre empresariado, trabalhadores e governo. A partir da passada década de 90, foram comuns as negociações diretas entre sindicatos e patrões, caracterizando um período no qual o Estado “facilitou” a intervenção dos empresários, a exemplo da medida que previa o contrato temporário, cujo conteúdo visava diminuir os encargos trabalhistas das

contratações da força de trabalho, o que significava reduzir, também, os direitos legais dos trabalhadores. (MATTOS, 1998)

Para este autor, a despeito das manifestações contrárias de algumas lideranças da CUT, não se conseguiu articular em torno desse tema uma mobilização e resistência mais organizada. O mesmo tratamento pactuado teve a proposta que ficou conhecida como “o acordo da previdência”, momento em que a CUT, através do seu presidente, negociou o fim da aposentadoria integral dos funcionários públicos, substituindo o critério de tempo de serviço pelo de tempo de contribuição, o que viria a alterar, significativamente, a relação da Central com o Estado. A partir de então, a CUT foi reconhecida como interlocutora da chamada sociedade civil junto ao governo.

É incontestável que as determinações mais gerais da conjuntura, como o desemprego, a informalidade, a desregulamentação da legislação trabalhista, a precarização das condições de vida e de trabalho foram aspectos que permitiram a mudança de postura da Central em direção a um “sindicalismo propositivo”, capaz de entender e responder às exigências atuais da ordem capitalista.

Em correspondência ao sindicalismo propositivo, a CUT aliava a “resistência propositiva”, definida como a ocupação de espaços institucionais de modo a apresentar “claramente as nossas propostas de classe e contrapondo-as às propostas das elites brasileiras [...], apontando para um modelo diferente comprometido com a democracia, liberdade, solidariedade, justiça social e com os interesses da maioria da população”, conforme posição assumida no VI CONCUR. (CUT, 1997, p.33)

Sabe-se, no entanto, que tais princípios só podem ser logrados no horizonte de negação da ordem burguesa. De outra forma, o que se tem é apenas o fetiche de que, sob o capitalismo, há possibilidade de uma sociedade igual para todos, livre para todos e igualmente justa para os cidadãos.

Esta idéia está ancorada no necessário desenvolvimento de um processo ideológico que as classes dominantes põem em movimento com o objetivo de ocultar as contradições existentes no bloco capitalista e “fabricar” uma realidade na qual o Estado, através das suas políticas e dos seus intelectuais, desempenha um papel central na

organização do consenso e no âmbito da organização política e cultural.

Ao sinalizar para uma estratégia mais negocial, em detrimento do confronto de massas, entendemos que a CUT fez a opção de privilegiar as parcerias e a participação institucional como forma de garantir resultados imediatos para os trabalhadores. Para os seus dirigentes, a participação da Central nos fóruns e espaços institucionais “consolidou uma imagem positiva da CUT na sociedade como entidade que tem proposta, organiza a mobilização, negocia com seriedade e defende interesses dos trabalhadores”, conforme os registros do IV CONCUR. (CUT, 1991, p.23)

Poder-se-ia até pensar que esta estratégia da Central estaria conduzindo a uma intervenção na “grande política”, como diria Gramsci (2000), para afirmar a possibilidade de os trabalhadores estarem interferindo nas questões mais gerais da vida estatal e transformando-as em projetos de classe autônomos.

O deslocamento da intervenção da Entidade para o campo das políticas públicas<sup>21</sup> talvez fosse um indicativo de superação das questões econômico-corporativas. No entanto, manteve-se o elemento conservador e legitimador daquelas, não resultando em uma reorganização radical do Estado em favor dos interesses mais gerais dos trabalhadores. Ao contrário, nem de longe a disputa com as elites dominantes pela hegemonia “por dentro” do aparelho estatal criou as condições necessárias para fazer frente ao projeto neoliberal e à reestruturação produtiva, apesar dos elementos contraditórios presentes entre as diversas correntes de pensamento da Central, que se opuseram sistematicamente a essa estratégia.

As tendências que se opunham às posições da direção majoritária da CUT partilhavam da análise de que as relações de forças presentes na sociedade não comportavam práticas acuadas e passivas, por parte dos trabalhadores e das suas direções, a despeito da ofensiva capitalista sobre estes, a qual tinha grandes repercussões sobre a ação política e, conseqüentemente, sobre a consciência de classe.

Ao contrário, as propostas dessas tendências apontavam para a

---

<sup>21</sup> Boito Jr. (1999) identifica que foi no IV CONCUR que a Central trouxe um elemento novo à sua agenda: a discussão sobre a CUT elaborar propostas de políticas consideradas abrangentes — propostas política, econômica, industrial, habitacional, saúde, de educação, entre outras.

necessidade das direções dos trabalhadores assumirem uma função ativa no sentido de fazer a crítica teórica e prática do processo de reestruturação e organizar os trabalhadores para dar enfrentamento às suas conseqüências.

Segundo a síntese apresentada por Brandão (2003), o percurso propositivo da Central foi viabilizado em iniciativas tais como Entendimento Nacional, Câmaras Setoriais da Indústria Automobilística, Agenda Brasil, Reforma da Previdência, formulação e gestão de políticas públicas em conselhos tripartites e fundos públicos, a exemplo do Conselho de Desenvolvimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador — CODEFAT; Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP); Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade (CTCOM), Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e Conselho Nacional de Informática (CONIN).

Importante ressaltar que as bases sindicais estiveram distantes das discussões que se realizavam nestas Comissões. Para alguns autores como Boito Jr. (1999), o fato de a estrutura sindical permanecer atrelada ao modelo corporativo<sup>22</sup> e, portanto, ainda dependente da tutela do Estado, impedia uma maior articulação orgânica entre dirigentes e base.

Assim, as estratégias de confronto aberto e de mobilização massiva contra a política econômica que haviam marcado os anos 80 perderam terreno, na década seguinte, para a prática da “discussão consensual” em torno de interesses que são de toda a sociedade.

Os limites políticos da democracia burguesa e do capitalismo, tão bem trabalhados por Wood (2003) estavam claramente evidenciados nesse tipo de iniciativa. Segundo a autora, a intervenção de um estado capitalista democrático esbarra nas exigências de acumulação de capital e, portanto,

“No capitalismo, muita coisa pode acontecer na política e na organização comunitária em todos os níveis sem afetar fundamentalmente o equilíbrio decisivo do poder social. Lutas

---

<sup>22</sup> Segundo o autor, foram preservadas, principalmente, as taxas de contribuição obrigatórias e a unicidade sindical.

nessas arenas continuam a ter importância vital, mas precisam ser organizadas e conduzidas com a noção clara de que o capitalismo tem notável capacidade de afastar a política democrática dos centros de decisão de poder social e de isentar o poder de apropriação e exploração da responsabilidade democrática”. (WOOD, 2003, p.236)

Nessa perspectiva de reconfiguração da ação do Estado, dos empresários e das estratégias dos trabalhadores representados pela CUT, os vetores de intervenção político-estratégica da Central passam a identificar nos mecanismos de participação institucional a possibilidade da inclusão social frente às investidas capitalistas.

A partir das possibilidades que se colocam, entendemos que não se está mais discutindo até que ponto a reestruturação afeta as condições de reprodução social, mas como os trabalhadores podem se adequar a este novo “modelo”, de modo a minimizar os efeitos dele decorrentes. Em outros termos, a posição da Central sinaliza para as possibilidades que este processo de reestruturação encerra, do ponto de vista das promessas de modernização e de inclusão social.

Este posicionamento por parte da CUT vai se expressar nos documentos da Entidade<sup>23</sup> e na sua opção pelas práticas do “tripartismo”, as quais, segundo Boito Jr. (1999), ampliam a capacidade da CUT de representar a sociedade civil. Isto é, a sociedade civil genérica, que reúne tanto a burguesia quanto os trabalhadores para tratar de causas que interessem a ambos. Trata-se, portanto, do abandono do sindicalismo classista que, do ponto de vista teórico e ideológico, substituía os elementos de análise da sociedade a partir dos fundamentos marxianos, como a teoria do valor, a exploração, as classes sociais, pelos de democracia e cidadania.

A esse movimento, corresponde a proposta de democratização do Estado e suas instituições. Aliás, a democratização do Estado foi uma das grandes bandeiras da Central nos anos 80 do século vinte, momento em que sindicatos inscreviam nas suas pautas de reivindicação a abertura das instituições estatais e das empresas às

---

<sup>23</sup> Ao tratar dessa questão, Boito Jr. (1999) se reporta às influências que as teorias cepalinas tiveram sobre os intelectuais da CUT. Uma das vertentes trabalhadas pelas teorias cepalinas propõe uma terceira via de desenvolvimento para os países da América Latina que defende a participação da empresa privada e do mercado como motor de desenvolvimento.

necessidades dos trabalhadores, a democratização das relações de trabalho, o reconhecimento e negociação com as comissões de empresa, entre outras questões importantes que eram expressão de um confronto permanente com as classes dominantes e seus prepostos.

Os documentos da CUT, relacionados, principalmente, à política industrial e à política educacional, nos parecem ser ilustrativos de uma mudança de posição da Central, a qual passa a incorporar as mudanças no campo da economia como elementos inexoráveis à conjuntura brasileira e a propor conteúdos, posturas e instrumentos conciliatórios que apostam em ganhos para os trabalhadores, na perspectiva de reversão das desigualdades sociais, e em uma agenda propositiva que admite concepções liberalizantes na condução de políticas setoriais, a exemplo da necessidade de redefinição da relação do Estado com o mercado.

Na compreensão dos dirigentes da CUT, esta relação não pode mais se sustentar na idéia de que nem só o Estado ou o mercado são as únicas instâncias mediadoras da vida social. A ampliação do arco de alianças com outros setores da sociedade para desenvolvimento de propostas comuns passa a fazer parte das estratégias da CUT, como expressão de possibilidades de consensos em torno de programas que são exequíveis de realização, sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico.

De um lado, alguns dirigentes da Central — principalmente aqueles agrupados na sua corrente majoritária, a Articulação Sindical —, viam, nessa estratégia, a objetivação da proposta de democratização do Estado e a possibilidade de interferir, efetivamente, nas decisões e problemáticas de interesse dos trabalhadores. Como já dizíamos, os instrumentos garantidores desta proposta são a participação em negociações e em fóruns institucionais. De outro, as oposições questionavam a opção daqueles dirigentes e analisavam que esta estratégia implicava o rebaixamento das lutas anticapitalistas levadas a cabo pela Central naqueles anos 80, além de responder às necessidades do capital de superação da sua crise.

Nesse embate de idéias no interior da CUT, a participação da Entidade no CODEFAT (Conselho de Desenvolvimento de Amparo ao Trabalhador) transforma-se em dos espaços estratégicos para que a CUT discuta e proponha políticas alternativas de

desenvolvimento econômico e social, como é o caso da Qualificação e Requalificação Profissional.

#### **4.2.1 As inflexões políticas do movimento e das lutas dos trabalhadores: o caso da CUT**

A intervenção da CUT sobre as questões que envolvem a Formação Profissional dos Trabalhadores é resultante de uma longa trajetória da Entidade no campo da educação. Para Tumolo (2002), já na década de 20 do século anterior, podem-se encontrar as protoformas da formação profissional no movimento sindical, através das bandeiras de luta que privilegiavam a educação geral e política, em uma perspectiva classista.

Mas, do ponto de vista da sua estruturação como política continuada e sistemática, no interior da Central, a formação se destaca a partir da realização do seu V Congresso,<sup>24</sup> em 1994. Antes disso, as ações de formação se confundem com os primeiros anos da criação da própria Central, estando baseada nos seguintes princípios:

- a formação constitui-se um elemento estratégico da política da Central;
- a formação deve estar voltada para a ação, no sentido de instrumentalizar, qualificar a ação sindical;
- a formação deve estar orientada nos princípios da participação, da construção coletiva, do envolvimento dos participantes como sujeitos efetivos do processo de formação, etc. (Cf. VERAS, 1998)

Para responder a estes princípios, a CUT desenvolveu ações de formação cujos vetores privilegiavam as demandas conjunturais dos sindicatos e as necessidades de compreensão da formação social capitalista<sup>25</sup>, aí incluídos conteúdos relacionados à

---

<sup>24</sup> Apesar de a Secretaria Nacional de Formação da entidade ter sido fundada em 1984, pode-se considerar que a formação, enquanto política, é datada de 1987. (TUMOLO, 2002)

<sup>25</sup> Se fizermos uma digressão aos primeiros momentos de formação na CUT, lembramos que o percurso adotado pelos seus intelectuais ia desde à identificação das lutas dos trabalhadores no final do século 19, passando pelas formas de compreender os processos de constituição das classes sociais e as estratégias de organização destes para dar enfrentamento ao capitalismo.

totalidade da vida social, já que “é necessário enfatizar que a perspectiva classista e anticapitalista era marca distintiva de todos eles [os cursos], mesmo daqueles que lidavam com temas conjunturais, servindo de fundamento e fio condutor do programa de formação”. (TUMOLO, 2002, p.153)

Os estudos do autor dão conta de que até o primeiro lustro da passada década de 80, as experiências de formação são expressivas e de uma riqueza ímpar, particularmente no estado de São Paulo. Naquele momento, vivia-se uma conjuntura de confronto e de mobilizações, como já indicado no início deste item, da qual resultavam discussões temáticas, encontros regionais para debater formas de estruturação da Entidade e modalidades coletivas de construção da formação.

Contudo, esta dinâmica de estruturação da formação na CUT não se deu por meio do consenso. Ao contrário, as tendências internas da Central, além de defenderem projetos distintos em termos de concepções, estratégias e táticas sindicais de enfrentamento ao capital, também disputavam os espaços da formação, no sentido de imprimir uma direção teórico-política a estas atividades.

Em 1987, elabora-se um Plano de Formação Sindical cuja marca é o tratamento teórico-metodológico sobre o capitalismo e o socialismo, reafirmando-se a necessidade de conhecimento e apropriação dessas temáticas para definição dos eixos de luta da Central. A partir da demarcação desses vetores mais gerais, são implementados os cursos de formação, cujo projeto estratégico se materializa em conteúdos que discutem a ideologia, as classes sociais e a economia política.

Entretanto, é nos anos 90 que o processo de formação sindical da CUT dá um giro no sentido de pensar esta formação em outras bases, à medida que a conjuntura impõe novos desafios ao campo sindical, os quais são assim elencados no discurso de Veras, em 1998:

“Poderíamos, por exemplo, falar de uma combinação de elementos derivados da política neoliberal do governo, do estabelecimento de um quadro de reestruturação produtiva, que está se configurando no país, e do exercício de uma prática de inserção institucional que está conjugada com um processo de



institucionalização das próprias instituições e movimentos sociais. Estes elementos têm provocado alguns impactos na ação sindical e na organização sindical. A insegurança, a polivalência, o individualismo, a exclusão social, as estratégias de envolvimento empresariais [...] são elementos que estão desestabilizando, num certo sentido, a ação e a organização sindical. Mas, por outro lado, estes elementos também estão criando novos espaços de ação, como é o caso da gestão tripartite: os conselhos, os espaços de ação institucional, que são novidade para a ação sindical nestes últimos anos. E tudo isso tem como pano de fundo toda essa crise, paradigmas que a esquerda e os movimentos sociais e populares têm vivido não só no Brasil, como no mundo inteiro”. (p.87)

O discurso do assessor sindical é revelador do momento em que a CUT, pressionada pela conjuntura internacional e pela situação de crise e das respostas à crise que foram engendradas pelo capital, com a mediação do Estado, delibera por mudar sua intervenção tático-estratégica.

A inflexão da Central pode ser pensada a partir do momento em que o debate plural entre as suas tendências internas é cerceado pelas correntes majoritárias que davam direção à Central. Nesse contexto, muda a sua concepção em relação à análise da sociedade, posto que parte significativa da direção propõe uma aliança de classes fundada na ampliação e negociação de temas comuns, o que se traduziu, no movimento sindical, em uma “agenda cidadã”.

A reestruturação produtiva passa a ser tratada sob a perspectiva da relação exclusão / inclusão, conceitos genéricos que, além de permitirem a cisão da economia com a política, ocultam o verdadeiro caráter dos processos sócio-históricos, já que apresentam a possibilidade de oferecer alternativas que avancem na conquista de direitos de cidadania para o conjunto da sociedade, no interior da ordem burguesa, numa perspectiva transclassista:

“Uma nova agenda capaz de reconhecer e representar aspirações e necessidades do trabalhador para além do salário e que, em função de suas diferenças, seja de idade, sexo, raça,

procedência, escolaridade, etc., sofre de forma diferente o impacto do desemprego, da diminuição de direitos e da exclusão”. (CUT, IV CONCURTO, 2001, p.11)

A proposta da agenda cidadã é indicativa de que há uma brutal mudança no mundo do trabalho, cujas manifestações sobre a realidade surpreendem os trabalhadores, posto que os encontram despreparados para dar enfrentamento a essa conjuntura. As condições objetivas também não permitiram que o debate na Central pudesse ir além da política salarial. Podemos dizer que os trabalhadores não se apropriaram dos conteúdos e do significado dessas mudanças e, nesse sentido, o caminho encontrado pelas suas direções foi o da ordem, o que era possível. Conseqüentemente, pode-se confirmar que não houve uma ampliação das lutas, nem nos sindicatos e suas centrais, tampouco no partido que representava o campo majoritário da Entidade: o Partido dos Trabalhadores, que logo também se transformou no partido da ordem.

Nesses limites, a cidadania é exposta sob a lógica de uma sociedade civil bastante ampla, não mais referida a uma análise classista que identifica a classe trabalhadora como “protagonista da política socialista e à noção de rompimento com o capitalismo”. (COELHO, 2005, p.127) Ao contrário, esta postura tenta associar a capacidade de mobilização dos trabalhadores à possibilidade de se compreender e tirar proveito dos elementos que reatualizam a lógica capitalista, como expressa um assessor sindical da Entidade: “[...] em primeiro lugar, uma grande necessidade de capacitação das organizações sindicais e das organizações dos locais de trabalho, no sentido da negociação e da mobilização dos trabalhadores em função das questões postas pela reestruturação produtiva”. (VERAS, 1998, p.87)

Este sentido de equilíbrio às relações capital-trabalho é incorporado em larga medida pelos dirigentes da Central, que acreditam na possibilidade de participar de consensos estratégicos na condução da política econômica e social, garantindo, assim, uma esfera pública capaz de dotar de outro conteúdo os antagonismos estruturais entre o capital e o trabalho.

“Poderíamos aqui elencar milhares de espaços em que

o movimento sindical está sendo demandado para atuar, para apresentar propostas. Isso é uma novidade. Isso demanda toda uma forma de ação, um novo conjunto de abordagens de temáticas, de domínios a que o movimento sindical não estava acostumado. É o caso das comissões de emprego, o PBQP (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade), conselhos de saúde, fóruns do Mercosul [...] e assim por diante”.

“Só para termos uma idéia, a atuação das comissões de emprego, por exemplo, que estão presentes em todos os estados do país, em vários municípios, criam um conjunto de demandas relacionadas com as questões mais diversas, como política de emprego, sistema público de emprego, questão da educação, formação profissional e outros elementos mais”. (VERAS, 1998, p.87)

O argumento das novas demandas ao movimento sindical parece ser o vértice sobre o qual se opera a mudança de prioridades nas intervenções da Central. A negociação institucional, a participação em fóruns tripartites e um grande apelo ao consenso redirecionam a perspectiva de hegemonia que os trabalhadores, historicamente, construíram no horizonte das suas lutas concretas, ainda que não se possa cancelar as possibilidades da sua construção por meio dos espaços institucionais amplamente estimulados como “novas” formas de fazer política, diante de uma conjuntura de inovações no campo da economia e de uma expansividade da sociedade civil.

Na esteira desse argumento, questionamos até que ponto a participação nas Comissões de Emprego possibilitaram definir estratégias de ampliação de postos de trabalho e um sistema público de emprego diante da necessária condição de seletividade que o padrão de regulação econômica exige na contemporaneidade? De que maneira os trabalhadores se articularam com os empresários, nessas comissões, e definiram as iniciativas da sociedade civil para o enfrentamento do desemprego e da “exclusão social?”.

Estas indagações remetem a uma associação entre as condições em que

se implantaram os processos de reestruturação produtiva do capital no Brasil, a postura do empresariado frente às requisições de maiores competitividade e produtividade<sup>26</sup> para suas empresas e o enfrentamento do sindicalismo a essa nova conjuntura.

Sob a perspectiva dos trabalhadores, a temática da formação profissional adquire um peso significativo pelo fato de que, historicamente ela foi reivindicada pelos trabalhadores, como parte da sua estratégia de emancipação, como explicita Veras (1998, p.88):

“É muito importante que o sindicalismo desenvolva uma perspectiva alternativa no campo metodológico curricular, porque não faz sentido apenas trazer para si uma parte, pelo menos, dessa responsabilidade pela formação profissional, se não for para mudar a orientação daquilo que se faz historicamente no Brasil. Entendemos que isso é muito mais um treinamento, pura e simplesmente, um adestramento, deixando de lado a perspectiva de cidadania, a questão do ser sujeito no processo de trabalho, a questão do saber como um elemento fundamental para a perspectiva de emancipação dos trabalhadores, etc. Então, é fundamental que se desenvolva uma perspectiva metodológica curricular alternativa”.

Como podemos perceber, o discurso sobre a formação profissional, no interior da CUT, parece indicar o significado da educação para os trabalhadores. Trata-se de uma estratégia para o exercício da cidadania e para a emancipação destes, mediação política que os trabalhadores abraçam no sentido de ampliar seus conhecimentos, democratizar o Estado e influenciar nos rumos das propostas governamentais. A questão que se coloca é a de que a direção desse processo continua sendo do Estado, para dar suporte às necessidades empresariais de subordinar o projeto de educação implantado por este Estado às suas exigências.

---

<sup>26</sup> O discurso sobre a competitividade-produtividade é utilizado tanto pelo empresariado como pelo Estado para levar os trabalhadores a se envolverem nas problemáticas que afetam os lucros empresariais e nas estratégias desenvolvidas para que estes se coloquem disponíveis a uma maior capacidade de exploração. Dados da Folha de São Paulo (2000) mostram que, nos últimos anos 90, a produtividade da indústria brasileira cresceu a um ritmo quase igual ao da economia norte-americana.

A “perspectiva metodológica curricular alternativa” pode até ser o traço otimista distintivo que orienta os trabalhadores nessa iniciativa. No entanto, ela não parece ser suficiente para ultrapassar os níveis de desigualdade estrutural que são iminentes à formação social capitalista ou mesmo para formar cidadãos que possam participar das decisões estratégicas no âmbito da economia e da política, sob o comando do neoliberalismo e da mundialização financeira. Não obstante o chamamento que se faz para a discussão pública da temática.

Para a CUT, a “batalha das idéias” de que nos fala Anderson (2003), diferentemente do que a Central pensa como sendo a possibilidade de participar ativamente dos processos sociais, não corresponde à realidade de um Estado que vem perdendo força, em função do projeto que as classes que o comandam definiram e onde as questões das políticas sociais vinculadas à área social<sup>27</sup> — especialmente, no setor de educação pública — não são mais importantes para o desenvolvimento social, mas, tão somente, para o privilegiamento das classes dominantes.

Como já expusemos em outra parte deste trabalho, todas as injunções dos organismos internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio nos países da América Latina, a exemplo do Brasil, são indicativas de que esse apelo à participação visa a operar uma neutralização das lutas dos trabalhadores, cujas experiências de resistência política e práticas ativas pela democratização do Estado comportavam, naqueles anos 80, a possibilidade de uma outra ordem societária.

Vale destacar que na passada década de 90 houve uma vertiginosa expansão das necessidades capitalistas. Ao mesmo tempo, os trabalhadores também procuraram expandir suas necessidades a partir da idéia de apropriação dos fundos públicos para viabilizar seus interesses de classe. A qualificação / requalificação dos trabalhadores se converte em um dos vetores de um projeto mais geral que se expressa no documento em que se defende que estes processos devam estar submetidos “ao controle direto do Estado e que os trabalhadores devem intervir nesse processo, participando, através de suas organizações, da definição, da gestão, do acompanhamento

---

<sup>27</sup> O estudo de Behring (2003) apresenta dados muito ricos e detalhados sobre os cortes orçamentários realizados durante a gestão de FHC.

e da avaliação das políticas e dos programas de formação”, conforme resoluções do V CONCURT. (CUT, 1994)

Dessa forma, a CUT toma para si a tarefa de participar das iniciativas de qualificação e requalificação profissional, entendendo que as elevadas taxas de desemprego e a modernização tecnológica decorrentes da reestruturação produtiva impõem, além de uma intervenção direta da Central quanto à direção teórico-prática a ser assumida frente à discussão da educação dos trabalhadores, meios concretos para responder às demandas por educação.<sup>28</sup>

É nesse contexto que a CUT passa a intervir mais diretamente na temática da formação profissional, a disputar os recursos públicos a ela destinados e a preparar suas estruturas para implementar as ações de formação. Nesse momento, as escolas regionais da Central são mobilizadas para organizar os processos formativos dos trabalhadores, sob orientação das novas determinações da conjuntura e das mudanças no pensamento empresarial, pensamento este que a própria CUT analisa como reconhecidamente dirigido pela busca de melhores níveis de competitividade e produtividade. Ao que parece, os seus dirigentes creditam a essa “nova visão empresarial” o fato da urgência de se construir, nos marcos da ordem capitalista internacional, um novo tipo de trabalhador, colaborador e capaz de incorporar outras habilidades que superem as formas antigas de produção de mercadorias.

Ao admitir que esta nova visão empresarial tende a acelerar o processo de qualificação / requalificação dos trabalhadores e a tratar esse processo como alternativa ao quadro atual de desemprego<sup>29</sup>, a CUT coloca em prática sua própria estratégia de preparar os trabalhadores e as direções sindicais para enfrentarem a

---

<sup>28</sup> Arenas (2002), ao referir-se ao documento da CUT que se posiciona a favor da implantação de uma política de qualificação e requalificação profissional na estrutura da Central, reproduz o argumento de que esta política passa a ser de fundamental importância em face tanto do quadro de desemprego decorrente dos processos de modernização tecnológica como da necessidade da Central tomar para si a tarefa dos processos educacionais dos trabalhadores.

<sup>29</sup> A série histórica do contingente dos trabalhadores com carteira assinada, realizada pelo DIEESE, revela que, de 1996 a 2002, período em que concentramos nossos estudos, houve uma tendência de queda do número de trabalhadores com carteira assinada no Brasil, com destaque para o ano de 1999, quando a quantidade de pessoas ocupadas com carteira assinada alcançou índices muito baixos, se comparados ao período estudado.

dinâmica contemporânea capitalista e as implicações que nela estão postas<sup>30</sup>.

Não restam dúvidas de que, no discurso da Central, a proposta pedagógica implementada pelas Escolas de Formação é um exemplo cabal das possibilidades de imprimir uma outra direção teórico-política à formação, direção essa que responda aos reais interesses dos trabalhadores. O que, por sua vez, levaria à construção de uma outra hegemonia. Mas, na prática, o que se observa é que, embora o Estado atenda parcialmente às demandas do trabalho, o faz na perspectiva de formar os trabalhadores para o capital, para as suas necessidades. É este, portanto, o sentido dado à qualificação.

A incorporação das demandas das classes subalternas é constitutiva dos processos hegemônicos em disputa. Na perspectiva gramsciana, o grupo dirigente deve fazer sacrifícios de ordem econômico-corporativa e estabelecer compromissos com as classes subalternas, para exercer sua hegemonia desde que os elementos essenciais da relação econômica não sejam questionados, “dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”. (Gramsci, 2000, p. 48)

Posto isto, no caso da qualificação profissional, identificamos que os mecanismos de disputa por recursos públicos sem correspondência ao efetivo controle social e às condições objetivas da conjuntura já referidas não puderam assegurar aos trabalhadores a direção política que os conduziria à construção de uma “outra hegemonia”. Em outros termos, as mediações da conjuntura se constituíram em impedimento para que a estratégia de disputar recursos públicos — que poderia ter sido exercitada —, não se efetivasse.

No limite, o que essas iniciativas logram é o deslocamento das “políticas” de provisão de educação pelo Estado para o estatuto de ‘estratégias’ e do conceito de educação para o conceito de aprendizagem, com incidência mais individualista, fragmentada e instrumental”. (GRIFFIN apud LIMA, 2005, p.180)

---

<sup>30</sup> O que estamos chamando de “nova dinâmica” se expressa nas condições aviltantes de vida e de trabalho que estão expostas nos dados de realidade que apresentamos no curso do nosso trabalho, entre as quais destaca-se a questão da informalidade do trabalho.

Discutindo sobre a questão, Kuenzer (1986), na passada década de 80, via nas dimensões pedagógicas da fábrica, cujo foco era o “saber fazer”, a possibilidade de os trabalhadores se apropriarem de conhecimentos e habilidades que resultariam um uso produtivo desse saber adquirido, seja na própria fábrica, seja em outro lugar (valor de uso). O fato é que, mesmo não tendo uma qualificação que permitisse o controle do processo produtivo, eles estavam preparados para intervir, com suas habilidades, no interior e fora do espaço fabril. Nos seguintes anos 90, esta situação vai se alterar, posto que os empresários, ao exigirem trabalhadores qualificados para realizar operações específicas, o fazem com o objetivo de atender os interesses imediatos da produção e das empresas (valor de troca). Em outros termos, o foco das habilidades básicas, habilidades específicas e habilidades de gestão deve, além de ser orientado pela perspectiva do mercado, estar subordinado integral e exclusivamente aos objetivos empresariais.

Podemos afirmar que entre os estudos de Kuenzer (Id.) e a realidade da década de 90, os processos de formação não deixaram de ter um caráter fragmentado, ideológico e negador de uma educação integral aos trabalhadores. Ao contrário, o que assistimos, em face dos processos econômicos implicados na conjuntura internacional, foi uma acentuação dessas características, sustentadas, no momento atual, por um complexo ideológico que procura envolver o empresariado, o Estado e os trabalhadores na temática da educação, convertendo-a em uma problemática que afeta a toda a sociedade. Aqui, o consenso é a idéia mestra que materializa o *transformismo*, de que nos fala Gramsci (2002).

Ao absorver as demandas dos trabalhadores, o capital, com a mediação política do Estado, consegue tratar a questão da educação como um projeto que também é seu e do empresariado. E mais: amplia a discussão para a sociedade civil, como forma de comprometer todos os segmentos presentes na sociedade, numa tentativa de mostrar a esta que o projeto de educação é de responsabilidade de todos, nesse momento de crise e de desemprego.

Para encaminhar esse projeto cujo sentido é ser compartilhado pelo capital e pelo trabalho, uma contradição fundamental se coloca: é impossível ao capital e aos seus intelectuais preparar a força de trabalho somente para o trabalho abstrato,



para aquele trabalho que, na acepção de Marx, produz valor. Ele — o capital — necessita fazer mediações concretas que criem na subjetividade dos trabalhadores a idéia de que a sua formação não se constitui um mero meio para o capital. Por isso, a introdução, nos conteúdos dos cursos de qualificação / requalificação, de temáticas relacionadas à cidadania, aos direitos sociais e à organização sindical.

Com isso, parte dos intelectuais do capital e do trabalho compreende a positividade que tais processos de formação encerram e passa a formular e executar, nas instâncias de organização política dos empresários e dos trabalhadores, programas específicos para estes.

Na CUT, as atividades de formação são desenvolvidas pelas escolas conveniadas e, posteriormente, pelas chamadas escolas orgânicas<sup>31</sup>, expressando as concepções políticas dominantes de cada gestão da Central.

Segundo Tumolo, o período que vai de 1984 a 1986 revela que a formação

“era a expressão de uma CUT combativa, que tinha uma perspectiva classista e anticapitalista; daí porque a necessidade de oferecer aos dirigentes e militantes, além do conhecimento referente às questões da luta especificamente sindical, uma base teórica acerca da realidade social, com o objetivo de municiá-los para o combate contra o capitalismo e para construção do socialismo”. (2002, p.181)

Todavia, é no final daquela década e início dos anos 90 que são consolidadas as mudanças no caráter da formação dos trabalhadores. Para o mesmo autor, o que se evidencia nos programas e conteúdos dos cursos é o privilegiamento de uma dimensão instrumental, em detrimento de uma formação mais totalizante, capaz de articular as questões conjunturais com aquelas que alicerçam as bases para construção de uma outra ordem social. O deslocamento nas concepções e estratégias históricas da Central frente às iniciativas do capital e do Estado é expressamente identificado nas

---

<sup>31</sup> Tumolo (2002) vai nos informar que é a partir do início da década de 90 que vão se formar as duas primeiras escolas orgânicas da Central: a Escola Sul e a Escola Norte. Ao longo da década, foram criadas outras escolas, a exemplo da Escola São Paulo e a Escola 7 de Outubro.

novas configurações que a formação assume: orientada para responder a problemáticas conjunturais, para comportar negociações, para propor ações afirmativas conjuntas e para ter como horizonte a perspectiva da cidadania, perspectiva esta legitimada pela sociedade como patamar fundamental para os processos de emancipação dos trabalhadores.

O suposto desse redirecionamento da estratégia formativa parece ser a adequação da estrutura sindical aos movimentos conjunturais determinados pela esfera econômica. Essa análise que leva em conta o projeto do antagonista histórico perpassa outros campos de intervenção da Central: esta passa a tomar iniciativas diretas no que se refere tanto à intermediação de mão-de-obra, oferta de linhas de financiamento para as práticas empreendedoras e à formação de cooperativas, como a executar programas de qualificação e requalificação profissional.

A realização direta dessas atividades resultou na ampliação dos quadros assessores da Central e dos sindicatos e na aproximação destes com universidades, com o objetivo de trabalhar conjuntamente os elementos conceituais, metodológicos e operativos dos processos de qualificação. Na esteira desse processo, foram criadas as estruturas administrativas para gerenciar os diversos programas executados pela Central. Pensamos que este quadro é um dos maiores responsáveis pelo processo de burocratização da CUT e de distanciamento da relação entre base e direção sindicais, haja vista a redução da capacidade de expressão e negociação dos trabalhadores na formulação dos programas e nos conteúdos da formação.

Essa renovação que o sindicalismo cutista revela sugere uma aproximação teórica, política e prática com o pensamento social-democrata, no sentido de um afastamento das estratégias de maior densidade de enfrentamento com o capital e de não distinção das suas formas de organização com as formas de organização da classe burguesa. Este é o momento em que o desenho político da Central se aproxima das representações dos trabalhadores europeus, com seus mecanismos de participação em pactos, acordos e entendimentos que tenham a direção de políticas propositivas e visem à redistribuição de renda. No entanto, esta configuração que fazemos da social-democracia no Brasil deve ser considerada enquanto um movimento de tendência. E como tal, apreendido sob a ótica e determinações da formação social brasileira.

A nosso ver, uma das problemáticas subjacentes a essa acomodação da Central frente à nova conjuntura é a idéia presente na literatura da esquerda no Brasil a respeito da concepção da democracia como valor e prática universais, tema recorrente nas análises sobre os rumos da sociedade brasileira e bastante polemizado naquela literatura, já nos passados anos 70.

Sobre essa discussão, é pertinente lembrar que a idéia de democracia, na perspectiva dos liberais, é um conjunto de regras estabelecidas e sobre as quais não é possível intervir para transformá-las. No máximo, podem ser aperfeiçoadas.<sup>32</sup> Tal perspectiva impede que se faça a distinção entre a natureza e o conteúdo da democracia capitalista e da democracia socialista. Sem esta diferenciação, o sentido e a direção dos projetos de classe são ocultados. Em consequência disso, os interesses dos capitalistas e trabalhadores tendem a se aproximar e a se indiferenciar frente à sociedade, conformando uma prática de colaboração, a qual, segundo Gramsci, “é morte do espírito, porque é ausência de distinção, de plasticidade política”. (GRAMSCI apud DIAS, 2000, p.91)

Para este autor, a luta de classes é condição inerente à sociedade capitalista. Os interesses das classes polares são antagônicos e expressam o modo de ser e de viver delas nesta sociedade. Quando as lideranças da Central fazem a opção política por associarem-se à dinâmica capitalista estatal e obterem ganhos no interior dessa dinâmica, é porque deixaram de colocar-se como alternativa classista, limitando-se a melhorar a posição da classe, pois “não é o proletariado que quer a luta de classes, ela é uma condição de sua vida [...]”. (GRAMSCI apud DIAS, 2000, p.94)

O papel dos dirigentes da Central, nesse processo, adquire grande importância nas instâncias decisórias governamentais que formulam, discutem e negociam os projetos que “interessam” aos trabalhadores. Em determinadas circunstâncias, essa centralidade dos dirigentes tem configurado o que Gramsci advertiu em relação à burocratização da vida sindical e da inércia da massa da classe. Inércia que, na conjuntura dessas duas décadas, só foi quebrada em razão da capacidade que aqueles dirigentes tiveram de transformar a qualificação/requalificação profissional em

---

<sup>32</sup> Sobre essa discussão, conferir Bobbio (1986).

uma prática mobilizadora e de adesão a um projeto de sobrevivência e de fortalecimento de sua representação junto aos trabalhadores. Capacidade, também, de buscar o envolvimento dos mesmos com as estratégias de reformas propostas pelo capital, com a mediação do Estado, à medida que este difundia, a exemplo do empresariado, a idéia de “redenção” do país e a adequação dos projetos pessoais daqueles trabalhadores aos processos econômicos em curso, pela via da formação profissional massiva.

Nessa articulação sob o comando do Estado, a idéia de interesse público fortalece a prática de parceria e de modernização das relações sociais. Esta é a necessidade atual que faz com que o Estado se credite, junto aos sindicatos e sua Central, como interlocutor das reformas necessárias ao capital.

O que importa afirmar é que essa interlocução se realiza mediante a incorporação das demandas sociais daqueles sujeitos sociais. Mas, ao fazer isso, as instituições estatais que administram a política de formação do trabalhador alteram-lhe o seu significado, em função da direção política que pretendem imprimir aos programas e dos condicionantes financeiros que restringem a abrangência dos mesmos às determinações do mercado de trabalho.

Neste conjunto de questões estão implicadas as determinações mais gerais que são orientadoras do sentido e da direção que as propostas educacionais devem seguir nos países periféricos. É o discurso da governabilidade, isto é, da manutenção das regras que dão sustentação às políticas de ajuste — seja na sua face econômica, expressa na reestruturação produtiva, seja no campo da política, representado pelas iniciativas que convergem para uma mobilização da sociedade em torno da transformação da educação\_ que aparece como decisivo para justificar as mudanças em tais propostas.

Segundo Leher (2005, p.5), as estratégias do Banco Mundial para subordinar a educação nos termos das exigências deste organismo têm sido predatórias no sentido de fragmentar, além da organização dos trabalhadores, o sistema público de educação, “modificando o perfil, as prioridades e promovendo uma radical transformação nas fronteiras entre o público e o privado”.

Diante desse posicionamento, não temos dúvidas em afirmar que a qualificação / requalificação profissional conduzida pelos trabalhadores insere-se nesse contexto. Por mais que os dirigentes sindicais tenham, nesse processo, a convicção de que para realizar a qualificação e requalificação existe o imperativo da democratização do Estado, através da disputa pelos recursos públicos e pela ampliação de empregos, a realidade vem mostrando que as iniciativas de formação do trabalhador não geram as condições necessárias para promover uma mudança radical no quadro sócio-econômico do país. Promessa, aliás, invocada reiteradamente pelos organismos financeiros e comerciais internacionais e pelo Estado.

Segundo o secretário nacional de formação da CUT, Altemir Antônio Tortelli,

“a posição que a CUT vem construindo nos últimos anos é de decisiva participação nas diferentes disputas ocorridas na sociedade brasileira. Especificamente na área de educação, temos construído um processo de luta que extrapola as velhas políticas de contestação à forma como é tratada a educação em nosso país. Há vários anos estamos discutindo experiências que trazem, no seu bojo, uma nova concepção de educação capaz de, efetivamente, contribuir para a conscientização libertadora da classe trabalhadora e, em consequência, para a radical transformação da sociedade brasileira”. (REVISTA FORMA E CONTEÚDO, 2002, p.10)

Longe de superar o quadro de desigualdades que marca o desenvolvimento do país, voltamos a sustentar que esse processo de qualificação e requalificação traduz-se, para os trabalhadores, num fetiche. De produto histórico, as relações que derivam das iniciativas de formação profissional se transformam em dinâmica de valor de troca para o mercado, em produtos, em metas, como diria Marx, (s.d.) “dotados de vontade e alma próprias”, como se os resultados alcançados com a apropriação de conhecimentos pudessem ser tratados ao nível da materialidade e não da historicidade.

Com isso, cria-se o processo de fetichização da qualificação no conjunto da sociedade. A materialidade dessa “promessa” é identificada no discurso do acesso ao

emprego, da necessidade de formação de força de trabalho para o mercado e para as oportunidades e da educação como acesso a conhecimentos específicos e gerais. Tais processos levariam à cidadania e à democracia. À cidadania, no sentido de todos terem acesso e a democracia, na perspectiva de todos serem financiados. Como expressão dessa cidadania e democracia, propõe-se a possibilidade de que as lideranças sindicais e assessores possam participar das decisões governamentais como direito ao acesso aos cursos públicos; a autonomia para os trabalhadores participarem da construção das metodologias (os chamados percursos formativos); o apoio à mobilização da “sociedade civil” para encaminhar as etapas dos cursos de qualificação e de requalificação profissional e a possibilidade de dialogar com o Estado, em condições aparentemente de igualdade, para tornar viáveis os seus projetos.

É nesse ambiente que se opera o transformismo desses processos. Admitimos que as demandas dos trabalhadores são atendidas, mas o conteúdo é aquele que responde às necessidades da ordem e a direção também é dada em função das mesmas, na atual fase do capitalismo. Para operar essa equação, impõe-se que os conceitos transitem do universo restrito do trabalho para a ciência política do capital.

O patamar das negociações é o “possível”, em contraposição à radicalidade das manifestações aparentes. Há negociação, mas o campo da defesa do objeto a ser negociado é o do capital.

Tudo se passa na esteira do chamado sindicato cidadão<sup>33</sup>, preocupado com as questões mais gerais que envolvem as classes trabalhadoras e com as problemáticas que incidem na esfera do emprego, da renda e do desenvolvimento sustentável. Questões consideradas estratégicas na agenda sindical e que precisam contar com a mediação do Estado no sentido de elaborar políticas conjuntas que sejam propositivas, participativas e de ganhos tanto para os trabalhadores como para o governo. Em outros termos, tem que contar com um Estado não apenas neutro, mas “parceiro”.

“Uma nova agenda, capaz de reconhecer e representar

---

<sup>33</sup> A própria denominação indica a perda de determinação classista e a reafirmação de uma perspectiva liberal, posto que desta sociedade se exige uma participação genérica em questões diversificadas que ela deva enfrentar no campo determinado das políticas neoliberais.

aspirações e necessidades do trabalhador para além do salário e que, em função de suas diferenças, seja de idade, de sexo, raça, procedência, escolaridade, etc., sofre de forma diferente o impacto do desemprego, da diminuição de direitos e da exclusão” conforme a posição da CUT no VII CONCURT. (CUT, 2000, p.11)

Sob a ótica da direção das iniciativas governamentais para a área de educação, estas políticas apresentam limites que são reais e que não têm o alcance da pretendida universalização, posto que, além de estarem cada vez mais subordinadas às recomendações dos organismos financiadores de projetos nos países periféricos, como já expomos em outro item deste trabalho, o êxito destas políticas depende da capacidade de elas serem constituidoras de uma cultura que reforce os valores, as idéias e as concepções de mundo das classes dominantes.

Todavia, em que pese identificarmos, nos relatórios e nas avaliações do governo, os argumentos sobre a construção efetiva de uma prática de diálogo, de negociação e de criação de novas bases de articulação entre Estado e organizações dos trabalhadores, podemos afirmar que o discurso da universalização e da educação de qualidade presente nos projetos de formação dos trabalhadores é a aparência necessária que obscurece os mecanismos de reconstrução da racionalidade capitalista. Em outros termos, estamos dizendo que, ao assumir e se identificar com a fala e os projetos dos trabalhadores, o governo responde, de imediato, às reivindicações daqueles, mas o faz a partir das suas necessidades e das exigências de construção dos seus interesses de classe. Sem que, obviamente, se transformem as relações de poder e de regularidade do desenvolvimento econômico que estão implicadas nesse processo.

É por isso que a cidadania pode ser afirmada genericamente, concebida a partir de uma condição em que a correlação de forças em torno das negociações dos projetos de formação dos trabalhadores é assegurada por meio de comissões representativas cujo poder de decisão, ou o elemento arbitrário, acaba por estar nas mãos dos órgãos financiadores das propostas a serem negociadas. Vale dizer, do Estado.

Neste sentido,

“todo Estado é ético na medida em que uma das suas

funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral (tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes”. (GRAMSCI, 2000, p.284)

Nessas comissões tripartites, expressão da conciliação de interesses, as reivindicações parecem se esgotar no interior do Estado, cuja intervenção até admite as diferenças, desde que estas se coloquem no campo das opiniões pontuais, individuais e de não antagonismo e, portanto, anti-classistas, próprias da visão liberal da sociedade civil.

Para Dias (1999, p.44), “a articulação institucional das ideologias e dos projetos classistas passa pela sociedade civil que expressa o horizonte da racionalidade classista dominante”. Lembremos que, no caso da educação, a construção da racionalidade classista dominante aparece na ação do Estado, do empresariado e dos trabalhadores, através de dois argumentos centrais: cidadania e democracia. Linguagens e conceitos que adquirem uma materialidade na vida das classes subalternas<sup>34</sup>, além de responderem a uma unidade no campo ideológico não mais pensada sob o terreno das práticas sociais de corte classista. Necessidade fundamental para inverter a lógica: o que era essencial passa, agora, a ser acessório e subordinado.

Essa interpretação de que a cidadania e a democracia são os elementos que articulam a estratégia cutista é confirmada nos encontros e congressos da entidade, e, em relação à formação dos trabalhadores, na 7.<sup>a</sup> Plenária Nacional essa posição é emblemática, uma vez que deliberou a favor de que as escolas de formação da CUT executem as ações de formação profissional e de que os recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador sejam disputados, em condição de igualdade, pela Central, ao lado das agências tradicionais voltadas à qualificação e requalificação da força de

---

<sup>34</sup> Em *Dialética, Diálogo e Discussão* (1989), Chatelêt afirma que o discurso argumentativo, sob a justificativa da necessidade do diálogo, oculta as contradições da dinâmica social. O autor caracteriza o discurso da ordem como um campo de operações ideológicas onde se busca a “conciliação das contradições, de aproximar as divergências (ou as subdivergências), de reduzir as diferenças; em suma, devolver os antagonismos a um lugar sólido e neutro, no qual se exerça, na transparência, a boa vontade”. (p.380)



trabalho<sup>35</sup>.

Este momento parece-nos ser o ponto de inflexão da CUT, na medida em que eleva a formação profissional a uma ação estratégica de enfrentamento ao desemprego<sup>36</sup>, através da implantação direta de programas de qualificação e requalificação profissional. Nestas iniciativas, é patente a importância e o papel atribuídos à formação profissional na conjuntura de crise que também afeta os sindicatos.

Crise que também é financeira e que tem, nos recursos do FAT, uma fonte de arrecadação fundamental para o desenvolvimento do conjunto das atividades da Central.<sup>37</sup> Nos marcos dessa crise, o que se evidenciou foi o aumento da dependência econômica da CUT em relação aos fundos públicos, especialmente ao FAT.

Embora se transformando no vetor central das atividades dos sindicatos e da Central à ela filiados, é fato que a qualificação profissional não resultou na mobilização geral dos trabalhadores<sup>38</sup> para discutir e dar enfrentamento à ofensiva capitalista sobre estes. Nesta conjuntura, as mobilizações se reduziam às reuniões das representações da CUT com integrantes do governo e dos empresários para assegurar os

---

<sup>35</sup> Eliane Arenas, em artigo da Revista Outubro sobre as “Tensões na Formação Profissional na CUT e na disputa dos fundos Públicos” nos informa que, desde a realização da 7ª Plenária, a discussão sobre a formação da CUT é problemática e geradora de tensões e disputas das suas correntes internas. Em 1997, por exemplo, os documentos analisados pela autora na sua pesquisa afirmam que no 12º Encontro Nacional de Formadores da CUT esta questão foi objeto de discussões e conflitos entre diferentes visões sobre a formação profissional e o lugar dela no interior da Central. Em 1999, a pesquisadora constata que, em documento publicado pela CUT, quando da preparação da 1ª Conferência Nacional de Formação, os conflitos e divergências a respeito da Formação Profissional da CUT atravessam as instâncias da Entidade. (**Revista Outubro**, 2002, n. 6)

<sup>36</sup> Dados do Jornal do Brasil que tratam da redução de postos de trabalho revelam, a partir de análises de relatórios do TCU, que o governo FHC, até 2002, terceirizou 29.930 postos de trabalho, o que representou um repasse de cerca de R\$ 1,5 milhão para organismos internacionais e prestação de serviço, a título de contratação terceirizada (2002). Já a Folha de São Paulo informa que, no período de 1991 e 2001, a indústria brasileira fechou 804,8 mil postos de trabalho (2004).

<sup>37</sup> Em texto esclarecedor sobre o papel dos sindicatos na Formação, Mattos (s/d, mimeo) expõe alguns dados financeiros reproduzidos em publicações da CUT. Ao analisar o período 1998/1999, o autor conclui que em 1998 a arrecadação da CUT foi de R\$ 28.666.695,00, dos quais R\$ 4.181.191,32 em convênios (destes, só do FAT foram liberados R\$ 3.000.000,00, para fins de qualificação profissional); em 1999, a receita da CUT totalizou R\$ 53.860.000,00 (sendo que R\$ 27.635.225,99 resultantes da ampliação dos recursos de convênios). Para o ano de 1999, o FAT liberou recursos da ordem de 21 milhões e, em 2000, esses recursos saltaram para 35 milhões, receita ainda acrescida dos repasses das entidades filiadas.

<sup>38</sup> O que se observou nesse momento foi a necessidade de maior burocratização da Central e dos sindicatos para atender às demandas da formação e administrar, no seu interior, as questões relativas à execução, acompanhamento e avaliação dos convênios firmados com o governo e as entidades / os formadores prestadores de serviços.

recursos dos programas, como reitera Arenas:

“Em 1999, por exemplo, para garantir a liberação, pelo governo de cerca de R\$ 16 milhões os representantes da CUT no CODEFAT concordaram com a liberação de R\$ 30 milhões para as entidades patronais, para os governos estaduais e para os sindicatos pelegos. Dito de outra forma, para cada R\$ 1 real utilizado para a construção de um possível projeto contra-hegemônico, foram liberados aproximadamente R\$ 19 para a construção e a consolidação do projeto hegemônico”. (2002, p.74)

As polêmicas decorrentes dessa escolha política da CUT<sup>39</sup> incidem sobre o argumento de que a Entidade estaria contribuindo para a fragmentação, o desmonte e a qualidade da educação pública, uma vez que assumia a execução de uma política que caberia ao Estado, no mesmo momento em que este redefinia as políticas voltadas ao ensino técnico, com o objetivo de redirecioná-lo, prioritariamente, às necessidades do mercado, aproximando-o das exigências dos setores produtivos.

Segundo nossa percepção, este argumento se identifica com as posições que valorizam e afirmam a ação das entidades da sociedade civil na execução de políticas públicas que seriam de responsabilidade exclusiva do Estado. Não estamos aqui negando a importância de algumas instituições que historicamente buscaram o fortalecimento das lutas dos movimentos sociais e a construção de processos educativos classistas, mas, tão somente fazendo a distinção entre estas iniciativas, que, ao investir em processos formativos politizados, cobravam do Estado as suas atribuições de prover os serviços sociais com qualidade, e aquelas que substituem o Estado nos seus deveres constitucionais, realizando tarefas despolitizadoras no sentido de promover uma qualificação instrumental, que resulta em um fim em si mesma.

---

<sup>39</sup> A pesquisa realizada por Tumolo (2002) nos dá conta de que a posição majoritária da CUT, na sua 7.<sup>a</sup> Plenária Nacional, defende uma ação direta sobre as atividades de formação dos trabalhadores, aí incluídas a formação e a reciclagem destes. O autor identifica que o argumento principal da Entidade é aquele que vincula o problema do desemprego com a ausência de qualificação. Ou seja, o mesmo argumento que o Estado e os empresários vêm utilizando para difundir a idéia de que a crise, bem como a superação da crise capitalista são resultado de um esforço coletivo, que inclui a massificação do processo educacional, para a solução dos problemas da economia. Neste sentido, desemprego e qualificação/requalificação caminham juntos, da mesma forma que qualificação, acesso ao mercado e à geração de renda, também.

No âmbito da CUT, a formação profissional teve seu grande *boom* com a realização da experiência do Projeto Integrar, vinculado à Confederação Nacional dos Metalúrgicos, que reuniu, simultaneamente, iniciativas de certificação de 1.º grau e formação profissional. A partir daí, as concepções e a execução dos programas de formação obedeceram à lógica da inclusão social, referência teórico-analítica e prática que perpassa os vários documentos que a Central produziu, através dos seus assessores e intelectuais que, em grande medida, criavam as teses definidoras da política da Entidade.

Para estes, a leitura da realidade parece indicar a necessidade de uma intervenção mais vigorosa da Central, no sentido de promover as condições para superar o quadro de desigualdades sociais que se aguça com a conjuntura de grande competitividade dos mercados e com as exigências do empresariado em relação à qualificação da força de trabalho para garantir maior produtividade as suas empresas. Por isso, a necessidade de propor ações afirmativas, propositivas e decididas democraticamente que dêem conta de construir alternativas para os trabalhadores. Alternativas estas que, na visão dos dirigentes, assessores e intelectuais da Central, passam pela política de educação e pela configuração de uma prática “cidadã” na sociedade, como expressa o dirigente da Entidade, João Felício.

“A ação formativa da CUT junto a esses trabalhadores e trabalhadoras desprovidos de oportunidades e direitos está totalmente na perspectiva do sindicato cidadão”. (REVISTA FORMA E CONTEÚDO, 2002, p.7)

Ao propor que as iniciativas da Central sejam balizadas pelos fundamentos teóricos, políticos e práticos que invocam a cidadania, a democracia, o desenvolvimento nacional, a liberdade, a solidariedade e a justiça social, o que parece ficar claro é que a CUT, através dos seus dirigentes e intelectuais, propõe deslocar o seu foco de intervenção para ações práticas e políticas que se realizem sob o predomínio das orientações reformistas e institucionais nos marcos do capitalismo, as quais vão de encontro às críticas e às interpretações mais totalizantes que dão conta das contradições

da dinâmica capitalista<sup>40</sup>.

A demarcação dessa escolha é sintetizada no discurso em que os intelectuais da CUT afirmam “[...] Não podemos construir uma sociedade cidadã sem que haja um desenvolvimento econômico sustentável, subordinado aos interesses sociais”. (CUT, VI CONCURTO, 1997, p.43)

Em torno da formação profissional há um esforço para afirmar as possibilidades de hegemonia dos trabalhadores. Em outros termos, podemos inferir que os processos de qualificação e requalificação profissional executados pela Central foram pensados na perspectiva de construção de um outro projeto societário, articulado pelo trabalho, embora mediado por todas as exigências do capital.

A idéia de um outro projeto societário não se resume, portanto, à defesa da cidadania e da democracia. Por mais que estas questões sejam importantes na conquista de direitos imediatos, não podemos confundir este projeto com a integração dos trabalhadores ao discurso e à prática do “outro”. A construção de conteúdos alternativos para enfrentar as atividades práticas e as políticas das classes dominantes deve ser orientada no sentido de sua afirmação de independência enquanto classe, e não, como diz Welmowick (2004, p.11), buscando utilizar o “conceito de cidadania em substituição ao de classe para traçar sua estratégia política”.

Na trajetória da formação empreendida pela CUT podemos observar que a estratégia anticapitalista e o horizonte socialista, foram, aos poucos, se diluindo. Esta afirmação pode ser identificada no momento em que a Central decide investir, prioritariamente, na formação profissional, em detrimento da formação de lideranças do movimento sindical para o embate classista<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> É de Tumolo (2002) a observação de que esta opção teórico-política vigente na Central não é assumida por alguns de seus dirigentes e assessores. Na sua pesquisa, ele identifica alguns discursos que apontam para a negação de que a CUT estaria fazendo formação profissional, como é o caso da ex-secretária de formação, Mônica Valente, cuja justificativa para responder às tendências que são contrárias a essa iniciativa é a de que o que se pretende é formular um “modelo” que comporte um acúmulo metodológico e conceitual que permita à Central discutir a política de formação e instrumentalizar os sindicatos a negociar, propondo a democratização do “sistema S”.

<sup>41</sup> Tumolo (2002) tenta periodizar os momentos da formação dos trabalhadores na CUT, os quais estão resumidos em três fases: uma, que vai de 1984 a 1986, momento em que a formação tem uma configuração onde se combinam a formação sindical com a formação de quadros políticos; outra, que se localiza entre os anos de 1987 a 1994, quando a formação sindical vai dando lugar à formação

Nessa direção, a ação dos intelectuais teve uma importância fundamental: a de construir os consensos necessários ao deslocamento teórico e prático da Central e trabalhar no processo de difusão das idéias, que, certamente, iriam interferir nos resultados das lutas dos trabalhadores e na sua capacidade organizativa. A questão era a de “conservar a unidade ideológica em todo o bloco social [...]” (GRAMSCI, 1999, p.99) através de uma organicidade no pensamento e na prática para responder a uma conjuntura de crise. Crise esta, como já sublinhamos, criada pelo capital, mas abraçada, também, pelos trabalhadores como um problema afeto a todos.

Contudo, é preciso destacar que, para Gramsci, esta organicidade de pensamento e a firmeza cultural para construir a hegemonia dos trabalhadores

“só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social”. (Ibid., 1999, p.100)

Os elementos de crítica da totalidade social assim como a apreensão das necessidades históricas dos trabalhadores não nos parecem ter sido uma tarefa perseguida pela Central na sua condução estratégica e tática. O que se parecia configurar, a cada congresso, encontro, plenária era que, malgrado as intervenções que divergiam sistematicamente das concepções majoritárias presentes na Entidade, as vertentes sociais-democratas ganhavam fôlego, espaço e adesão junto aos seus dirigentes.

As discordâncias sobre a formação profissional executada pela CUT são polemizadas nos grupos de discussão, quando da realização da 1.<sup>a</sup> Conferência da Política Nacional de Formação, muito embora sejam também destacadas as positivities dessa política:

---

mais instrumental; e por último, a que vai de 1994-1995 até os dias atuais, cujo traçado se apóia nos núcleos temáticos, em contraposição à formação sindical com base em programas consistentes e articulados às ações da Entidade.

“A formação profissional tem contribuído para a disputa de hegemonia na sociedade. Neste sentido, avaliam-se positivamente as experiências de formação profissional no interior da Central, pois contribuí para a construção da estratégia da CUT, contudo, muitos aspectos se mostram polêmicos e merecem reflexão contínua, dentre eles, a questão metodológica, a necessária crítica ao conceito de empregabilidade, a relação com o FAT (quem usa, quem fiscaliza?) e a articulação da formação profissional com a defesa da escola pública e a democratização da gestão do sistema S”. (REVISTA FORMA E CONTEÚDO, 1999, p.22-23)

As implicações desse processo de reorientação das práticas políticas, onde se inclui a questão da qualificação inscrevem-se numa conjuntura mais geral dos dilemas que as esquerdas mundiais já discutiam e que resultaram no rebaixamento do programa político dos trabalhadores. Em alguns países, a exemplo da França, o início dos passados anos 80 já indicava que este programa deveria tomar o caminho das alternativas no interior do capitalismo, cuja manifestação mais evidente era o aperfeiçoamento institucional para responder às necessidades de restauração do progresso capitalista. (Cf. BRAGA, 2003, p.96-97)

Localizando esta discussão no Brasil, uma década mais tarde, é plausível dizer que as metamorfoses operadas na esquerda mundial foram determinantes na mudança de direção nas ações práticas e políticas do movimento sindical. É preciso lembrar que, tanto no Brasil como na Europa, no fim do século XIX e início do século XX, a relação partido / sindicato foi significativamente alterada. Na Alemanha, por exemplo, o Partido Social-Democrata foi fundamental na consolidação do sindicalismo. Contudo, ele foi sendo progressivamente absorvido pela ação sindical que acabou por ter um peso muito maior no cotidiano da classe. Dividido em alas revolucionárias e reformistas, o Partido foi paulatinamente dominado pela burocracia sindical, a qual definiu uma agenda e um modo próprio de intervenção.

No Brasil, a Central teve, também, um papel decisivo, uma vez que o Partido dos Trabalhadores, dividido em várias alas e conduzido por aquela que reunia

fortemente a direção sindical, *pari passu* ao processo de transformação da CUT, operou a sua transformação: de um projeto inicialmente dito socialista para um projeto cidadão.

A subordinação da política à economia, além de resultar numa apreensão limitada da crise capitalista, por parte dos intelectuais da Central e do Partido, favoreceu a difusão de idéias que se afastavam dos tensionamentos e da radicalidade para dar enfrentamento aos mecanismos de produção e reprodução capitalista. Em lugar disso, o que houve foi uma perspectiva de disputas sem traumas, sem antagonismos e negociadas nos termos do que é possível aos trabalhadores. Aqui, a remissão a Gramsci é fundamental, posto que, ao falar da necessidade de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, ele nos lembra que os intelectuais não devem jamais esquecer “de permanecer em contato com os ‘simples’ e, melhor dizendo, encontram neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos”. (1999, p.100)

No caso da qualificação dos trabalhadores, parece-nos coerente afirmar que os dirigentes e intelectuais que assessoravam a Central e seus sindicatos nesse processo trabalhavam com uma pauta progressista, fundada na democracia e na cidadania, sem prospecções para rupturas e, sim, para adequações às novas necessidades de acumulação capitalista. Uma perspectiva que não vislumbra um horizonte estratégico das transformações sociais, mas, ao contrário, o plano do imediato. Este parece ser um limite da ação sindical na ordem burguesa.

Essa dimensão que visa integrar o movimento sindical à pauta da ordem vigente vai se expressar no discurso do seu presidente, quando defende que é preciso que a Central tenha uma formulação mais sólida em termos de dar respostas aos grandes temas da sociedade. Para ele,

“isso já vem acontecendo de maneira mais visível no campo do desenvolvimento sustentável e solidário, das políticas públicas, no âmbito da formação de dirigentes e no âmbito da chamada educação integral dos trabalhadores e trabalhadoras, o que representa efetivamente a possibilidade de articularmos temas da ação sindical relacionados à questão da democracia e da cidadania”. (FELÍCIO, REVISTA FORMA E CONTEÚDO, 2002,

p.7)

Do ponto de vista de alguns intelectuais que assessoravam a Central nas suas propostas, orientando os Cadernos de Formação e subsidiando teoricamente as intervenções dos dirigentes, a compreensão da formação dos trabalhadores deve ser buscada nos marcos dessa agenda cidadã e democrática. Na verdade, o que se evidenciou foi uma mudança na direção política que, por sua vez, determinou uma opção política mais ampla em termos de intervenção sobre os processos sociais.

Além desse elemento da opção política, consideramos que o despreparo dos dirigentes das Entidades e dos seus intelectuais, aliado às leituras de viés economicista que foram feitas nesse período, não permitiram que o campo da teoria crítica se transformasse, automaticamente, no campo da política crítica.

No entanto, a avaliação que a CUT faz desse processo revela que esta aproximação com os intelectuais possibilitou

“um debate com educadores, escolas e universidades a respeito da nossa concepção de educação, ampliando nossos referenciais teóricos metodológicos e no processo de criação consistente na central de uma massa crítica, no campo das políticas públicas”. (CUT, VII CONCUR, 2000, p.32)

Esta iniciativa de estabelecer relações com um conjunto de educadores é analisada, pelos seus dirigentes, como parte de construção de uma contra-hegemonia,

“a partir, também, dos espaços em que a Central intervém, com uma atuação qualificada, nos Conselhos e Comissões de Emprego e Renda, no diálogo com outros atores da sociedade civil e na disputa de concepção de Projeto de Formação Profissional, de Geração de Alternativas de Emprego e Renda e de Desenvolvimento”. (Ibid.)

Identificamos ter havido uma desqualificação da política no sentido de que os fundamentos teóricos que permitiriam a análise crítica da sociedade capitalista foram subordinados às necessidades práticas do momento histórico. O que se faz não é



trabalhar junto às massas para construir os elementos necessários à formação da consciência de classe, mas trabalhar genericamente a construção de direitos, da cidadania, da democracia e, a partir daí, impor às bases essa concepção.

A hegemonia, na perspectiva tratada neste trabalho, diz respeito à capacidade que uma classe tenha de socializar valores, práticas e concepções de mundo a partir das suas referências. Portanto, o tratamento teórico-político da categoria hegemonia vem sempre identificado com as classes trabalhadoras, com uma análise classista que se proponha a romper com o capitalismo. No entanto, a “ampliação” de que nos fala a CUT, está muito mais associada à superação da exclusão, à necessidade de inclusão dos trabalhadores aos espaços formativos e ao alargamento da esfera pública que envolva diversos segmentos sociais nos seus projetos.

No XIV Encontro Nacional de Formação, realizado em 2001, a CUT definiu algumas ações estratégicas, as quais, segundo seu conteúdo, viabilizariam as intenções e dariam qualidade tanto à ação sindical quanto ao projeto político da Central.

Para a direção da CUT, algumas questões precisam ser encaminhadas nos anos seguintes, de modo a fortalecer a capacidade de formulação e de disputa da Entidade no campo da educação de jovens e adultos. Uma delas diz respeito à necessidade de construir os consensos em relação aos diferentes pontos de vista sobre os temas referentes à educação. Outra questão é relacionada à precisão dos conceitos utilizados pela rede de formação, no sentido de se contrapor aos utilizados pelo PLANFOR, tendo em vista o processo de construção de hegemonia. A CUT ainda reivindica um maior aprofundamento a respeito do Sistema Público de Emprego, mecanismo que, segundo a Entidade, contribuirá para as suas intervenções no campo das políticas públicas, onde se inclui a democratização do Sistema S (Cf. documento “Definições sobre as Diretrizes e Estratégia da PNF/CUT para o período de 2001-2003”).

Interessante analisar que a disputa da direção deste processo, por parte da direção da CUT, no interior do aparelho de Estado, é concebida pela Central como a possibilidade de se atuar “por dentro”, seja pela via do uso diferenciado de conceitos e linguagens daqueles produzidos pelas classes dominantes, seja pelo conteúdo que

imprime à direção dos processos formativos. Todavia, sabemos que a função educativa se inscreve nos processos mais amplos de construção da reforma intelectual e moral. Ela não se restringe aos momentos de qualificação e requalificação dos trabalhadores.

Assim definida, esse tipo de formação dos trabalhadores poderia até mesmo conduzir a processos de construção de hegemonia — estamos aqui tratando de uma reforma intelectual e moral que implica na disposição de questões culturais e morais de uma classe sobre a outra e nos agentes da sistematização das idéias construídas pela classe — mas, se não tiver, prioritariamente, como centro do debate, o elemento de classe e do antagonismo, em contraposição aos mecanismos de produção de consensos entre os diversos “atores sociais”, tratar-se-á tão somente de uma adequação/integração às práticas institucionais.

No caso específico, se condições houvesse para que o processo de qualificação dos trabalhadores fosse considerado portador de hegemonia dos subalternos, não se trataria de qualificação e, sim, de educação emancipatória e libertária. Ao não se conseguir atingir a educação como projeto de emancipação humana, os intelectuais do campo do trabalho reduziram aquele projeto ao direito ao acesso a programas educacionais.

Foi e ainda é recorrentemente trabalhada por alguns setores da esquerda a idéia de que o controle do conhecimento técnico — confundido muitas vezes com a idéia do controle operário —, por si só bastaria para essa construção. Esta é uma tese que desconsidera o fato de que o controle operário só se torna efetivo se os trabalhadores passam a dominar as condições sociais da produção e não apenas as técnicas. Vale dizer, se criarem novas relações sociais de produção no seio das quais as relações técnicas ganham sentido e organizam a práxis das classes.

Neste caso, concordamos com Coelho (2005) que, ao analisar a experiência dos intelectuais de esquerda, responsáveis por sistematizar e orientar a prática política dos trabalhadores e organizar os consensos necessários à construção da sua visão de mundo, vai nos dizer que estes intelectuais vivenciaram um deslocamento no terreno da luta de classes e

“o que houve foi um processo de restauração moral e intelectual pelo qual os intelectuais de esquerda assumem os pressupostos e os valores fundamentais da *Weltanschauung* burguesa. Quer como intelectuais ligados existencialmente à experiência real de vida dos trabalhadores, quer como grupo responsável pela organização e sistematização da visão de mundo antagônica à da classe dominante, os intelectuais de esquerda romperam sua relação orgânica com a classe subalterna”. (2005, p.139)

Pensamos que o antagonismo cedeu lugar ao consenso sobre questões fundamentais à classe trabalhadora, como é o caso da Educação. O que não significa dizer que este processo passou ao largo dos debates da Central<sup>42</sup>. Mas, na maioria das vezes, os conflitos foram administrados no âmbito interno e, explicitados de forma menos problemática, nas Comissões de Emprego dos Estados, responsáveis por aprovar os planos de qualificação / requalificação.

Essa afirmação é sustentada pelo Secretário de Formação da CUT, Jorge Lorenzetti, para quem “nunca teve um conflito de fundo [...] tinha divergências [...] tinha mais conflitos que depois se encontravam mecanismos de se continuar debatendo até ter um consenso maior ou amplamente majoritário [...]”. (LORENZETTI apud TUMOLO, 2002, p.219)

O que de importante temos de salientar é o fato de que as formas que assume este projeto de formação dos trabalhadores estão associadas a uma estratégia política mais geral, para a qual a CUT se encaminhava desde os finais dos anos 80 do século vinte, ou seja, o horizonte da cidadania e da democracia na ordem capitalista. Um dos elementos que se destaca nessa discussão é a filiação da Central brasileira à CIOSL, confederação sindical originada no movimento sindical de direita americano e braço sindical da política norte-americana na social-democracia europeia. Muitos dos

---

<sup>42</sup> Na análise que faz sobre a formação profissional implementada pela CUT, Tumolo (2002, p.221) argumenta que estes conflitos estavam ligados à discussão sobre a necessidade de implementar uma rede de escolas orgânicas, sobre a viabilidade do projeto da Escola Sul e às questões de metodologia dos cursos. Para ele, tais discussões não tiveram densidade para problematizar e reproduzir a mesma dinâmica política que outras questões ocupavam na disputa entre as tendências da Central. Esta disputa foi feita no âmbito externo à Central, com as principais tendências, cada qual com sua Escola, disputando os conteúdos e a direção dos programas.

recursos para a formação e os intercâmbios entre dirigentes e formadores — que iam à Itália e Alemanha, principalmente, para participarem de cursos de formação — resultaram de convênios entre a CUT e a CIOSL. Por aí, pode-se explicar, por exemplo, o sentido e a direção de alguns cursos realizados com tais financiamentos.<sup>43</sup>

Em 2000, a CUT deliberou fazer uma avaliação externa do PLANFOR, sob a ótica dos trabalhadores, cuja responsabilidade ficou a cargo da Rede Unitrabalho.

Nesta análise que comportou o período do governo de Fernando Henrique Cardoso, os avaliadores criticam a forma pela qual os programas são avaliados, ou seja, através do enfoque quantitativo e relatórios burocratizados, em detrimento da consideração dos impactos efetivos dos programas sobre o público usuário envolvido, no que se refere à inserção no mercado de trabalho, ao aumento de renda, entre outros aspectos.

Para a equipe de avaliação do PLANFOR,

“os resultados alcançados pela CUT neste período foram marcados pelo enfrentamento das contradições inerentes ao PLANFOR e às políticas do governo FHC e, ao mesmo tempo, pela experimentação e formulação de propostas [...] A Central Única dos Trabalhadores, juntamente com outros atores sociais, em particular as universidades brasileiras vinculadas à rede Unitrabalho, tem muito a dizer e propor quanto a essas políticas públicas, na convicção de que é possível realizar uma ação articulada entre o Estado e a sociedade civil para construir e implementar um modelo econômico baseado no desenvolvimento sustentável e solidário”. (CUT, 2003, p.13-14)

Como se pode observar, o discurso que a CUT faz revela a sua proposta de apresentar alternativas para a retomada do crescimento associada à geração de

---

<sup>43</sup> Pode-se notar, a partir dessa articulação internacional, a mudança de enfoque na formação da CUT. O significado desse redirecionamento se colocava em termos de uma mudança na estratégia formativa. As prioridades de formação, nessa nova estratégia, estão voltadas para as questões conjunturais e são construídas a partir das necessidades imediatas dos sujeitos envolvidos. O diálogo com a CIOSL, através da Secretaria de Formação, foi decisivo para que a direção teórico-prática das intervenções da CUT privilegiasse uma ação mais estreita com as instituições estatais no sentido de participar e interferir nas discussões e encaminhamentos relacionados às políticas públicas.

empregos com

“a possibilidade de alcançar maior unidade de ação da classe, desde o delineamento de um arco de alianças, cuja finalidade maior era romper o isolamento político e organizativo que solapava diferentes setores sociais, na perspectiva de disputar concretamente um outro projeto de sociedade”. (CUT, 2003, p.21)

Na visão dos dirigentes da Entidade, a necessidade de interferir na ordem capitalista e particularmente na economia brasileira, sem se afastar da racionalidade construída para preservar os fundamentos da “estrutura”, reafirma a posição da CUT na busca da igualdade jurídico-política como um horizonte. Onde a cidadania emergir, em sua máxima plenitude, como projeto para os trabalhadores.

Não queremos aqui desconhecer que todo esse processo se realizou sem que houvesse lutas e resistências. Até porque estaríamos negando a trajetória da CUT como expressão histórica da sociedade que é dinâmica e contraditória. Entendemos, portanto, que, na sua construção, a Central buscou a estratégia de enfrentamento e confronto com o capital, mas que sua intervenção nas reatualizações da conjuntura determinou a mudança de posição de parte dos seus dirigentes. Mudou o projeto e a leitura da realidade.

Assim, a estratégia burguesa parece triunfante no sentido de ter conseguido subsumir a prática política dos trabalhadores aos seus interesses e neutralizar as resistências mediante mecanismos de envolvimento e parcerias que incorporavam parte das necessidades históricas dos trabalhadores. Ao fazer isso, buscava uma identidade de projetos que

“permite pensar o trabalhador, por um lado, como cidadão e, por outro, como assalariado; da mesma forma, pensa-se o burguês como cidadão e proprietário. O terreno comum é cidadão e é, assim, que se dá a neutralização. Há, no entanto, uma diferença importante: para o capitalista, propriedade e cidadania formam uma unidade indissolúvel [...] para o trabalhador essa unidade só é possível se ele se colocar no horizonte capitalista”. (DIAS, 1999,

p.43)

Ao privilegiar a institucionalidade, a Central passa a priorizar a participação dos seus representantes nos fóruns de negociação, ficando mais longe a perspectiva de impulsionar as lutas anticapitalistas, necessárias à construção de uma outra racionalidade.

Os desencontros e divergências da CUT com o Estado são identificados nas nossas pesquisas quando são explicitadas as diferentes concepções e posições assumidas pelo governo em relação à Educação. Estas divergências são expostas no Relatório “Um olhar avaliativo sobre nossa experiência: apontando diretrizes para a estratégia 2001-2003”:

“Quando falamos de educação e formação profissional estamos disputando na sociedade uma concepção que vai de encontro ao discurso da empregabilidade e não se coloca em substituição da defesa da escola pública, mas na construção de um modelo político-pedagógico que vai se consolidar na esfera pública [...]”. (Relatório CUT, 2000, p.6)

Mesmo assumindo tal posição, não nos parece que tais divergências da CUT com as propostas do governo afetaram o encaminhamento dos cursos aprovados pelas Comissões de Emprego e Renda para a Central, muito embora as críticas continuassem sendo feitas de modo incisivo.

“Apesar da Política de Qualificação Profissional conduzida pelo Ministério do Trabalho representar uma novidade institucional com potencial democrático, encontra-se submetida à lógica da empregabilidade e, em certa medida, ainda permeada por uma cultura clientelista de apropriação privada dos recursos públicos, pouco diferindo da forma tradicional como o Estado gestiona as políticas públicas no país”. (Relatório CUT, 2000b, p.26).

A preocupação da Central com esta questão é respondida com o argumento da cidadania e da democratização do Estado, como se pode observar no

discurso de um dos dirigentes da Entidade, apresentado no Relatório do Núcleo Nacional de Gestão (2000):

“[...] não podemos cair no discurso da empregabilidade. O importante não é só ver quem arrumou emprego, porque os PEQs não são para isso. Estamos formando sujeitos que possam interferir nas políticas públicas. Algumas ações como Formação de Formadores não estão ligadas à empregabilidade e, sim, à construção da plena cidadania, aí está um problema que não sabemos ainda como resolver. Como trabalhar projetos que trabalham com uma lógica diferente da empregabilidade”. (Ibid., 2000b, p.14)

As contradições da política de formação profissional são expressas em diversos momentos de discussão entre os dirigentes da CUT, como é o caso dos argumentos expostos no Caderno “Subsídio para o debate”, que sugere que tal política incorpora

“quase que de modo acrítico a premissa neoliberal de que o desemprego, a geração de emprego, etc., tem a ver com a baixa qualificação profissional do trabalhador brasileiro. Os inúmeros cursos e atividades de formação profissional promovidos pela CUT e, agora, as agências de intermediação de mão-de-obra (no ABC, Rio de Janeiro, etc.) acabam por corroborar a propaganda governista. Em segundo lugar porque assume para si a tarefa que é do Estado: de garantir o direito à qualificação profissional do trabalhador brasileiro”. (CUT, 2000, p.24).

Tais argumentos parecem-nos não ter sido suficientes para que a direção majoritária da Central pudesse rever sua política de formação profissional à luz da conjuntura e dos processos que estavam sendo encaminhados pelo Estado, como analisado criticamente pelo Caderno de Subsídios:

“[...] Pior, o faz [a CUT] no momento em que o governo está diretamente sucateando as Escolas Técnicas Federais alegando falta de verbas. Seria mais correto fazer uma forte

campanha em defesa do ensino público, para obrigar o governo a repassar essas verbas para as Escolas Técnicas. Sem dúvida, seria melhor do que o atual silêncio da CUT frente ao sucateamento do sistema público de ensino técnico” (Ibid., p.24)

Um outro aspecto duramente criticado no documento é o que diz respeito à relação entre os recursos envolvidos<sup>44</sup> nos programas de qualificação e requalificação profissionais e o atrelamento político da CUT com os financiadores destes:

“[...] para uma atividade que seus defensores dizem que não é prioridade na CUT, o volume de recursos obtidos do governo federal é imenso. Neste ano, serão em torno de 35 milhões de reais. Para se ter base de comparação é preciso informar que a receita anual da Cut originada das contribuições dos sindicatos é de cerca de 7 ou 8 milhões (já incluído o referente ao imposto sindical). Ora, é óbvio o mecanismo gerador de dependência financeira embutido neste processo. E não há dependência financeira que não gere falta de independência política. É para essa situação que caminhamos a passos largos”. (Ibid., p.24).

Como se pode perceber, o embate sobre a formação profissional no interior da CUT reproduz o mesmo argumento que as oposições fazem à estratégia política mais geral da Central, isto é, para implementar seu projeto de concertação que resulte em ganhos e distribuição de renda para os trabalhadores, foi necessário que os dirigentes que compunham a representação majoritária da Central secundarizassem a prática de enfrentamento com o capital e investissem no mecanismo de participação ativa nos projetos implementados pelo Estado neoliberal. Ou seja, a opção dos dirigentes e intelectuais de se colocarem no plano da institucionalidade para tratar dos problemas da sociedade brasileira tende a ser redutora no sentido de não se constituir em uma estratégia capaz de fortalecer uma alternativa própria dos trabalhadores e dos seus interesses.

---

<sup>44</sup> Segundo os dados constantes no artigo “A participação da CUT no CODEFAT e a democratização das políticas de emprego, renda e crédito” (CUT, 2000, p.4), no ano de 1995 o PLANFOR dispôs de R\$ 40 milhões para investimentos. Nos anos seguintes esses números foram mais significativos, totalizando R\$ 269 milhões em 1996, R\$ 368 milhões em 1997 e R\$ 414 milhões em 1998. Em 1999, após o acordo com o FMI, houve um corte de recursos e o montante destinado ao PLANFOR foi de R\$ 350 milhões, impossibilitando a ampliação dos beneficiários.



Foi dessa forma que inúmeros processos de mudança em curso no país, determinados por injunções da economia internacional e pelas determinações dos formuladores das estratégias capitalistas, foram aceitos e legitimados pela Central, deslocando o eixo da sua intervenção para o da racionalidade prática capitalista.

Com isso, deixou-se em segundo plano as possibilidades de construção de uma hegemonia dos trabalhadores na perspectiva de que eles pudessem organizar sua intervenção política e prática a partir das experiências históricas que marcaram a sua origem e os seus princípios de ser uma Central independente, classista, democrática e socialista.

Podemos dizer que a intervenção da CUT no campo da formação profissional, a despeito do que afirmava o seu secretário geral em 1999, quando participava da Mesa de Conferência **Os novos desafios da educação do trabalhador**, aproximou-se de objetivos mais viáveis para os trabalhadores e colocou-se muito mais como inovadora do ponto de vista dos processos metodológicos que construiu do que mesmo como contraponto aos interesses empresariais que também disputavam este espaço como tentativa de construção de hegemonia na sociedade.

Sob a ótica das possibilidades ideológicas que permitisse a difusão de uma visão de mundo, não nos parece que tais iniciativas lograssem resultados concretos para os trabalhadores. A demonstração cabal dessa afirmação pode ser atribuída ao fato de que a incorporação da cidadania como fim e a democracia como condição<sup>45</sup> estavam presentes nos argumentos dos seus principais dirigentes e em quase todos os documentos elaborados pelos intelectuais da Central:

“A nossa concepção de formação é diferente da deles. A lógica de formação dos empresários para a classe trabalhadora é empresarial. A velha discussão entre a necessidade que nós temos de formar trabalhadores para a cidadania e os empresários têm de

---

<sup>45</sup> Em debate realizado nos idos de 1995, o professor José Paulo Netto alerta para os riscos de compreensão da questão da democracia, sob o capitalismo. Afirma que a democracia, mantida a propriedade privada, não pode ser identificada como valor universal, mas sim, um valor estratégico e indispensável para a conformação dos direitos. Com esse raciocínio, o autor pensa também os limites da cidadania, onde, “não é pelos condutos formais da Educação que as pessoas se socializam, mas por outro tipo de via [...]”. (1995, p.88)

formar trabalhadores polivalentes, para exercer melhor as funções dentro das fábricas”. (FELÍCIO, REVISTA FORMA E CONTEÚDO, 1999, n. 9, p.18).

Ao defender a participação da CUT na elaboração e execução de programas de formação profissional, o Secretário Nacional de Formação da Central assim se expressa:

“A posição que a CUT vem construindo nos últimos anos é de decisiva participação nas diferentes disputas ocorridas na sociedade brasileira. Especificamente na área de Educação, temos construído um processo de luta que extrapola as velhas políticas de contestação à forma como é tratada a educação em nosso país. Há vários anos estamos discutindo e implementando experiências que trazem, no seu bojo, uma nova concepção de educação capaz, de, efetivamente, contribuir para a conscientização libertadora da classe trabalhadora e, em conseqüência, para a radical transformação da sociedade brasileira”. (TORTELLI, REVISTA FORMA E CONTEÚDO, 2000, p.10)

É perceptível no discurso do dirigente da CUT o lugar que é atribuído à educação bem como as potencialidades que esta tem de transformar as relações na sociedade. Contudo, não fica claro como a estratégia de “contribuir com a conscientização libertadora e de modificar radicalmente esta sociedade” será orientada, se as referências para sua efetivação encontram-se no campo das reformas propostas pelo projeto do capital.

No momento em que a CUT passa a profissionalizar seus quadros ou contratar terceiros para realizar as tarefas da formação profissional, acentua o seu caráter burocrático e coloca a sua estrutura a serviço do Estado, em um ambiente político de reformas, compreendidas no bojo da naturalização das determinações da vida social e de uma “conjuntura ideológica que favorece a identificação do proletariado ao progresso”. (BRAGA, 2003, p.167)

Com este raciocínio e de forma mais incisiva, a nossa reflexão se sustenta no fato de que as possibilidades de reforma foram os argumentos que viabilizaram a

posição da CUT em assumir que a cidadania deveria ser a estratégia ou o horizonte ideológico da classe, sem, no entanto, tecer a crítica ao pensamento liberal que é “exatamente a afirmação da impossibilidade de uma cidadania pelo trabalho na formação social capitalista”. (DIAS, 1999, p.41)

A rigor, esta afirmativa nos reportaria a precisar o momento exato de inflexão da Central, vale dizer o momento em que há um deslocamento ideológico da sua direção em relação à base que representa e sua aproximação com o campo ideológico construído pelas classes dominantes, impedindo a construção de uma filosofia da práxis, a qual, segundo Gramsci, “só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente)”. (1999, p.101)

Todavia, a mudança de posição da Central e dos seus projetos estratégicos deve ser pensada nos limites do sindicato enquanto instituição da ordem burguesa. A autonomia e o caráter classista, que têm como horizonte estratégico a conscientização dos trabalhadores para superar a sociedade de classes, passam a ser mediados por questões imediatas da conjuntura, as quais os aprisionam no campo das reformas possíveis. Mais do que organizá-los para a defesa dos seus interesses classistas, esta integração aos projetos capitalistas, por parte dos sindicatos, busca estabelecer compromissos e pactos que se tornam materialmente vantajosos para os trabalhadores e que terminam por permitir incorporá-los à racionalidade dominante.

Citando Chatelêt, Duhamel e Pisier-Kouchner (1977), Braga vai nos lembrar que ao longo do século XX “o reformismo — combinado com a democracia política que, num mesmo movimento, o limita e amplia — tornou-se a base dos projetos políticos que asseguraram a convergência do liberalismo e da social-democracia “no sentido da gerência”. (2003, p.173).

Esta discussão, que se atualiza no capitalismo contemporâneo, sinaliza para o processo de burocratização a que grande parte das direções sindicais se rendeu e para a predominância das elaborações táticas em detrimento das formulações estratégicas sobre questões fundamentais aos trabalhadores, como é o caso da educação.

Aqui, é emblemática a consideração de Rummert quando afirma que

“a discussão que prevalece na Central volta-se, predominantemente, para a formação profissional, embora seja sempre ressaltada a importância de vinculá-la à educação básica. Esse processo, em que a problemática da educação básica emerge em diversas ocasiões e depois é superada pelo debate em torno da formação profissional, parece decorrer, como nas demais centrais, do fato de que a efetiva e urgente demanda centra-se nas possibilidades percebidas como capazes de fazer frente à problemática posta, na vida dos trabalhadores, pela reestruturação produtiva” (2000, p.172).

Essa constatação nos revela o quanto a Central priorizou esta discussão da formação profissional no seu interior e nos embates com os empresários e o governo. A reestruturação produtiva foi o eixo através do qual se deu a identificação desses sujeitos em torno da necessidade de apostar nos processos de qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores, e, portanto, no crescimento e na distribuição da riqueza.

Mas, estes, por si só, não podem justificar o envolvimento e a participação ativa que a CUT teve nessa experiência. Do ponto de vista de grande parte da direção da Entidade, pode-se afirmar que as possibilidades de hegemonia dos trabalhadores passavam pelo acesso à educação e, particularmente, à formação profissional. No entanto, é nesse argumento da reestruturação produtiva e das necessidades de ajustes e mudanças na economia e nos processos educacionais, para pô-los a serviço do capital, que se encontra exatamente a constituição da estratégia burguesa de colocar tudo e todos no ambiente da sua racionalidade.

Somente entendendo que esta questão é central na nossa discussão é que podemos alargar a nossa compreensão de que a reestruturação produtiva é uma das mediações que favoreceram as formas renovadas de intervenção do capital nessa conjuntura. O exame crítico da totalidade dos processos levados a cabo pelo capital — com a ajuda do Estado — e como eles se inscrevem no conjunto das relações sociais capitalistas é que permitirá o deciframento da extensão e da efetividade dessa estratégia

na sociedade.

### **4.3 A Força Sindical e o seu projeto de educação para os trabalhadores**

#### **4.3.1 A reafirmação da racionalidade dominante: o caso da Força Sindical**

A Força Sindical nasceu no bojo de um processo político de lutas e mobilizações que ocorreram no Brasil durante a década de 80 do século vinte e em contraposição à combatividade de parte dos trabalhadores que se reuniam em torno do grupo identificado como “sindicalistas autênticos”.<sup>46</sup>

Na passada década de 90, a Força Sindical emergiu na esteira da colaboração de classes e de alianças com o governo e o empresariado como forma de auferir ganhos materiais imediatos para os trabalhadores. Esta concepção sindical ficou conhecida como “sindicalismo de resultados” e tem pautado, por mais de duas décadas, todas as ações desta representação dos trabalhadores<sup>47</sup>.

Ao resgatar a Carta de Princípios da Força, Mattos expõe que esta perspectiva de colaboração orientava a Central no sentido da “busca permanente de um entendimento nacional, através de uma postura crítica e construtiva, e com base, sempre, em uma negociação política geral”. (2003, p.69)

Como se pode observar, a Força Sindical constituiu-se, desde a sua fundação, como interlocutora privilegiada do governo e do empresariado para tratar das propostas governamentais e das demandas dos trabalhadores que representava.

---

<sup>46</sup> Segundo as análises de Rodrigues e Cardoso (Apud BOITO,1999, p.182-183), a Força Sindical emerge com um perfil político-ideológico tecendo críticas à CUT, a quem acusava de representar um “radicalismo estéril” e o “partidarismo inconseqüente”, e também à CGT, que se apresentaria aos trabalhadores de modo conformista e conservador. Para os autores, “a Força Sindical marca, em seu discurso, um rompimento com as tradições corporativas, nacionalistas e socialistas das correntes mais militantes do sindicalismo brasileiro e parece mais adaptada às mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que estão marcando esse final de século”.

<sup>47</sup> Os sindicatos pequenos, com menos de 500 associados e localizados em setores da economia com pouca capacidade de mobilizar e pressionar os governos, são, segundo Boito (1999), a base da Força Sindical.

Do ponto de vista ideológico, a Força Sindical se auto-intitula como uma central que opera um sindicalismo moderno e que busca conquistar interesses imediatos para os trabalhadores que representa. Seus dirigentes explicitam, na sua Carta de Princípios, o caráter independente e autônomo da Entidade em relação aos partidos, ao governo e ao empresariado.

Diferentemente da perspectiva “cutista” que reivindicava o classismo e o horizonte socialista para o seu projeto, a Força se posicionava genericamente em relação à mobilização dos trabalhadores para a “defesa e a conquista de seus interesses gerais na sociedade”. (Cf. RUMMERT, 2000, p.126)

No programa que evidencia as concepções, princípios e propostas da Força Sindical, a Central deixa claro seu apoio à economia de mercado e o seu compromisso com a construção de uma sociedade participativa, competitiva e partícipe dos processos de modernização inscritos nas determinações mais gerais do capitalismo contemporâneo.

Colocando-se assim, a Força admite possibilidades de alianças com setores das classes dominantes e, em especial, com o empresariado e seus objetivos de produtividade, competitividade e modernização da sociedade brasileira, em sintonia com as transformações mais gerais que vêm sendo realizadas na economia mundial.

A afinidade prática e política da Força com os mecanismos de mercado e, portanto, com o programa teórico dos liberais foi sempre conduzida no sentido de reafirmar a centralidade do indivíduo e de reformar o capitalismo para uma melhor distribuição de renda. Tudo se passa como se não existissem mais ideologias e, conseqüentemente, a sociedade de classes, com seus interesses históricos antagônicos.

Na esteira dos acontecimentos políticos nacionais, a Força Sindical quase sempre afirmou seu apoio aos governos neoliberais. Neste sentido, participou de todas as negociações, pactos e entendimentos propostos por estes, os quais ofereceram contrapartidas ao seu apoio, a exemplo da concessão de cartas sindicais ligadas ao grupo de Luis Antonio de Medeiros, o principal dirigente da Entidade, e de liberação de recursos para realização de programas na área de saúde e educação nos sindicatos

ligados à Força Sindical.<sup>48</sup> (Cf. BOITO, 1999) As poucas greves e os movimentos que construíram tiveram um caráter bastante despolitizador, anti-classista e sem a força de movimentos combativos, confundindo as bases dos trabalhadores.

Sem dúvida, podemos afirmar que esta Central nasce e se desenvolve integrada à ordem capitalista. Em todas as ações em que foi interpelada pelo Estado a participar, ela respondeu, colaborando ativamente.

E, a despeito de discordar de algumas iniciativas de governo, particularmente no período da privatização desenfreada, contrapôs-se firmemente às ações da CUT e defendeu o processo de venda das estatais, recorrendo aos argumentos de maior eficiência, competitividade, produtividade e modernização industrial.

Como se pode perceber, uma posição identificada com os setores empresariais e estatais e que foi trabalhada ideologicamente junto aos trabalhadores que representava, a partir da disseminação de idéias que evidenciavam as vantagens logradas por aqueles processos para os trabalhadores.

O fato de os trabalhadores representados pela Força Sindical serem atraídos pela possibilidade de serem acionistas do capital, através de aquisição de lotes de ações das empresas a serem privatizadas, lançava estes trabalhadores no campo das modernas estratégias empresariais com vistas à sua adesão ao projeto capitalista.<sup>49</sup> É exemplar desse processo a criação dos clubes de investimento que proliferaram nas empresas a serem privatizadas<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> O autor faz uma comparação quantitativa em relação à concessão de cartas sindicais autorizadas pelo governo Sarney. Os dados são extremamente significativos: no período de 1990 a 1992, o Ministério do Trabalho concedeu 132 cartas sindicais ao grupo liderado por Medeiros contra 13 cartas ligadas a entidades da CUT.

<sup>49</sup> Esta estratégia, segundo Boito (1999), inscreve-se nas orientações mais gerais do Banco Mundial aos governos da América Latina e cujo significado é o de neutralizar as resistências dos trabalhadores a qualquer iniciativa privatista.

<sup>50</sup> Mota (1994) trabalhou as bases desse processo o qual, segundo ela, tratava-se de uma ação estratégica do capital visando o esgarçamento das identidades políticas dos trabalhadores e a construção da solidariedade entre trabalhadores e capitalistas. Para a autora, "seu objetivo não é apenas a qualificação legal-institucional do trabalhador como mais um agente do mercado, um potencial parceiro-investidor dos grandes grupos compradores. Sua finalidade é criar uma forma de organização por fora do espaço sindical, sem operar rupturas com o sindicato para legitimar a privatização, criando assim, a expressão material do consenso [...]. A formação dos clubes é a antecâmara de uma organização de "trabalhadores-proprietários" que, tão logo sejam acionistas, terão que

Assim, contando com o consenso de parte dos trabalhadores ao seu projeto, a burguesia amplia sua capacidade de hegemonia e investe nos setores conservadores da política para aprofundar os processos de mudança necessários às empresas no sentido da sua adequação aos interesses da economia mundializada. E esta adequação é explicitada quando um dos dirigentes da Força Sindical afirma que “Eu acho que o capitalismo venceu no Brasil... Eu quero a divisão das riquezas e a minha briga não é pela mudança do regime”. (MEDEIROS apud ANTUNES, 1995, p.39)

Nesse caso, a Força Sindical constituiu-se na principal cadeia de transmissão dos valores, concepções e práticas liberalizantes que deveriam dar consistência ao projeto neoliberal de redução de direitos e de um mercado livre das imposições trabalhistas que oneravam o capital. Ressalta-se, apenas, que esta central resistiu à política de enxugamento dos postos de trabalho e de juros altos, sem, entretanto, contrapor-se aos instrumentos que o governo instituiu, como no caso do projeto de lei que estabelecia o contrato de trabalho por tempo determinado, acreditando que esta modalidade de contratação garantiria os postos de trabalho aos trabalhadores.

A inexorabilidade do capitalismo e, conseqüentemente, a apologia ao mercado como determinante às decisões da dinâmica social são incorporadas pelos dirigentes da Força Sindical e defendidas como única possibilidade de os trabalhadores auferirem ganhos visíveis e imediatos, os quais poderiam permitir mobilidade social no interior do capitalismo.

Segundo a sua liderança mais expressiva, em entrevista à Folha de São Paulo, em 1987,

“o trabalhador brasileiro não é contra o lucro, não é contra a existência de empresas. O que o trabalhador brasileiro quer não é destruir as empresas. Não é tomar as empresas, não é fazer com que elas não tenham lucro. O que ele quer é a participação nos lucros”. (MEDEIROS apud ANTUNES, 1995, p.39)



As condições econômicas e políticas do país nos últimos anos 90, as quais revelavam um quadro de recessão e de profundas mudanças na economia, favoreceram a posição da Central no sentido de reafirmar o pragmatismo como instrumento de sua ação política.

Como se pode perceber, o tratamento dado à problemática do desemprego pela Força Sindical é o mesmo que orienta o conjunto do empresariado e também a CUT e o governo. Todos deverão estar envolvidos em ações junto à sociedade civil para assegurar a ampliação de postos de trabalho<sup>51</sup>.

Tanto é assim, que, no caso da Força Sindical, criou-se um Centro de Solidariedade ao Trabalhador<sup>52</sup> como extensão das instituições estatais para realizar atendimentos de intermediação de mão-de-obra desempregada, e em cujos postos de atendimento são ofertados serviços de treinamento e encaminhamento para as empresas que demandam trabalhadores qualificados.

Este pragmatismo pôde ser percebido nas negociações isoladas que a Força fazia com o governo e as empresas, diferentemente das ações coletivas empreendidas pela CUT. O confronto, para as lideranças da Força Sindical, nunca esteve na sua agenda política de modo que o entendimento sobre as questões afetas aos trabalhadores tornava-se uma questão de princípio.

Podemos afirmar que esse sindicalismo que emergia e se consolidava sob os auspícios da conciliação, do entendimento, tendo como horizonte o progresso da sociedade brasileira, encontrava seus fundamentos teóricos, políticos e ideológicos na concepção de mundo liberal, a partir da qual as positivities do mercado são consideradas como promotoras de um bem-estar individual e efetivadoras das liberdades.

---

<sup>51</sup> Em 15.6.2001, o Jornal do Brasil divulgou matéria comentando relatório apresentado pelo TCU ao Congresso Nacional propondo uma reestruturação do CODEFAT. O Tribunal apontou que o PLANFOR "não está contribuindo para resolver a convulsão social que o desemprego está causando, notadamente entre os jovens, e seus recursos seriam melhor empregados se utilizados no pagamento do seguro-desemprego".

<sup>52</sup> Atualmente, existem 6 postos de Centros de Solidariedade do Trabalhador espalhados pelo Brasil. São 5 em São Paulo e 1 em Pernambuco. Além do serviço de intermediação de mão-de-obra, oferecem, também, cursos de qualificação e requalificação próprios e serviços de habilitação ao seguro-desemprego.

É por isso que, nessa concepção, os conflitos são compreendidos como passíveis de regulação e de consensos. As classes e suas práticas coletivas são substituídas pela racionalidade que privilegia a cidadania como conceito abstrato e a democracia como um conjunto de regras “cuja observância é necessária para que o poder político seja efetivamente distribuído entre a maior parte dos cidadãos, as assim chamadas regras do jogo, ou o ideal em que um governo democrático deveria se inspirar, que é o da igualdade”. (BOBBIO, 1993, p.37-38)

A identificação da cidadania e da democracia com o alargamento da dimensão da liberdade põe em evidência a questão da “autonomia da pessoa humana”. Nessa visão, o indivíduo corresponde a um átomo singular que expressa carências materiais e interesses particulares que, somados, potencializariam a capacidade de cada indivíduo buscar a igualdade jurídico-formal, pilar da estratégia burguesa que conforma o discurso atual de que somente no Estado liberal estariam dadas as condições de o homem se realizar, emancipar-se e defender seus direitos para se tornar livre das injunções de um Estado que não lhe dá liberdade de escolha e que o aprisiona a determinadas regras gerais que o tutelam e o impedem de desenvolver-se harmonicamente na sociedade.

Assim, o pensamento liberal termina por aproximar os indivíduos não mais identificados com uma classe fundamental, mas indivíduos livremente associados a interesses que lhes tragam vantagens imediatas e igualdade de oportunidades para se movimentar no mercado. Para isso, exige-se a condição de não mais explicar a sociedade a partir dos seus elementos de totalidade e, sim, de aspectos fragmentados que a compõem, naturalizando o fato de os homens viverem em condições de desigualdade tão abissais e de não exercerem plenamente a liberdade.

O pensamento burguês encontrou o parceiro ideal para difundir seu ideário expresso na cisão entre economia e política. Esta é a forma como o capitalismo se apresenta para os trabalhadores adeptos do “sindicalismo de resultados”. Artifício que encobre os traços de classe e através dos quais se manifesta a ação política e cuja diferenciação, segundo Wood,

“não é apenas um problema teórico, mas também

prático. Teve imediata expressão prática na separação das lutas políticas e econômicas que caracterizaram os movimentos operários modernos... mas o que tornou tão tenaz o “economicismo” da classe operária é que ele corresponde às realidades do capitalismo, às formas pelas quais a expropriação e a exploração capitalista realmente dividem as arenas de ação política e econômica e transformam certas questões políticas essenciais — as lutas pela dominação e exploração que no passado sempre estiveram umbilicalmente unidas ao poder político — em questões claramente “econômicas”. (2003, p.27-28)

Para os dirigentes da Força Sindical, o vetor economicista se manifesta na compreensão que a Entidade tem sobre a natureza do sindicato enquanto um fator de mercado e, portanto, preocupado em conseguir vender, em melhores condições, a mercadoria força de trabalho. A política, segundo o discurso da Central é uma dimensão que se particulariza na partidarização, razão pela qual essa prática é rechaçada peremptoriamente, sob o argumento de que “leva os sindicatos a se afastar dos trabalhadores, a ser mero porta-voz de partidos políticos, tratar de assuntos que não dizem respeito ao sindicato”. (MEDEIROS, REVISTA SENHOR apud GIANNOTTI, 2002, p.50)

Partimos do princípio de que este suposto apoliticismo, resultado de uma estratégia mais geral que visava despolitizar as lutas sindicais, fragmentar as identidades dos trabalhadores e a unidade ideológica que estes construíram no processo de lutas, conseguiu dividir o movimento sindical, em conformidade com os processos mundiais, cujas investidas recaíam, principalmente, contra os sindicatos.

A burguesia necessitava que o campo do trabalho assumisse seus projetos de modernização, ampliando sua capacidade de aumentar os espaços de acumulação indispensáveis a sua hegemonia. Encontrou, pois, na Força Sindical, a base sobre a qual pôde exercer o seu laboratório de mudanças consentidas e legitimadas, atuando em um ambiente ideológico de suposta “assepsia” e de ruptura com referenciais classistas.

Ao contrário do que divulgava junto aos trabalhadores, a proposta política era clara:

“O sindicato será um instrumento para desenvolver o capitalismo brasileiro no sentido do lucro e de melhores acordos para os trabalhadores. O Brasil é um país onde o comunismo não dá certo e, sabendo disso, o sindicalismo seguirá a tendência de se aperfeiçoar na renovação do capitalismo”. (FOLHA DE SÃO PAULO apud GIANNOTTI, 2002, p.53)

Nada mais ideológico do que essa afirmativa. Ademais, a racionalidade prática capitalista que tem como fonte o liberalismo serviu de esteio para consolidar o discurso de que entre o capital e o trabalho, as tendências antagônicas, no limite, se convertiam em diferenças, minimizando os conflitos imanentes ao desenvolvimento histórico capitalista. Aliás, tais diferenças eram fator de aceleração para se barganhar os melhores acordos para os trabalhadores, do ponto de vista econômico.

A articulação do sindicalismo de resultados com o pensamento empresarial acabou por identificar ambos os projetos, na perspectiva de completa liberalização da economia e conseqüente diminuição do papel do Estado. A flexibilização das relações entre capital e trabalho bem como a redução do custo Brasil são alguns dos pontos de unidade das propostas defendidas e que tiveram, no âmbito do Estado, uma ampla aceitação, a ponto de ganhar força a idéia-chave do Pacto Social para promover o entendimento nacional acerca de questões fundamentais.

Para Giannotti,

“A política desse novo sindicalismo é exatamente a política que está na moda neste momento. Um dos elementos essenciais dessa visão é a desvalorização da ação política, como uma forma de deixar as mãos livres a quem de fato sempre fez política no país. A modernidade que essa corrente sindical defende é o reino do livre mercado; na verdade é a liberdade do capital”. (2002, p.60)

Um dos momentos mais expressivos da atuação conservadora da Força Sindical foi o da Assembléia Nacional Constituinte. Reportamo-nos a este período pelo fato desta Central ter atuado, sistematicamente, junto ao empresariado e aos setores

mais retrógrados da política, no sentido de impedir que bandeiras históricas dos trabalhadores fossem aprovadas, sob o argumento de que o país precisava de reformas modernizantes comandadas não pelo Estado, mas, pelo mercado. A mão invisível se mostra aqui de forma a mais cristalina. Por isso, justifica-se a posição da Entidade, anos depois, em apoiar o fim da estabilidade do servidor público, a reforma da previdência, a privatização dos serviços públicos e, por fim, a flexibilização da legislação trabalhista<sup>53</sup> e das leis de proteção social. Nesse aspecto, a posição da Força Sindical foi decisiva para desmontar os direitos dos trabalhadores, reconhecidos pelo Estado, nos anos 80 ora estudados, como produto das lutas e combatividade dos mesmos, nessa década.

A mercantilização das atividades sociais e a defesa do mercado como instância mediadora dos problemas da sociedade se constituíram, na visão da Força Sindical, em única possibilidade para modernização e progresso social do país. Ao propor, por exemplo, a diminuição dos encargos trabalhistas, o discurso foi molecularmente construído enquanto uma ação propositiva que permitiria ao empresariado ampliar a oferta de empregos e investir em novos nichos de mercado. Também aqui o discurso da inclusão social é decisivo.

Ao mesmo tempo em que a Força Sindical, através das suas lideranças, empreendia a crítica à intervenção estatal, apropriava-se do que existia de mais vantajoso no campo estatal: os recursos do FAT, fundo público que transformou os programas de formação profissional dos trabalhadores no seu maior arrecadador de recursos.

Com a chancela desses recursos, a Força passou a montar seus centros de qualificação e intermediação de mão-de-obra, sem deixar de imprimir uma direção assistencialista, instrumental e pragmática a esses processos.

Não por acaso, a expansão da FS pôde ser vista largamente no momento em que passou a operar com os recursos do FAT, quando se institui uma nova

---

<sup>53</sup> Giannotti nos mostra que a flexibilização total da CLT foi concretizada em dois momentos. Um, em 1998, quando, legalmente, com o apoio da Força Sindical, a figura jurídica do Contrato Temporário ganha força de lei. O outro momento refere-se à criação das Comissões Prévias, órgãos de natureza jurídica, constituídos por cidadãos sem nenhuma vinculação com a Justiça do Trabalho, cujo objetivo é solucionar conflitos no âmbito da Justiça do Trabalho, qualquer que seja sua natureza. (2002)

configuração aos sistemas de arrecadação financeira da Central.<sup>54</sup>

É desta forma que o jornal “O Globo” anuncia o volume de recursos movimentado pela Força Sindical:

“Só neste ano, o governo destinou R\$ 116,8 milhões em recursos do FAT para as quatro principais centrais sindicais (Central Geral dos Trabalhadores, Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical e Social Democracia Sindical). Proporcionalmente, a Força ficou com a maior fatia do bolo. Até há pouco tempo, outdoors com o rosto de Paulinho — que pleiteia uma candidatura ao Senado pelo PTB — e o carimbo do FAT podiam ser vistos nas principais cidades”. (JORNAL O GLOBO, apud GIANNOTTI, 2002, p.161).

Os dados acima são reveladores de uma combinação de fatores que nos parece não levar em conta o mérito dos projetos e sua abrangência, mas, principalmente, as contrapartidas que eram dadas pela Central nos momentos dos acordos e votações de projetos de interesse da burguesia. Projetos estes, diga-se de passagem, que comportam uma visão estratégica de maiores lucratividade e produtividade e para a qual trabalhadores e empresários devem assimilar estes valores como uma vontade geral, pois,

“Trabalhadores e empresários não são inimigos. Eles podem ter divergências e interesses conflitantes, mas ambos desejam uma economia estável com empresas saudáveis, que garantam maior nível de emprego e melhores salários. A união, a parceria da força de trabalho com o poder do capital é indispensável, neste momento de extremas dificuldades, para a retomada do desenvolvimento, para tirar o País da crise e

---

<sup>54</sup> Quando, em 2003, foi anunciado o corte de recursos do FAT aos estados, municípios e centrais sindicais — em torno de 40% — o que significou uma redução de 252 milhões, em 2002, para 150 milhões, em 2003, sabia-se que a Força Sindical seria a mais atingida, haja vista que em 2002 recebeu 52% dos repasses que cabiam às centrais sindicais. Estes recursos tiveram uma queda de 57 milhões para 11,5 milhões, o que representava 80%. Os argumentos para a redução de recursos, levantados em matéria do Jornal do Brasil se referem à redução no orçamento do Ministério do Trabalho e à suspeita de desvio dos recursos pelas Centrais. Em 2002, somente a Força Sindical recebeu 17,1 milhões, contra 6,5 milhões da CUT, 3,4 milhões da CGT e 2,2 milhões da SDS. (FOLHA DE SÃO PAULO, 8 mar. 2003).

impulsioná-lo no caminho da modernização”. (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 14 jun. 1992 apud GIANOTTI, 2002, p.104)

Esta idéia de pacto, de união, de parceria constitui o elemento inovador que, a partir da última década de 90, atua como referência para os movimentos sociais e, de modo particular, para os sindicatos. Transforma-se no horizonte através do qual a sociedade expressa seus interesses, não mais com o foco no confronto, na resistência e na organização político-organizativa. A ênfase dessa ação política recai na possibilidade de construção de consensos vinculados ao fortalecimento de uma esfera pública não mais centrada na perspectiva de classe como o fora na década passada. A centralidade, nesse momento, parece deslocar-se para o campo do associativismo ou do neocomunitarismo que comporta uma multiplicidade de sujeitos e agentes sociais inseridos no chamado Terceiro Setor, preocupados com o desenvolvimento local, com o território e com problemáticas que envolvem variadas expressões singulares do cotidiano daqueles sujeitos.

A síntese das múltiplas manifestações originadas das relações estabelecidas coletivamente por essas agências e sujeitos vem sendo nomeada por “capital social”, que, segundo Gohn, “refere-se à conexão entre indivíduos, redes sociais e as normas de reciprocidade e lealdade que nascem dele”. (2005, p.56-57)

No contexto do processo produtivo, o “conceito” vem sendo usado para designar a mobilização das populações não inseridas formalmente no mercado de trabalho com o objetivo de criar mecanismos inovadores de estruturas produtivas que atuam no interior de novas formas de divisão do trabalho e de organização da produção.

Assim, pretende-se superar a visão individual que prevalece sobre os fenômenos sociais substituindo-a pela de esforço coletivo — e aqui é bom deixar claro, coletivo e não classista — como forma de compreensão dos processos de mudanças mais gerais por que passam as sociedades contemporâneas.

O uso deste “conceito” vem sendo sistematicamente recomendado pelos organismos multilaterais. O Banco Mundial, o BIRD, a CEPAL, por exemplo, referem-se a ele como a capacidade das sociedades potenciarem os esforços coletivos a partir do

plano micro e das experiências locais, donde a ênfase na solidariedade, no voluntarismo, e nas relações que envolvem a família, a vizinhança e os grupos de interesse.

A comunidade, nessa ótica, tem um papel decisivo, uma vez que, ao ser interpelada a participar dos processos de interação junto às instituições, pode reivindicar suas necessidades em estruturas formais como conselhos, fóruns, redes, etc. A articulação nesses espaços se dá em um contexto onde a “governança social” condensa o significado de moderna gestão estatal e as relações políticas adquirem a expressão de parceria, de negociação, de pacto.

Ao se atrelar às formas institucionais, esse poder micro, emanado da experiência imediata dos sujeitos sociais, organizados não mais a partir das lutas na produção, é localizado na chamada esfera pública, denominada genericamente e transformada no lócus principal de articulação, negociação de conflitos e construção de consensos.

Portanto, não só as comunidades com seu capital social, mas os sindicatos, os quais devem ser incorporados nessa construção ideológica, são instados a se integrar às iniciativas de governança social, para, através da solidariedade, da participação e do entendimento, constituírem um novo padrão de relação entre o Estado, a sociedade e o mercado.

Estas considerações nos levam a assegurar que esta forma reatualizada de envolver a sociedade no processo de discussão sobre a crise e na criação de alternativas e soluções para esta crise é a expressão contemporânea de como a burguesia atua, com a mediação do Estado, no sentido de dar um sentido e uma direção ao seu projeto de hegemonia, confirmando o que disse Gramsci quando se referiu ao papel da escola e sua função educativa positiva como uma das atividades estatais mais importantes, não deixando, contudo, de lembrar das outras iniciativas privadas que se prestam a construir e fortalecer o domínio das classes dominantes.

“Os trabalhadores têm um compromisso com o futuro e com o progresso do País. Por isso, estão ao lado dos empresários para exigir o fim da recessão, menos impostos e a diminuição do tamanho do Estado. Mas, os trabalhadores querem, também, que os



empresários assumam sua responsabilidade social. Eles têm de dividir conosco os sacrifícios impostos a toda a Nação pagar salários justos e respeitar os direitos dos trabalhadores. [...] Parceiros na busca de um projeto comum: o projeto ambicioso, mas possível de salvar este País”. (MEDEIROS, JORNAL O METALÚRGICO, 1992 apud GIANOTTI, 2002, p.105)

Pelo exposto, pode-se perceber que a Força Sindical faz parte desse projeto de ser a base política de uma gestão estatal que seja suporte para a criação de espaços de acumulação de capital e de uma gestão sindical que tenha o objetivo de neutralizar a luta dos trabalhadores por um outro projeto. Projeto este que tenha por objetivo a articulação de demandas imediatas e demandas gerais das classes trabalhadoras na construção de uma sociedade socialista.

Ao assumir a co-responsabilidade com o progresso do país, ainda que este progresso seja determinado pelas injunções da economia internacional e ao aceitar os sacrifícios decorrentes de tais imposições, a Central coloca-se no plano da racionalidade capitalista e da colaboração das classes trabalhadoras e destas reivindica apenas vender a força de trabalho à ela associada a um valor mais alto possível, auferindo vantagens econômicas imediatas, sem qualquer viés de classe que resulte confrontos mais enérgicos com o Estado e com o capital. Aliás, a Força Sindical converte-se em apêndice do Estado, no seu propósito de destruir a capacidade de mobilização dos sindicatos e de se apropriar de algumas bandeiras históricas do movimento, imprimindo a direção e o conteúdo que lhe convém para ampliar sua legitimidade.

As idéias do fim da história, da inevitabilidade do capitalismo e do fim das classes encontram campo fértil junto à Força Sindical. A cidadania passa a ser o vetor através do qual se opera a naturalização das desigualdades e das contradições inerentes à formação social capitalista, como se essas pudessem ser administradas sem que os antagonismos fossem expostos.

O sindicato-cidadão é a via moderna da ação política do Estado junto aos sindicatos que viabiliza o ideário de responsabilidade social, a ser exercido por toda a

sociedade, no momento de crise. Esta via tem permitido, nos últimos anos, que os sindicatos e suas centrais, de modo geral, assumam como seus, parte dos problemas e dificuldades criados pelas relações sociais capitalistas. O que significa um claro deslocamento das responsabilidades do Estado para a sociedade, sob a aura da democracia e da cidadania.

O liberalismo é necessário para a concretização do projeto burguês, como afirma Gramsci (2000). A incorporação dos sindicatos ao seu campo é a tradução de que a ideologia é parte constitutiva de um real que se movimenta e expõe as faces de uma burguesia que se alia ao trabalhador para se preservar o seu domínio e para criar as condições necessárias de tornar o que é particular em interesse geral.

Para fazer isso, a burguesia pôde contar com o apoio da Força Sindical às políticas neoliberais implementadas e, igualmente, contribuiu para a sua construção teórica, ação política e prática, através dos seus intelectuais acadêmicos que cuidaram de formular um “Projeto para o Brasil” (1993), com propostas de modernização industrial, de reforma do Estado, de interesse nacional, entre outras, as quais traçavam um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, expressão concreta da reforma intelectual e moral colocada em prática pela burguesia.

O fio condutor da Proposta é a relação entre a conjuntura internacional e suas repercussões no Brasil, aí incluídas questões como o fracasso do socialismo real, as crises cíclicas do sistema capitalista, a crise das ideologias e a permanência da injustiça social e dos níveis de pobreza no mundo. Este é o fundamento das discussões teórico-políticas que levaram a Força Sindical a mobilizar seus intelectuais para discutir modelos de desenvolvimento para o Brasil em função de interesses vinculados ao progresso científico e tecnológico, como se coubesse ao País um lugar privilegiado no campo da ciência e da tecnologia. Conforme Medeiros,

“O progresso científico e tecnológico vai mudar radicalmente o mundo e a Humanidade. Será desanimador se nosso país ficar à margem de tais mudanças — daí a necessidade de decidirmos, juntos, a que mundo vamos pertencer no próximo século. Se vamos nos integrar à sociedade tecnológica moderna,

que virá, ou se permanecemos isolados deste novo mundo”.  
(FORÇA SINDICAL, 1993, p. 2)

Este otimismo da Força Sindical do qual nos fala sua maior liderança é derivado de uma leitura da realidade tecnicista e pragmática, porque pensa a Ciência e Tecnologia como um elemento exterior que está acima das classes sociais, podendo ser acessada pelos países periféricos desde uma perspectiva massificadora e desinteressada.

Ora, no atual momento do capital, a ciência e a tecnologia são pilares da expansão e valorização do capital, e, portanto, só podem se desenvolver numa lógica de produção destrutiva para o campo do trabalho.

É nessa direção que a Força propõe um desenvolvimento que é capaz de mesclar crescimento econômico com justiça social, liberdade individual e política e respeito ao meio ambiente “conforme o paradigma que se firma internacionalmente”.  
(1993, p.35)

Com esta posição, pode-se afirmar que esta Central está em perfeita sintonia com o ideário neoliberal e às idéias e concepções de mundo extraídas do seu programa. O que significa dizer que a sua integração à ordem burguesa se opera em torno da construção de consensos efetivos e da colaboração de classes.

Do ponto de vista dos argumentos justificadores para a crise brasileira contemporânea, eles são creditados, na maior parte das análises empreendidas pela Força Sindical, à incapacidade do país ajustar-se aos processos de mudanças mais gerais na economia mundial e à pouca visão estratégica do Estado brasileiro para garantir uma relação estável com o mercado.

A posição da Central em relação aos problemas gerais do país é ambígua, posto que, se por um lado critica o comportamento tradicional das elites pela situação de pobreza e pelo tratamento dado à questão social, por outro, invoca a colaboração de todos os agentes presentes na sociedade para enfrentar a gravidade da situação econômica, independente das classes que a geraram. Por esta razão, o pensamento da Central vincula-se à necessidade de

“desenhar um horizonte para o País e apresentar propostas tecnicamente consistentes, por intermédio de um projeto de desenvolvimento que restabeleça o cidadão como finalidade e objetivos últimos da produção do progresso, seja ele material ou cultural. Um projeto no qual a voluntária aliança da ciência, do capital e do trabalho poderão ser os meios de se alcançar o bem-estar individual e coletivo”. (FORÇA SINDICAL, 1993, p.39)

Como se pode observar neste ponto — o da cidadania — CUT e Força Sindical a tratam de forma indeterminada, como se a todos os indivíduos se permitisse a generalização de direitos sociais, justamente quando o Estado se redimensiona no sentido da redução de investimentos na área social. Generalização esta que, no momento atual do capital, também não comporta a dimensão da democracia, a não ser como forma particular de legitimação da ação estatal que impede o contraditório e as possibilidades de construção de hegemonia.

Ao atribuir o bem-estar individual e coletivo à associação da ciência, do capital e do trabalho, a Força Sindical traduz a matriz do progresso técnico e a racionalidade capitalista dominante, pela qual se consegue transformar a ciência e a técnica em forças produtivas por excelência, em detrimento do valor da força de trabalho.

É nessa linha de raciocínio que também é pensada a necessidade de uma revolução moral e cultural no âmbito da objetividade e subjetividade dos trabalhadores. Para que se realize, é premente uma

“mudança de mentalidade [...]” que “envolve o abandono da política de confronto sistemático entre capital e trabalho, a implementação de nova forma de gestão e o desmonte de todo o arcabouço jurídico-legal de proteção aos privilégios, aos cartórios e à ineficiência produtiva”. (FORÇA SINDICAL, 1993, p.40)

Cabe demarcar o sentido que esta Central atribui à democracia, o qual passa pelo estímulo às práticas de participação, mas vai além disso, significando a

necessidade de

“estabelecer as condições institucionais para que a vontade organizada dos cidadãos — entendidos como produtores, consumidores e eleitores — interfira de modo importante nas grandes decisões econômicas e políticas”. (Ibid., 44, p.40)

Nesta síntese, a concepção de democracia e da cidadania assumida pela Força Sindical revela o verdadeiro caráter do cidadão pensado sob a ótica burguesa. Trata-se do cidadão burguês, proprietário, que se move no mercado e a partir dele encontra os elementos justificadores para a competição, para a empregabilidade, para a liberdade. Liberdade para empreender e para a livre iniciativa do mercado.

Como desdobramento desta análise, podemos afirmar que o cidadão defendido pela Força Sindical é o cidadão-consumidor, produto das novas configurações do processo de reestruturação capitalista que se organizam sobre os chamados “direitos de segunda geração”. Neste cenário, mais do que os direitos de igualdade, devem ser considerados os direitos à diferença, que, segundo Canclini, “deve estar unida a uma luta pela reforma do Estado, não apenas para que aceite o desenvolvimento autônomo de “comunidades” diversas mas também para assegurar iguais possibilidades de acesso aos bens da globalização”. (1999, p.46)

Note-se que a concepção de diferença está amparada na idéia de deslocamento das classes sociais para a centralidade das subjetividades, das reciprocidades e das novas formas de legitimidade que devem ser buscadas no interior de um outro tipo de Estado. (Cf. CANCLINI, 1999, p.47) Na realidade, este outro tipo de Estado e as modalidades de cidadania que conformam a “cidadania do consumidor” a que se refere o autor se incorporam às influências do pensamento pós-moderno, expressão típica da sociabilidade requerida pelo capital.

Para este autor, nessa concepção de cidadão-consumidor, o equilíbrio entre a sociedade e o Estado deve ser alcançado à medida que se pensa a cidadania em conexão com o consumo e como forma de estratégia política, onde está implicada uma nova noção de cidadania, a exemplo das dimensões da cidadania racial, de gênero, ecológica, entre outras.

A cidadania do consumidor aparece em contraposição à defesa coletiva dos direitos classistas exercida pelos partidos e sindicatos. Portanto, substituindo a idéia de igualdade social, ainda que nos limites da ordem, pela de “práticas de consumo”, como definem os pensadores da nova racionalidade.

Como já nos referimos neste trabalho, Mota (1995) discute a formação do cidadão consumidor a partir da constituição e reconfiguração da “cidadania fordista”. Incorporada pelo Estado como parte da proteção social dos trabalhadores e “expressão do modo de gestão estatal da força de trabalho” (p.165), esta cidadania revelou uma forte relação entre Estado e setor privado permitindo uma “diferenciação de consumo de serviços sociais entre trabalhadores do grande capital e trabalhadores excluídos e precarizados. Os primeiros, assumindo a condição de trabalhadores excluídos e precarizados; os demais, a de assistidos”. (Id.)

Esta tendência que veio se consolidar com as mudanças no âmbito da economia e da política passou a “organizar” os trabalhadores a partir de “uma dupla função: cidadãos-fabris, na fábrica e cidadãos-consumidores, na sociedade”. (Ibid., p.177)

Mediada pelas novas determinações da relação entre Estado e mercado, a problemática dos direitos sociais se transforma, molecularmente, em objeto de mercantilização e, nesse sentido, para que o ideário e a prática do cidadão-consumidor sejam disseminados na sociedade como expressão moderna da sociabilidade dos novos tempos, exige-se um redirecionamento da função do Estado.

Pautada nesse princípio, a Força Sindical propõe uma reformulação do Estado, no sentido do seu enxugamento e descentralização, destacando-se novas tarefas a ele atribuídas, como a de lidar com os interesses imediatos locais das comunidades, “auxiliado pela ação participativa dos próprios cidadãos na gestão e na defesa de seus interesses”. (1993, p.41)

Posto isto, podemos inferir que a Força Sindical trabalha em uma perspectiva de conformidade com os cenários de reordenamento da economia e da política mundiais. Para tal, investe em um projeto político, ideológico, intelectual e

prático, no qual se destaca a formação profissional dos trabalhadores, pelo uso que a Entidade fez desse processo enquanto uma forma específica de incorporação e, mais do que isso, de integração plena do trabalho ao capital.

#### 4.3.2 A Força Sindical e a Qualificação Profissional

A trajetória da Força Sindical no campo da qualificação profissional dos trabalhadores tem sido marcada por iniciativas que envolvem grandiosas somas de recursos financeiros do FAT<sup>55</sup> e também denúncias sobre malversação desses recursos<sup>56</sup>.

O posicionamento da Força Sindical quanto ao novo papel do trabalhador se assemelha, em grande medida, às análises e aos diagnósticos que o empresariado faz em relação à necessidade de uma adequação dos trabalhadores à reestruturação produtiva capitalista.

Na visão da Central,

“A qualificação e a formação profissionais que o novo modo de produção requer estão diretamente ligadas ao nível de educação básica da população. Qualidade e extensão do grau de cobertura da educação são, portanto, os primeiros desafios que nossa sociedade deverá enfrentar e resolver para estabelecer as

<sup>55</sup> Os relatórios gerenciais do Ministério do Trabalho e Emprego que apresentam os recursos do FAT alocados nas Centrais demonstram que, entre 2000 e 2002, sob o ponto de vista da relação investimento contratado/investimento realizado, CUT e Força Sindical tiveram o seguinte desempenho: Em 2000, a Força Sindical teve R\$ 38.128.738,00 de investimento contratado, dos quais R\$ 32.673.263,25 foram realizados. Por sua vez, a CUT teve R\$ 35.348.076,00 de investimento contratado, dos quais R\$ 33.225.258,55 foram realizados. Em 2001, a Força Sindical, de R\$ 40.432.463,00 de investimento contratado, realizou R\$ 36.714.442,90. Em relação à CUT, dos R\$ 37.510.241,00 de investimento contratado, R\$ 24.165.138,64 foram realizados. Em 2002, a relação é a seguinte: Para os R\$ 27.732.330,00 de investimento contratado, a Força teve um investimento realizado de R\$ 24.023.802,41. A CUT contratou R\$ 23.395.989,00 e realizou investimento na ordem de R\$ 16.513.083,06 (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO).

<sup>56</sup> Em matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, discutem-se propostas de mudanças na distribuição de verbas do FAT. Tais mudanças são justificadas em função de desvios e má aplicação dos recursos. Entre as medidas anunciadas pelo governo, destacam-se as seguintes iniciativas: discutir o monopólio sindical e o imposto sindical; transferir parte dos recursos para investimentos sociais, entre eles, programa de combate à fome; aumento do repasse ao BNDES, com o objetivo de emprestar recursos às empresas para gerar mais empregos e controlar as verbas do FAT pelo Ministério da Educação, com a conseqüente utilização de sua estrutura para realização dos cursos de qualificação (FOLHA DE SÃO PAULO, CADERNO FOLHA DINHEIRO, 10 nov. 2002).

mínimas condições de competitividade e sobrevivência das novas gerações”. (1993, p.60)

A parceria entre capital e trabalho é uma condição imperativa para o desenvolvimento de projetos comuns no sentido da adequação tecnológica dos trabalhadores às necessidades que a indústria requer, como expressam as idéias da Força, ao afirmar que

“[...] o cidadão trabalhador, o cidadão empresário e o cidadão consumidor devem ser sócios da produtividade e da qualidade, parceiros da modernidade”. (FORÇA SINDICAL, 1992, p.8 apud RUMMERT, 2000, p.128)

O “déficit educacional” do país é uma das preocupações da Força Sindical que devem ser atacadas com a participação e o envolvimento de toda a sociedade e agentes interessados em coordenar ações no campo educacional.

Neste sentido, a Força Sindical sugere a “administração de um programa de identificação de necessidades de formação profissional contínua pelos sindicatos de trabalhadores e patronais, com a cooperação de organismos de formação profissional”. (FORÇA SINDICAL, 1993, p.492)

Segundo a proposta da FS, a educação geral e profissional são pressupostos para a modernização do sistema de formação de recursos humanos no Brasil. Esta modernização está associada ao desenvolvimento pleno das capacidades educacionais “com vistas aos desafios mais ambiciosos que os esperam no processo de produção”. (Ibid., p.485)

É interessante observar como estas idéias se deslocam do âmbito empresarial para o âmbito sindical e adquirem materialidade à medida que os trabalhadores objetivam uma qualificação pragmática que lhes dê acesso ao mercado de trabalho e que atenda suas necessidades práticas de sobrevivência nesse mercado.

Nessa ótica, questões como a formação das competências<sup>57</sup> e o ensino à

---

<sup>57</sup> A questão da formação das competências é problematizada nos estudos de Ramos (2001) e Kuenzer (2002). De modo geral, o conceito está vinculado “à capacidade de agir, em situações previstas e não



distância ocupam um lugar de destaque na proposta da Força Sindical. Aliás, esta vinculação do processo educativo com a perspectiva de formação de competências tem sido amplamente utilizada pelo empresariado para justificar a lógica da adaptação dos trabalhadores às novas requisições produtivas, principalmente no que diz respeito às responsabilidades individuais dos trabalhadores para realização dos procedimentos empresariais que respondem pela expansão e acumulação de capital.

No caso do ensino à distância, esta modalidade de ensino constitui-se uma das estratégias para acelerar o esforço de formação dos trabalhadores. A idéia encampada pela Força Sindical é que caberia basicamente às instituições privadas como Senai, Senac, Fundação Roberto Marinho, entre outras, a responsabilidade para desenvolver iniciativas concentradas de ensino à distância. Estas iniciativas, segundo o Projeto para o Brasil, poderiam ser reforçadas com o apoio de cooperação técnica internacional “para que peritos internacionais acompanhem a montagem de projetos de ensino à distância, desde sua concepção até sua operacionalização e avaliação”. (1993, p.492-493)

Nesta questão do ensino à distância, chamamos atenção para o fato de que esta modalidade expandiu-se no governo Fernando Henrique Cardoso, configurando-se em uma dos principais mecanismos de ampliação e fortalecimento do mercado privado de ensino. Vale dizer, do empresariamento da educação.<sup>58</sup> No governo atual, a prática do ensino à distância é apresentada como um dos mecanismos de inclusão de estudantes nos cursos superiores.

Em 1991, a Revista da Força Sindical, em edição histórica do seu Congresso de fundação, expressava com destaque, no seu programa de lutas, a temática

---

previstas, com rapidez e eficiência, articulando os conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida”. (2002, p.8) Nessa perspectiva, a formação de competência supõe o domínio científico e tecnológico que se impõe em face da complexificação dos processos de trabalho. É tratado, em grande parte da literatura crítica, como um modelo que visa mobilizar os elementos subjetivos do trabalhador para adaptá-lo às novas exigências empresariais. Por sua vez, Ramos (2001) nos apresenta novos elementos para analisar o tratamento-teórico metodológico dado ao conceito de competência, a partir do resgate do pensamento de diferentes autores da área de educação. Assim, sua posição é a de que há um deslocamento no campo conceitual da noção de competência para a de qualificação, expresso pela pseudo-autonomia do trabalho que se realiza sob novas formas e condições de gestão da força de trabalho.

<sup>58</sup> Sobre essa questão do empresariamento da educação, ver o extensivo estudo organizado por Neves, Lúcia (2002), com destaque para os artigos de Kátia Regina de S. Lima, Marcos Marques de Oliveira e Lúcia Maria Wanderley Neves.

da “Formação e reciclagem de mão-de-obra”. Nesse documento, o argumento da Central era o de que a capacitação profissional se constitui em uma resposta às possibilidades de desemprego decorrentes da implantação de novas tecnologias por parte do empresariado.

Concretamente, foi em 1997 que a Força Sindical deu início ao seu Programa Nacional de Qualificação Profissional, em convênio com o Ministério do Trabalho<sup>59</sup>. A concepção de qualificação que orienta à Força Sindical é a de que

“Diferentemente da educação tradicional, a qualificação é um tipo de formação direcionada, que atende as necessidades urgentes do trabalhador. Qualificação profissional significa ensinar uma profissão. Melhor ainda, ensinar para uma profissão. Melhor ainda, ensinar para uma profissão que dê oportunidades no mercado de trabalho. De nada adianta aprender profissões em vias de extinção”. (FORÇA SINDICAL, 1993, p.44)

Nesta concepção, estão implicadas duas observações fundamentais. Uma, a de que a qualificação pretendida é meramente instrumental, uma vez que responde exclusivamente pela formação para o mercado. A outra, a de que a Entidade dá como definitivas e imutáveis as transformações operadas no mundo da produção e, conseqüentemente, no mercado de trabalho, forma de aceitação e integração ativa à ordem capitalista. Naturaliza-se a condição de desemprego, de precarização do trabalho, de flexibilidade e, portanto, as determinações que os geraram. Aqui não há lugar para resistências, apenas para adequação dos trabalhadores e sua conformação à racionalidade dominante, como pode ser evidenciado no argumento de que

“Mais lógico é entender a rápida transformação que houve nos últimos anos no mercado de trabalho e oferecer

---

<sup>59</sup> Não raras vezes, a Força Sindical esteve envolvida com denúncias e constatações de irregularidades envolvidas na aplicação dos recursos do FAT. A imprensa teve acesso aos relatórios do TCU, onde se expõe que, no Plano de Trabalho de Qualificação Profissional da Força Sindical para o ano de 2000, a Central orçou seu programa em 25 milhões de reais para realizar 117 mil treinamentos. Destes, 132 mil foram gastos com passagens e 290 mil com uma equipe para fiscalizar a aplicação do fundo. No entanto, os indícios de irregularidades também são constatados na CUT, que movimentou 35 milhões e realizou pagamentos em notas fiscais; a SDS, ligada ao PSDB gastou 1 milhão para realizar um curso para os dirigentes aprenderem como obter recursos do FAT para organizar novos cursos e na FIESPE, que repassou à Fundação Roberto Marinho 6,7 milhões dos 13 milhões a que teve acesso.

treinamento rigorosamente definido para o mercado de trabalho. [...] Em 98, 80 mil pessoas [...] treinadas em mais de 40 cursos como telemarketing e telecomunicações sem fio — profissões novas e em ascensão — administração de crédito e cobrança, auxiliar contábil, inglês, espanhol e informática”. (Ibid., p.45)

Assim, ao identificar as novas configurações da economia mundial e, conseqüentemente, do mercado, a Força Sindical se identifica com as idéias econômicas que ocultam os interesses de classe e tenta tornar universais princípios e práticas que passam a ser objeto de ação política de uma central sindical que nada mais é do que o braço político da burguesia junto aos trabalhadores, na tentativa de construção de sua hegemonia na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso realizado para tratar da problemática da Formação Profissional dos Trabalhadores a partir dos anos 90 do século passado nos permitiu identificar algumas tendências gerais sobre a apropriação que as classes sociais fazem das necessidades de qualificação profissional dos mesmos, seja em resposta aos requerimentos empresariais, seja aos dos próprios trabalhadores.

Entendemos que este movimento se atualiza e adquire materialidade através das práticas sociais das classes e é expressão concreta do processo de produção e reprodução social na sociedade capitalista contemporânea.

A Formação Profissional dos Trabalhadores foi tematizada a partir das transformações macroestruturais que determinam mudanças no modo de acumulação capitalista e repercutem na conjuntura brasileira. Constatamos que estas mudanças incidem no reordenamento dos mecanismos e das instituições que afetam a reprodução das relações sociais de produção.

Dentre as mudanças operadas, identificamos as que evidenciam iniciativas políticas das classes dominantes no sentido destas construir uma sociabilidade do trabalho ainda mais compatível com os seus projetos de classe, através do esgarçamento das identidades e organizações classistas dos trabalhadores.

Amparadas na disseminação de idéias que questionam a centralidade do trabalho na formação do ser social, as classes dominantes radicalizaram uma cultura afirmativa de novas formas de pertencimento social, omitindo as determinações classistas e tecendo uma sociabilidade colaboracionista, da qual participam indiferenciadamente trabalhadores e proprietários dos meios de produção.

Qualificamos este movimento como formador de consensos e o

definimos como um mecanismo que legitima o projeto da burguesia como parte das tentativas de construção de hegemonia do capital. Este processo é marcado por tensões e contradições que envolvem a relação entre as classes e o Estado e expressam as disputas e/ou meios de subordinação de classes.

Na conjuntura dos passados anos 80, os trabalhadores foram sujeitos de processos de socialização da política e de conquistas sociais importantes, a despeito do quadro de recessão e de aviltamento das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores. Contudo, àquela altura, era possível demarcar as diferenciações de projetos e o sentido das lutas pela socialização da esfera da política, pela ampliação de direitos e pelo redirecionamento da política econômica.

Na seguinte década de 90, a crise econômica se aprofunda e, à medida que o capital não consegue mais se reproduzir a níveis alcançados em outras fases de expansão, ele muda, também, as formas de enfrentamento econômico e político da crise, determinando o surgimento de novos mecanismos de dominação e estratégias de acumulação.

Tais mecanismos e estratégias, como já afirmamos, incidem tanto nas práticas econômicas quanto nas práticas político-sociais nas quais se inserem os trabalhadores, organizados ou não. Para compreendermos essas mutações, enfocamos as estratégias utilizadas pelo capital e pelo Estado no que diz respeito à formação e qualificação profissional, como uma das tentativas de subordinar os interesses e necessidades do trabalho aos do capital, através da passivização das representações dos trabalhadores organizados em sindicatos e centrais sindicais.

Nessa perspectiva, identificamos que os intelectuais do capital, objetivando reatualizar sua intervenção na sociedade, construíram uma base ideológica que enfatizava o desenvolvimento das forças produtivas como o motor central da história e sobre a qual se edificariam as condições do progresso da sociedade. Ao identificar forças produtivas com progresso técnico, aqueles intelectuais afirmam a autonomização das forças produtivas em relação às determinações históricas que as constroem. Na trilha dessas idéias evidenciamos que as possibilidades de o trabalho se constituir em força revolucionária e motriz do processo de produção social foram

sitiadas.

A esse argumento vinculam-se os defensores da revolução tecnológica que apostam na conformação de uma racionalidade que identifica as novas necessidades da produção capitalista, objeto de ampla reestruturação produtiva, com os modos de ser e viver das classes trabalhadoras.

Com efeito, a cultura que as classes dominantes querem tecer é a de que somente sob o capitalismo há possibilidades concretas de distribuição e acesso a bens e serviços socialmente produzidos. E mais: veicula-se a idéia de que é através da mediação da ciência e da tecnologia — transformadas em fetiche — que se desenvolvem os processos de trabalho e de produção, razão porque somente tem sentido o trabalho objetivado “nas máquinas” e não mais a ação do indivíduo enquanto trabalhador coletivo. O culto à técnica é um dos elementos centrais da ideologia que pretende tratar o trabalho como aporte/suporte ou complemento das modernas tecnologias de produção.

Esta ênfase na modernização dos processos de trabalho é compatível com a emergência de novas condições de trabalho e formas de gestão, imprimindo características que obscurecem a natureza antagônica entre as forças sociais em presença na produção<sup>1</sup>.

Entendemos tratar-se de uma “nova forma histórica” do capitalismo, cujas expressões mais atualizadas encontram-se nas mudanças operadas nos processos de produção e acumulação, desta feita, em estreita articulação com o mundo das finanças, que concentra cada vez mais capital-dinheiro como *valor que se valoriza* através de um conjunto de imposições e pressões para elevar ao máximo a taxa de lucro e que, em última instância, só pode ser respondida com o aumento da produtividade do trabalho.

A materialidade dessas imposições se efetiva nas orientações

---

<sup>1</sup> Daí, podermos analisar esse movimento do capital como um fetiche, dado que as tecnologias, em si mesmas, não expressam as relações históricas que as determinam. Portanto, ciência e tecnologia são apresentadas sem as mediações necessárias para que se possa apreender a sua função e seu uso na sociedade capitalista, para além das aparências.

macroeconômicas dos organismos multilaterais de financiamento que atuam sobre os países periféricos os quais, por sua vez, aprisionados pela dependência de recursos estrangeiros para investimento se submetem às condições definidas por aqueles financiadores e o fazem a ponto de viabilizar profundas reformas que, além de se adequarem à crescente liberalização das finanças necessárias ao processo de acumulação e valorização capitalista, criam espaços de acumulação para que o capital se desenvolva livremente. Seja pela via da mercantilização da vida social, a exemplo da educação, seja pela criação de estratégias que, mesmo mediadas pela incapacidade de a economia capitalista absorver um vertiginoso contingente de trabalhadores, garantam o circuito de valorização.

Ao contrário do que se divulga, a intervenção do Estado é condição da reestruturação capitalista que está em curso. Nesse processo, ela é fundamental para assegurar as condições de reprodução ampliada do capital e para criar as bases ideológicas que vão procurar construir as possibilidades da hegemonia burguesa, em nível mundial. Daí, a necessidade imperativa de realização da reforma do Estado.

Nesse sentido, o nosso trabalho pôde identificar que a necessidade de a burguesia realizar uma reforma intelectual e moral exigiu um conjunto de iniciativas para tornar universal os seus interesses de classe. Através dos seus intelectuais, trabalhou molecularmente os elementos ideológicos que tornariam compatíveis os seus interesses com os dos trabalhadores. Para tanto, incorporou demandas e bandeiras históricas, invocou a sociedade civil para contribuir com a formulação de alternativas para a crise, abriu espaços institucionais de participação, estimulou as iniciativas empreendedoras, envolveu os trabalhadores com o discurso da cidadania e da democracia, tornando os seus projetos, aparentemente, os mesmos dos trabalhadores.

Nossa pesquisa demonstrou que as estratégias utilizadas pelo capital, com a mediação do Estado, para operar as mudanças necessárias, para formar os consensos e incorporar os trabalhadores à racionalidade dominante foram desenvolvidas com o sentido e a direção que interessavam ao capital, traduzindo-se na passagem da objetividade particularista da burguesia na ordem subjetiva na qual se movem as classes em presença.

A intervenção do Estado sobre a questão da qualificação profissional teve um peso decisivo no sentido deste viabilizar as condições para que a burguesia realizasse a reforma intelectual e moral necessária ao desenvolvimento do seu projeto de classe. Tudo indica que, ao atender às recomendações dos organismos financeiros internacionais, ao dialogar com o empresariado para formar “mão-de-obra” para o capital e, ao difundir a qualificação como sendo uma problemática dos trabalhadores, o Estado brasileiro abriu mão de ser dirigente de um processo de educação como direito coletivo e como dever do Estado.

No caso específico do nosso objeto — a qualificação dos trabalhadores — a investigação pôde evidenciar que esta estratégia foi amplamente empregada pelas agências multilaterais de financiamento, pelo empresariado, pelo Estado e pelos trabalhadores, representados nas suas centrais sindicais, como possibilidade de construção de hegemonia. Com o discurso de que a sociedade do conhecimento se constituía na chave do desenvolvimento e do progresso, a necessidade de qualificação foi difundida para toda a sociedade; por sua vez, e dadas as características da sociedade brasileira, tal questão foi apreendida e tratada pelos trabalhadores como acesso à educação, numa perspectiva mais ampla, vinculada supostamente ao exercício da cidadania.

Objeto de necessidades tanto do capital como do trabalho, a qualificação torna-se um fetiche na sociedade, posto que é identificada como mecanismo de inclusão, de mobilidade social, de autonomia, enfim, de conquista efetiva de cidadania. Conforme examinamos no nosso trabalho, uma cidadania ocultadora do viés classista, visando eliminar, aparentemente, os antagonismos. Até porque, uma classe que se pretenda universal tem que fazer com que o seu programa seja o programa de toda a sociedade.

O fetiche da qualificação, tal como compreendemos no nosso estudo, não se refere, rigorosamente, ao complexo categorial elaborado pela perspectiva marxiana. O uso que fazemos do fetiche em relação à qualificação profissional vincula-se à forma como as classes dominantes tratam a questão: elas deslocam as determinações materiais / objetivas que estão subjacentes aos processos de qualificação profissional e consideram que ela é uma questão individual, despida das mediações que lhe dão sentido na atual fase de acumulação capitalista. Ou seja, a qualificação não é e nem



deve ser para todos os trabalhadores.

À parte, a consciência de que a burguesia brasileira está longe de defender, mesmo nos limites da sua ordem, algum direito dos trabalhadores, no caso da qualificação profissional, tal postulação apresenta-se ainda mais problemática: primeiro, porque não se trata de um direito universal, cujo exercício poderia ser pensado no campo da formação profissional continuada; e depois, porque a questão da qualificação se dá num ambiente onde grassa o desemprego e onde os trabalhadores “qualificados” têm pouco ou nenhuma possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. Por esta razão, o apelo à qualificação como uma questão de cidadania parece ser apenas mais um argumento necessário à formação de pactos sociais entre trabalhadores e capitalistas.

Neste sentido, a definição que as classes dominantes têm da qualificação profissional como uma questão afeta à cidadania parece ser mais uma tentativa de esvaziar o conteúdo político das necessidades da classe trabalhadora, apagando os antagonismos de classe e tornando os projetos classistas indiferenciados. No nosso entendimento, isto é o que qualifica o *novel* da ideologia da intervenção estatal e o método que caracteriza o transformismo da burguesia.

Mostra-se claramente o sentido que este processo político imprime à questão da qualificação. Trata-se de construir uma outra sociabilidade compatível com as atuais necessidades do capital. Assim é que, ao responder a essas iniciativas, as classes subalternas se tornam partícipes da ordem do capital.

Ao longo do nosso estudo, podemos perceber como essas questões estão articuladas aos mecanismos mais gerais que são tecidos pelo capital e Estado para conduzir os trabalhadores para a sua racionalidade. O suposto é o de pensar na perspectiva do projeto dominante.

Merece atenção o papel que o empresariado brasileiro teve nesse processo. A mudança de rota que ele empreendeu para se adequar às necessidades do capitalismo internacional implicou a exigência de reafirmar o seu papel dirigente na sociedade. Para isso, exerceu seu protagonismo definindo princípios e formulando propostas direcionadas à questão da educação e, particularmente, da qualificação dos

trabalhadores, como parte de um processo de recomposição da sua rentabilidade, competitividade e produtividade, elementos centrais presentes na chamada acumulação sob a dominância das finanças.

Impelidos a aumentar sua competitividade, isto é, aumentar a exploração sobre o trabalho, os empresários cobram do Estado políticas mais incisivas que sejam capazes de lhes assegurar uma participação, ainda que subordinada, no mercado capitalista mundial. A proposição de ampliar os processos de educação básica e de qualificação profissional inscreve-se nesse processo mais geral. Todavia, no Brasil, dada a formação histórica e as condições sob as quais o trabalho foi organizado, o capital e o Estado transformaram processos instrumentais, práticos e restritos, no sentido de formação de competências específicas para o trabalho, em uma política de educação.

Por esta razão, como demonstrou a pesquisa sobre o discurso das centrais sindicais, os trabalhadores aderiram àquelas propostas, compreendendo que existia espaço para a disputa de projetos societários, pela via da qualificação e dos mecanismos criados para sua execução: participação nas comissões tripartites para negociar projetos de qualificação, possibilidade de negociação dos recursos destinados aos programas, liberdade para montagem dos cursos e definição dos seus conteúdos, entre outros.

Na realidade, estas conquistas dos trabalhadores, produto do processo de socialização da política dos estudados anos 80, foram conduzidas dentro dos limites que fundamentam a democracia liberal e que, sob o capitalismo, não pode ser universalizada. Limites os quais também se refletiram na ação prático-política dos sindicatos, fraturando as identidades e as lutas dos trabalhadores.

Um novo elemento se coloca nesse processo: as experiências que parte das direções sindicais e seus intelectuais tiveram junto ao Estado e, com elas, a possibilidade de compor a institucionalidade, através da participação remunerada ou não, em conselhos e representações governamentais e empresariais, foram decisivas no deslocamento daqueles, no terreno das lutas de classes.

Enquanto tendência, podemos pensar esse movimento como uma

incorporação dessas direções à lógica dominante, principalmente porque mediado por uma determinação que é material, a qual lhes possibilita uma nova forma de ser, de pensar, de agir. A “forma material” constituiu-se em base ideológica para que as direções dos trabalhadores e seus intelectuais pudessem realizar, plenamente, o projeto da racionalidade dominante. Agora, essa incorporação não é somente ideológica, mas também, material. Razão porque, a estes é facultada a possibilidade de serem acionistas das empresas e parceiros do capital.

Para este segmento, há um tipo específico de qualificação: não é aquela oferecida como parte das iniciativas de preparação para o ingresso no mercado de trabalho, de atualização ou aperfeiçoamento, por exemplo. Mas, uma qualificação voltada à formação de gestores do capital e das suas empresas.<sup>2</sup>

A chamada “dívida com o social” mobilizou toda a sociedade, a qual, imbuída de objetivos de superação de carências materiais e de possibilidades para ascender socialmente, viu nos processos educacionais a resposta para as problemáticas decorrentes da ausência de escolarização, de que é exemplo o desemprego. Para os trabalhadores, o acesso a instituições formativas no campo do trabalho — seja via ensino profissional, seja como qualificação ou requalificação — se apresenta como uma “porta de saída” para ultrapassar as condições de desigualdades, posto que passariam a ser partícipes de um processo educativo, fato que permitiria maior mobilidade social, via ingresso no mercado de trabalho.

Vale salientar que, ao estimularem e enaltecerem a educação profissional como uma alternativa de “inclusão social”, os empresários o fizeram utilizando símbolos e linguagens que, para além de uma nova terminologia, tiveram o importante papel de socializar conceitos e perspectivas empresariais como as de empreendedorismo, parcerias entre o público e o privado, responsabilidade social,

---

<sup>2</sup> É possível tratar dessa questão do deslocamento de parte das direções sindicais e de seus intelectuais como um aprofundamento de uma tendência histórica do capitalismo. Com as devidas mediações e considerando as particularidades históricas sobre as quais estava debruçado, Lenin (1979) vai trabalhar essa tendência como sendo um aburguesamento da vanguarda operária. Contemporaneamente, Francisco de Oliveira (2003) levanta a mesma questão para explicar a conjuntura brasileira, ao afirmar sobre a formação de uma nova classe, originária dos quadros das direções sindicais. Duménil e Lévy (2003) também vão abordar o tema a partir dos processos de gestão empresarial, os quais configuram uma nova relação entre a finança e os gestores. Embora sem aprofundarmos a polêmica implicada nesses posicionamentos, concordamos que esse processo pode indicar uma tendência histórica do capitalismo, que é a de “deformação” da direção operária.

empresa-cidadã, iniciativas que transitam da ciência política do capital para a da economia política do trabalho, sem maiores distinções.

A respeito dessa questão, nossa exposição evidenciou que as iniciativas empresariais, ao contrário das dos trabalhadores, tinham a preocupação de interferir e transformar os mecanismos da grande política; e o fizeram através dos seus intelectuais que puderam discutir, formular e pautar a agenda do Estado e até mesmo a dos trabalhadores, no que diz respeito à educação e qualificação profissional.

Como já referido anteriormente, ao incorporar as demandas dos trabalhadores e transformá-las em objeto de intervenção política, o empresariado e o Estado realizaram um processo de passivização das lutas dos trabalhadores, vulnerabilizando os vetores de politização das suas demandas e necessidades, cujas condições materiais de existência, nesse momento de crise, já estão bastante fragilizadas.

Ao propor um perfil do trabalhador “preparado” para intervir nos processos produtivos, o empresariado tende a confundir os projetos de classe, dotando-os de conteúdos aparentemente idênticos, mas, na realidade, respondem a interesses particulares à sua racionalidade.

Neste sentido, é importante afirmar que a estratégia do transformismo constituiu-se no principal meio das classes dominantes absorverem as necessidades dos antagonistas, os trabalhadores, imprimindo-lhes um conteúdo e direção compatíveis com o seu projeto econômico e político. O atendimento dessas necessidades se dá pela incorporação dos trabalhadores à institucionalidade capitalista (estatal ou não), fazendo-os formular propostas e programas de qualificação e requalificação, sob o argumento da democratização das relações entre capital, trabalho e Estado. Tornados parceiros do Estado e do empresariado, os trabalhadores não foram capazes de analisar a realidade e entender que as mesmas iniciativas que estimulavam a ampliação do conhecimento, o empreendedorismo, o trabalho autônomo, a empregabilidade, as parcerias e a cidadania, também eram geradoras do crescimento da miséria, do desemprego, da eliminação de direitos e da extrema precarização das suas próprias condições de vida e de trabalho.

Por mais que a educação seja compreendida pelos trabalhadores como uma possibilidade de “inclusão” e de exercício da cidadania, as determinações mais gerais do processo capitalista cancelam essa possibilidade. Nesse quadro, o que se coloca é uma igualdade formal entre capitalistas e trabalhadores, mas, na verdade, o que se constata é uma subalternidade real do trabalho frente ao capital.

O que nos pareceu claro nesse processo é que a qualificação dos trabalhadores tornou-se constitutiva da estratégia de construção da burguesia junto a uma determinada parcela da classe trabalhadora (o segmento assalariado e organizado), operando inflexões significativas sobre as práticas político-organizativas daqueles e sobre a sua subjetividade, posto que os indiferenciou enquanto classe e enquanto projeto, promovendo uma diluição dos elementos objetivos da consciência para si e uma desidentificação de classe. Na prática, observamos que a burguesia atualizou as formas de subsunção real do capital sobre o trabalho e redefiniu os mecanismos de subalternidade política dos trabalhadores.

Do ponto de vista dos trabalhadores, é importante destacar que a CUT trabalhou a concepção de cidadania e perseguiu os objetivos de democratização do Estado como se isso fosse possível na ordem capitalista. Ou seja, o tratamento teórico-metodológico e prático imprimido pela Central para responder às necessidades do trabalho foi orientado por uma perspectiva política burguesa. Como tudo indica, o projeto dos intelectuais do capital foi absorvido pelas direções das Centrais e tende a apresentar-se como um projeto de toda a sociedade.

Dado que a prática política da Entidade era, no fundamental, a mesma do discurso do capital, ela acentuou seu movimento de integração à ordem, aceitando as decisões e os limites impostos pelas instituições estatais e privadas quando da apresentação e aprovação de projetos de qualificação a serem desenvolvidos pelos sindicatos. Tais estratégias foram exitosas à medida que os mecanismos ideológicos colocados em prática pelos teóricos e práticos do capital conseguiram atingir parte das direções majoritárias da Central e levá-las a uma posição defensiva e legitimadora dos processos em curso. A crescente burocratização da Entidade, o despreparo teórico de parte dos seus dirigentes para aprofundar a capacidade de crítica sobre os processos de mudança em curso e o papel dos seus intelectuais, que se deslocaram da classe que

representavam e se afastaram das necessidades do trabalho, tudo isso resultou em um processo de integração à ordem capitalista.

O Estado exerceu um papel fundamental nesse esgarçamento das identidades dos trabalhadores, posto que atraiu parte dos intelectuais de esquerda para o seu campo — os quais ocuparam cargos estratégicos nos órgãos formuladores e decisórios da política de educação profissional e mesmo do FAT — operando um verdadeiro transformismo, o qual, sob as vestes de uma aparente democratização da gestão estatal, acelerou as mudanças necessárias e manteve a reprodução da força de trabalho nos níveis exigidos pelos novos princípios orientadores da economia.

Com efeito, esta posição negocial, propositiva e participativa nos marcos desse processo de reestruturação capitalista que envolve não somente a economia, mas, sistemáticos mecanismos políticos, foi a principal característica do sindicalismo nos passados anos 90 e que se estende aos anos 2000. Acuados pelas profundas mudanças na economia e nas instituições sindicais, interlocutoras das suas reivindicações, os trabalhadores viram-se, por um lado, entre os propósitos da reforma do Estado, da flexibilização e precarização do trabalho e, de outro, frente às possibilidade de construir uma alternativa no campo da educação dos trabalhadores, pautando a luta pela emancipação política no leito de um projeto social emancipatório.

Sobre a Força Sindical, as nossas conclusões são de que esta Central apenas legitimou um determinado projeto de sociedade e o implementa cotidianamente, subsumindo os elementos ético-políticos ao nível corporativo. Mesmo apresentando propostas, fica patente que o seu horizonte apenas reafirmou a racionalidade capitalista. E, no caso da qualificação dos trabalhadores, sua funcionalidade está relacionada a um projeto de país moderno e orgânico aos interesses capitalistas. Não há tensões ou contradições para disputar a construção de uma outra sociabilidade. Ao contrário da CUT, que, entre a organicidade construída junto aos trabalhadores nos anos 80 e o transformismo dos anos 90 e 2000, teorizou a problemática da qualificação, embora o fizesse nos limites do projeto antagonista.

Assim, um elemento que unifica a ação das duas Centrais, nesse processo, é o fato de que nenhuma delas apresentou um projeto alternativo que

rompesse com a institucionalidade dominante. A racionalidade capitalista se transformou na racionalidade do trabalho e encontrou espaço para se desenvolver sem constrangimentos, como mostramos em nossa pesquisa. A diferença entre a intervenção política das duas centrais é que a CUT assumiu o fetiche do capital e não foi capaz de fazer a distinção entre aparência e essência, o que a colocou na condição de partícipe de um processo de reconstrução de uma outra sociabilidade, de reconstrução de um projeto de classe. Já em relação à Força Sindical, essa questão não é tematizada, pois, como expomos, a aparência se identifica com a essência. Portanto, não há fetiche.

Longe de se tornarem ações educativas formadoras de uma “*nova civiltà*”, os programas de qualificação e requalificação profissional realizados pelos dirigentes e intelectuais dos sindicatos e sua Central, a CUT, indicam que o fato de serem desenvolvidas propostas pedagógicas próprias não lhes confere o estatuto de formuladores e disseminadores da “outra hegemonia”. Ou, de serem intelectuais orgânicos da classe. Também não significa que a incorporação de um *quantum* de conhecimentos, por parte dos trabalhadores, permita superar a condição de exploração a que está submetida grande parte da força de trabalho na periferia do capitalismo mundial.

A superação das atuais condições materiais de existência das classes subalternas e a conseqüente elevação intelectual e moral destas não podem se restringir a uma política específica sem que as bases de sustentação dessa política sejam alteradas. Em outros termos, não se mudam tais relações se os fundamentos econômicos que as norteiam são conservados a todo custo. Daí o nosso questionamento sobre as possibilidades de as propostas do capital, invocadas pelo empresariado e mediadas pelo Estado, poderem, nessa conjuntura, transformar-se em objeto de disputa pela hegemonia na sociedade. Nossa conclusão é de que isso não é possível, no atual quadro de disputa hegemônica

Nossa investigação mostrou que a qualificação, enquanto tentativa de construção da hegemonia dominante, só pôde ser pensada enquanto tal porque se transformou num mecanismo de absorção da racionalidade do antagonista histórico. E, nessa direção, as classes dominantes ofereceram contrapartidas que envolviam recursos financeiros e possibilidades de interferir na definição de prioridades e na formulação e

execução dos programas. Sobre este aspecto, é necessário destacar que o diferencial de recursos destinados às Centrais já indicava a impossibilidade de fazer embate de projetos, como acreditava a CUT. Outra questão, não menos importante, é a tendência que se vai construindo nas Centrais, e particularmente na CUT, de se tornarem braços financeiros do chamado “capitalismo dos trabalhadores”. Exemplar dessa tendência é a administração de fundos de pensão e a formação de clubes de acionistas minoritários, com a participação de trabalhadores.

Ainda nesse rastro, merece atenção a questão do controle sobre os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. As recentes denúncias sobre a malversação das verbas do FAT envolvem desde as fundações ligadas a partidos políticos, como irregularidades nos planos de qualificação e requalificação executados pelos sindicatos e suas centrais. Este aspecto nos leva a questionar o discurso do controle democrático desse Fundo, razão pela qual os trabalhadores defendem a participação nas suas instâncias para disputar recursos. Além disso, pode-se pensar no papel “corruptor” que fundos públicos como este tendem a assumir. Não são poucas as denúncias de que são estes mesmos recursos do Fundo que financiam a qualificação dos trabalhadores e os processos de privatização no país.

Admitimos que esta estratégia de qualificação-requalificação dos trabalhadores, muito bem tecida pelo capital com o concurso do Estado, tende a se afirmar como uma contra-revolução da burguesia. Esta assertiva tem como suposto o fato de que a educação é uma área estratégica para realizar os objetivos capitalistas e também de interesse para o empresariado no sentido de dar uma direção aos seus projetos de classe. Mas, esta estratégia não pode prescindir da criação de novos elementos que incidam sobre a objetividade e a subjetividade dos trabalhadores. Assim sendo, é necessário atrair parte dos subalternos a sua racionalidade, de modo a que sejam mobilizados aqueles elementos que supostamente dariam unidade à ação e aos interesses dos trabalhadores.

Esta contra-revolução coloca-se no plano da elaboração de um pensamento que deve se tornar comum às classes, transformando-as em parceiras, em sociedade civil genérica. E, através do “pensamento único”, que define formas de pensar e agir segundo as determinações do mercado e da liberdade, submeter os



movimentos sociais, de uma maneira geral, a uma agenda positiva no interior do capitalismo.

Por outro lado, esta contra-revolução tenta inviabilizar qualquer possibilidade de realização de hegemonia dos trabalhadores que seja capaz de superar o terreno do econômico-corporativo e se afirmar enquanto elaboração do momento ético-político, momento este que comporta a autonomia das classes subalternas. Na realidade, o que ela comporta são apenas reformas superficiais que aparentemente têm um mecanismo democrático e um discurso crítico, desde que os mesmos não impeçam a continuidade da reprodução capitalista e a expansão da esfera da classe burguesa.

No momento, vislumbramos o aprofundamento deste movimento de contra-revolução no sentido de que as mudanças nas formas de sociabilidade capitalista que respondem pela necessidade de tornar universal as condições materiais que direcionam o seu projeto estão mais explícitas. Desse modo, justifica-se o redirecionamento dos projetos das classes subalternas e a sua reconstrução. A “nova” forma histórica do capitalismo é a construção da “nova” forma histórica do trabalhador. Do trabalhador requerido pelo capital, associado a ele e já integrado à ordem, pela via das iniciativas que estão em andamento, a exemplo das reformas trabalhista e sindical.

Mais do que nunca, é uma necessidade do capital criar mecanismos ideológicos que visem a transformar a formação dos trabalhadores em uma questão de interesse de toda a sociedade, sem que os traços de classe sejam expostos. Ao contrário, tudo se passa como se todos os trabalhadores tivessem a possibilidade de, sob quaisquer condições — objetivas e subjetivas — galgar posições na ordem capitalista, através da apropriação de conhecimentos massificados, certificados e devidamente reconhecidos como a chave da superação da desigualdade e propulsora do progresso.

Ao moverem-se no campo da ordem capitalista, as práticas corporativas, a exemplo das organizações sindicais, tendem a se burocratizar e a se afastar dos interesses orgânicos das classes que representam. Assim, acabam por aprofundar a dimensão defensiva dos trabalhadores e aproximá-los de uma ordem que se contrapõe à da sua classe. Do mesmo modo, os limites do partido se entrecruzam aos do sindicato, posto que, ao não conseguir organizar os trabalhadores realizando um programa próprio

e criar as condições necessárias à superação da sociedade capitalista, a tendência é a de reproduzir o programa dos partidos burgueses e se afastar das grandes massas em movimento. Este quadro favorece as práticas de adesão e, igualmente, as de absorção à racionalidade dominante.

Por fim, se pautamos toda nossa análise no movimento de tendência, é necessário apontar para uma questão central que atravessou nossa investigação: as respostas que o capital vem dando a esta crise não são definitivas. Porque não se trata de uma ruptura com as formas anteriores dessa racionalidade, mas de uma atualização das condições de seu domínio, o que confirma a assertiva de que o velho não morreu e o novo não pode nascer. Por isso mesmo, acreditamos que as possibilidades de construção de hegemonia dos trabalhadores continuam no horizonte. Adaptação e resistência convivem. Os elementos de coerção e consenso combinam-se, segundo as dinâmicas das conjunturas. As experiências históricas mostraram que movimentos que emergiram e que pareciam condenar as classes trabalhadoras ao desaparecimento não conseguiram suprimir os antagonismos de classe.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, E. A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise. In: HOBBSBAWN, E. (Org.). **História do Marxismo**, v. 8, São Paulo : Paz e Terra, 1987.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo : Boitempo Editorial, 2000.

AMARAL, A.S. de. Qualificação, sociedade civil e desidentidade de classe: os desafios para o sindicalismo. **Outubro**: revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 5, 2001.

ANDERSON, P. **A batalha das idéias**. 13 nov. 2003. Disponível em <http://resistir.info> Acessado em 8 dez. 2004.

ANTUNES, R. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas : Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. (Org.) Reestruturação produtiva: trabalho e sindicatos no Brasil. Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. In: \_\_\_\_\_. **Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro**. São Paulo : Boitempo Editorial, 1997.

ARCARY, V. **As esquinas perigosas da história**: situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo : Xamã, 2004.

ARENAS, E. Tensões na formação profissional da CUT e na disputa dos fundos públicos. **Outubro**: revista do Instituto de Estudos Socialistas, Campinas, São Paulo, n. 6, 2002.

ARRUDA, G.C.M. Qualificação profissional nos tempos presentes: decifra-me ou te devoro. In: CARLEIAL, L.; VALLE, R. (Orgs.) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo : Hucitec, 1997.

BADALONI, N. Liberdade individual e homem coletivo em Antonio Gramsci. In: FERRI, F. **Política e história em Gramsci**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

BALIBAR, E. Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico. In: ALTHUSSER, L.; ESTABLET, R. **Ler o capital**. Rio de Janeiro : Zahar, v. 2, p. 153-267, 1980.

BANCO MUNDIAL. **Brasil justo, competitivo e saudável**: contribuições para o debate. Banco Mundial, 2002.

\_\_\_\_\_. **Do confronto à colaboração**: relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. **Globalização, crescimento e pobreza**: a visão do Banco Mundial sobre os efeitos da globalização. Relatório de pesquisa política do Banco Mundial. São Paulo : Futura, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Banco Mundial e o Brasil**: uma parceria de resultados. 2. ed., 2005, Disponível em <http://www.bancomundial.org.br> . Acesso em 4 set. 2005.

\_\_\_\_\_. **O combate à pobreza no Brasil**: relatório sobre pobreza, com ênfase nas políticas voltadas para a redução da pobreza urbana. v. 1. Resumo do relatório. Mar. 2001.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**: o estado num mundo em transformação. Indicadores selecionados do desenvolvimento mundial. Washington, 1997.

BARCELONA, P.; COTTURRI, G. **El estado y los juristas**. Barcelona : Fontanella, 1976.

BEAUD, M. **História do capitalismo de 1500 até nossos dias**. Rio de Janeiro : Brasiliense, 1987.

BEHRING, E.R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo : Cortez, 2003.

BELL, D. **El advenimiento de la sociedad post-industrial**. Madrid : Alianza Editorial, 1976.

BELUZZO, L.G.; COUTINHO, R. (Orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. São Paulo : Brasiliense, 1983.

BENJAMIN, C. **Antes que seja tarde demais**. 8. nov. 2004. Disponível em <http://resistir.info> Acesso em 8 dez. 2004.

BERNSTEIN, E. **Las premisas del socialismo y las tareas de la social democracia**. Madrid : Siglo Veintiuno, 1982.

BEZERRA, F. **A palavra da indústria**. Coletânea de pronunciamentos. 1995-2002. Brasília : CNI, 2002.

BIANCHI, A. **Hegemonia em construção**: a trajetória do PNBE. São Paulo : Xamã, 2001.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo : Boitempo Editorial, 1998.

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo : Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

BODEI, R. Gramsci: vontade, hegemonia, racionalização. In: FERRI, F. **Política e história em Gramsci**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

BOITO JR, A. (Org.) *et al.* **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo : Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo : Xamã, 1999.

BONELLI, R. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: reação empresarial ao mercado de trabalho. In: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Abertura e ajuste no mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro : Editora 34, 1999.

BORJA, J. O papel do cidadão na reforma do estado. In: PEREIRA, B.LC.; WILHEIN, J.; SOLA, L. **Sociedade e estado em transformação**. São Paulo : UNESP; Brasília : ENAP, 1999.

BORÓN, A.A. **A coruja de Minerva**: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro : Vozes; CLACSO; LPP, 2001.

\_\_\_\_\_. El Estado y 'las reformas del Estado orientadas al mercado': los 'desempeños' de la democracia en América Latina. In: KRAWCZYK, N.R.; WANDERLEY, L.E. (Org.). **América Latina**: estado e reformas numa perspectiva comparada. São Paulo : Cortez, 2003.

BRAGA, R. **A nostalgia do fordismo**: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo : Xamã, 2003.

\_\_\_\_\_. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo : Xamã, 1997.

BRANDÃO, N.A. **Crise e reestruturação capitalista**: manutenção ou construção de uma nova ideologia? Uma análise da Central Única dos Trabalhadores. Dissertação (Mestrado). Programa de Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Questões críticas da educação brasileira**: consolidação de propostas e subsídios para ações nas áreas da tecnologia e da qualidade. Brasília : SENAI, Banco do Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Centro de gestão do conhecimento em educação**. 2004a. Disponível em <http://www.governoeletronico.gov.br/governoeletronico/index.html> Acesso em 2 fev. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programação do seminário internacional saber global**. 2004b. Disponível em <http://www.governoeletronico.gov.br/governoeletronico/index.html>  
Acesso em 2 fev. 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatórios gerenciais do FAT: recursos do FAT alocados nas centrais**, 2003. Disponível em <http://www.mte.gov.br> Acessado em 6 nov. 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho, SINE / CE. TEIXEIRA, F. (Coord.). **Reestruturação produtiva da indústria cearense: novos paradigmas de produção e consumo da força de trabalho**. Relatório de pesquisa, 1996.

CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro : UFRJ, 1999.

CARDOSO, A.C. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo : Boitempo Editorial, 2003.

CARLEIAL, L.; VALLE, R. (Orgs.). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo : Hucitec, 1997.

CARNEIRO, R.M. **Estratégias de controle do capital sobre o trabalho na flexibilidade produtiva: uma análise da subjetividade do trabalho**. Projeto de qualificação de doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

CASTELS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

CASTILLO, N.I. **Automação e qualificação do trabalho: elementos para um enfoque dialético**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências. Programa de Pós-graduação em Política Científica e Tecnologia. Universidade Estadual de Campinas, 1996.

CASTRO, N. (Org.). **A máquina e o equilibrista: inovação na indústria brasileira**. São Paulo : Paz e Terra, 1995.

CASTRO, N. **Caminhos cruzados**: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo : Editora 34, 2004.

CÉSAR, M. de J. **Empresa-cidadã**: uma estratégia de hegemonia. Tese (Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Escola de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

CHATELÊT, F. Dialética, diálogo e discussão. In: **Preguntas y réplicas**. México : Fondo de Cultura Económica, 1989.

CHESNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo : Xamã, 1998.

\_\_\_\_\_.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo : Xamã, 2003.

CIAVATA, M.R. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CLARKE, S. Crise do fordismo ou crise da social-democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, CEDEC/Marco Zero, 1991.

CNI. **A indústria e o Brasil**.. Uma agenda para o crescimento. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ato na FIES reúne 120 empresários**. Revista da Indústria. Brasília, 30 jun. 1997.

\_\_\_\_\_. **Competitividade e crescimento**. A agenda da indústria. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Insistir é preciso e silenciar seria manter a injustiça**. Revista da Indústria. Brasília, 25 ago. 1997.

\_\_\_\_\_. **Sem reformas não há crescimento**. Revista da Indústria. Brasília, 25 ago. 1997.



COELHO, E. Outra hegemonia: sobre algumas leituras petista de Gramsci e suas reviravoltas. **Outubro**: revista do Instituto de Estudos Socialistas, n. 12. São Paulo, 2005.

CRUZ, S.V. **Estado e economia em tempo de crise**. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1997.

CUT. **Avaliação externa da política nacional de formação da CUT**. São Paulo : Xamã, 1997.

CUT. Congresso Nacional da CUT. **Resoluções do 3.º CONCUT**. São Paulo : 1988.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional da CUT. **Resoluções do 5.º CONCUT**. São Paulo : 1994.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional da CUT. **Resoluções e registros do 6.º CONCUT**. São Paulo : 1997.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional da CUT. **Teses do 4.º CONCUT**. São Paulo : 1991.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional da CUT. **Teses do 7.º CONCUT**. São Paulo : 2000.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional da CUT. **Texto base da direção nacional do 7.º CONCUT**. Serra Negra, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Relatório do CONEFOR**. Um olhar avaliativo sobre nossa experiência: apontando diretrizes para a estratégia. Mimeo. 2001/2003.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Núcleo Nacional de Gestão**. Mimeo. 2000.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Formação. **A intervenção da CUT nas políticas públicas de geração de trabalho, emprego, renda e educação dos trabalhadores: avaliação, resultados e ampliação de perspectivas**. Organizado por Martinho da Conceição *et al.* São Paulo : CUT, Unitrabalho, 2003.

CUT . Secretaria Nacional de Formação. **Revista Forma e Conteúdo**. Edição especial da II Conferência da Política Nacional de Formação. n. 11, ago. 1992.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Formação. **Revista Forma e Conteúdo**. n. 9, dez. 1999.

DAHLMAN, C. O desafio da revolução do conhecimento para a indústria dos países em desenvolvimento. In: JOHANNPETER, G. **O futuro da indústria no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro : Campus, 1999.

DE SÉLYS, G. La escuela, gran mercado del siglo XXI. In: **La educación no es una mercancía**: selección de artículos publicados en Le Monde Diplomatique. Aún Creemos en los Sueños. n. 32, Chile, jul. 2003

DELGADO, I.G. **Previdência social e mercado no Brasil**: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira. São Paulo : LTR, 2001.

DIAS, E. *et al.* **O outro Gramsci**. São Paulo : Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização. **Textos didáticos**. Campinas, SP : IFCH/UNICAMP. 2. ed., n. 29; set. 1999.

\_\_\_\_\_. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. São Paulo : Xamã, 2001.

\_\_\_\_\_. **Liberalismo e marxismo**: o embate hegemônico. Texto mimeo, 2005.

\_\_\_\_\_.; BOSI, A. de P. Estado, capital e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil. **Outubro**: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 12, 2005

DIEESE. **Contingente de trabalhadores com carteira assinada**. Disponível em <http://dieese.org.br> Acesso em 6 nov. 2004.

DIEESE. O polêmico peso dos encargos sociais no Brasil. In: **Pesquisa DIEESE** n. 12. Encargos sociais no Brasil: conceito, magnitude e reflexos no emprego. São Paulo, 1997.

DINIZ, E.; BOSCHI, R.R. **Empresariado nacional e estado no Brasil**: Brasil anos 90. Rio de Janeiro : Forense, 1978.

\_\_\_\_\_. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais**: Brasil anos 90. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2000.

DRUCK, G.M. da. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica. Bahia : Edufaba; São Paulo : Boitempo Editorial, 1999.

FELICE, F. de. Revolução passiva, fascismo e americanismo em Gramsci. In: FERRI, F. (Coord.) **Política e história em Gramsci**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, v. I, 1978.

FIDALGO, F.S. Qualidade, novas tecnologias e educação. In: \_\_\_\_\_; MACHADO, L.R. de S. (Orgs.) **Controle da qualidade total**: uma nova pedagogia do capital. Belo Horizonte : Movimento de Cultura Marxista, 1994.

FIORI, J.L. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro : Insight, 1995.

FOLHA DE SÃO PAULO. **2004 — educação, o fator decisivo**. MORAES, A.E. de. Artigo de opinião. São Paulo, dez., 1983.

\_\_\_\_\_. **Governo quer ampliar poder no sistema S**. SIMON. Caderno Folha Dinheiro. São Paulo, 26 set. 2002.

\_\_\_\_\_. **Indústria emprega menos; serviços crescem**. Caderno Folha Dinheiro. São Paulo, 11 ago. 2002.

\_\_\_\_\_ **Investimento em educação cai 58% desde 95**. Editorial: Caderno Folha Cotidiano. São Paulo, 6 ago. 2004. Disponível em <http://www.uol.com.br> Acesso em 6 ago. 2004b.

FOLHA DE SÃO PAULO . **Lula enfrenta maior desemprego da história.** Caderno Folha Dinheiro. 16 fev. 2002.

\_\_\_\_\_. **Lula quer sacar verba do FAT para Centrais.** Caderno Folha Dinheiro. 10 nov. 2002.

\_\_\_\_\_. **Na década, indústria fecha 805 mil vagas.** Caderno Folha Dinheiro. 18 jan. 2004.

\_\_\_\_\_. **Temor de desemprego impulsiona produtividade.** Caderno Folha Dinheiro. 22 out. 2000.

FORÇA SINDICAL. **Revista da Força Sindical.** Ano I, n. 1. São Paulo, jun. 1991.

\_\_\_\_\_. **Um projeto para o Brasil;** a proposta da Força Sindical. São Paulo : Geração Editorial, 1993.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade.** São Paulo : Nova Cultural, 1998.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva.** São Paulo : Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **Educação e crise do capitalismo real.** São Paulo : Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, P.A.A.; SILVA, T.T. da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação.** Rio de Janeiro : Vozes, 1994.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Revista Conjuntura Econômica. n. 3 v. 56, Rio de Janeiro, mar. 2002.

GARCIA, J. **O negócio do social.** Rio de Janeiro : Zahar, 2003.

GENTILI, P.A.A. O discurso da 'qualidade' como nova retórica conservadora no campo educacional. In: \_\_\_\_\_.; SILVA, T.T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação.** Rio de Janeiro : Vozes, 1994.

GIANOTTI, V. **Força sindical:** a central neoliberal de Medeiros a Paulinho. Rio de Janeiro : Mauad, 2002.

GOHN, M. da G. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONG e redes solidárias. São Paulo : Cortez, 2005.

GORZ, A.L. **Immatériel**: connaissance, valeur e capital. Paris : Galilée, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 1. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, v. 2, 3. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, v. 4. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Escritos políticos**. 1. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, v. 1, 2004.

GRESPLAN, J. L. da S. **O negativo do capital**. o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo : Hucitec, 1999.

GUIMARÃES, J. **Democracia e marxismo**: crítica à razão liberal. São Paulo : Xamã, 1999.

HABERMAS, J. **Reconstrucción del materialismo histórico**. Madrid : Taurus, 1996

\_\_\_\_\_. **Teoría da la acción comunicativa**: crítica de razón funcionalista. Madrid : Taurus, 1987.

HADDAD, S. Separação entre as perspectivas econômica e social impõe limites ao desenvolvimento latino-americano. Comentário à palestra de Atílio A. Borón. In: KRAWCZYK, N.R.; WANDERLEY, L.E. (Org.). **América latina**: estado e reformas numa perspectiva comparada. São Paulo : Cortez, 2003.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo : Loyola, 2004.

HAYECK, F.A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro : Instituto Liberal, 1990.

HOBSBAWN, E. (Org.). **História do Marxismo**. v. 2. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.

HOBBSAWN, E. (Org.). **História do Marxismo**. v. 3, 4 e 5, 2. ed., v. 7. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ . v. 6. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ . v. 8, 9, 10. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

HUSSON, M. **A miséria do capital**. Lisboa : Terramar, 1996.

JESSOP, B. Capitalismo informacional e império: a celebração pós-marxista da hegemonia dos Estados Unidos. **Outubro**: revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 12, 2005.

JOHANNPETER, G. A empresa brasileira na economia global. In: CASTRO, A. *et al.* **O futuro da indústria no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro : Campus, 1999.

JORNAL DO BRASIL. **De cada 100 brasileiros, 13 tornam-se empreendedores**. Caderno Especial Pequenas Empresas. Rio de Janeiro, 22 dez. 2002.

\_\_\_\_\_ . **Desemprego atinge 19 milhões de latinos**. Jornal do Brasil. Caderno de Economia, 8 jan. 2004.

\_\_\_\_\_ . **Governo terceirizou 30 mil postos de trabalho**. Caderno de Economia. 18 jun. 2002.

\_\_\_\_\_ . **Menos operários, mais ambulantes**. Cadernos de economia. 18 nov. 2001.

\_\_\_\_\_ . **Oposição aprova mudança no PLANFOR**. 15 jan. 2001.

JORNAL O GLOBO. **As décadas perdidas**. Rio de Janeiro, 8 fev. 2005. Disponível em <http://www.oglobo.com.br> . Acesso em 9 fev. 2005.

KUENZER, A. Conhecimento e competências no trabalho e nas escolas. **Boletim técnico do SENAC**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, mai./ago. 2002.

\_\_\_\_\_ . **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e educação do trabalhador. Coleção Educação Contemporânea. São Paulo : Cortez, 1986.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

LAMPEDUZA, T. di. **O leopardo**. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1960.

LAVAL, C.; WEBER, L. Cuando la educación se convierte en simple mercancía. In: **La educación no es una mercancía**. Selección de artículos publicados en Le Monde Diplomatique. Chile : Editorial Aún Creemos en los Sueños, n. 32. Jul. 2003.

LAZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**. Rio de Janeiro : DP&A, 2001.

LEAL, P.G. Qual a nova empresa que está surgindo? In: CASTRO, A.B. *et al.* **O futuro da indústria no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro : Campus, 1999.

LEHER, R. Contra-reforma universitária do governo Lula: protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais. **Margem Esquerda**, n. 3, São Paulo : Boitempo Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. Para fazer frente ao *apartheid* educacional imposto pelo Banco Mundial: notas para uma leitura da temática trabalho-educação. **Trabalho e crítica**. Anuário do GT Trabalho e Educação da ANPED. Santa Catarina, set., 1999.

\_\_\_\_\_. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**: revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 3, 1999.

\_\_\_\_\_. **Wolfowitz no Banco Mundial**: educação como segurança. Disponível em <http://www.outrobrasil.net>. Acesso em 19 mai. 2005.

LEITE, M. de P. (Org.). **O trabalho em movimento**: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. São Paulo : Papyrus, 1997.

\_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão de mão-de-obra. In: OLIVEIRA, C. (Org.). **O mundo do trabalho**: crise e mudança no final do século. São Paulo : Scritta, 1994.

LIMA, K.R. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito público não-estatal. NEVES, L.M.W. (Org.) **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo : Xamã, 2004.

LINHARDT, R. **Lenin, os camponeses, Taylor**. Rio de Janeiro : Marco Zero, 1983.

LUKÁCS, . **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo : Ciências Humanas, 1979.

LUXEMBURGO, R. **Reforma social ou revolução**. São Paulo : Global, 1986.

MACHADO, L.R.de S. Controle da qualidade total: uma nova gestão do trabalho, uma nova pedagogia do capital. In: FIDALGO, F.S.; MACHADO, L.R. de S (Orgs.) **Qualidade, novas tecnologias e educação**. Belo Horizonte : Movimento de Cultura Marxista, 1994.

MACPHERSON, C.B. **A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

MAGALINE, A.D. **Luta de classes e desvalorização do capital**. Lisboa : Moraes Editores, 1977.

MALLET, S. **La nueva condición obrera**. Madrid : Editorial Tecnos, 1969.

MANACORDA, M.A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1990.

MARX, K. **A questão judaica**. São Paulo : Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo : Moraes Editores, [s/d.]

\_\_\_\_\_. **Elementos fundamentales para la crítica de economía política (Grundrisse)**: 1857-1858. México : Siglo Veinteuno, v. 1 e 2, 1989.

\_\_\_\_\_. **Miséria da filosofia**. Lisboa : Editoria Estampa. Biblioteca do Socialismo Científico, 1978.



MARX, K. **O capital**: o processo de produção do capital. Livro 1. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, , 1998.

\_\_\_\_\_.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo : Cortez, 1998.

MATSUURA, K. **A UNESCO e os desafios do novo século**. Brasília : UNESCO, 2002.

MATTOS, M.B. **Considerações sobre formação**: o papel dos sindicatos. Rio de Janeiro, Mimeo, [s.d.].

\_\_\_\_\_. Entregando a mão para não perder os dedos: o sindicalismo brasileiro e o desemprego. **Outubro**: revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 1, 1998.

\_\_\_\_\_. **Novos e velhos sindicalismos**. Rio de Janeiro : Vício de leitura, 1988.

\_\_\_\_\_. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro : Vício de Leitura, 2002.

MEHEDEFF, N. Apresentação. In: BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Questões críticas da educação brasileira**: consolidação de propostas e subsídios para ações nas áreas da tecnologia e da qualidade. Brasília : Senai, Banco do Brasil, 1995, p. 1-2.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MONTAÑO, C. **Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo : Cortez, 2002.

MOTA, A.E. A cidadania do fordismo. **História e Perspectivas**. Uberlândia, Minas Gerais, n. 5, jul./dez., 1991. p. 71-83.

MOTA, A.E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo : Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Do operário padrão ao operário patrão. **Revista Temáticas**, Campinas, a. 2, n. 3, jan./jun. 1994. p. 109-122

NAPOLEONI, C. **Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx**. São Paulo : Ciências Humanas, 1981.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro : Record, 2001.

NETTO, C.R. de S; CURADO, M. **Produtividade do trabalho, salários reais e desemprego na indústria de transformação do Brasil na década de 90**: teoria e evidência. 2003. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/F13.pdf>  
Acesso em 10 nov. 2004.

NETTO, J.P. **Capitalismo e reificação**. São Paulo : Ciências Humanas, 1981.

\_\_\_\_\_. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**: questões contemporâneas. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Democracia e transição socialista**: escritos de teoria política. Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: BOSCHETTI, I.; PEREIRA, P.A.; CÉSAR, M.A. *et al.* **Política Social**: alternativas ao neoliberalismo. Brasília : UNB/Programa de Pós Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

\_\_\_\_\_. Transcrição do seminário realizado pelo Núcleo de Seguridade e Assistência Social. In: **Assistência social**: polêmicas e perspectivas. Cadernos do Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, v. 2, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. São Paulo, abr. 1995.

NEVES, L.M.W. (Org.). **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas : Autores Associados, 2000.

NEVES, L.M.W. (Org.)(Org.). **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate.** São Paulo : Xamã, 2004.

\_\_\_\_\_. **Brasil anos 2000: uma nova divisão do trabalho na educação.** Rio de Janeiro : Papéis e Cópias, 1997.

\_\_\_\_\_. **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990.** São Paulo : Xamã, 2002.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v. 4, n. 10, São Paulo : ANPOCS, jun. 1989.

OLIVEIRA, C. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil.** São Paulo : Scritta, 1996.

\_\_\_\_\_. *et al.* **O mundo do trabalho: crise e mudança no final de século.** São Paulo : Scritta, 1994.

OLIVEIRA, D.A. Gerência da qualidade total na educação: a privatização do público. In: FIDALGO, F.S.; MACHADO, L.R. de S. (Orgs.). **Qualidade, novas tecnologias e educação.** Belo Horizonte : Movimento de Cultura Marxista, 1994.

OLIVEIRA, F. de. **A metamorfose da arribação.** Novos Estudos, CEBRAP, n. 27, jul. São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_. A nova hegemonia da burguesia no Brasil nos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital.** Rio de Janeiro : Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco.** São Paulo : Boitempo Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Economia brasileira: crítica à razão dualista.** Rio de Janeiro : Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. Os protagonistas do drama: estado e sociedade no Brasil. In: LARANGEIRA, Sônia (Org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina.** São Paulo : Hucitec, 1990.

OLIVEIRA, M.M. de. Ciência e tecnologia no governo Lula: a inovação do mesmo. In: NEVES, L.M.W. (Org.). **Reforma universitária do governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

PAULANI, L. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo : Boitempo Editorial, 2005.

PAGGI, L. Intelectuais, teoria e partido no marxismo da segunda internacional: aspectos e problemas. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, parte I e parte II, 2002.

PEREIRA, L.C.B. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: \_\_\_\_\_.; WILHEIN, J.; SOLA, L. (Orgs.) **Sociedade e estado em transformação**. São Paulo : UNESP; Brasília : ENAP, 1999.

PETRELLA, R. Cinco trampas tendidas a la educación. In: **La educación no es una mercancía**. Selección de artículos publicados en Le Monde Diplomatique. Chile : Editorial Aún Creemos en los Sueños, n. 32, jul. 2003.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo : Boitempo Editorial, 2001.

PORTANTIERO, J.C. **Los usos de Gramsci**. México : Plaza e Janés, 1987.

PRADO E. Uma crítica à economia política do imaterial. **Outubro**: revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 11, 2004.

PRADO JR, C. **História e desenvolvimento**. São Paulo : Brasiliense, 1978.

RAMOS, M. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo : Cortez, 2001.

REVISTA PROPOSTA. **O FAT e o sistema público de emprego: a visão dos trabalhadores**. n. 74, nov. 1997.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**. São Paulo : Makron Books, 1995.

RODRIGUES, J. **O moderno príncipe industrial**: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas : Autores Associados, 1998.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro : Contraponto/EDUERJ, 2001.

ROSENAU, J.N. A cidadania em uma ordem mundial em mutação. In: ROSENAU, J.; CZEMPIEL, E.-O. (Orgs.) **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília : Universidade de Brasília, 2000.

RUAS, R.; ANTUNES, E. Estruturação, programas de qualidade e práticas de benefícios e incentivos: a questão do 'comprometimento'. In: CARLEIAL, L. VALLE, R. (Orgs.). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo : Hucitec, 1997.

RUBIN, I.R. **A teoria marxista do valor**. Rio de Janeiro : Brasiliense, 1980.

RUMMERT, S.M. **Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho**. São Paulo, Niterói : Xamã, Intertexto, 2000.

SALAMA, P. A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas. In: CHESNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos, riscos**. São Paulo : Xamã, 1998.

SCHUMPETER, J.A. **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1961.

\_\_\_\_\_. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo : Nova Cultural, 1988 (Coleção Os economistas).

SOUZA, D.B. de; SANTANA, M.A.; DELUIZ, N. **Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil**. Rio de Janeiro : Quartet, 1999.

TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.

TAVARES, M.A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo : Cortez, 2004.

TEIXEIRA, F.J. O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política. **Crítica Marxista**, n. 10. São Paulo : Boitempo Editorial, 1988.

TRONTI, M. **Operários e capital**. Porto : Enfrentamento, 1978.

TUDE DE SOUZA, Â. A crise contemporânea e a nova ordem mundial: as forças produtivas e as classes sociais. **Universidade e Sociedade**. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior — ANDES. Brasília, a. 4, n. 6, jul. 1994.

\_\_\_\_\_. Sobre 'americanismo e fordismo' de Antonio Gramsci. **História e Perspectivas**. Uberlândia, jul./dez. 1994.

TUMOLO, P.S. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, SP : UNICAMP, 2002.

UNITRABALHO. **Avaliação do PLANFOR**: uma política pública de educação. São Carlos : UNITRABALHO, 1999.

VANUCHI, P.; MANTEGA, G. (Orgs). **Custo Brasil**: mitos e realidade. Rio de Janeiro : Vozes, 1997.

VERAS, R. **Reestruturação produtiva**: implicações na gestão formação dos trabalhadores. In: Cadernos Unitrabalho. São Paulo : Unitrabalho, 1998.

WEBER, M. **Economía y sociedad**. México : Fondo de Cultura Económica, 1974.

WELMOWICKI, J. **Cidadania ou classe?** o movimento operário da década de 80. São Paulo : Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.

WOOD, E.M. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo : Boitempo Editorial, 2003.